



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO  
Universidade Técnica de Lisboa



# AVALIAÇÃO CONTÍNUA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE 2007-2013 (PRODER)

**RELATÓRIO INTERMÉDIO DA AVALIAÇÃO CONTÍNUA DE  
2010**

Lisboa, 29 de Junho de 2011

## **EQUIPA TÉCNICA**

### **Coordenação**

Tiago Domingos (Coord. Global) - IST

A. Oliveira das Neves - IESE

C. Marta-Pedroso - IPB

### **Equipa técnica**

Helena Martins - IST

Ricardo da Silva Vieira - IST

Miguel Alves - IST

Magda Porta - IESE

Gisela Ferreira - IESE

IN+, Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento

Área Científica de Ambiente e Energia, DEM

Instituto Superior Técnico

Av. Rovisco Pais, 1, 1049 – 001 Lisboa, Portugal

e-mail: [tdomingos@ist.utl.pt](mailto:tdomingos@ist.utl.pt)

Este relatório deve ser referido como:

Domingos, T., Oliveira das Neves, A., Marta-Pedroso, C. (Eds.), Martins, H., da Silva Vieira, R., Alves, M., Porta, M., e Ferreira, G. (2011). Relatório de Avaliação Contínua de 2010 – Avaliação Contínua do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR). Estudo encomendado pela Autoridade de Gestão do ProDeR. Instituto Superior Técnico, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto Politécnico de Bragança, Lisboa e Bragança.

# ÍNDICE DE CONTEÚDOS

---

<b>ÍNDICE DE CONTEÚDOS .....</b>	<b>IV</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>	<b>VII</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>X</b>
<b>ÍNDICE DE ANEXOS .....</b>	<b>XI</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>12</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>16</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>2 CONTEXTO DA AVALIAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>2.1 INFORMAÇÃO CONTEXTUAL DO PROGRAMA .....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 ACTUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO .....</b>	<b>30</b>
<b>2.3 FINALIDADE E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>3 ABORDAGEM METODOLÓGICA .....</b>	<b>33</b>
<b>3.1 MÉTODOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2 LIMITAÇÕES E OPÇÕES METODOLÓGICAS .....</b>	<b>34</b>
<b>3.3 INDICADORES DE IMPACTO .....</b>	<b>35</b>
3.3.1 IMPACTO ECONÓMICO .....	35
3.3.2 MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA.....	36
3.3.3 REVERSÃO DO DECLÍNIO DA BIODIVERSIDADE .....	38
3.3.4 MANUTENÇÃO DE ELEVADO VALOR NATURAL .....	39
3.3.5 CONTRIBUIÇÃO PARA O COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS .....	40
<b>4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA E ORÇAMENTO... 42</b>	
<b>4.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.....</b>	<b>42</b>
<b>4.2 DISPOSITIVOS DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA.....</b>	<b>42</b>
<b>4.3 MODELO DE GESTÃO DO PRODER.....</b>	<b>43</b>
<b>4.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA – VISÃO GLOBAL .....</b>	<b>43</b>
<b>5 SUBPROGRAMA 1 – AVALIAÇÃO POR MEDIDA/ACÇÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>5.1 MEDIDA 1.1 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL ... 46</b>	
5.1.1 ACÇÃO 1.1.1 MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS.....	46
5.1.2 ACÇÃO 1.1.2. INVESTIMENTOS DE PEQUENA DIMENSÃO .....	52
5.1.3 ACÇÃO 1.1.3. INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES .....	55
<b>5.2 MEDIDA 1.2 REDIMENSIONAMENTO E COOPERAÇÃO</b>	
<b>EMPRESARIAL.....</b>	<b>57</b>

5.2.1	DINÂMICA DE ADESÃO E EXECUÇÃO .....	57
5.2.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	59
<b>5.3</b>	<b>MEDIDA 1.3 PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE FLORESTAL .....</b>	<b>64</b>
5.3.1	ACÇÃO 1.3.1 MELHORIA PRODUTIVA DOS POVOAMENTOS .....	65
5.3.2	ACÇÃO 1.3.2 GESTÃO MULTIFUNCIONAL .....	68
5.3.3	ACÇÃO 1.3.3. MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS FLORESTAIS	70
<b>5.4</b>	<b>MEDIDA 1.4 VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE QUALIDADE .....</b>	<b>73</b>
5.4.1	ACÇÃO 1.4.1 APOIO AOS REGIMES DE QUALIDADE .....	73
5.4.2	ACÇÃO 1.4.2 INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS DE QUALIDADE .....	74
<b>5.5</b>	<b>MEDIDA 1.5 RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL PRODUTIVO .....</b>	<b>75</b>
<b>5.6</b>	<b>MEDIDA 1.6 REGADIOS E OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS</b>	
	<b>COLECTIVAS.....</b>	<b>76</b>
5.6.1	ACÇÃO 1.6.1 DESENVOLVIMENTO DO REGADIO .....	78
5.6.2	ACÇÃO 1.6.2 REGADIO DO ALQUEVA .....	82
5.6.3	ACÇÃO 1.6.3 SUSTENTABILIDADE DOS REGADIOS PÚBLICOS .....	84
5.6.4	ACÇÃO 1.6.4 MODERNIZAÇÃO DOS REGADIOS COLECTIVOS TRADICIONAIS ..	86
5.6.5	ACÇÃO 1.6.5 PROJECTOS ESTRUTURANTES.....	88
<b>6</b>	<b>SUBPROGRAMA 2 – AVALIAÇÃO POR MEDIDA/ACÇÃO .....</b>	<b>90</b>
<b>6.1</b>	<b>MEDIDA 2.1 MANUTENÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS</b>	
	<b>DESAVORECIDAS.....</b>	<b>90</b>
6.1.1	DINÂMICA DE ADESÃO E EXECUÇÃO .....	90
6.1.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	92
<b>6.2</b>	<b>MEDIDA 2.2 VALORIZAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO .....</b>	<b>100</b>
6.2.1	DINÂMICA DE ADESÃO E EXECUÇÃO .....	100
6.2.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	103
<b>6.3</b>	<b>MEDIDA 2.3 GESTÃO DO ESPAÇO FLORESTAL E AGRO-FLORESTAL</b>	
	<b>109</b>	
6.3.1	ACÇÃO 2.3.1 MINIMIZAÇÃO DOS RISCOS .....	110
6.3.2	ACÇÃO 2.3.2 ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DOS POVOAMENTOS.....	112
6.3.3	ACÇÃO 2.3.3 VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DOS ESPAÇOS FLORESTAIS.....	113
<b>6.4</b>	<b>MEDIDA 2.4 INTERVENÇÕES TERRITORIAIS INTEGRADAS .....</b>	<b>115</b>
6.4.1	DINÂMICA DE ADESÃO E EXECUÇÃO .....	115
6.4.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	116
<b>7</b>	<b>SUBPROGRAMA 3 – AVALIAÇÃO POR MEDIDA/ACÇÃO .....</b>	<b>123</b>
<b>7.1</b>	<b>CONCEPÇÃO E PROGRAMAÇÃO .....</b>	<b>123</b>

7.1.1	PERTINÊNCIA E ADEQUAÇÃO DOS EIXOS 3 E 4 .....	123
7.1.2	CONCEPÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ELD .....	127
<b>7.2</b>	<b>DINÂMICAS DE REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO.....</b>	<b>128</b>
7.2.1	EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA.....	128
7.2.2	REALIZAÇÕES E RESULTADOS.....	139
<b>8</b>	<b>SUBPROGRAMA 4 – AVALIAÇÃO POR MEDIDA/ACÇÃO .....</b>	<b>143</b>
<b>8.1</b>	<b>MEDIDA 4.1 COOPERAÇÃO PARA A INOVAÇÃO.....</b>	<b>143</b>
<b>8.2</b>	<b>MEDIDA 4.2 FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA.....</b>	<b>148</b>
8.2.1	ACÇÃO 4.2.1 FORMAÇÃO ESPECIALIZADA .....	148
8.2.2	ACÇÃO 4.2.2 REDES TEMÁTICAS DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO .....	152
<b>8.3</b>	<b>MEDIDA 4.3 SERVIÇOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>155</b>
8.3.1	ACÇÃO 4.3.1 SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO AGRÍCOLA.....	155
8.3.2	ACÇÃO 4.3.2 SERVIÇOS DE APOIO ÀS EMPRESAS .....	158
<b>9</b>	<b>ESTIMATIVA DO IMPACTO DO PROGRAMA .....</b>	<b>159</b>
<b>9.1</b>	<b>IMPACTO ECONÓMICO .....</b>	<b>159</b>
<b>9.2</b>	<b>MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA.....</b>	<b>160</b>
<b>9.3</b>	<b>REVERSÃO DO DECLÍNIO DA BIODIVERSIDADE .....</b>	<b>162</b>
<b>9.4</b>	<b>MANUTENÇÃO DO ELEVADO VALOR NATURAL DAS TERRAS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS .....</b>	<b>162</b>
<b>9.5</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO NO COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS... </b>	<b>164</b>
<b>10</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>167</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>188</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>190</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

---

<b>Quadro 1 – Articulação dos objectivos do PENDR e do ProDeR .....</b>	<b>31</b>
<b>Quadro 2 - Elementos metodológicos da Avaliação .....</b>	<b>34</b>
<b>Quadro 3 – Contribuição Qualitativa de várias actividades para a Qualidade da Água .....</b>	<b>38</b>
<b>Quadro 4 – Alterações regulamentares relativas à Gestão do Proder em 2010 .....</b>	<b>44</b>
<b>Quadro 5 – Indicadores de Realização Acção 1.1.1 (Medida COM 111). .....</b>	<b>50</b>
<b>Quadro 6 – Indicadores de Realização Acção 1.1.1 (Medida COM 121) .....</b>	<b>51</b>
<b>Quadro 7 – Indicadores de Realização Acção 1.1.1 (Medida COM 123) .....</b>	<b>51</b>
<b>Quadro 8 – Indicadores de Resultado Acção 1.1.1 (Medida COM 121) .....</b>	<b>51</b>
<b>Quadro 9 – Indicadores de Resultado Acção 1.1.1 (Medida COM 123) .....</b>	<b>52</b>
<b>Quadro 10 – Indicadores de Realização Acção 1.1.2 (Medida COM 121) .....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 11 – Cálculo da Meta dos Indicadores de realização conforme PDRc .....</b>	<b>55</b>
<b>Quadro 12 - Indicadores de Realização Acção 1.1.3 (Medida COM 112) .....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro 13 – Indicadores de Resultado Acção 1.1.3 (Medida COM 112) .....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro 14 – Candidaturas 1º. concurso Medida 1.2.....</b>	<b>57</b>
<b>Quadro 15 – Distribuição do Investimento Proposto por rubrica Medida 1.2 .....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro 16 – Indicadores de Realização Medida 1.2 (Medida COM 123) .....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro 17 – Indicadores de Resultado Medida 1.2 (Medida COM 123) .....</b>	<b>59</b>
<b>Quadro 18 - Taxas de apoio Acção 1.1.1c2 (pré-alteração).....</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 19 – Distribuição das candidaturas aprovadas, por tipologia de beneficiário na Acção 1.3.1 .....</b>	<b>67</b>
<b>Quadro 20 - Cruzamento dos Objectivos/Realizações/Resultados na Acção 1.3.1 .....</b>	<b>68</b>
<b>Quadro 21 - Tipologia de beneficiários dos projectos submetidos e aprovados na Acção 1.3.2 .....</b>	<b>69</b>
<b>Quadro 22 - Cruzamento dos Objectivos/Realizações/Resultados na Acção 1.3.2 .....</b>	<b>70</b>
<b>Quadro 23 - Indicadores de realização (output) na Acção 1.3.3 .....</b>	<b>71</b>
<b>Quadro 24 - Cruzamento dos Objectivos/Realizações/Resultados na Acção 1.3.3 .....</b>	<b>72</b>
<b>Quadro 25 - Indicadores de resultado das Acções da Medida 1.3.....</b>	<b>72</b>
<b>Quadro 26 – Indicadores de Realização Acção 1.4.2 (Medida COM 133); .....</b>	<b>74</b>
<b>Quadro 27 – Indicadores de Resultado Acção 1.4.2 (Medida COM 133) .....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 28 - Cálculo da Meta do Indicador de resultado Acréscimo de produção Acção 1.4.2 conforme o PDRc .....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 29 – Indicadores de Realização Medida COM 126 (Medida 1.5) .....</b>	<b>76</b>
<b>Quadro 30 - Visão de síntese da implementação da Medida 1.6 .....</b>	<b>78</b>

<b>Quadro 31 – Dinâmica de aprovações da Acção 1.6.1, até 31/12/2010 .....</b>	<b>79</b>
<b>Quadro 32 – Resultados [potenciais] dos projectos em execução, Acção 1.6.1.....</b>	<b>81</b>
<b>Quadro 33 – Projectos apresentados no âmbito da Acção 1.6.2, até 31/12/2010 .....</b>	<b>83</b>
<b>Quadro 34 – Acção 1.6.2 Resultados [potenciais] dos projectos contratados até ao final de 2010 .....</b>	<b>84</b>
<b>Quadro 35 – Pedidos de apoio apresentados no âmbito da Acção 1.6.3, até 31/12/2010...</b>	<b>85</b>
<b>Quadro 36 – Acção 1.6.3. Resultados [potenciais] dos projectos contratados até ao final de 2010 .....</b>	<b>86</b>
<b>Quadro 37 - Pedidos de apoio apresentados no âmbito da Acção 1.6.4, até 31/12/2010 ...</b>	<b>87</b>
<b>Quadro 38 - Pedidos de apoio apresentados no âmbito da Acção 1.6.5., até 31/12/2010 ..</b>	<b>88</b>
<b>Quadro 39 - Acção 1.6.5. Resultados [potenciais] dos projectos contratados até ao final de 2010 .....</b>	<b>89</b>
<b>Quadro 40 - Indicadores de realização das Acções 2.1.1 e 2.1.2 (Medida COM 211) .....</b>	<b>90</b>
<b>Quadro 41 - Indicadores de realização das Acções 2.1.1 e 2.1.2 (Medida COM 212) .....</b>	<b>91</b>
<b>Quadro 42 - Número de explorações e da área beneficiados pelas ICs do RURIS entre 2001 e 2006, comparadas com as metas anuais estabelecidas para os indicadores de realização do ProDeR.....</b>	<b>91</b>
<b>Quadro 43 - Variação da idade média dos agricultores apoiados e da dimensão média da SAU apoiada de 2007 a 2009 e SAU média por NUT II no início do Programa....</b>	<b>93</b>
<b>Quadro 44 - Indicadores de realização das Acções 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3.2 e 2.2.4 (Medida COM 214).....</b>	<b>101</b>
<b>Quadro 45 - Indicadores de resultado das Acções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 (Medida COM 214)</b>	<b>102</b>
<b>Quadro 46 – Variação 1999-2009 do número de explorações e SAU, por classes de SAU (INE, 2011) .....</b>	<b>105</b>
<b>Quadro 47 - Desistências nas Acções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, entre 2008-2010 (Informação enviada pelo IFAP, Janeiro 2011) .....</b>	<b>105</b>
<b>Quadro 48 - Produtores que apresentaram pedidos de apoio, mas que no ano subsequente não voltaram a apresentar (Informação enviada pelo IFAP, Janeiro 2011) .....</b>	<b>106</b>
<b>Quadro 49 - Áreas determinadas para apoio em 2010 (por grupo de cultura e modo de produção) – PU 2010 .....</b>	<b>107</b>
<b>Quadro 50 - Beneficiários pagos até 30.06.2010 (Informação enviada pelo IFAP, Janeiro 2011).....</b>	<b>109</b>
<b>Quadro 51 - Indicadores de Realização Acção 2.3.1.....</b>	<b>111</b>
<b>Quadro 52 - Cruzamento dos Objectivos/Realizações/Resultados na Acção 2.3.2.....</b>	<b>113</b>
<b>Quadro 53 - Cruzamento dos Objectivos/Realizações/Resultados na Acção 2.3.3.....</b>	<b>115</b>
<b>Quadro 54 - Indicadores de realização das Acções 2.4.3 a 2.4.13 (Medida COM 214) .....</b>	<b>115</b>
<b>Quadro 55 - Indicadores de realização das Acções 2.4.3 a 2.4.13 (Medida COM 225) .....</b>	<b>116</b>
<b>Quadro 56 - Indicadores de resultado das Acções 2.4.13 (Medida COM 214).....</b>	<b>120</b>

<b>Quadro 57 - Indicadores de resultado das Acções 2.4.3 a 2.4.13 (Medida COM 225) .....</b>	<b>121</b>
<b>Quadro 58 - Principais Ameaças/Debilidades nos Territórios de Intervenção dos GAL .....</b>	<b>124</b>
<b>Quadro 59 - Factores Críticos para o Desenvolvimento Sustentável nos Territórios de Intervenção .....</b>	<b>125</b>
<b>Quadro 60 - Adequação do Programa à abordagem LEADER .....</b>	<b>126</b>
<b>Quadro 61 - Execução Financeira no 3º Quadrimestre de 2010.....</b>	<b>130</b>
<b>Quadro 62 – Pedidos de Apoio Contratados, por Domínio de Intervenção na Acção 3.1.2. 131</b>	
<b>Quadro 63 - Microempresas por Subclasse das CAE – Rev3 .....</b>	<b>132</b>
<b>Quadro 64 - Perfil de Projectos Apoiados na Medida 3.1 - Níveis Elevado/Muito elevado . 133</b>	
<b>Quadro 65 - Perfil de Projectos Apoiados na Medida 3.2 Níveis Elevado/Muito elevado.... 135</b>	
<b>Quadro 66 - Contributo dos Projectos Aprovados para os Objectivos das ELD (em %) .....</b>	<b>136</b>
<b>Quadro 67 - Pedidos de Apoio Afectos ao 1º Concurso - Situação em 31/12/2010.....</b>	<b>140</b>
<b>Quadro 68 - Desvio entre as Taxas de Contratação e as de Execução (31/12/2010).....</b>	<b>141</b>
<b>Quadro 69 - Principais dificuldades dos Promotores nas Fases de Contratualização e Arranque dos Projectos, por nível de importância (Importante/Muito Importante).....</b>	<b>142</b>
<b>Quadro 70 – Dinâmica de apresentação de candidaturas .....</b>	<b>145</b>
<b>Quadro 71 – Resultados das Candidaturas apresentadas ao 2º Concurso da Medida .....</b>	<b>146</b>
<b>Quadro 72 – Contributos para alcançar objectivos específicos da Medida 4.1 .....</b>	<b>148</b>
<b>Quadro 73 – Contributos dos projectos para a obtenção de resultados e efeitos Medida 4.1 .....</b>	<b>148</b>
<b>Quadro 74 - Acções de Formação de Jovens Agricultores iniciadas em 2010 .....</b>	<b>150</b>
<b>Quadro 75 - Acção 4.2.2. PA contratados (por tipologia de promotor).....</b>	<b>153</b>
<b>Quadro 76 - Contributos dos projectos para alcançar objectivos específicos da Acção 4.2.2 .....</b>	<b>154</b>
<b>Quadro 77 - Contributos dos projectos para alcançar resultados e efeitos no âmbito dos objectivos da Acção 4.2.2 .....</b>	<b>155</b>
<b>Quadro 78 – Variação de VAB originada pelas Acções 1.1.1 e 1.1.3 .....</b>	<b>160</b>
<b>Quadro 79 – Contribuição dos Projectos contratados para a melhoria da qualidade da água.....</b>	<b>161</b>
<b>Quadro 80 - Contribuição dos Projectos contratados para o combate às alterações climáticas .....</b>	<b>164</b>
<b>Quadro 81 – Área Beneficiada a 31 de dezembro de 2010 .....</b>	<b>216</b>
<b>Quadro 82 - Quadro de Potencialidades e Fragilidades .....</b>	<b>220</b>
<b>Quadro 83 - Quadro de oportunidades e ameaças.....</b>	<b>221</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

---

<b>Figura 1 – Factores que afectam a qualidade das águas superficiais.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 2 – Distribuição Acumulada do Investimento na Acção 1.1.1 (excluídos os PIR) .....</b>	<b>47</b>
<b>Figura 3 - Distribuição Acumulada do Investimento na Acção 1.1.1 (PIR) .....</b>	<b>47</b>
<b>Figura 4 - Distribuição do Acréscimo de VAB por Investimento (Acção 1.1.1, PIR excluídos) .....</b>	<b>48</b>
<b>Figura 5 - Distribuição do Acréscimo de VAB por Investimento [0-5.000.000 €] (Acção 1.1.1, PIR excluídos) .....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 6 - Distribuição do Acréscimo de VAB por Investimento (Acção 1.1.1, PIRs) .....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 7 - Distribuição do Acréscimo de VAB por Investimento [0-20.000.000 €] (Acção 1.1.1, PIRs).....</b>	<b>50</b>
<b>Figura 8 – Distribuição acumulada do investimento Acção 1.1.2.....</b>	<b>53</b>
<b>Figura 9 - Hipótese de Zonagem do Abandono Agrícola – cenário de desaparecimento de todas as ajudas e suportes de preço existentes em 2008 .....</b>	<b>97</b>
<b>Figura 10 – Percentagem de área de concelho apoiada e número de beneficiários em Zonas Desfavorecidas .....</b>	<b>98</b>
<b>Figura 11 - Susceptibilidade aos incêndios de acordo com os trabalhos de Verde e Zêzere (2010)..</b>	<b>99</b>
<b>Figura 12 - Importância relativa dos indicadores de “forças motrizes” na atribuição do risco relativo para o ambiente, por região.....</b>	<b>108</b>
<b>Figura 13 - Evolução observada e projectada ao longo do período do Programa, do sequestro de carbono no solo proporcionado pelas Acções 1.1.1, 2.2.1 e 2.2.4. ....</b>	<b>166</b>
<b>Figura 14 – Aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira .....</b>	<b>214</b>
<b>Figura 15 – Efeito no consumo de água da alteração do tipo de culturas pelo projecto da Cova da Beira .....</b>	<b>222</b>

## ÍNDICE DE ANEXOS

---

<b>Anexo I. Execução Orçamental do Eixo 1 .....</b>	<b>191</b>
<b>Anexo II. Execução Orçamental do Eixo 2.....</b>	<b>193</b>
<b>Anexo III. Dinâmica de implementação e de Execução do Sub-Programa 3 .....</b>	<b>195</b>
<b>Anexo IV. <i>Clipping</i> de Imprensa.....</b>	<b>200</b>
<b>Anexo V. Projecto nº 0000 Medida 1.2 .....</b>	<b>207</b>
<b>Anexo VI. Projecto nº 0001 Acção 1.1.1c2 .....</b>	<b>209</b>
<b>Anexo VII. Objectivos/Actividades Promotoras de Desenvolvimento Rural .....</b>	<b>211</b>
<b>Anexo VIII. Caracterização e Prospectiva do Empreendimento da Cova da Beira.....</b>	<b>214</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

---

ADDLAP	Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva
ADERES	Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul
ADL	Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
ADREPES	Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal
AFN	Autoridade Florestal Nacional
AG ProDeR	Autoridade de Gestão do ProDeR
AGRO	Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
AH	Aproveitamento Hidroagrícola
CAE	Classificação Portuguesa de Actividades Económicas
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCP	Confederação do Comércio e Serviços Portugal
CN	Cabeças Normais
CNQ	Catálogo Nacional das Qualificações
CO <sub>2</sub> -e	Dióxido de carbono equivalente
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
DGADR	Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGERT	Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DRAP	Direcção Regional de Agricultura e Pescas
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
EFMA	Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva
ELA	Estrutura Local de Apoio
ELD	Estratégias Locais de Desenvolvimento
ESDIME	Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
GAL	Grupos de Acção Local
GEE	Gases de efeito de estufa
GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas
GTAA	Grupo de Trabalho Agro-Ambiental
IC	Indemnizações Compensatórias
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade
IEEP	Institute for European Environmental Policy
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas I.P.
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
INAG	Instituto Nacional da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IST	Instituto Superior Técnico
ITI	Intervenção Territorial Integrada
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LPN	Liga para a Protecção da Natureza
MADRP	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas
MPB	Modo de produção Biológica (em agricultura biológica)
MPRODI	Modo de produção integrado
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
MZD	Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas
n.d.	Não divulgado
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OP	Organização de Produtores
OTE	Orientação Técnico-Económica
PA	Pedidos de Apoio
PAC	Política Agrícola Comum
PACA	Planos de Aquisição de Competências e Animação
PAP	Plano de Acção Plurianual
PEA	Plano de Execução Anual
PENDR	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
PGF	Planos de Gestão Florestal
PIC LEADER	Programa de Iniciativa Comunitária Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAB	Política Nacional para a Agricultura Biológica
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POVT	Programa Operacional Valorização do Território
ProDeR	Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental 2007-2013
RE	Relatório de Execução
RGA	Resenceamento Geral da Agricultura
RICA	Rede de Informação de Contabilidade Agrícola
RURIS	Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental 2000-2006
SAC	Serras de Aire e Candeeiros
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SIFAP	Sistema de Financiamento à Agricultura e Pescas

SiProDeR	Sistema de Informação do ProDeR
ST	Secretariado Técnico
TAIPA	Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira
TER	Turismo no Espaço Rural
UEA	Unidade de Exploração Agrícola
UFCD	Unidades de Formação de Curta Duração
VAB	Valor Acrescentado Bruto
WWF MedPO	World Wide Fund for Nature, Mediterranean Program Office
ZIF	Zonas de Intervenção Florestal

## RESUMO

---

### 1. CONTEXTO DA AVALIAÇÃO

A Avaliação Anual de 2010 tem como referencial a Avaliação Intercalar e obedece aos objectivos genéricos estabelecidos pela Comissão Europeia para a avaliação contínua inscrito no art.º 86 do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 Setembro de 2005:

- ◆ Examinar os progressos verificados no programa em relação aos seus objectivos, por meio de indicadores de realização e de resultado;
- ◆ Aperfeiçoar a qualidade dos Programas e a sua execução, nomeadamente, através da melhoria do sistema de gestão e acompanhamento;
- ◆ Examinar propostas para alterações substanciais dos Programas, assim como os impactos das alterações efectuadas;
- ◆ Preparar a Avaliação ex-post, nomeadamente, através da implementação de metodologias de trabalho que permitam preencher os requisitos dessa Avaliação.

O presente relatório reporta ao período 1 de Janeiro 2010 a 31 de Dezembro de 2010, sem prejuízo da inclusão de aspectos de evolução geral do programa sempre que tal foi considerado pertinente.

A pertinência, relevância e coerência da estratégia definida para o Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (ProDeR), foi validada em sede de Avaliação Intercalar, revalidando-se a análise aí apresentada.

A actualização do diagnóstico, face ao apresentado em sede de Avaliação Intercalar, não é apresentada devido à tardia disponibilização do RGA 2009 pelo INE, que impediu a análise e contextualização da informação em tempo útil de integrar este documento.

### 2. FUNDAMENTOS E OPÇÕES METODOLÓGICAS

As actividades de avaliação apresentadas assentam num vasto conjunto de metodologias, cuja selecção assenta na sua adequação às matérias de avaliação e objectivos específicos traçados para a avaliação.

Os instrumentos de avaliação utilizados, sempre que se justificou, foram os apresentados em sede de proposta (Quadro 2). Dada a natureza do trabalho a

desenvolver, neste momento avaliativo, salienta-se o recurso à análise documental e estatística e, em alguns casos, o recurso a entrevistas e Estudos de Caso.

A avaliação assume um conjunto de opções metodológicas das quais se destacam:

- ◆ enfoque especial na avaliação de certas Medidas/Acções tendo por base os resultados da Avaliação Intercalar;
- ◆ análise da coerência das metas dos indicadores;
- ◆ estimativa dos indicadores de Impacto.

Relativamente ao enfoque especial na avaliação de certas Medidas/Acções, a sua selecção visa dar resposta a aspectos levantados em sede de Avaliação Intercalar. Esta opção não comprometeu contudo que todas as Acções regulamentadas a 31.12.2010 fossem avaliadas de acordo com as componentes de avaliação gerais definidas.

Fez-se uma aproximação, em alguns casos, à análise de coerência das metas dos indicadores, em função das actuais taxas de cumprimento. Esta análise reveste-se de alguma complexidade, exigindo a compilação da informação de base utilizada na estimativa das metas aquando da formulação do PDRc, cruzamento com a dinâmica da Acção e naturalmente uma interacção com o GPP e AG ProDeR. Assim, este item de avaliação, tal como apresentado neste documento, deve ser encarado como uma primeira base de trabalho.

O trabalho de desenvolvimento metodológico para estimativa dos indicadores de impacto (a apresentar em sede de Avaliação Ex-post) integra, por opção da Equipa de Avaliação, as avaliações anuais. O objectivo foi proceder quer ao desenvolvimento metodológico quer ao levantamento de necessidades de informação necessária à estimativa. A selecção de um Sub-conjunto de Medidas, referenciadas como Medidas-chave, para efeito da estimativa dos indicadores de impacto, definido em sede de Avaliação Intercalar mantém-se. Os desenvolvimentos metodológicos apresentados referem-se aos indicadores de impacto: Impacto Económico, Melhoria da Qualidade da Água, Contribuição no Combate às Alterações Climáticas, Reversão do Declínio da Biodiversidade e Manutenção do Elevado Valor Natural das Terras Agrícolas e Florestais.

### 3. FUNCIONAMENTO GERAL DO PROGRAMA

O ano de 2010 foi marcado por um grande esforço de análise, decisão e contratação de candidaturas. A 31.12.2010 encontravam-se em análise apenas 18,5% das candidaturas recepcionadas (as Medidas SIGC não contabilizadas).

A 31.12.2010 todas as Medidas/Acções estavam regulamentadas. Em Março de 2010, foi solicitado um pedido de várias alterações ao programa à Comissão e que vieram a ser publicadas em Agosto de 2010 - Portaria nº 814/2010. Sobre este conjunto de alterações reitera-se que não comprometem os objectivos do programa nem alteram a sua coerência interna, actuando, pelo contrário, reforçando-a. Revelam em muitas das situações uma gestão atenta face aos compromissos de desenvolvimento rural do continente e evolução do contexto socio-económico e normativo, tal como expresso em sede de Avaliação Intercalar.

A agilização e desburocratização dos procedimentos de gestão e processuais com vista à facilitação da tomada de decisão foi continuada durante o ano de 2010. Este contínuo esforço tinha já sido identificado e considerado importante em sede de Avaliação Intercalar, pelo que se considera, nesta perspectiva, a mesma pertinência para as alterações introduzidas no período a que reporta a avaliação.

Reitera-se neste item a importância que o Sistema de Informação (SI) assume no contexto da gestão do programa e mantêm-se a validade da apreciação e das recomendações apresentadas em sede de Avaliação Intercalar.

## 4. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA – VISÃO GLOBAL

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos efectuados no ProDeR era de 835.854.000 € de despesa pública. Um semestre depois este valor ascende a 1.201.252.000 €. Assim a 31.12.2010 a taxa de execução global do programa era de 28%. Importa contudo salientar o elevado peso dos compromissos transitados e das Acções do Subprograma 2 nesta taxa de execução.

Em termos da execução por subprograma verifica-se que a execução global do Subprograma 1 atingiu os 18%. Ainda que baixa, é bastante superior ao valor de 2009 (1%). No Subprograma 2 assistiu-se igualmente a uma evolução de 34% para 43% na execução orçamental, de 2009 para 2010. Relativamente ao Subprograma 3 a taxa de execução é, ainda, baixa, fruto da contratação de um grande número de projectos no último quadrimestre de 2010 e de um conjunto de dificuldades que têm afectado os promotores, acabando indirectamente por condicionar o próprio desempenho dos GAL. O Subprograma 4, no final de 2010, apresentava índices de execução residuais ou nulos dos montantes financeiros aprovados reflectindo constrangimentos orçamentais e dificuldades económicas, em conjuntura recessiva

prolongada, mas também os atrasos no processamento de despesas por parte das Entidades beneficiárias.

## 5. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A avaliação de 2010 tem como referencial a Avaliação Intercalar do ProDeR, sendo contudo mais do que um exercício de actualização deste último momento de Avaliação. Tal como evidenciado ao longo do presente relatório, foram seleccionados aspectos particulares e ou Medidas/Acções que se revelaram pertinentes em sede de Avaliação Intercalar e ou se crêem úteis para preparação de avaliações futuras, em particular para a preparação da Avaliação Ex-Post. Ainda decorrente da proximidade entre o período a que reporta a Avaliação de 2010 e o correspondente à Avaliação Intercalar, e também das alterações regulamentares de que algumas Medidas/Acções foram alvo, importa salientar que a Avaliação de algumas Medidas/Acções é sumária pelo facto de não haver matéria de avaliação relevante. Sem prejuízo desta exposição, todas as Medidas/Acções foram objecto de análise. As principais conclusões aqui apresentadas reflectem assim, necessariamente, essa diferenciação do nível de análise e das opções de enfoque para a Avaliação.

Analisando globalmente a implementação do ProDeR até à data, constata-se que o programa, ainda que com baixa execução global, se encontra em velocidade de cruzeiro. Mantém-se, no entanto, o ónus sobre o desempenho global do Programa devido ao atraso na sua efectiva implementação. Este atraso irá inevitavelmente prejudicar o sucesso global do programa, em conjugação com a actual situação macroeconómica fortemente negativa vivida em Portugal. Importa ainda referir que no actual contexto económico é importante que a dotação pública nacional atribuída ao programa seja efectivamente utilizada na medida em que este investimento público nacional gera em prazos curtos retornos superiores por via fiscal (nomeadamente aumento de IRC, IRS, IVA e contribuições para a Segurança Social). Assim, a adequada execução do Programa constitui um contributo significativo para o cumprimento das obrigações orçamentais do Estado Português.

Por outro lado, a colocação do Programa em velocidade de cruzeiro mostra que o Programa é implementável e que, portanto, o atraso na sua implementação não é consequência de uma falha fundamental na sua concepção. Como recomendação global destaca-se, assim, a manutenção do trabalho de gestão conseguido nos últimos dois anos, em particular ao nível da contratação, e reitera-se a necessidade da manutenção de uma gestão orçamental flexível, que permita transferir verbas de

medidas com execução baixa para medidas com elevada capacidade de absorção de fundos, garantindo o cumprimento da regra n+2. Ainda, no âmbito das recomendações mais abrangentes, é ainda recomendável a continuidade do esforço de melhoramento do sistema de informação, em particular a articulação entre o SiProDeR e SIFAP. No que diz respeito a recomendações direccionadas a Medidas/Acções específicas, estas são apresentadas de seguida acompanhadas de uma visão global do desempenho dos 4 subprogramas que constituem o ProDeR.

### **Subprograma 1**

A importância global do Subprograma 1 no desempenho do programa é indicada pelo seu peso orçamental no global do Programa. De entre as Medidas/Acções que o constituem, é expectável, face às suas dotações e objectivos, que grande parte do impacto do programa seja gerada pelas Acções 1.1.1, 1.1.3 e 1.3 e 1.6. Em relação à Acção 1.1.1 o único concurso aberto no período em análise decorria a 31.12.2010 pelo que a avaliação não resulta em recomendações específicas que alterem as constantes da Avaliação Intercalar. Há ainda a referir, como aspecto importante e, no âmbito da gestão flexível que se recomenda, o reforço orçamental da Acção em 50 milhões de Euros. A Acção 1.1.3 foi alvo das alterações regulamentares constantes da Portaria 184/2011 de 5 de Maio, decorrendo presentemente um concurso, já de acordo com esse normativo, com efeitos a 1 de Junho de 2011. Considera-se, portanto, que uma análise detalhada da eficácia e eficiência da Acção, e elaboração de conclusões e eventuais recomendações, deve ser feita futuramente e considerando o seu novo enquadramento regulamentar. Nas principais conclusões da Avaliação em relação à Medida 1.3 destaca-se a possibilidade de apresentação de candidaturas em contínuo, conforme sugerido pela Avaliação Intercalar que recomendara a alternativa de apresentação simultânea de candidaturas a várias Medidas para a mesma unidade de gestão. As outras conclusões são as seguintes, em alguns aspectos já identificadas anteriormente: evidente complexidade na articulação exigida entre organismos do MADRP (a nível central e regional) e na relação das tutelas sectoriais com a Autoridade de Gestão do Programa; sistema pesado no que se refere aos requisitos burocráticos de natureza administrativa e processual associados à apreciação, aprovação e contextualização das candidaturas; incapacidade dos principais actores das fileiras florestais em dinamizar projectos de investimento que dêem corpo às abordagens de “clusterização” de actividades e a dinâmicas de florestação e de valorização das funções ecológicas com adequação das medidas de protecção e gestão florestal, segmentos de intervenção indispensáveis à concretização de vertentes-chave de Estratégia Nacional para as Florestas.

Tendo presente que as Recomendações efectuadas no âmbito da Avaliação Intercalar concluída no final de 2010 são recentes, na parte em que se mantêm válidas, são sintetizadas nos *itens* seguintes: uniformização de procedimentos associados à fase de análise de candidaturas, p.e., promovendo um maior diálogo entre técnicos das DRAP e projectistas; reforço da formação específica dos operadores relativamente às Medidas florestais, em particular no que diz respeito à formalização de candidaturas, documentação e condições de elegibilidade; e definição da metodologia para cálculo dos indicadores de resultado e impacto que envolvam a determinação do VAB.

No respeitante à Medida 1.6, o trabalho de avaliação desenvolvido permite identificar que o principal problema que se coloca à execução consiste na capacidade financeira das entidades para iniciar e desenvolver os projectos, situação que resultou numa baixa taxa de execução financeira da Medida, face aos compromissos já assumidos. As principais recomendações produzidas pela Equipa de Avaliação contemplam: o reforço da verba destinada à melhoria da eficiência dos regadios públicos e à reabilitação dos aproveitamentos hidroagrícolas, segmentos de apoio considerados estratégicos para a gestão dos recursos hídricos e competitividade de áreas privilegiadas de produção; reflexão sobre a pertinência e relevância dos apoios à Acção 1.6.4 e, no caso de decisão pela não abertura de mais concursos, considerar a alocação da restante dotação financeira numa das outras Acções da Medida (1.6.1 ou 1.6.3) e flexibilização do período de execução física e financeira dos projectos, tendo em conta o volume de investimento e a importância da execução de determinadas obras. Essa flexibilização deverá ocorrer em caso de apresentação de motivos específicos e analisada caso a caso. Por fim, e no que diz respeito à Acção 1.1.2, Acção 1.4.1 e à Medida 1.2 importa referir, em relação à primeira, que a baixa adesão identificada na avaliação intercalar foi ultrapassada e, em relação à segunda, a Avaliação regista apenas que a dotação orçamental é suficiente para o cumprimento dos compromissos assumidos até à data a que reporta a avaliação. No tocante à Medida 1.2, esta foi objecto de uma análise mais detalhada em consequência dos resultados da Avaliação Intercalar, e da continuada baixa adesão. As actividades de avaliação desenvolvidas permitiram concluir que as alterações introduzidas na regulamentação da Medida não foram suficientes para aumentar a adesão, pelo que, deve haver lugar a intervenções de modo a conciliar aquilo que se reconhece como vontade política, evidências económicas e necessidades reais dos agentes do sector. Assim, face à actual arquitectura da Medida, importa referir que as situações de dificuldades financeiras que alguns dos agentes atravessam podem, em alguns casos, constituir um entrave a vontades reais de encetar processos de

cisão ou fusão (essencialmente nestes). Assim, a Equipa de Avaliação considera, a este respeito (isto é, quando o constrangimento é financeiro – falta de liquidez dos potenciais intervenientes num processo de cisão ou fusão), que nestas situações a activação de mecanismos financeiros como os previstos na Acção 1.5.1, poderia ser útil, sendo contudo, que o recurso a estes instrumentos tem de ser pensado num quadro que carece de análise aprofundada incluindo os resultados de aplicação de instrumentos desta natureza no Agro (anterior Quadro Comunitário).

Por último, recomenda-se ainda que, em termos da regulamentação da Medida, a complementaridade esperada entre a Medida 1.2 e a Acção 1.1.1c2, especialmente com referência à elegibilidade dos investimentos, deve ser, futuramente, mais clarificadora. Sem prejuízo da relevância das recomendações apresentadas importa esclarecer os aspectos de natureza cultural, um dos constrangimentos identificados na avaliação da Medida, se manterão mesmo num cenário de reformulação e ajustamento da Medida.

## **Subprograma 2**

As Acções com maior impacto na execução orçamental do Subprograma 2 são claramente as Acções 2.1.1, 2.1.2, 2.2.1, 2.2.2 e a 2.2.4.

A Medida 2.1 apresenta, em termos médios e considerando todas as acções, uma execução de 59%. A análise da sua realização permitiu concluir que os apoios estão, efectivamente, a chegar aos proprietários responsáveis pela manutenção da actividade agrícola nas ZD. Todavia, de forma a garantir a sua sustentabilidade a longo prazo, haveria que incentivar a adesão de jovens agricultores. No caso das Zonas de Montanha em Rede Natura era, também, essencial que a AG garantisse uma maior divulgação e acompanhamento nestes territórios, em articulação com o ICNB. Futuros programas de apoio devem ter em consideração que os objectivos deste tipo de apoios beneficiariam da existência de factores de diferenciação que privilegiassem a sua atribuição a concelhos com maior risco de abandono e maior susceptibilidade aos incêndios florestais.

As dificuldades de adesão e as desistências têm sido apontadas como razões para o facto do número de candidaturas à Acção 2.2.1 Alteração dos Modos de Produção estarem abaixo da meta. No entanto, a área apoiada tem um bom nível de realização, o que denota que os apoios têm ido, essencialmente, para explorações com maior dimensão. Foram tomadas acções com previsíveis impactos positivos no desempenho dos indicadores de realização. Todavia, o seu efeito foi limitado pela decisão de suspender a apresentação de novos pedidos de apoio.

No que diz respeito à Acção 2.2.2 Protecção da Biodiversidade Doméstica, há apenas que ajustar a meta do “número de explorações ou de unidades com outras formas de gestão”, face à constatação de que as raças apoiadas se concentram num número mais reduzido de explorações. Isto é válido mesmo após a suspensão de candidaturas à Acção, pelo facto de ser permitido aumentar o número de animais candidatos.

Na Acção 2.2.4, os resultados dão indicação de alguma contenção, por parte dos beneficiários, no que diz respeito à área apresentada nos pedidos de apoio, o que se deve sobretudo à modulação. De momento estão suspensas as candidaturas a novos compromissos, pelo que não se coloca a hipótese de contrariar esta tendência com acções específicas, nomeadamente flexibilização de algumas condicionantes e re-avaliação das condições de funcionamento que tornem o nível de apoio mais compensador face aos custos.

Transversalmente a todas as agro-ambientais, a análise cruzada dos beneficiários dos apoios da Medida 2.2 e do RPU chama a atenção para a necessidade de ter em consideração, em futuros programas de apoio, a sobreposição de apoios e condicionantes ambientais, de forma a otimizar os benefícios ambientais pretendidos. Complementarmente, sugere-se que sejam estabelecidos critérios diferenciadores das culturas na atribuição dos apoios, em termos dos seus benefícios ambientais e reduzidos impactos.

Nas principais conclusões da Medida 2.3, destaca-se, a possibilidade de apresentação de candidaturas em contínuo, conforme sugerido pela Avaliação Intercalar que recomendara a alternativa de apresentação simultânea de candidaturas a várias Medidas para a mesma unidade de gestão. Face às dinâmicas de execução da Medida, nesta fase os contributos expectáveis dos projectos em execução para a concretização de alguns objectivos da Medida 2.3. são muito residuais. Apenas a Acção 2.3.1 revela alguma dinâmica, com a implementação e manutenção de diversas componentes das redes de DFCI.

As principais recomendações relativas à Medida 2.3 referem-se: à discriminação positiva dos investimentos com escala territorial e de maior dimensão de molde a diminuir os riscos associados aos investimentos, em particular nas regiões onde a estrutura fundiária é menos favorável; ao desenvolvimento e implementação do conceito de Contrato-programa com entidades que promovam uma absorção eficiente dos fundos disponíveis, de que são exemplo as ZIF de maior consolidação e intervenções sectoriais específicas (p.e., a regeneração natural do pinheiro bravo); à

consideração na Acção 2.3.2, na Sub-acção 2.3.3.2. e nos investimentos de (re) florestação e de reconversão de espécies mal adaptada, apenas de espécies consideradas pelos PROF como espécies a incentivar; à dispensa de inscrição no Parcelário e/ou elaboração de cartografia por prédio rústico, mas sim por limite exterior, não obstante poder ser entregue antes do último pedido de pagamento; e à realização de acções específicas de divulgação da Medida junto de organismos da Administração Local e considerar a realização de acções de divulgação/formação junto de técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais, nas regiões onde a adesão destes organismos foi menor.

Os resultados da análise da Medida 2.4 reflectem os esforços da AG ProDeR na resolução de alguns dos motivos identificados para a baixa adesão e da desadequação da medida, em articulação com os representantes do sector. Neste relatório apresenta-se um levantamento de algumas limitações ao seu funcionamento, das quais se destacam a falta de flexibilidade de algumas condicionantes face às especificidades locais de cada ITI, a falta de agilidade no acesso aos apoios de que as ELA dispõem, a complexidade e insuficiência dos apoios silvo-ambientais, a não cedência de informação sobre os beneficiários e áreas aderentes às ELA, as lacunas de competências técnicas na constituição de algumas ELA e a falta de informação, de meios e de articulação na definição e implementação da monitorização dos indicadores de resultado. A diversidade de problemas recomenda uma articulação entre a AG ProDer e as ELA na procura de soluções expeditas e flexíveis.

No caso específico dos territórios em Rede Natura, os apoios da ITI carecem de maior articulação com as políticas de conservação de natureza e com as medidas de gestão do plano de gestão da Rede Natura, bem como de ser enquadrados numa lógica de desenvolvimento rural. A sugestão feita pelo ICNB vem no sentido dos apoios passarem a ser dados em função dos investimentos feitos na actividade agrícola, e não apenas como compensação pela perda de rendimentos. A Equipa de Avaliação considera, todavia, que tal só é exequível se houver receptividade a que algumas práticas e ocupações agrícolas tradicionais sejam mudadas para outras tecnicamente adequadas às condições produtivas da propriedade e aos valores naturais que lá se encontram.

Por fim, salienta-se a recomendação da Equipa de Avaliação de permitir que entidades privadas façam a dinamização e gestão das ITI.

### Subprograma 3

Dada a homogeneidade da estrutura do Subprograma e coerência das Medidas em termos de objectivos de desenvolvimento rural as conclusões e recomendações são também transversais ao Subprograma. O exercício de avaliação identifica o esforço da Autoridade de Gestão em clarificar procedimentos de forma a agilizar os processos, tentando minimizar os principais factores que têm condicionado a adesão dos beneficiários. Sem prejuízo do exposto, é necessário não perder de vista a realidade dos tecidos empresariais locais para a concretização dos objectivos do subprograma. A execução física e financeira do Subprograma ganhou uma nova dinâmica com o Despacho nº 5/2010 de 28 de Junho de 2010, contudo, a opção de aprovação de todos os projectos com parecer favorável, mesmo os de menor valia económica, pode vir a condicionar a cobertura de apoio a outros projectos de maior valia técnica e económica. Este problema decorre dos actuais procedimentos concursais, considerados menos adequados para os GAL, sendo preferível a adopção de uma prática de 'balcão aberto'. Em relação à abordagem LEADER tem-se verificado o relativo afastamento entre as ETL e os promotores, diminuindo a possibilidade de aproximar mais os projectos das ELD ou mesmo de encorajar os promotores para domínios considerados relevantes para o desenvolvimento rural.

Na Avaliação Intercalar sugeriu-se um conjunto de recomendações que se mantêm de uma forma geral actuais e que se complementam neste momento da Avaliação Contínua com outras consideradas igualmente adequadas, resultantes das entrevistas efectuadas e do 2º Inquérito on-line aos Coordenadores dos GAL. A operacionalização das Recomendações envolve tanto a Autoridade de Gestão como os GAL, segundo a natureza e âmbito de cada uma delas.

Assim, as principais recomendações relativamente a este Subprograma são sintetizadas de seguida, abrangendo os 4 vertentes fundamentais: constituição e Funcionamento dos GAL, Concepção das ELD, Implementação e Execução das ELD e Eficácia e Eficiência do subprograma. Em relação à Constituição e Funcionamento dos GAL recomenda-se que seja efectuado junto dos promotores e dos seus prestadores de serviços um trabalho de maior sensibilização para o modelo de desenvolvimento subjacente às ELD, procurar outras formas de financiamento para assegurar um modelo de funcionamento mais autónomo, incrementar a demonstratividade e transferibilidade de boas práticas. No que diz respeito à Concepção das ELD as recomendações apontam para a necessidade de aprofundar as estratégias ao longo do processo de implementação, no sentido de actualizar os diagnósticos e adequá-las

à realidade dos territórios de intervenção e do enquadramento do ProDeR. No tocante à Implementação e Execução da ELD recomenda-se a introdução de procedimentos/novas formas de funcionamento que possibilitem uma interacção mais positiva entre o ProDeR e as ELD; garantir maior celeridade nas contratualizações dos projectos aprovados, através da melhoria da eficácia na articulação GAL-AG PRODER-IFAP; proceder à revisão das Metas para as diferentes Acções, ajustando-as às perspectivas de evolução; rever o modelo de abertura de concursos, podendo, em alternativa, enveredar-se pela modalidade de 'balcão aberto.

Por fim, relativamente à Eficácia e Eficiência do subprograma recomenda-se a adopção de medidas de simplificação administrativa mais adequadas às características dos projectos, dos promotores e dos territórios; clarificar o cumprimento do CCP por parte das entidades privadas; criar mecanismos que permitam ultrapassar os constrangimentos que têm dificultado o carregamento de informação por parte dos GAL no Sistema de Informação, dinamizar a iniciativa de projectos com forte componente imaterial, nomeadamente quer de cariz social e cultural.

#### **Subprograma 4**

O exercício de avaliação permite concluir que grande parte do volume de aprovações e, sobretudo, de contratações de projectos, ocorreu no 2º Semestre de 2010 (Inovação e Formação), com implicações nos ritmos de execução das actividades e de processamento de despesas que, de um modo geral, atingem valores residuais, reflectindo, pontualmente, constrangimentos orçamentais e dificuldades económicas em conjuntura recessiva prolongada mas também estratégias passivas das Entidades Parceiras no processamento de Pedidos de Pagamento. A análise ao nível das Medidas que constituem o Subprograma permitiu concluir, em relação à Medida 4.1. que persistem debilidades técnicas na instrução/fundamentação dos Planos de Acção, não obstante o esforço de capacitação induzido pelo Secretariado Técnico, nomeadamente através de formação a potenciais beneficiários. Conclui-se igualmente pela ocorrência de dinâmicas positivas em termos de trajectória de *concretização de objectivos* e de *concretização gradual de resultados esperados* dos projectos aprovados e pelo desenho de dinâmicas animadoras patentes no novo ciclo de candidaturas no âmbito do 2º Concurso, a par de uma procura global de financiamento superior à dotação orçamental a Concurso. Em relação à Medida 4.1 recomenda-se a monitorização da execução das operações através de um trabalho

técnico de conhecimento das actividades realizadas que salvaguarde os objectivos e resultados que fundamentaram a celebração dos Contratos, bem como, o reforço do envolvimento das Associações de Produtores nos projectos, com funções de dinamização da procura empresarial de inovação por parte dos seus associados e outros agentes dos sectores agrícola, pecuário e florestal, mas também intervindo na dinamização de novos interfaces Produtores/Centros Tecnológicos/Universidades. Da avaliação da Medida 4.2 resulta a evidência do desfasamento entre a regulamentação das ajudas à 1ª instalação (Acção 1.1.3) e a implementação da formação de jovens agricultores, com reflexos na dinâmica de realização das acções-chave da Acção 4.2.1. A relevância estratégica e operacional da operacionalização da formação de activos dos sectores da Produção, Transformação ou Comercialização e Silvicultura (abertura de Concurso no final de Outubro), dando sequência formal ao trabalho de preparação efectuado em articulação com a DGADR e a AFN foi igualmente observada. Há ainda a referir a estruturação das redes temáticas, dinamizadas, sobretudo pelas Associações e Instituições do Ensino Superior, com trabalho em curso de produção de informação especializada dirigida a importantes actividades agrícolas, com destaque para as fileiras estratégicas das frutas, flores, olival e florestas. As recomendações dirigidas a esta Medida vão no sentido de: flexibilizar as condições de operacionalização das componentes de formação/Módulo Formação específica para a orientação específica dos projectos de investimento, de modo a facilitar a estruturação de grupos de formandos; equacionar o desfasamento da Componente Prática em contexto empresarial, enquadrando-a igualmente numa perspectiva de aperfeiçoamento e reciclagem associada à prática em contexto de trabalho e beneficiando da tutoria e avaliar a viabilidade de soluções técnicas ajustadas ao acompanhamento de uma amostra representativa das intervenções de formação, no sentido da monitorização efectiva dos respectivos resultados e efeitos sobre os beneficiários directos, a organização do trabalho e a actividade económica das explorações, e sobre as Organizações de Agricultores. A respeito da Medida 4.3 as principais conclusões remetem para os elevados níveis de criação de serviços de aconselhamento propostos, superiores às metas programadas, os bons índices de cobertura territorial dos serviços a prestar, de acordo com as áreas de influência das entidades titulares e a constatação de que a modalidade de pagamento (por reembolso) é penalizadora dos adquirentes do serviço, reflectindo-se em dificuldades de adesão dos beneficiários finais (situação relacionada com o contexto económico desfavorável para as actividades agro-pecuárias e com os encargos associados ao acesso ao serviço que são frequentemente superiores ao montante da ajuda e se

afiguram incomportáveis para muitas explorações). Face a este quadro de conclusões recomenda-se a monitorização das actividades de prestação de serviços das entidades beneficiárias das Acções da Medida, com vista a ter uma visão compreensiva dos elementos de execução, face ao reduzido montante da despesa submetida; que seja contemplada a possibilidade de um reembolso intercalar associado à aprovação do Plano de Acção, que enquadra os serviços a prestar e os indicadores a preencher pelas explorações e que se dinamize a oferta de serviços de aconselhamento junto dos beneficiários directos, nos domínios de Gestão e Substituição das explorações agrícolas e pecuárias de modo a gerar resultados e efeitos em matéria de modernização e inovação de gestão das explorações.

# 1 INTRODUÇÃO

---

O Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 Setembro de 2005, no art.º 86 determina a necessidade de existência de um sistema de avaliação contínua para cada programa de Desenvolvimento Rural.

O procedimento de avaliação contínua instituído, e que constitui uma nova prática face ao passado, tem como objectivo fazer da avaliação dos programas de desenvolvimento rural um processo em continuidade onde cada fase serve de preparação à fase seguinte até à realização da avaliação Ex-post, em 2015, possibilitando a disponibilização de resultados dos programas numa tipologia comum desde o início de forma a tornar a avaliação mais útil à gestão quer de cada programa quer do próprio FEADER.

A Avaliação Anual de 2010 tem como referencial a Avaliação Intercalar e obedece aos objectivos genéricos estabelecidos pela Comissão Europeia para a avaliação contínua inscrito no art.º 86 do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 Setembro de 2005:

- ◆ Examinar os progressos verificados no programa em relação aos seus objectivos, por meio de indicadores de realização e de resultado;
- ◆ Aperfeiçoar a qualidade dos Programas e a sua execução, nomeadamente, através da melhoria do sistema de gestão e acompanhamento;
- ◆ Examinar propostas para alterações substanciais dos Programas, assim como os impactos das alterações efectuadas;
- ◆ Preparar a Avaliação ex-post, nomeadamente, através da implementação de metodologias de trabalho que permitam preencher os requisitos dessa Avaliação.

O presente documento constitui o Relatório Final da Avaliação de 2010 e a sua estrutura visa dar resposta aos objectivos que enquadram as avaliações anuais. O presente relatório reporta ao período 1 de Janeiro 2010 a 31 de Dezembro de 2010, sem prejuízo da inclusão de aspectos de evolução geral do programa que se apresentam, sempre que tal foi considerado pertinente.

## 2 CONTEXTO DA AVALIAÇÃO

---

### 2.1 INFORMAÇÃO CONTEXTUAL DO PROGRAMA

As prioridades do ProDeR decorrem do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PENDR) e foram escolhidas em função das orientações estratégicas comunitárias. São três os eixos estratégicos para o desenvolvimento rural definidos no PENDR – estabelecidos em consonância com os eixos prioritários do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural):

- ◆ Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- ◆ Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- ◆ Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

As actuações inscritas no ProDeR com vista ao cumprimento destes objectivos estratégicos encontram-se agrupadas por Eixo, subprogramas e Medidas (Acções e Sub-acções). O ProDeR encontra-se estruturado, a nível da concepção e organização, em quatro Eixos Prioritários que englobam quatro subprogramas. A articulação entre os objectivos estratégicos definidos no PENDR e os objectivos inerentes à concepção do ProDeR encontra-se esquematizada no Quadro 1.

A pertinência, relevância e coerência da estratégia definida para o Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (ProDeR), foi validada em sede de Avaliação Intercalar.

### 2.2 ACTUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A tardia disponibilização do Recenseamento Agrícola 2009 pelo INE não permitiu o desenvolvimento desta vertente de avaliação face à análise apresentada em sede de Avaliação Intercalar. Assim, será um aspecto a desenvolver nas futuras avaliações anuais.

Quadro 1 – Articulação dos objectivos do PENDR e do ProDeR

Objectivos Estratégicos do PENDR	Eixos Prioritários do ProDeR	Objectivos principais dos Subprogramas do ProDeR
<p>1. Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal</p>	<p>Eixo 1 - Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal</p>	<p>Subprograma 1</p> <p>Desenvolver e organizar as fileiras produtivas</p> <p>Reestruturar e desenvolver o potencial físico e humano</p> <p>Promover a inovação</p> <p>Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas</p> <p>Estabelecer ou melhorar as relações interprofissionais</p> <p>Subprograma 4</p> <p>Desenvolver as competências associadas ao complexo agro-florestal</p> <p>Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano</p> <p>Promover a inovação</p>
<p>2. Gestão Sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais</p>	<p>Eixo 2 - Melhoria do Ambiente e da paisagem rural</p>	<p>Subprograma 2</p> <p>Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras</p> <p>Proteger os recursos hídricos e o solo</p> <p>Contribuir para a atenuação das alterações climáticas</p> <p>Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas</p>
<p>3. Revitalização económica e social das zonas rurais</p>	<p>Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural</p>	<p>Subprograma 3</p> <p>Diversificar a economia rural</p> <p>Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais</p> <p>Desenvolver competências nas zonas rurais</p>

## 2.3 FINALIDADE E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO

A Avaliação Anual de 2010 tem como referencial a Avaliação Intercalar e obedece aos objectivos genéricos estabelecidos pela Comissão Europeia para a avaliação

contínua inscrito no art.º 86 do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 Setembro de 2005:

- ◆ Examinar os progressos verificados no programa em relação aos seus objectivos, por meio de indicadores de realização e de resultado;
- ◆ Aperfeiçoar a qualidade dos Programas e a sua execução, nomeadamente, através da melhoria do sistema de gestão e acompanhamento;
- ◆ Examinar propostas para alterações substanciais dos Programas, assim como os impactos das alterações efectuadas;
- ◆ Preparar a Avaliação ex-post, nomeadamente, através da implementação de metodologias de trabalho que permitam preencher os requisitos dessa Avaliação.

Tal como dito acima, a Avaliação de 2010 tem como referencial a Avaliação Intercalar. Pretendeu-se, assim, fazer uma actualização dos conteúdos apresentados na Avaliação Intercalar (com excepção das respostas às questões de avaliação específicas e horizontais) considerando, não apenas a actualização inerente ao alargamento do período temporal de análise, mas explorando aspectos cuja análise foi menos aprofundada. Assim, a Equipa de Avaliação considerou útil, ainda que tal não corresponda a uma exigência da Comissão, desenvolver nesta avaliação trabalho conducente ao cálculo dos indicadores de impacto em sede de Avaliação Ex-post. Este esforço foi centrado na definição de metodologias e informação necessária para a sua estimativa. A secção metodológica deste relatório apresenta esse desenvolvimento metodológico que será refinado ao longo das avaliações anuais.

## 3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

---

### 3.1 MÉTODOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO

A metodologia aqui apresentada assenta numa lógica de encadeamento de resultados das várias vertentes da avaliação, tal como sugerido nas fichas de avaliação apresentadas em sede de Proposta. Pretende-se, portanto, manter, ao nível da Medida, aspectos como: Concepção e Programação, Gestão e Acompanhamento, Divulgação, Sistema de Informação, Realizações e Identificação de pontos fortes e fracos da execução, Resultados e Impactos. Consoante a sua pertinência para a Avaliação, em alguns casos, a análise focou-se em apenas alguns destes aspectos. Todas as Medidas/Acções regulamentadas a 31.12.2010 serão objecto de análise.

Os instrumentos de avaliação utilizados, sempre que se justificou, foram os apresentados em sede de proposta (Quadro 2). Dada a natureza do trabalho a desenvolver, neste momento avaliativo, salienta-se o recurso à análise documental e estatística e, em alguns casos, o recurso a entrevistas e Estudos de Caso.

## Quadro 2 - Elementos metodológicos da Avaliação

### B.1. Análise documental

Documento do ProDeR, Regulamentos específicos das Medidas e Acções, Relatórios de Execução, Relatórios de Avaliação anteriores, documentos sectoriais, dossiers de candidatura, pareceres especializados, estudos de impacto ambiental e declarações de impacto de projectos aprovados.

### B.2. Análise estatística

Bases de dados de execução das acções; Estatísticas Agrícolas, em particular o RGA2009 (caso disponibilizado atempadamente).

### B.3. Entrevistas com interlocutores-chave

[A utilizar, em particular, nas Medidas 1.2, Acção 1.4.2, Acção 2.2.1 e Medida 2.4]

AG ProDeR, beneficiários de projectos relevantes apoiados, organizações de produtores, especialistas relevantes, a nível nacional, nas universidades, laboratórios de investigação, organismos da administração ...

As linhas orientadoras das entrevistas devem incidir, nomeadamente, nas matérias seguintes: aderência dos objectivos da Medida à realidade portuguesa; principais aspectos que necessitam de implementação prioritária; expectativas quanto à eficácia da Medida relativamente às suas variáveis chave de sucesso; campos de produção de resultados e efeitos; ...]

### B.4. Inquéritos a promotores

[A utilizar, em particular, nas Medidas 4.1, Medida 4.2 (Acção 4.2.1, Acção 4.2.2), Medida 4.3 (Acção 4.3.1 e Acção 4.3.2), Medida 3.5]

### B.5. Estudos de caso

[A utilizar, em particular, na Medida 1.3, Medida 1.6 e Medida 2.3]

## 3.2 LIMITAÇÕES E OPÇÕES METODOLÓGICAS

Apresenta-se nesta secção o conjunto de opções metodológicas definidas para a Avaliação Anual. Essas opções metodológicas referiam-se, no essencial, a três grandes componentes da Avaliação:

- ◆ actualização do diagnóstico;
- ◆ enfoque especial na avaliação de certas Medidas/Acções tendo por base os resultados da Avaliação Intercalar;
- ◆ análise da coerência das metas dos indicadores; e
- ◆ estimativa dos indicadores de Impacto.

A **actualização do diagnóstico** de partida foi comprometida pela tardia disponibilização do RGA 2009 pelo INE e, portanto, a ausência de informação relevante para este facto face ao apresentado em sede de Avaliação Intercalar, levou a que se tenha decidido proceder a esta actualização em futuros momentos avaliativos.

Relativamente ao **enfoque especial na avaliação de certas Medidas/Acções**, a sua selecção visa dar resposta a aspectos levantados em sede de Avaliação Intercalar, tal como motivado na secção correspondente a cada uma dessas Medidas/Acções. Sem prejuízo do exposto, importa salientar que todas as Acções regulamentadas a 31.12.2010 serão avaliadas e a sua avaliação será desenvolvida de acordo com as componentes de avaliação sintetizadas na Secção 3.1.

Sempre que se justificar, a **coerência das metas dos indicadores**, em função das actuais taxas de cumprimento, será avaliada no sentido de identificar a necessidade de potenciais ajustes. Trata-se de uma análise complexa que exige a compilação da informação de base utilizada na estimativa das metas, cruzamento com a dinâmica da Acção e naturalmente uma interacção com o GPP e AG ProDeR.

No que diz respeito à **estimativa dos indicadores de impacto**, a Equipa de Avaliação entende que o trabalho de desenvolvimento metodológico para estimativa dos indicadores de impacto, a apresentar em sede de Avaliação Ex-post, deve integrar as avaliações anuais. O objectivo é proceder quer ao desenvolvimento metodológico quer ao levantamento de necessidades de informação necessária à sua implementação. A selecção de um Sub-conjunto de Medidas, referenciadas como Medidas-chave, para efeito da estimativa dos indicadores de impacto, definido em sede de Avaliação Intercalar permanece (futuramente poderá a ser ajustada em função dos níveis de execução das medidas que compõem o Programa). Na Secção 3.3 apresentam-se os desenvolvimentos metodológicos para os indicadores: Crescimento Económico, Qualidade da Água e Combate às Alterações Climáticas.

## 3.3 INDICADORES DE IMPACTO

### 3.3.1 IMPACTO ECONÓMICO

Apresenta-se nesta secção, tal como proposta no relatório preliminar da Avaliação, a metodologia a utilizar na Avaliação Anual de 2010 para efeito da estimativa do indicador de crescimento económico e contabilização dos efeitos directos e indirectos (restritos aos efeitos de deslocamento).

O impacto do ProDeR no crescimento económico é avaliado com recurso ao indicador Variação Líquida do Valor Acrescentado Bruto em Paridades de Poder de Compra (ALVAB-PPS), definido como sendo a alteração de valor acrescentado bruto criada directamente em projectos apoiados pelo ProDeR, e indirectamente na área de aplicação do ProDeR, depois de descontados os efeitos de dupla contagem, peso-

morto (ao nível do beneficiário; escala micro), deslocamento, substituição e multiplicadores (escala macro).

O impacto do programa no crescimento económico será estimado na Avaliação Anual de 2010 considerando unicamente a Acção 1.1.1 Modernização e Capacitação das Empresas pelo facto de ser a Medida que tem uma dotação orçamental mais expressiva do conjunto de medidas que podem influenciar o indicador e pelo facto de nesta fase da Avaliação ser o interesse primeiro desta estimativa uma validação metodológica. Face a esta opção, fica claro que os efeitos de dupla contagem não são algo a ter em conta. A respeito do efeito de peso morto o seu isolamento surge por via da estimativa do indicador se fazer em relação à situação contrafactual, isto é, na ausência do programa. O contrafactual será definido com base no perfil de investimento regional e sectorial. A sistematização deste perfil de investimento deverá beneficiar da informação constante do Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 2009. Esta opção para a definição do contrafactual, ainda que não isenta de erro, permite contornar a não viabilidade do recurso à RICA (Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas) devido à sua baixa representatividade em termos de beneficiários da Acção 1.1.1 (esta baixa representatividade é agravada pelo interesse em recorrer a informação por sectores). No que diz respeito à variação de VAB, ao nível dos beneficiários, esta será obtida com base nos planos de investimento (dados previsionais). Esta abordagem foi efectivamente a que se seguiu em sede de Avaliação Intercalar que será refinada por meio do recurso à soma descontada do VAB ao longo do horizonte dos projectos e não apenas ao VAB do último ano de projecto.

No que diz respeito à estimativa dos efeitos indirectos do programa no crescimento económico (que será restrita à identificação dos efeitos multiplicadores) estes serão quantificados com recurso à análise input-output. Esta análise será aplicada a toda a economia e prosseguirá alimentada pela informação constante das contas de actividade desenvolvidas e utilizadas na avaliação dos planos de investimento pelas DRAP.

### 3.3.2 MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA

As medidas do ProDeR podem afectar a qualidade da água em três factores principais. Estes factores são: a eutrofização, toxicidade e a qualidade da água em geral, como descrito na Figura 1.

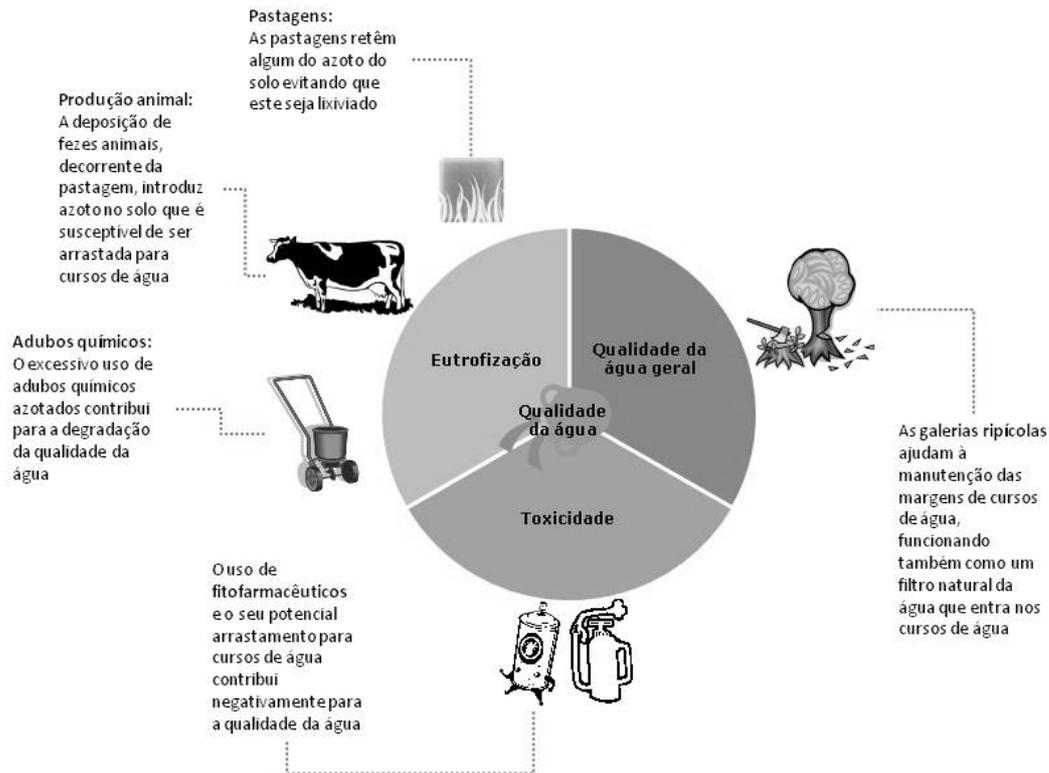


Figura 1 – Factores que afectam a qualidade das águas superficiais

Existem certas actividades que podem impactar quer positiva quer negativamente sobre os três factores identificados acima. Estas actividades estão descritas no Quadro 3.

Foram estimadas as áreas apoiadas nas condições identificadas no Quadro 3 e comparadas com os valores estimados a Junho de 2010 sempre que possível, a fim de averiguar a evolução do programa. Foram ainda tidas em conta a localização das áreas apoiadas uma vez que a disponibilidade de água não é uniforme no país. Sendo o sul consideravelmente mais seco (WWF MedPO, 2010, OCDE, 2008 e IEEP, 2000), serão precisos menores níveis de poluição no Alentejo e Algarve para afectar a qualidade da água. Existem ainda pressões da agricultura em certas regiões hidrográficas que assumem graus de importância: Muito Importante (ex.: as regiões Sado/Mira, Guadiana e Ribeiras do Algarve) e Importante (ex.: as regiões Vouga/Mondego/Lis e Tejo/Ribeiras do Oeste), Rosas *et al.* (2009).

Quadro 3 – Contribuição Qualitativa de várias actividades para a Qualidade da Água

Impactes	Actividades	Contributo para a qualidade da água
	Intensificação da agricultura	- de uma forma geral, a intensificação agrícola resulta num maior uso de adubos químicos e produtos fitofarmacêuticos.
	MPB e MPRODI	+ impõem restrições no uso de adubos químicos (quer por evitar adubações azotadas em terrenos com leguminosas, quer por exigir análises aos solos e planos de adubação, bem como adubos de qualidade diferente), + restrições ao uso de produtos fitofarmacêuticos, + medidas de protecção a galerias rípcolas.
	Bovinos, suínos, aves de capoeira e outros animais	- fezes de animais introduzem azoto no solo ou cursos de água, susceptíveis de alterarem a qualidade das águas.
	Pastagens	+ retêm azoto do solo, evitando a sua lixiviação.
	Culturas de regadio (arroz e hortícolas) e vinhas	- de uma forma geral, culturas de regadio (arroz e hortícolas) e a vinha são culturas com elevado uso em adubos químicos, pelo que o apoio a tais culturas contribui de forma negativa para a qualidade da água, - estas são também culturas onde existe a prática da utilização de produtos fitofarmacêuticos é bastante comum.
	Sementeira directa	+ impõem restrições no modo de utilização de adubos químicos por exigir sementeira directa.

- potencial para degradar a qualidade da água; + potencial para melhorar a qualidade da água.

### 3.3.3 REVERSÃO DO DECLÍNIO DA BIODIVERSIDADE

O Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação e o documento de trabalho sobre as abordagens para avaliar os impactes dos programas de desenvolvimento rural recomendam que este impacto seja avaliado recorrendo ao Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas (IACZA). A metodologia utilizada no cálculo do IACZA foi apresentada, de forma detalhada, no Relatório de Avaliação Intercalar 2009. Entretanto, procedeu-se também ao cálculo do Índice de Aves Comuns de Zonas Florestais (IACZF).

No Relatório de Avaliação Intercalar 2009 salientou-se o facto do actual conjunto de pontos de amostragem que suporta o cálculo do IACZA não permitir avaliar o efeito do programa na totalidade da sua área de actuação em Portugal. Seria importante que futuras monitorizações assegurassem um número e distribuição de pontos de amostragem suficientes para o efeito. Entretanto, a Equipa de Avaliação propõe-se

fazer, na próxima avaliação, uma análise cruzada da informação relativa à variação das populações das espécies de aves consideradas, com a informação disponível quanto à implementação das Medidas 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4. Para tal, todavia, serão absolutamente necessários os dados desagregados resultantes do Censo de Aves Comuns (CAC), correspondentes a todo o período de amostragem, bem como a informação relativa à posição geográfica das quadrículas consideradas para a amostragem.

Já se dispõe, neste momento, de informação geográfica sobre os apoios concedidos no âmbito da Medida 2.1 e da Medida 2.2, a qual requiere, todavia, actualização para 2010. Para o caso específico da Medida 2.4, será necessário obter informação geográfica que complemente os dados relativos às áreas de compromisso já disponíveis. Recomenda-se que tal informação faça parte dos resultados das monitorizações a decorrer nas ITI, no âmbito dos processos em contratação actualmente em curso. Esta informação deve ser complementada com uma adequada caracterização da situação de referência e a possibilidade de comparação de áreas de intervenção com áreas fora da intervenção. Recomenda-se também que exista articulação entre a monitorização a decorrer nas ITI e a monitorização anual levada a cabo anualmente no âmbito do Censo das Aves Comuns, de forma a harmonizar os locais de amostragem sempre que possível.

### 3.3.4 MANUTENÇÃO DE ELEVADO VALOR NATURAL

Este indicador pretende expressar qualitativa ou quantitativamente a alteração, devida aos financiamentos, da área dos sistemas agrícolas e florestais que têm um impacto positivo na biodiversidade (CE, 2010). No Relatório de Avaliação Intercalar de 2009 foi feita referência à metodologia proposta pelo GPP. No que diz respeito às Áreas Florestais de Alto Valor Natural, a Autoridade Florestal Nacional propôs que um Indicador específico de Acompanhamento fosse calculado da seguinte forma:

$$IA_{(\text{ano } i)} = \text{Situação de referência de 2006} + \text{Áreas arborizadas}_{(2006; \text{ano } i)} - \text{Áreas Ardidadas}_{(2006; \text{ano } i)}$$

Sendo que a área arborizada relevante corresponde a plantações apoiadas pelo ProDeR de sobreiro, azinheira, castanheiro, outros carvalhos, outras folhosas, pinheiro manso e outras resinosas. De momento não se dispõe de informação para o cálculo deste indicador, nomeadamente a área arborizada por espécie utilizada pela AFN na definição das Áreas Florestais de Alto Valor Natural, bem como a área ardida também por espécie dominante.

### 3.3.5 CONTRIBUIÇÃO PARA O COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Existem seis factores que contribuem para as alterações climáticas. Estes factores são: a utilização de adubos azotados, a produção animal, a produção de arroz, a fixação de azoto por pastagens evitando a sua nitrificação para óxido nitroso, o sequestro de carbono por pastagens permanentes biodiversas, e as operações mecânicas no solo que podem contribuir para a libertação do carbono acumulado no solo sob a forma de matéria orgânica (ou a utilização de práticas agrícolas que promovem a redução de emissões de carbono do solo, como a sementeira directa). A forma como estas foram contabilizadas encontra-se descrita em baixo.

A redução da utilização de adubos químicos é feita essencialmente na Acção 2.2.1, contribuindo para o combate às alterações climáticas uma vez que impõe restrições no uso de adubos químicos (quer por evitar adubações azotadas em terrenos com leguminosas, quer por exigir análises aos solos e planos de adubação, bem como adubos de qualidade diferente). No entanto, de uma forma geral, as culturas de regadio e a vinha são culturas com elevado uso em adubos, pelo que o apoio a tais culturas contribui de forma negativa para o combate às alterações climáticas (Acções 1.6.1, 1.6.2 e 2.2.4).

No que respeita à produção animal, foram estimadas as cabeças de bovinos apoiados pelo programa e convertidas para toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente (ton CO<sub>2-e</sub>). Estas emissões foram determinadas com base em factores de emissão para as emissões de metano devido à fermentação entérica (no sistema digestivo dos animais) e emissão de metano dos dejectos animais publicados pelo IPCC (1996), factores de emissão de óxido nitroso dos dejectos publicados pelo IPCC (1996) e os potenciais de contribuição para o aquecimento global, em termos de ton CO<sub>2-e</sub>, publicados pelo IPCC (2007).

As emissões de óxido nitroso da produção de arroz foram determinadas seguindo a mesma metodologia apresentada pelo inventário nacional de emissões de GEE (Pereira *et al.*, 2009), e usando as áreas apoiadas pelo ProDeR (MADRP, 2011 e SiProDeR, consultado em Maio de 2011). As emissões foram então convertidas para toneladas de CO<sub>2-e</sub> usando os potenciais de aquecimento global apresentados pelo IPCC (2007). Os valores obtidos referem-se a emissões apoiadas pelas Acções 1.6.1, 1.6.2, 2.2.1 e 2.2.4. Para o caso específico das Acções dentro da Medida 1.6, foram usados as diferenças entre as situações com e sem projecto, pelo que os valores indicam se houve ou não uma melhoria no que respeita atenuar a contribuição para as alterações climáticas.

Segundo alguns autores (ex.: OCDE, 2008), as pastagens fixam azoto do solo. Este facto permite que menos quantidade de azoto do solo se nitrifique para óxido nitroso, reduzindo assim a contribuição para as alterações climáticas. As pastagens permanentes biodiversas, em particular, têm o potencial de sequestrar carbono. No presente relatório este contributo foi quantificado com recurso à metodologia desenvolvida por Teixeira *et al.* (2008). Esta pode ser descrita como a multiplicação da área de pastagem por factores de sequestro por unidade de área. Na ausência de informação sobre o ano de instalação da pastagem e, conseqüentemente, da sua idade, utiliza-se um factor médio nacional. Este factor médio é obtido considerando a média do sequestro anual de uma pastagem durante 10 anos, o período durante o qual ocorre o sequestro mais significativo. No caso de se dispor de informação sobre o ano de instalação pode utilizar-se um factor específico, consoante a idade da pastagem. Nesse caso, é necessário multiplicar a área total de PPSBRL de cada idade pelo factor de sequestro respectivo, e depois somar o carbono total sequestrado por todas as áreas de PPSBRL.

Uma das práticas de gestão agrícola que as medidas agro-ambientais pretendem promover é a sementeira directa. Tem grandes potencialidades documentadas de sequestro de carbono, o qual foi nesta avaliação estimado multiplicando a área total pelo factor de sequestro  $2,2 \text{ tonCO}_2 \cdot \text{ha}^{-1} \cdot \text{ano}^{-1}$ , de acordo com Rosas *et al.* (2009). Ao não permitir a entrada de oxigénio limita o processo de respiração no solo evitando que o carbono atmosférico acumulado nas raízes através da fotossíntese seja emitido de novo para a atmosfera. A Acção 2.2.4 foi precisamente criada pela Portaria nº 427-A/2009 para aumentar o número de potenciais beneficiários de apoio a práticas de sementeira directa ou mobilização em linha, dando resposta à necessidade de cumprir a meta inscrita no Plano Nacional para as Alterações Climáticas relativa ao contributo da agricultura para o sequestro de carbono. É de salientar que a intensificação da agricultura promovida pelas Acções 1.6.1 e 1.6.2 irá trazer um aumento das operações de mobilização do solo, e conseqüentemente, terão um aumento do carbono do solo libertado para a atmosfera, num efeito inverso ao que acontece com a Acção 2.2.4.

## 4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA E ORÇAMENTO

---

### 4.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Em termos de implementação do programa, o ano de 2010, foi marcado por um grande esforço de análise, decisão e contratação de candidaturas. A 31.12.2010 encontrava-se em análise apenas 18,5% das candidaturas recepcionadas (as Medidas SIGC não contabilizadas).

Em termos globais, a taxa de compromisso – com base nas candidaturas aprovadas - era no final de 2010 de 50% dos fundos programados (este valor não conta contabiliza as projecções para 5 anos relativas aos pagamentos plurianuais do subprograma 2). A relação entre o fundo contratado e o programado no final de 2010 era de 48%.

Em termos de regulamentação de Medidas/Acções, foram, no ano de 2010, regulamentadas pela primeira vez a Medida 1.7 (Portaria 811/2010 de 26/08/2010), Medida 3.6 (Portaria 829/2010 de 31/08/2010) e Acção 2.4.2 (Portaria 1245/2010 de 14/12/2010). A 31.12.2010 todas as Medidas/Acções estavam regulamentadas.

Em Março de 2010, foi solicitado um pedido de várias alterações ao programa à Comissão e que vieram a ser publicadas em Agosto de 2010 - Portaria nº 814/2010. Sobre este conjunto de alterações reitera-se que não comprometem os objectivos do programa nem alteram a sua coerência interna, actuando, pelo contrário, reforçando-a. Revelam em muitas das situações uma gestão atenta face aos compromissos de desenvolvimento rural do continente e evolução do contexto socio-económico e normativo, tal como expresso em sede de Avaliação Intercalar.

### 4.2 DISPOSITIVOS DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA

A estratégia de divulgação de comunicação traçada pela AG para o ano de 2010 assentou em grande medida na divulgação de resultados de execução do programa sem prejuízo do cumprimento das outras vertentes do plano de comunicação (tal como expresso no RE 2010).

Os dispositivos de divulgação principais mantem-se como sendo os identificados em sede de Avaliação Intercalar assumindo-se o Website como um instrumento de comunicação fundamental do Programa. A este respeito importa salientar a

disponibilização dos conteúdos do Website em inglês. Também em cumprimento do princípio da transparência da Administração Pública passou a existir a disponibilização de informação relativa aos concursos de aquisição. De um modo geral pode dizer-se que o padrão de divulgação se manteve, salientando-se deste modo os aspectos meritórios apresentados em sede de Avaliação Intercalar. Há ainda a destacar o decréscimo da procura do serviço de contact center por via do endereço electrónico disponibilizado.

No que diz respeito à divulgação e comunicação de aspectos específicos e Medidas/Ações identificaram-se, pontualmente, algumas insuficiências que são referidas ao longo da Análise das Medidas/Ações.

### 4.3 MODELO DE GESTÃO DO PRODER

Em relação à análise efectuada em sede de Avaliação Intercalar, e especificamente em relação ao ano de 2010, há a salientar as alterações introduzidas por via da regulamentação constante do Quadro 4, e que genericamente são um reforço da agilização e desburocratização dos procedimentos de gestão e processuais com vista à facilitação da tomada de decisão. Este contínuo esforço tinha já sido identificado e considerado importante em sede de Avaliação Intercalar, pelo que se considera, nesta perspectiva, a mesma pertinência para as alterações introduzidas no período a que reporta a avaliação.

Reitera-se neste item a importância que o Sistema de Informação (SI) assume no contexto da gestão do programa e mantêm-se a validade da apreciação e das recomendações apresentadas em sede de Avaliação Intercalar.

### 4.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA – VISÃO GLOBAL

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos efectuados no ProDeR era de 835.854.000 € de despesa pública. Um semestre depois este valor ascende a 1.201.252.000 €. Assim a 31.12.2010 a taxa de execução global do programa era de 28%. Importa contudo salientar o elevado peso dos compromissos transitados e das Ações do Subprograma 2 nesta taxa de execução.

Quadro 4 – Alterações regulamentares relativas à Gestão do Proder em 2010

Normativo	Descrição Sumária
Despacho n.º 11247/2010. D.R. n.º 132, Série II de 2010-07-09 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Autoridade de Gestão do PRODER	Delegação de competências nos gestores adjuntos
Portaria n.º 492/2010. D.R. n.º 131, Série II de 2010-07-08 Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	Autoriza a extensão dos encargos, relativos ao contrato de aquisição de serviços para avaliação contínua do PRODER, no período de 2010 a 2015
Despacho n.º 10481/2010. D.R. n.º 120, Série II de 2010-06-23 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.	Delegação de competências no âmbito do ProDeR
Decreto-Lei n.º 69/2010. D.R. n.º 115, Série I de 2010-06-16 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	Introduz ajustamentos no modelo de gestão do Programa para a Rede Rural Nacional e normas de funcionamento dos programas de desenvolvimento rural, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de Janeiro, e ao Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 8 de Março
Despacho normativo n.º 14/2010. D.R. n.º 102, Série II de 2010-05-26 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro	Estabelece a possibilidade de celebração de protocolos entre o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., e entidades reconhecidas ao abrigo do despacho normativo n.º 2/2009, de 22 de Dezembro de 2008, para efeitos de execução das operações respeitantes à recepção dos pedidos de pagamentos relativos ao PRODER
Despacho nº 395/2010, D.R. n.º 4, Série II de 2010/01/07 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro	Delegação de competências na gestora do ProDeR

A análise do quadro de execução do Subprograma 1 (Anexo I) revela que a execução global do Subprograma 1 atingiu os 18%, ainda que baixa, é bastante superior ao valor de 2009 (1%). No que diz respeito à execução de Medidas/Ações importa salientar que a execução financeira da Medida 1.3 continua a revelar-se problemática para a trajectória de desempenho financeiro do Programa, fruto de uma conjuntura

económica que não favorece o investimento económico produtivo. Embora a taxa de compromisso da Medida 1.6 atinja já um valor elevado (77,4%), em termos de execução financeira conta, ainda, com uma fraca execução, sobretudo, por parte das Acções 1.6.3, 1.6.4 e 1.6.5 facto que decorre quer da dinâmica de contratação, quer da tipologia de promotores.

A execução do Subprograma 2 (Anexo II) foi bastante superior, chegou aos 43%, tendo-se destacado as Medidas ProDeR 2.1 e 2.2 no que diz respeito à evolução da execução de 2009 para 2010. Este nível de execução a dois anos do fim do Programa, bem como a existência de diversos compromissos de pagamento pendentes, levaram, todavia, à suspensão das Acções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4.

No que diz respeito ao Subprograma 3, com respeito à execução anual por Medida/Acção em 31 de Dezembro de 2010, sobressaem os desempenhos do último quadrimestre em termos de aprovações, com especial ênfase nas Medidas 3.1 e 3.2, revelando uma dinâmica local para investir mesmo numa conjuntura económica desfavorável. Não obstante, a taxa de execução é, ainda, baixa, fruto da contratação de um grande número de projectos no último quadrimestre de 2010 e de um conjunto de dificuldades que têm afectado os promotores, acabando indirectamente por condicionar o próprio desempenho dos GAL (ver Anexo III).

O Sub-programa 4 no final de 2010 apresentava índices de execução residuais ou nulos dos montantes financeiros aprovados reflectindo, pontualmente, constrangimentos orçamentais e dificuldades económicas em conjuntura recessiva prolongada mas também estratégias passivas das Entidades no processamento de Pedidos de Pagamento (ver Anexo I).

## 5 SUBPROGRAMA 1 – AVALIAÇÃO POR MEDIDA/ACÇÃO

---

### 5.1 MEDIDA 1.1 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

#### 5.1.1 ACÇÃO 1.1.1 MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS

No período em análise foi aberto um único concurso que decorreu de 30 De Novembro a 15 de Fevereiro de 2011. Dado que este concurso decorria a 31.12.2011 não é objecto de análise neste relatório. No caso particular de PA de Jovens Agricultores a sua submissão foi possível ao longo de todo o ano. Em termos da possibilidade de apresentação de candidaturas no âmbito da Acção há ainda a reportar a suspensão, em Maio de 2010, da possibilidade de apresentação de PIR.

Em termos de dinâmica processual associada à Acção importa salientar o elevado número de PA analisados e decididos (6003, 99% com decisão face a um total de 6462 candidaturas entradas) e o número considerável de contratações (2618). A análise que se segue, dado que não há alterações que o justifiquem, visa actualizar, face à Avaliação Intercalar, aspectos que se consideram fundamentais na compreensão das realizações e dos resultados da Acção.

Em termos de execução financeira, os pagamentos efetuados à data de 31.12.2011 representam 20% face ao programado. Esta percentagem, em 30.06.2011, era de 8,86%, tal como reportado em sede de Avaliação Intercalar. Em termos de compromisso, os PA contratados (em termos acumulados) equivalem a uma despesa pública de 588.777.000,00 € e a um investimento proposto de 1.855.842.538,99 €, sendo que 10,74 % se refere a PA apresentados por Jovens Agricultores e 18,14 % corresponde a PIR.

No que diz respeito à distribuição do investimento por sector verifica-se, na Componente 1, que os sectores do olival, hortícolas forçagem e frutos congregam mais de metade (53,5%) do investimento proposto na componente. Em relação à Componente 2 da Acção a maioria do investimento proposto foi direccionado para os sectores do vinho (31,2%), azeite (17,2%) e produtos hortícolas transformados (11,2 %) que totalizam 60% % do investimento na Componente.

Na Figura 2 apresenta-se a distribuição acumulada do investimento proposto relativo aos projectos contratados no âmbito da Acção (sem os PIR, cuja distribuição de investimento acumulado se apresenta na Figura 2). A análise desta distribuição, para

o caso patente na Figura 2, evidencia que cerca de 40 % do investimento no âmbito da Acção é direccionado a projectos de investimento superiores a 2.000.000 €. A Figura 3 evidencia igualmente que uma pequena percentagem de projectos representa cerca de 1/3 do investimento relativo a projectos PIR.

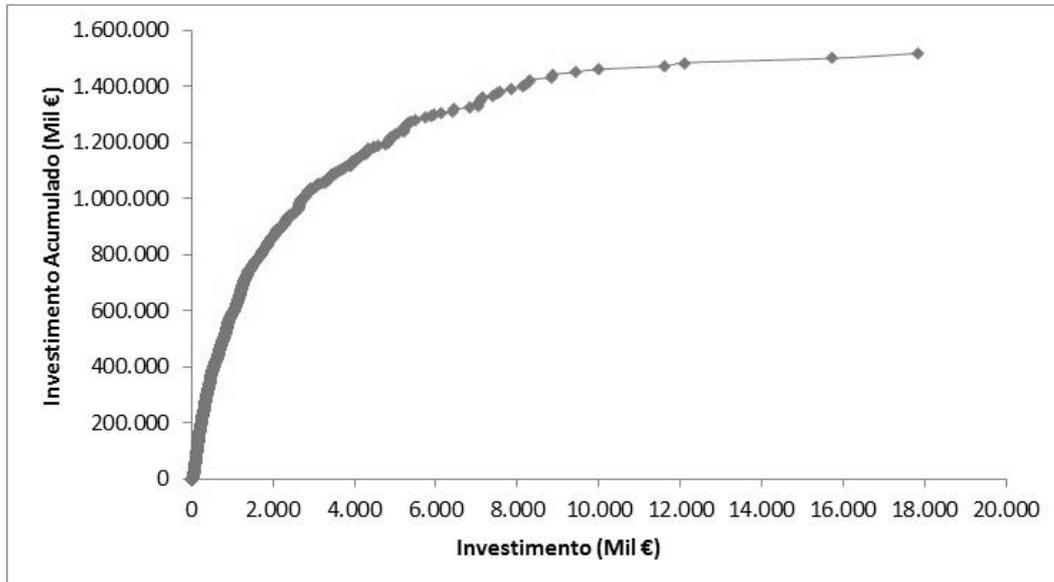


Figura 2 - Distribuição Acumulada do Investimento na Acção 1.1.1 (excluídos os PIR)

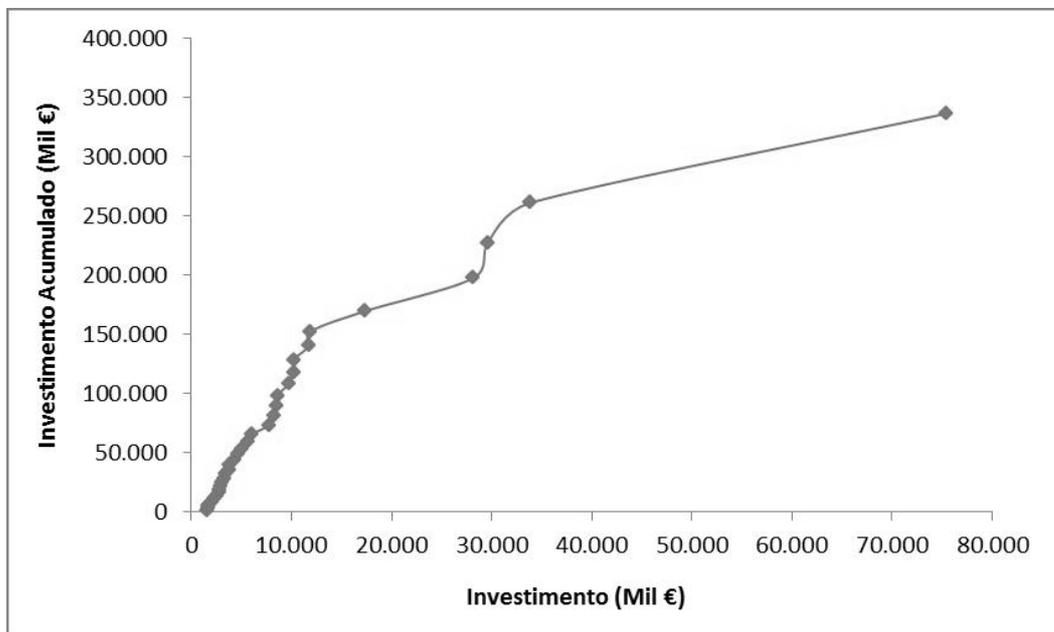


Figura 3 - Distribuição Acumulada do Investimento na Acção 1.1.1 (PIR)

A Figura 4, Figura 5, Figura 6 e Figura 7 representam os acréscimos de VAB em termos de investimento proposto e dizem respeito aos projectos contratados a 31.12.2010. Em termos de acréscimo de VAB anual gerado verifica-se (Figura 4), em primeira linha, que o mesmo investimento gera acréscimos de VAB anual de ordens de grandeza completamente díspares. É também evidente que o acréscimo de VAB não é proporcional ao investimento, resultando que, por exemplo, o acréscimo de VAB de um investimento na ordem dos 2.000.000 € iguala o acréscimo gerado por um projecto com investimento na ordem de grandeza de 12.000.000 €. Merece ainda referência a ocorrência de acréscimos de VAB nulos e negativos. Na análise do acréscimo de VAB nos PIR (Figura 6) verificam-se as mesmas observações (com excepção da ocorrência de acréscimos de VAB negativos).

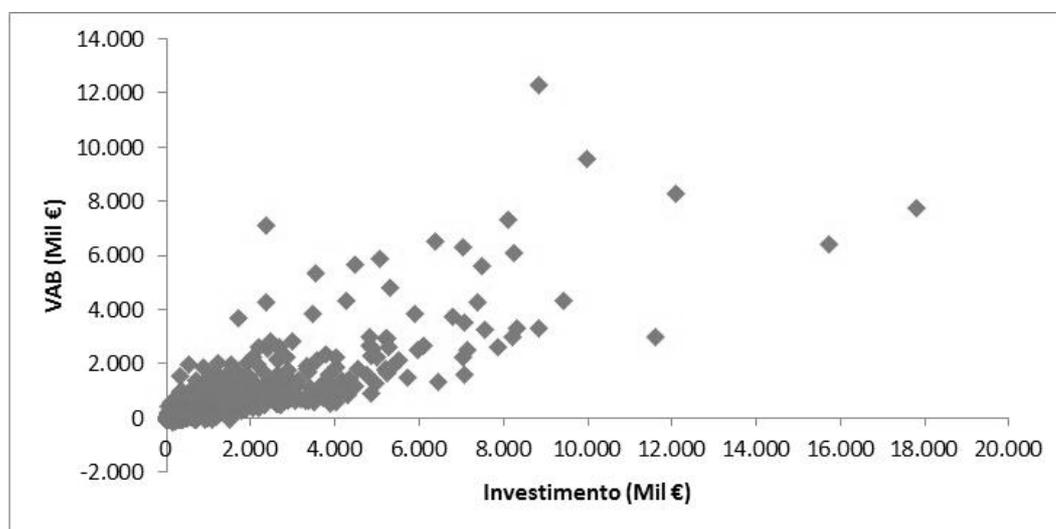


Figura 4 - Distribuição do Acréscimo de VAB por Investimento (Acção 1.1.1, PIR excluídos)

As tendências acima transcritas relativas à distribuição do investimento por dimensão de projecto e aos acréscimos de VAB tinham já sido registadas em sede de Avaliação Intercalar.

Em termos do cumprimento das metas dos indicadores de realização associadas à Acção verifica-se que, no âmbito da Medida COM 111, o cumprimento das metas é muito baixo (Quadro 5). Este baixo cumprimento também se verifica para os indicadores de realização da Acção no âmbito da Medida COM 121, com excepção dos indicadores Volume total de investimentos e Investimento em Inovação (Quadro 6). No âmbito da Medida COM 123, apenas o indicador de realização Investimento em factores ambientais é francamente inferior ao objectivo 2007-2013 (Quadro 7).

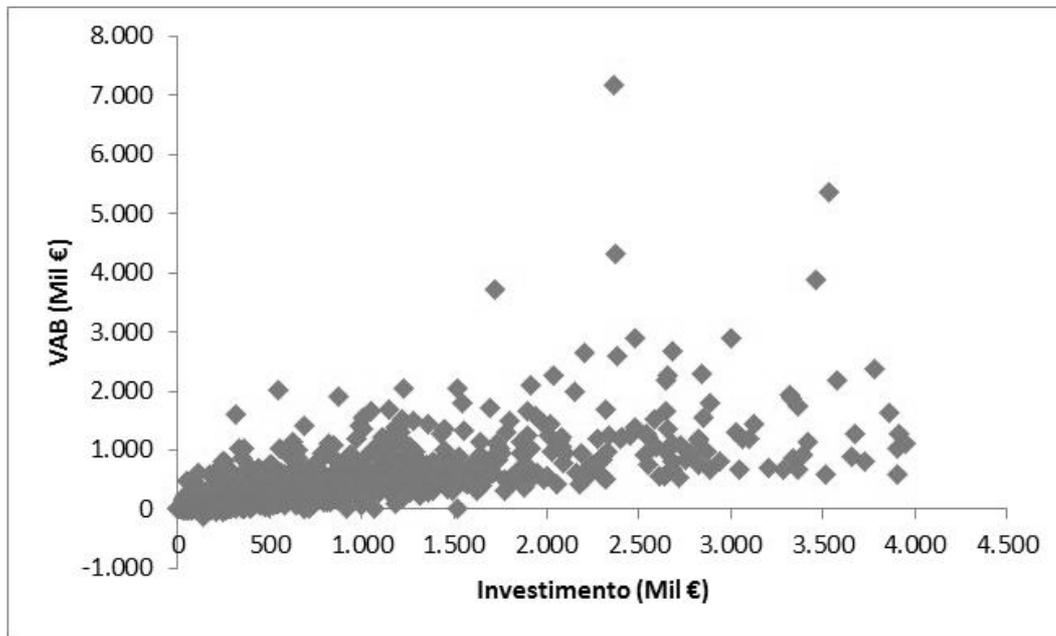


Figura 5 - Distribuição do Acréscimo de VAB por Investimento [0-5.000.000 €] (Acção 1.1.1, PIR excluídos)

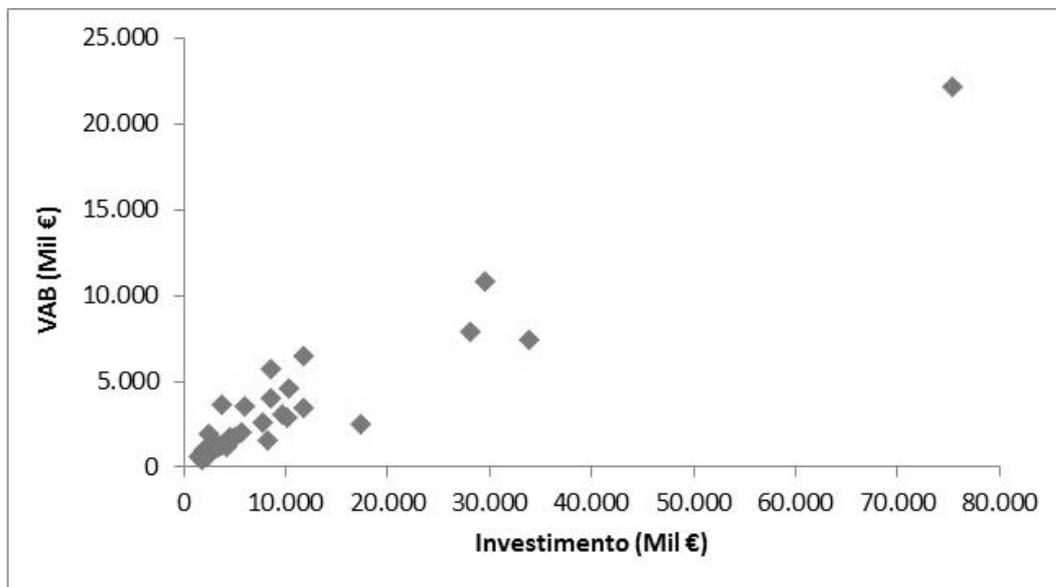


Figura 6 - Distribuição do Acréscimo de VAB por Investimento (Acção 1.1.1, PIRs)

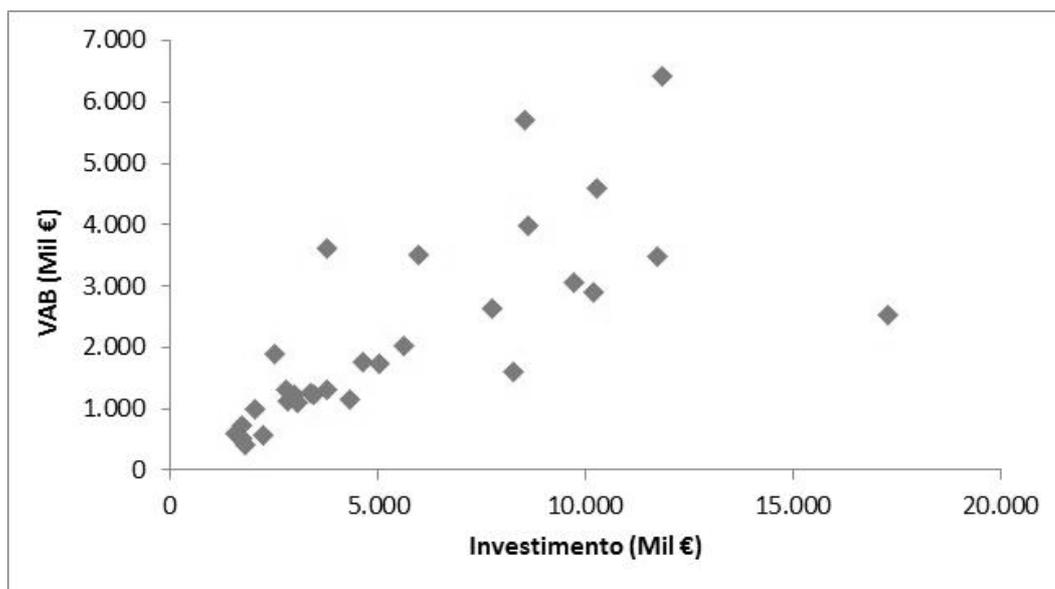


Figura 7 - Distribuição do Acréscimo de VAB por Investimento [0-20.000.000 €] (Acção 1.1.1, PIRs)

Quadro 5 – Indicadores de Realização Acção 1.1.1 (Medida COM 111).

Código ProDeR	Indicadores de Realização	Objectivos 2007-2013	Execução
1.1.1c1c2	N.º de empresas apoiadas *	3.200	643
	N.º de promotores masculinos apoiados	1.800	238
	N.º de promotores femininos apoiados	1.100	152
	Volume total de investimento (em euros)	7.400.000	2.399.000

Fonte: AG ProDeR, 31.12.2010; \* Indicador de realização específico do Programa.

Em relação ao cumprimento das metas dos indicadores de resultado associados à Acção verifica-se o padrão oposto, com excepção do cumprimento da meta do indicador Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (Quadro 8).

Quadro 6 – Indicadores de Realização Acção 1.1.1 (Medida COM 121)

<b>Código ProDeR</b>	<b>Indicadores de Realização</b>	<b>Objectivos 2007-2013</b>	<b>Execução</b>
1.1.1c1	N.º de empresas apoiadas	8.200	2.726
	N.º de promotores masculinos apoiados	5.100	1.066
	N.º de promotores femininos apoiados	3.300	516
	Jovens agricultores apoiados	3.390	1.238
	<b>Volume total de investimento (em euros)</b>	<b>669.000.000</b>	<b>924.212.000</b>
	N.º de candidaturas com projectos agrupados *	1.100	321
	Investimento em factores ambientais (em % do total) *	10	3
	Investimento em inovação (em % do total) *	15	76
	Investimento imaterial (em % do total) *	15	2

Fonte: AG ProDeR, 31.12.2011; \* Indicador de realização específico do Programa.

Quadro 7 – Indicadores de Realização Acção 1.1.1 (Medida COM 123)

<b>Código ProDeR</b>	<b>Indicadores de Realização</b>	<b>Objectivos 2007-2013</b>	<b>Execução</b>
1.1.1c2	N.º de candidaturas com projectos grupados *	75	60
	Investimento em factores ambientais (em % do total) *	10	4
	Investimento em inovação (em % do total) *	15	70
	Investimento imaterial (em % do total) *	15	12

Fonte: AG ProDeR, 30.06.2010; \* Indicador de realização específico do Programa.

Quadro 8 – Indicadores de Resultado Acção 1.1.1 (Medida COM 121)

<b>Código ProDeR</b>	<b>Indicadores de Resultado</b>	<b>Objectivos 2007-2013</b>	<b>Execução</b>
1.1.1c1	N.º de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	1.700	2.082
	N.º de explorações/empresas que introduziram novos produtos (%)	18	54
	N.º de explorações/empresas que introduziram novas técnicas (%)	55	68
	<b>Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em euros)</b>	<b>1.900.000.000</b>	<b>421.599.000</b>

Fonte AG ProDeR 31.12.2011

Quadro 9 – Indicadores de Resultado Acção 1.1.1 (Medida COM 123)

Código ProDeR	Indicadores de Resultado	Objectivos 2007-2013	Execução
1.1.1.c2	N.º de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	160	350
	<b>Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em euros)</b>	<b>2.400.000.000</b>	<b>470.457.000</b>
	Nº de explorações que introduziram novas técnicas	55%	65
	Nº de explorações que introduziram novos produtos	18%	48

Fonte AG ProDeR 31.12.2011

Sendo que se será em termos de resultados que o cumprimento das metas é mais significativo e dada a importância do indicador Aumento de VAB nas explorações/empresas apoiadas apresentam-se de seguida um conjunto de considerações sobre esta meta, incluindo as constantes do Relatório de Avaliação Ex-ante. Este documento refere (página101):

*Relativamente ao anterior período de programação, o PENDR aponta que "apesar do crescimento mais expressivo do investimento face ao produto, o impacto marginal do investimento no produto tem uma estimativa pouco significativa (0,277)". Ou seja, admite-se que, em geral, cada unidade monetária (€) investida gera um retorno em termos de VAB de 0,277 € em cada ano. Neste investimento existe uma componente pública e uma componente privada. Se admitirmos que a parte pública é, no total do Sub-programa 1, corresponde aproximadamente a 55%, o impacto marginal relativo a essa componente do investimento passa a ser de cerca de 0,50 €/ano por cada € público investido, o que significa que a meta apontada para o acréscimo de VAB é plausível, ainda que sub-estimada.*

Assim, considerando o horizonte do Programa, e as dotações em termos de despesa pública de ambas as componentes da Acção 1.1.1, a meta é plausível. O cumprimento da meta pode contudo vir a ser comprometido por via da não realização do investimento proposto ou da sua tardia execução. Há ainda a referir que a contabilização dos acréscimos de VAB devam ser feitos com recurso à soma descontada do VAB.

### 5.1.2 Acção 1.1.2. INVESTIMENTOS DE PEQUENA DIMENSÃO

Relativamente a esta Acção, no período a que a análise reporta, há a salientar:

- ◆ a abertura de um concurso (2º) que decorreu entre 15 de Setembro e 15 de Dezembro de 2010. Neste concurso houve, comparativamente com o anterior, uma forte adesão (2217 PA contra 744 apresentados no 1º concurso) que motivou um reforço orçamental da dotação do concurso inicialmente prevista em 7.000.000,00 €;
- ◆ A análise da totalidade das candidaturas submetidas no 1º concurso;
- ◆ A contratação de 524 PA (98% dos PA com decisão favorável no 1º concurso).

A 31.12.2010 o investimento dos PAs contratados ascende a 10.450.246,72 €. 4,6% do investimento diz respeito a PA apresentados por jovens agricultores. A prevalência dos investimentos superiores a 20.000 €, já identificada em sede de avaliação intercalar, mantém-se, representando estes investimentos cerca de 74,6% do investimento contratado. Na Figura 8 apresenta-se a distribuição acumulada do investimento.

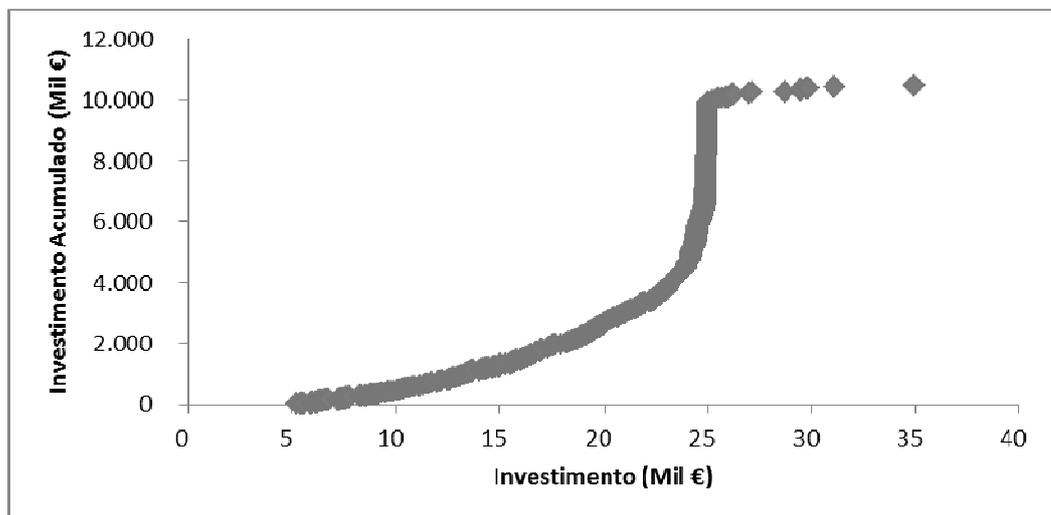


Figura 8 – Distribuição acumulada do investimento Acção 1.1.2

A distribuição do investimento por rubrica evidencia que (percentagens face ao total elegível) a predominância da rubrica *Equipamentos e Máquinas Agrícolas* (63%) seguida de *Pequenas Construções* (19%) *Pequenas Plantações Plurianuais* (16%), e *Construções e equipamentos para melhoramento ambiental e eficiência energética* (2%).

No que diz respeito à distribuição do investimento proposto por sector verifica-se que mais de 54% do investimento foi afecto aos seguintes sectores: vinha (17%), olival (10%), frutos (17%), bovinos de carne – cruzados (10%). Esta prevalência já tinha sido identificada em sede de Avaliação Intercalar.

Em termos de distribuição regional do investimento observou-se que o Norte foi a região onde o investimento foi superior (39%), seguido do Centro (34%), Alentejo (19,5%), Lisboa e Vale do Tejo (6%) e Algarve (2%). Face à Avaliação Intercalar, verifica-se o claro aumento percentual da região Norte.

No que se refere à execução financeira da Acção (Anexo I) verifica-se, considerando a despesa pública, que do montante programado (59.727.100,00 €) apenas foi executado 1%. O montante comprometido à data de 31.12.2010 é de 4.288.000 € (7,1% da dotação orçamental da Acção, em termos de despesa pública).

Em termos de execução física, a análise dos indicadores de realização associados à Acção indicam um baixo cumprimento das metas previstas em relação a todos os indicadores (Quadro 10).

Quadro 10 – Indicadores de Realização Acção 1.1.2 (Medida COM 121)

Código ProDeR	Indicadores de Realização	Objectivos 2007-2013	Execução
1.1.2	N.º de empresas apoiadas	9.800	524
	N.º de promotores masculinos apoiados	5.950	296
	N.º de promotores femininos apoiados	3.950	120
	Jovens agricultores apoiados	1.900	24
	Volume total de investimento (em euros)	100.000.000	10.450.000

Fonte: AG ProDeR, 31.12.2010

Esta análise das metas deve ser contextualizada face ao modo como estas foram previstas e considerando a dinâmica e tipologia de candidaturas aprovadas. É um objectivo da Equipa de Avaliação proceder a essa análise no sentido de identificar a origem dos desvios. Trata-se de uma análise complexa que exige a compilação da informação de base utilizada na estimativa das metas, cruzamento com a dinâmica da Acção e naturalmente uma interacção com o GPP e AG ProDeR (o Quadro 11 apresenta a base da estimativa dos indicadores de realização para o caso da Acção 1.1.2). Note-se a título de exemplo que as estimativas assentam por exemplo num investimento médio de 15.000 € por projecto e que a realidade dos projectos contratados até ao 31.12.2010, aponta para que a maioria do investimento é dirigido a projectos com um investimento superior a 20.000 €.

Quadro 11 – Cálculo da Meta dos Indicadores de realização conforme PDRc

Código COM	Código ProDeR	Indicadores de Realização	Metas PDRc	Base da Estimativa
121	1.1.2	N.º de empresas apoiadas	10.500	Investimento total/ investimento médio por projecto Pressuposto: Investimento médio por projecto de 15.000 € (base AGRO 2005)
		N.º de promotores masculinos apoiados	6.029	Nº expl. apoiadas pela acção x percentagem de agricultores masculinos (1-pressuposto) Pressuposto: taxa de jovens agricultores femininos = 40% (base AGRO 2005)
		N.º de promotores femininos apoiados	4.019	= ao anterior
		Jovens agricultores apoiados	2009	Nº expl. apoiadas pela acção x percentagem do total de agricultores que recorreram a apoios ao investimento Pressupostos: Percentagem de candidaturas de Jovens agricultores (121_1.1.1; 40%); Percentagem de candidaturas de Jovens agricultores (121_1.1.2; 20%) (Base relatório execução AGRO 2005)
		Volume total de investimento (em euros)	150.743.669	Despesa pública associada à acção/taxa de participação média do projecto Pressupostos: Taxa participação média projecto (121_1.1.1; 40%) 6, Taxa participação média projecto (121_1.1.2; 40%) Taxa participação média projecto (123_1.1.1; 40%) Taxa participação média projecto (111_1.1.1; 75%) (com base nas diferentes taxas de participação existentes na acção)

### 5.1.3 Acção 1.1.3. INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

A Acção foi alvo das alterações regulamentares constantes da Portaria 184/2011 de 5 de Maio, decorrendo presentemente um concurso, já de acordo com esse normativo, com efeitos a 1 de Junho de 2011. Considera-se, portanto, que uma análise detalhada da eficácia e eficiência da Acção deve ser feita futuramente e

considerando o seu novo enquadramento regulamentar. Assim, a análise que se segue, restringe-se a um conjunto de pontos relativos ao desempenho da Acção grandemente suportados pela leitura dos indicadores de acompanhamento à data de 31 de Dezembro de 2011 e pela informação constante do RE 2010.

Em termos de execução financeira da Acção, e considerando o acumulado em 31.12.2010, foi executado, em termos de despesa pública, 46,216.000,00 € (27% da dotação orçamental da Acção – 155.954.094,00 €). Dado que em sede de avaliação intercalar esta percentagem era de 14% (21.640.000,00 €, despesa pública), há a constatar uma evolução significativa, equivalente ao dobro, no último semestre de 2010. O montante comprometido à data de 31.12.2010 é de 85.120.000,00 €, despesa pública, o que representa 54,5% da dotação orçamental.

No que diz respeito a execução física (Quadro 12), verifica-se um cumprimento de 49% em termos de primeiras instalações apoiadas e uma ultrapassagem clara (59%) da meta do volume total de investimento. O cumprimento da meta do indicador de resultado associado à Acção é de 23% (Quadro 13).

Quadro 12 - Indicadores de Realização Acção 1.1.3 (Medida COM 112)

Código ProDeR	Indicadores de Realização	Objectivos 2007-2013	Execução
1.1.3	Jovens agricultores apoiados	4.300	2128
	Jovens agricultores masculinos apoiados	2.600	1246
	Jovens agricultores femininos apoiados	1.700	882
	Volume total de investimento (em euros)	140.000.000	222.140.000
	N.º de Jovens agricultores com prémio de desempenho *	2.500	ND
	N.º de Jovens agricultores com apoio de serviços de aconselhamento ou gestão * <sup>1</sup>	4.400	ND

Fonte: AG ProDeR, 31.12.2010; \* indicadores específicos do programa; <sup>1</sup>Este indicador face à alteração da Acção deixa de ter significado – De acordo com a regulamentação anterior os jovens agricultores recebiam 80% de 40.000€ com a contratação e os restantes 20% ao fim de 36 meses condicionados ao cumprimento das etapas e metas definidas no Plano Empresarial sendo esta fracção designada por prémio de desempenho.n.d. – não divulgado.

Quadro 13 – Indicadores de Resultado Acção 1.1.3 (Medida COM 112)

Indicadores de Resultado	Objectivos 2007-2013	Execução
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em euros)	420.000.000	96.013.000

Fonte: AG ProDeR, 30.06.2010

## 5.2 MEDIDA 1.2 REDIMENSIONAMENTO E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

### 5.2.1 DINÂMICA DE ADESÃO E EXECUÇÃO

A dinâmica da Medida tem sido caracterizada por uma muito baixa adesão por parte dos potenciais beneficiários tal como já identificado em sede de Avaliação Intercalar do programa e como constante do Relatório de Execução (RE) 2010 (MADRP, 2011).

A Medida foi objecto de abertura de 2 concursos, um primeiro em 2009 (aberto de 9 de Março a 18 de Maio de 2009) e um segundo em 2010 (aberto de 2 de Dezembro de 2010 a 2 de Março de 2011). No 2º concurso não foi apresentada qualquer candidatura conforme averiguado junto da AG ProDeR. De acordo com o RE 2010, todos os 6 PA apresentados e, considerados válidos, foram já analisados, tendo sido contratados 2, na componente B da Medida – Cooperação estratégica (Quadro 14).

Quadro 14 – Candidaturas 1º. concurso Medida 1.2

Componentes	Sector	Estado do Projecto	Investimento Proposto (€)
A Aquisição de Dimensão	Vinho	Aguarda decisão Gestor	6.053.475,38
	Vinho	Notificação 1ª audiência prévia	5.439.642,01
B Cooperação Estratégica	Vinho	Decisão Desfavorável	4.843.184,33
	Vinho	Decisão Desfavorável	697.482,44
	Vinho	Em Contratação	4.951.373,52
	Vinho	Em Contratação	6.543.240,76

A Medida tem uma dotação orçamental de 33.181.722,00 € o que representa 1,7% da dotação orçamental do Subprograma 1 (1.876.492.751,00 €). Em termos do seu peso orçamental na Medida COM 123 – Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais – a sua dotação orçamental representa 7,23%.

Os projectos contratados equivalem a um investimento proposto de 11.494.614,28 € o que representa uma despesa pública de 4.363.000,00 € (o rácio entre o contratado e o programado, em termos de despesa pública, é de 13%). A distribuição do investimento por rubricas (Quadro 15) indica uma clara prevalência das rubricas *Investimentos Materiais*.

Quadro 15 – Distribuição do Investimento Proposto por rubrica Medida 1.2

Rubrica	Investimento Proposto (€)	%
Materiais - Equipamentos produtivos de transformação, embalagem, congelação e refrigeração	5.952.593,05	53,1
Materiais - Edifícios e outras construções afectos ao processo produtivo e a áreas administrativas essenciais	4.727.506,76	42,2
Imateriais - Estudos e Assessorias - Estudos e trabalhos de consultoria	204.646,47	1,8
Materiais - Equipamentos afectos a áreas não directamente produtivas (qualidade e outros)	164.935,00	1,5
Materiais - Equipamento administrativo e mobiliário incluindo equipamento informático	79.448,00	0,7
Imateriais - Software	62.530,00	0,6
Imateriais - Estudos e Assessorias - Aquisição de patentes, licenças, seguros de construção e de incêndio	8.700,00	0,1
<b>Subtotal</b>	<b>11.200.359,28</b>	<b>100,0</b>
Não elegíveis - Fundo de maneió	294.255,00	----
<b>Total</b>	<b>11.494.614,28</b>	

A dinâmica de candidaturas atrás descrita deixa antever a baixa taxa de cumprimento das metas dos indicadores de realização e resultado associadas à Medida (Quadro 16 e Quadro 17).

Quadro 16 – Indicadores de Realização Medida 1.2 (Medida COM 123)

Indicadores de Realização	Objectivos 2007-2013	Execução
Nº empresas apoiadas	400	2
Volume total de investimento (em euros)	75.000.000,00	11.494.614,28

Fonte: AG ProDeR 31.12.2010

Quadro 17 – Indicadores de Resultado Medida 1.2 (Medida COM 123)

Indicadores de Resultado	Objectivos 2007-2013	Execução
Nº de empresas que introduziram que introduziram novos produtos ou novas técnicas	100	2
Aumento do VAB nas empresas apoiadas (em euros)	200.000.000	9.640.000
Aumento do valor de produção exportado (em euros)*	140.000.000,00	11.494.614,28

Fonte AG ProDeR 31.12.2010

### 5.2.2 ANÁLISE CRÍTICA

Pelas razões acima apresentadas, a análise desta Medida é diferenciada daquela efectuada para as restantes Medidas e teve por objectivo identificar as razões subjacentes à muito baixa adesão verificada após abertura de dois concursos. A metodologia adoptada assenta, em grande parte, considerando que o sector cooperativo é o seu principal alvo<sup>1</sup> e que havia que descortinar, considerando o primeiro pressuposto, a razão de aparecerem estes potenciais beneficiários com expressão significativa na Componente 2 da Acção 1.1.1, que visa igualmente a transformação e comercialização, confrontando este dado com a baixa adesão à Medida 1.2 tal como referido acima. Assim, recorreu-se ainda a um clipping de imprensa como forma de rastrear a situação do sector cooperativo face a tendências expressas nos objectivos da Medida 1.2 – Redimensionamento empresarial, através de processos de concentração ou fusão (a que se chamará ao longo do texto Componente A) e Cooperação Empresarial (adiante designada também por Componente B). Fez-se uso também da análise documental, em particular a regulamentação nacional e comunitária, tendo sido esta grandemente direccionada para a avaliação da pertinência das alterações introduzidas em Março de 2010. A análise documental foi algumas vezes feita em termos comparativos - Medida 1.2 e Acção 1.1.1c2 - para diversos itens de análise, em particular, taxas e limites de apoio, elegibilidades de despesas e beneficiários. Recorreu-se ainda a entrevistas com agentes do sector cooperativo e à análise de projectos.

<sup>1</sup> (...) no que respeita à área da cooperação empresarial, reforçar os vínculos entre empresas com vista ao desenvolvimento de áreas ou negócios comuns, em particular no sector cooperativo (Portaria nº 208/2011 de 24 de Maio)

#### 5.2.2.1 CLIPPING DE IMPRENSA

O conjunto da informação constante do clipping de imprensa (Anexo IV) indicia que:

1. há potenciais beneficiários a demonstrarem vontade de encetar processos de redimensionamento (essencialmente por fusão);
2. houve processos de fusão abortados por falta de disponibilidade/vontade dos associados;
3. há vontade política de promover processos de redimensionamento empresarial no sector cooperativo, que, contudo, poderá não estar a ser concretizada no desenho de instrumentos eficazes na prossecução desse objectivo;
4. há casos de redimensionamento no sector cooperativo, encetados fora do âmbito do ProDeR, de aquisição de dimensão e/ou cooperação, que se têm revelado bem sucedidos.

#### 5.2.2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental incidiu sobre os aspectos apresentados de seguida (alguns seleccionados por via da pertinência que o *clipping* de imprensa lhes conferiu).

##### *Objectivos da Medida*

Os objectivos e âmbito de intervenção da Medida 1.2 são balizados em primeira instância pelo seu enquadramento regulamentar, pelo que, e tal como constante do artigo 28º do Reg. (CE) 1698/2005, os apoios aos investimentos no seu âmbito, corpóreos ou incorpóreos, incidem:

1. na transformação e/ou comercialização de produtos abrangidos pelo anexo I do Tratado, excepto produtos da pesca, e de produtos florestais, e/ou
2. na elaboração de novos produtos, processos e tecnologias relacionados com produtos abrangidos pelo anexo I do Tratado, excepto produtos da pesca, e produtos florestais.

A componente de produção é assim excluída por via regulamentar.

##### *Taxas de Apoio*

A taxa de apoio aos investimentos no âmbito desta Medida são igualmente definidas pela regulamentação comunitária no anexo do referido regulamento comunitário, sendo o máximo regulamentar aplicável aos investimentos de 50% e 40% do montante dos investimentos elegíveis para regiões ao abrigo do objectivo de convergência e outras, respectivamente. De acordo com a Portaria 1238/2008 de 30

de Outubro (faz-se notar que a regulamentação da Medida foi alterada posteriormente por via das alterações introduzidas pela Portaria nº 814/2010 de 27 de Agosto de 2010 e a Portaria nº 208/2011<sup>2</sup>), os níveis máximos de apoio definidos são os máximos regulamentares na componente A (Redimensionamento empresarial<sup>3</sup>) e 40% na Componente B (Cooperação<sup>4</sup>). Assim, no que diz respeito ao factor taxas de apoio e ao seu potencial efeito na adesão, verifica-se que há margem para o aumento de 10% da taxa de apoio na componente B, no caso de candidaturas enquadradas em regiões ao abrigo do objectivo de convergência. Importa ainda salientar que as taxas de apoio acima descritas são para os casos de PME. Quando tal não se verificar os níveis de apoio são reduzidos para metade. De realçar também que está estabelecido um apoio máximo, por beneficiário, de 2.500.000 € e que o montante mínimo de investimento elegível é de 500.000,00 €.

Não obstante a baixa adesão à Medida 1.2, 10,42% dos PA contratados na Acção 1.1.2c2 são cooperativas. O investimento médio proposto por esta tipologia de promotores na Acção 1.1.1c2 foi de 73.789.727,69 €. Em termos da caracterização destes 52 promotores por sectores, verifica-se a predominância do vinho com 17 candidaturas (seguindo-se, em termos de representatividade, as frutas frescas e o azeite com 14 candidaturas cada).

As taxas de apoio na Acção 1.1.1c2 em vigor à data dos concursos em que estes projectos foram submetidos dependiam de vários factores incluindo o montante de investimento. Dado o valor médio do investimento acima apresentado, as taxas de apoio vigentes na Acção 1.1.1c2 à data do 1º concurso da Medida 1.2 eram as constantes do Quadro 18.

No decurso do segundo concurso da Medida 1.2 as taxas de apoio no âmbito da Medida Acção 1.1.1, componente 2, tinham um valor base de 20%, ao qual podia acrescer uma majoração de 10% se o investimento ocorrer em região de convergência e de 5% para fileiras estratégicas/leite. Os investimentos de carácter

---

<sup>2</sup> Sempre que as alterações introduzidas por estes normativos forem determinantes para a análise que se apresenta estes serão referenciados.

<sup>3</sup> Candidatura de Concentração ou Fusão: pedido de apoio apresentado por uma pessoa colectiva, resultante de operações de cisão-fusão ou de fusão de duas ou mais pessoas colectivas; Cisão-fusão, ou concentração, o processo pelo qual uma empresa transfere parte do seu património para outra já existente ou constituída para tal fim. Alínea c) e d) do artigo 4º da Portaria 1238/2008.

<sup>4</sup> Candidatura de Cooperação entre Empresas: pedido de apoio apresentado por duas ou mais pessoas colectivas, contratualizado entre as partes, nomeadamente através de um consórcio, cujos projectos individuais concorrem para um objectivo comum. Alínea b) do artigo 4º da Portaria 1238/2008.

ambiental têm um apoio de 50% ou 40%, consoante se trate de investimentos de carácter ambiental (os valores de taxas de apoio referidos são para o caso de o proponente ser uma PME).

Quadro 18 - Taxas de apoio Acção 1.1.1c2 (pré-alteração)

Fileiras não estratégicas			Fileiras Estratégicas		
Tipologia de investimentos			Tipologia de investimentos		
Materiais	Imateriais		Materiais	Imateriais	
		Formação			Formação
25%	35%	75%	30%	35%	75%

Dado que no segundo concurso da Medida 1.2 não houve nenhuma candidatura, e sendo as taxas de apoio no seu âmbito claramente mais favoráveis (tal como aquando do que 1º concurso da Medida 1.2), quando comparados com as vigentes na Acção 1.1.2, não se infere que sejam as taxas de apoio que direccionem o proponente (nem os decorrentes dos limites mínimo e máximos de apoio).

#### *Cálculo da VGO dos projectos*

Em termos de apuramento da VGO (Valia Global da Operação) verifica-se que a pontuação atribuída à valia do beneficiário (VB) é de 0 ou 20, em função do promotor ser, ou não, uma cooperativa e/ou organização de produtores (OP) reconhecida. Assim, e atendendo à forma de cálculo da VGO ( $0,20 \text{ VTE} + 0,50 \text{ VE} + 0,30 \text{ VB}$ , onde VTE significa Valia Técnico-económica, VE corresponde a Valia Estratégica) verifica-se que estas estruturas (cooperativas e OP), estando, entre si, em igualdade de circunstâncias, têm vantagem sobre outros promotores elegíveis.

Importa salientar que este aspecto não se considera relevante na explicação da dinâmica de adesão à Medida no momento actual uma vez que o recurso à VGO é para efeitos de hierarquização dos pedidos num determinado concurso quando o investimento proposto ultrapassa a dotação do concurso, o que até à data ainda não se verificou.

#### *Elegibilidade dos beneficiários, das operações e dos investimentos*

No que diz respeito à elegibilidade dos beneficiários destaca-se que os candidatos devem encontrar-se no início, ou no aprofundamento de um processo de fusão, cisão-fusão, ou de um processo de cooperação entre empresas de actividades que já

desenvolvem, nomeadamente através de um consórcio (alínea b) do artigo 6º da Portaria 208/2011).

De acordo com a perspectiva recolhida junto dos agentes do sector há, relativamente a este aspecto, duas limitações: uma advém do baixo apoio aos estudos de suporte e a outra do facto de a operação ter obrigatoriamente de se ter iniciado.

Relativamente à elegibilidade das operações importa salientar as seguintes alíneas do artigo 7º da referida Portaria: c) Revestirem a natureza de operações de transformação e comercialização de produtos agrícolas, decorrentes de operações de redimensionamento empresarial ou de cooperação empresarial; f) Assegurarem as fontes de financiamento de capital alheio, quando aplicável.

Foi identificado que a articulação da Medida com os instrumentos de apoio financeiro, incluindo instrumentos que facilitassem a entrada de capital proveniente de sociedades de capital de risco, era bem vista na medida em que ajudaria a contornar dificuldades económico-financeiras e promover a aproximação a modelos de gestão mais exigentes<sup>5</sup>.

No que diz respeito à tipologia das despesas elegíveis (investimentos) importa referir, por um lado, o limite referente às despesas gerais que é de 15% do valor elegível aprovado das restantes despesas.

Este item foi considerado pelos agentes contactados o principal constrangimento para adesão. Os agentes do sector consideram que o limite imposto de 15% de despesas gerais (onde se enquadram os estudos de viabilidade económica e outros que acompanham um processo de cisão/fusão ou de cooperação<sup>6</sup>) dificulta a concretização de intenções por falta de capacidade financeira das entidades intervenientes de suportarem estes custos.

Em relação a este limite de 15% de despesas gerais face ao investimento elegível importa confrontar as opiniões recolhidas com a informação constante do Quadro 15 que evidencia que estes investimentos são de uma ordem de grandeza quase que negligenciável face ao investimento elegível (1,8%). Contudo, a informação contida

---

<sup>5</sup> A gestão e o código cooperativo foram identificados como dificuldades adicionais que o sector enfrenta no que diz respeito ao redimensionamento (condição essencial na visão dos agentes do sector cooperativo contactados). Pese embora que estes dois aspectos configuram uma esfera de actuação completamente externa ao ProDeR.

<sup>6</sup> Importa contudo salientar que estas despesas são elegíveis mesmo que realizadas antes da submissão do pedido de apoio, conforme disposto na alínea c), anexo II da Portaria 143/2008, item investimentos materiais e imateriais.

no Quadro 15 diz respeito a iniciativas de cooperação já com algum historial de cooperação. Haverá casos em que este valor será manifestamente superior, em particular, em situações em que a operação de cooperação surja de raiz.

### 5.2.2.3 ANÁLISE DE PROJECTOS

Por fim, procedeu-se à análise de dois projectos, com objectivos muito semelhantes, um apresentado na Acção 1.1.1c2 e outro na Medida 1.2. Não é objectivo da comparação dizer que os objectivos das intervenções são os mesmos, mas sim, ilustrar a forma como os agentes se direccionaram em relação às duas intervenções, discutindo-se depois possíveis causas desse posicionamento. O projecto nº 0000<sup>7</sup> (Medida 1.2; Anexo V) e do projecto nº 0001<sup>8</sup> (Acção 1.1.1c2; Anexo VI) são usados para ilustrar o modo indistinto como os agentes se posicionaram face aos seus objectivos e face aos objectivos de ambas as intervenções.

Entre as possíveis razões para o encaminhamento de projectos, que podiam ter sido potencialmente submetidos no âmbito da Medida 1.2, para a Acção 1.1.1c2 podem ter contribuído o mau entendimento, por exemplo, da alínea e) do artigo 24º da Portaria que regulamenta a Medida "Investimentos excluídos: Abrangidos pela acção 1.1.1, Modernização e capacitação das empresas, do PRODER". A opção dos agentes pode ainda ter sido guiada pelo receio resultante da dotação orçamental da Medida 1.2, inferior à da Acção 1.1.1. Assim, é entendimento da equipa de avaliação que este critério de não elegibilidade poderá ter condicionado os agentes na medida em que a identificação dos investimentos exclusivamente elegíveis na Medida 1.2 não é de todo óbvia, reforçada pelo facto de as operações terem de ocorrer no âmbito de um processo de cisão/fusão ou de cooperação.

## 5.3 MEDIDA 1.3 PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE FLORESTAL

As intervenções do ProDeR na perspectiva da competitividade das fileiras florestais reflectem, nesta fase de referência do ciclo de avaliação (Avaliação Contínua reportada às evidências ocorridas em 2010), um conjunto significativo de constrangimentos que devem contribuir para contextualizar as análises seguintes:

---

<sup>7</sup> Este número é fictício. A identificação do Projecto será exclusivamente fornecida à AG bem como o anexo referenciado

<sup>8</sup> Este número é fictício. A identificação do Projecto será exclusivamente fornecida à AG bem como o anexo referenciado.

- ◆ a regulamentação tardia das medidas florestais do ProDeR colocou a oferta de ajudas disponíveis numa conjuntura complexa caracterizada por uma envolvente económica desfavorável ao investimento;
- ◆ a adequação das intervenções às dimensões-problema do sector florestal, não obstante o esforço de regulamentação simplificador que ocorreu em 2009 e em 2010, tem-se revelado francamente problemática à luz da natureza das explorações e das necessidades de intervenção florestal, ou seja, a dificuldade em preencher condições de elegibilidade limita a adesão;
- ◆ a complexidade existente (e que permanece) na articulação exigida entre organismos do MADRP (a nível central e regional) e na relação das tutelas sectoriais com a Autoridade de Gestão do Programa;
- ◆ os requisitos burocráticos de natureza administrativa e processual associados à apreciação, aprovação e contextualização das candidaturas;
- ◆ a incapacidade dos principais actores da fileira florestal em dinamizar projectos de investimento que dêem corpo às abordagens de “clusterização” de actividades indispensáveis à concretização de vertentes-chave de Estratégia Nacional para as Florestas.

Em matéria de apresentação de candidaturas, e conforme sugerido pela Avaliação Intercalar que recomendara a alternativa de apresentação simultânea de candidaturas a várias Medidas para a mesma unidade de gestão, destaca-se a possibilidade criada de apresentação em contínuo que responde, em parte ao problema sinalizado naquele Documento.

Tendo presente o investimento da Avaliação Intercalar em termos de trabalho e a fase de consolidação de realizações, em curso ao longo do ano de 2010, a Avaliação Contínua processa informação de realização das três Acções de Medida ao longo de 2010 e sistematiza de forma cruzada dados qualitativos mais relevantes que emergem das entrevistas realizadas.

### 5.3.1 ACÇÃO 1.3.1 MELHORIA PRODUTIVA DOS POVOAMENTOS

Nos dados com referência a 31 de Dezembro de 2010, contabilizam-se dois concursos (com dotação orçamental de 36 milhões euros) e uma procura revelada de 735 candidaturas entregues: Emboar se tenha registado um aumento de cerca de 31% no volume de Pedidos de Apoio e do investimento proposto de 27%, o que demonstra um crescente interesse por parte dos potenciais beneficiários nesta Acção, entre o 1º e o 2º Concurso, à data de 31/12/2010, apenas 73% do

investimento proposto nos dois concursos foi aprovado, revelando dificuldades a que não será alheia a dificuldade de reunir as condições de elegibilidade.

Em resultado, apenas 24% da dotação orçamental do ProDeR para esta Acção está efectivamente comprometida, o que indicia uma menor dinâmica de concretização das decisões de investimento, face a outras Medidas do ProDeR.

A taxa de contratação (rácio entre as candidaturas contratadas e as candidaturas aprovadas) expressou uma relação de três para quatro até ao final de 2010, fruto de um trabalho diligente por parte da Autoridade de Gestão e das DRAP.

Contudo, a execução continua a revelar-se problemática para a trajectória de desempenho financeiro da Acção com pagamento de apenas 11% da despesa pública total contratada, correspondendo a 2% da dotação total do ProDeR, para esta Acção. Uma das justificações para a diminuta execução reside na actual crise financeira que não estimula o investimento, mas remete também para a natureza técnico-operacional das operações florestais condicionada às épocas do ano em que são executadas, pelo que pode decorrer um período de tempo relativamente longo entre a contratação e o início da execução física.

Na caracterização dos Pedidos de Apoio aprovados, salientam-se os principais traços seguintes (informação sumarizada no Quadro 19):

- ◆ concentração no Alentejo, Região com maior representatividade nesta Acção, fruto da condição de território com melhores características de elegibilidade, nomeadamente no que se refere à dimensão da propriedade e à prova de titularidade; seguem-se a Região Centro e Lisboa e Vale do Tejo;
- ◆ a tipologia de beneficiários que mais aderiu a esta Acção (com maior facilidade em reunir as condições de elegibilidade), foi a de Produtor Florestal Individual com 45% de representatividade e 30% do investimento proposto nos 2 concursos, seguindo-se o Produtor Florestal Colectivo (38% das candidaturas e 51% do investimento proposto); as Entidades Gestoras das ZIF apresentam um decréscimo muito significativo (79%) no número de Pedidos de Apoio do 1º para o 2º concurso e uma conseqüente diminuição do investimento total proposto, reflectindo a desmotivação tendencial destas entidades que obtiveram uma taxa de aprovação de apenas 10% no 1º concurso, devido a dificuldades processuais e/ou técnicas (reunir documentos necessários para a formalização das suas candidaturas, delimitação cartográfica dos prédios rústicos, ...);

- ♦ a “Melhoria de Povoamentos Florestais” foi a tipologia de investimento com maior expressão (82% do Investimento total contratado), seguindo-se a intervenção “Reconversão de Povoamentos Mal Adaptados” e “Outras despesas”, com 9% cada uma;
- ♦ as espécies mais utilizadas para a melhoria dos povoamentos florestais foram o sobreiro (boa valorização de mercado da cortiça) e o pinheiro manso (devido à grande procura de pinha e a possibilidade, através da enxertia, de obter rendimento num médio espaço de tempo), numa área total contratada de 26.333 ha; esta área não é de florestação, na sua totalidade, pois integra também a área onde será feito o aproveitamento da regeneração natural.

Quadro 19 – Distribuição das candidaturas aprovadas, por tipologia de beneficiário na Acção 1.3.1

Beneficiários	Aprovados				Taxas de Aprovação	
	Montantes		N.º PA		%	%
	mil €	%	N.º	%	Montante	PA
Cooperativas	499	1	1	0	100	100
Entidades Gestoras de Áreas agrupadas	376	1	3	1	6	38
Entidades Gestoras de ZIF	3.934	6	18	3	43	22
Fundo de Investimento Imobiliário Florestal	0	0	0	0	0	0
Organismos da Administração Local	234	0	6	1	47	43
Organismos de Administração de Baldios	131	0	5	1	18	28
Produtores Florestais Colectivos	36.857	57	231	44	82	83
Produtores Florestais Individuais	22.586	35	266	50	83	80
<b>Total</b>	<b>64.617</b>	<b>100</b>	<b>530</b>	<b>100</b>	<b>72</b>	<b>72</b>

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

Na análise dos indicadores de realização, a meio do período de vigência ProDeR, apenas o número de empresas florestais privadas apresenta um valor bastante positivo face à meta estabelecida: o volume total de investimento corresponde a 31% da meta programada (o que torna problemático atingir os 150.000 mil euros até 2013); no entanto, o volume de empresas privadas florestais com apoio ao investimento, atingiu já os 97%. O cruzamento entre as realizações e os objectivos da Acção 1.3.1, resulta no Quadro 20.

Quadro 20 - Cruzamento dos Objectivos/Realizações/Resultados na Acção 1.3.1

Objectivos Acção 1.3.1	Realização	Resultado
Beneficiação e reconversão de povoamento mal adaptados, visando o aumento da sua produtividade	419 Projectos contratados, dos quais 58 tiveram alguma execução	Residual
Promoção de materiais florestais de reprodução de qualidade	Sem projectos	Nulo
Promoção da valorização económica de subprodutos e resíduos florestais	Sem projectos	Nulo
Melhorar e garantir a manutenção das funções económica, ambiental e social no quadro da gestão florestal sustentável	Sem projectos	Nulo

### 5.3.2 ACÇÃO 1.3.2 GESTÃO MULTIFUNCIONAL

A análise da Acção 1.3.2 foi feita com base nos 157 PA que foram submetidos nos 2 concursos e no período contínuo que já foi implementado em 2010, com dotação orçamental de 9 milhões de euros. O 1º concurso teve bastantes candidaturas, comparativamente com o 2º concurso que teve apenas 16 PA, o que se traduz numa redução de 88%.

Tendo presente os dois concursos realizados, observa-se uma taxa de aprovação de 63% que se traduziu, todavia, num investimento total aprovado muito baixo, correspondendo a uma taxa de compromisso global de 9%. Num contexto em que houve quase 100% de contratação dos projectos que foram aprovados, a taxa de execução relativamente ao contratado é de apenas 1,6%, fruto de uma conjuntura económica que não favorece o investimento económico produtivo. Os principais elementos de caracterização dos projectos aprovados são os seguintes:

- ◆ concentração geográfica na Região Centro que apresenta maior percentagem (44%), fruto da condição de território onde se encontra o maior número de zonas de caça, a principal intervenção dos PA submetidos a esta Acção;
- ◆ grande variedade na tipologia de beneficiários a submeter PA a esta Acção, mas com as Entidades Gestoras de Zonas de Caça a dominarem com 74% do investimento total aprovado (ver Quadro 21);

- ♦ a tipologia de investimento relativa à “Gestão Cinegética” regista maior representatividade dentro das tipologias de investimento contratadas (70% do investimento total contratado), em apoio a uma das áreas de grande interesse para o sector florestal, principalmente em termos financeiros; apesar das restantes tipologias de investimento apresentarem reduzida adesão, é importante referir que 13% do investimento total contratado foi atribuído à “Produção de Cogumelos Silvestres”.

Quadro 21 - Tipologia de beneficiários dos projectos submetidos e aprovados na Acção 1.3.2

Beneficiários	Aprovados				Taxas de Aprovação	
	Montantes		N.º PA		% Montante	% PA
	mil €	%	N.º	%		
Ent. Gestoras de Zonas de Caça Associativa	1398	26	51	52	67	67
Ent. Gestoras de Zonas de Caça Municipal	918	17	12	12	77	71
Ent. Gestoras de Zonas de Caça Turística	1662	31	22	22	66	73
Ent. Gestoras de Zonas de Pesca Desportista	447	8	5	5	100	100
Ent. Gestoras de ZIF	300	6	1	1	23	20
Organismos da Administração Local	146	3	2	2	34	40
Órgãos de Administração de Baldio	0	0	0	0	0	0
Organizações de Agricultores	49	1	1	1	100	100
Organizações de Produtores Florestais	124	2	1	1	54	17
Produtores Florestais Colectivos	187	4	1	1	46	20
Produtores Florestais Individuais	53	1	3	3	28	50
<b>Total</b>	5292	100	99	100	59	63

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

Na *análise dos indicadores de realização*, constata-se que o volume total do investimento se situa em 11% da meta estabelecida enquanto o “N.º de empresas florestais com apoio ao investimento” também continua com um valor aquém do esperado (14%, Empresas públicas; e 21%, Empresas privadas). O cruzamento entre as realizações e os objectivos da Acção 1.3.2., resulta no Quadro 22:

Quadro 22 - Cruzamento dos Objectivos/Realizações/Resultados na Acção 1.3.2

Objectivos Acção 1.3.2	Realização
Diversificar as actividades nas explorações florestais promovendo a utilização e valorização económica de recursos associados à floresta e aos espaços florestais.	98 Projectos contratados, dos quais apenas 7 já têm alguma execução
Desenvolver a oferta de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções protectoras e sociais.	Sem Projectos
Promover a valorização de recursos endógenos e a sustentabilidade dos territórios rurais.	Sem Projectos

### 5.3.3 ACÇÃO 1.3.3. MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS FLORESTAIS

Esta Acção teve grande adesão nos 2 concursos iniciais (278 PA entrados) e em regime de período contínuo registou 36 candidaturas até ao final de 2010, totalizando um investimento proposto de cerca de 146,5 milhões de euros. As taxas de reprovação elevadas (na ordem dos 66% no 1º concurso e 42% no 2º concurso), resultam da dificuldade em preencher requisitos e à falta de viabilidade dos projectos apresentados. Foram contratados 120 PA com um compromisso total de 22,7 milhões de euros, face a uma dotação orçamental semelhante, o faz com que seja a Acção da Medida 1.3 com maior dinâmica. Na caracterização dos projectos aprovados salienta-se os elementos seguintes:

- ◆ concentração nas Regiões Centro e Lisboa e Vale do Tejo em investimentos de empresas de transformação das fileiras lenhosas (eucalipto e pinheiro bravo), espécies que predominam nos espaços florestais destas regiões;
- ◆ cerca de metade do investimento total contratado está atribuído às empresas florestais que operam na colheita, recolha, concentração e triagem de material lenhoso e resina e 29% às empresas que trabalham na colheita, recolha, concentração, triagem e transformação de biomassa florestal, indústria em grande expansão; o maior investimento destina-se às fileiras lenhosas, com forte aposta nos equipamentos, que englobam 79% do investimento total contratado.

Na *análise dos indicadores de realização*, o indicador de realização relativo ao volume total de investimento atingiu 61% de cumprimento da meta, o que indica que esta Acção tem potencial para atingir os objectivos no final do Programa. Quanto ao indicador "N.º de dias de formação", a meta apresenta um nível de cumprimento de 79%. Este último indicador está associado ao indicador "N.º de participantes em

acções de formação” que ultrapassou largamente a meta estabelecida, ainda que não se disponha de informação relativa à formação frequentada (ver Quadro 23).

Quadro 23 - Indicadores de realização (output) na Acção 1.3.3

Indicador de realização	Tipos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		60.970	100.000	61
N.º de dias de formação		158	200	79
N.º de participantes em acções de formação		166	40	415
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Transformação	25	50	50
	Comercialização	97	20	485
	Recolha	97	30	323
	PME	7	10	70
	Microempresas	113	90	126
	<b>Total 1.3.3</b>		120	100

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

O ProDeR definiu indicadores de realização adicionais, sendo que para esta Acção acresce os *indicadores de realização adicionais específicos* que são referentes aos investimentos em factores ambientais, inovação e imateriais, indicadores que se encontram abaixo das metas estabelecidas, excepto o investimento em inovação que já ultrapassou o limite que se pretendia atingir.

O cruzamento entre as realizações e resultados e os objectivos da Acção 1.3.3, resulta no Quadro 24.

Na fase actual, *os indicadores de resultado* (Quadro 25), situam-se genericamente bastante abaixo das metas estabelecidas, sendo de destacar:

- ◆ a expressão reduzida dos investimentos inovadores (explorações/empresas que introduziram novos produtos, novos processos e/ou novas técnicas - 16% de cumprimentos da meta);
- ◆ o volume da área abrangida pela Gestão Florestal Sustentável (6% de cumprimento da meta estabelecida/considerada muito exigente); e
- ◆ o valor muito reduzido do aumento do VAB nas Acções 1.3.2 e 1.3.3 face à meta que se pretende atingir.

Quadro 24 - Cruzamento dos Objectivos/Realizações/Resultados na Acção 1.3.3

Objectivos acção 1.3.3	Realização	Resultado
Promover a modernização das empresas;	120 Projectos contratados, dos quais 37 já apresentam alguma execução	Existência de equipamento modernizado
Adaptar as empresas às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos;	N/D	N/D
Criar e modernizar as unidades de primeira transformação;	25 Projectos Contratados	Existência de equipamento modernizado
Modernizar e racionalizar as operações de exploração e pós-colheita dos produtos;	97 Projectos Contratados	Existência de equipamento modernizado
Promover uma maior participação dos produtores florestais nas vantagens económicas decorrentes do processo de transformação e comercialização dos produtos;	120 Projectos contratados, dos quais 37 já apresentam alguma execução	Existência de equipamento modernizado
Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias;	39 Empresas	Residual
Promover a integração no mercado.	N/D	N/D

Quadro 25 - Indicadores de resultado das Acções da Medida 1.3

Indicador de resultado	Acção 1.3.1.			Acção 1.3.2.			Acção 1.3.3.		
	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (mil euros)	n.d.	4.000	—	1.479	150.000	1	34.126	400.000	9
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas	39	250	16	39	250	16	105	140	75

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

## 5.4 MEDIDA 1.4 VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE QUALIDADE

### 5.4.1 ACÇÃO 1.4.1 APOIO AOS REGIMES DE QUALIDADE

A acção 1.4.1 foi suspensa em 17.01.2011 tal como constante da página de internet do ProDeR. As razões da suspensão prendem-se com os compromissos financeiros já assumidos, superiores à dotação orçamental da Acção.

Assim, verifica-se que em 31.12.2010 tinham sido apresentados 15.553 candidaturas, das quais 9.751 em 2010, todas contratados a essa data. Ao total de candidaturas entradas corresponde uma despesa pública de 16.130.000,00 €<sup>9</sup>. A dotação orçamental da Acção é de 15.794.500 €, despesa pública, pelo que a dotação da Acção, admitindo que todas as candidaturas entradas são validadas, está em termos de compromisso esgotado. Este esgotamento da dotação é agravado se considerarmos a projecção para o período de 5 anos.

Em termos de execução física, a meta do indicador de realização associado à Acção já foi ultrapassada (o objectivo para 2007-2013, em termos do único indicador de realização, foi estabelecido em 14.000 explorações participantes aderentes a regimes de qualidade) – considerando a totalidade de candidaturas submetidas. Neste caso específico a informação a que a Equipa de Avaliação teve acesso, e que como referido atrás é a cedida à Equipa da Avaliação Ex-Ante e que carece dos constrangimentos também já identificados atrás – esta estimativa assenta numa despesa média por exploração de 600 €, o que se veio a revelar insuficiente. Mais uma vez se reitera que este exercício de revisão das metas será oportunamente desenvolvido.

Relativamente ao indicador de resultado definido para esta Acção (Acréscimo de produção agrícolas associada a regimes de qualidade reconhecidas – em Euros) não é possível a sua utilização na avaliação do desempenho da Acção uma vez que esta informação não foi disponibilizada pela AG ProDeR.

---

<sup>9</sup> O apoio é concedido através da fixação de uma ajuda unitária forfetária, anual, por grupo de produtos, no máximo de 3 000 € por exploração/ano, a pagar ao produtor individual, por um período máximo de 5 anos. O cálculo do valor da ajuda tem por base os custos de participação nos regimes de qualidade associados ao controle por parte de organismos privados, os quais variam substancialmente em função do produto em causa, nomeadamente pela especificidade do controlo (exigência de maior ou menor número de análises e mais ou menos exigentes) e a dimensão média.

Em termos de execução financeira verifica-se que os pagamentos efectuados no seu âmbito representam 30% face ao programado (rácio entre o fundo pago e programado) tal como constante do RE 2010.

#### 5.4.2 ACÇÃO 1.4.2 INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS DE QUALIDADE

Relativamente à Acção 1.4.2 o aspecto mais relevante na dinâmica de execução da Acção diz respeito à contratação de 13 PA e que corresponde à totalidade dos PA submetidos no concurso de 2009, cujos promotores mantiveram a candidatura. O segundo concurso decorreu até 15 de Março de 2011 pelo que não integra este relatório. Assim, mantêm-se válidas as análises efectuadas em sede de Avaliação Intercalar em particular a distribuição do investimento por rubricas e por modos de produção e regime de qualidade. Destaca-se que, dos 13 PA contratados, 9 dizem respeito a produtos DOP/IGP, sendo, dentro deste regime de qualidade, as carnes frescas a categoria dominante.

No que diz respeito ao cumprimento das metas dos indicadores associados à Acção é bastante elevado no que diz respeito ao número de acções apoiadas, 72%, e em relação ao valor da produção, 66%. Realça-se contudo o muito baixo cumprimento da meta relativa ao indicador acréscimo de produção agrícola, que se cifra nos 12% da meta (Quadro 26 e Quadro 27). À semelhança do que se fez com outras Medidas/Acções tentou inferir-se da forma como esta meta foi estabelecida. Neste caso específico, o exercício é dificultado pelo facto de que aquando da génese do PDRC estava prevista uma terceira Acção no âmbito da Medida 1.4. De todo o modo a meta do Acréscimo de produção agrícola foi estimada, de acordo com a informação, de que a Equipa de Avaliação dispõe.

Em termos de execução financeira verifica-se que, à data de 31.12.2010, o montante comprometido é de 3.327.000 €, resultando numa taxa de compromisso de 28% (rácio entre o fundo contratado e o programado). A taxa de execução é de 2% (rácio entre o fundo pago e o programado). A análise apresentada refere-se a valores de despesa pública.

Quadro 26 – Indicadores de Realização Acção 1.4.2 (Medida COM 133);

Indicadores de Realização	Objectivos 2007-2013	Execução
N.º de acções apoiadas	18	13

Fonte AG ProDeR 31.12.2010

Quadro 27 – Indicadores de Resultado Acção 1.4.2 (Medida COM 133)

Indicadores de Resultado	Objectivos	Execução
	2007-2013	
Acréscimo de produção agrícola associada a regimes de qualidade reconhecidas (em euros)	200.000.000	23.714.000
Valor de produção agrícola com marcas/normas reconhecidas (em euros)	120.000.000	79.152.000

Fonte: AG ProDeR 31.12.2010

Quadro 28 - Cálculo da Meta do Indicador de resultado Acréscimo de produção Acção 1.4.2 conforme o PDRc

Indicadores de Resultado	Meta PDRc	Base da Estimativa
Acréscimo de produção agrícola associada a regimes de qualidade reconhecidas (em euros)	254.374.917 €	<p>Despesa pública com a acção x Comparticipação média do projecto (pressuposto 2)<sup>1</sup> x Relação Produçãoagr/FBCFagr (pressuposto 4, pressupõe-se que este apoio tinha o mesmo efeito multiplicador do investimento nas explorações)<sup>2</sup> x (1+ percentagem de acréscimo adicional da produção de produtos de qualidade)<sup>3</sup></p> <p>Pressupostos:</p> <p><sup>1</sup>Taxa comparticipação média projecto (133_1.4.2; 50%)</p> <p><sup>2</sup>Relação Prod Agric/FBCFagric (11,3)</p> <p><sup>3</sup>Acréscimo adicional da produção dos DOP (10%)</p>

## 5.5 MEDIDA 1.5 RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL PRODUTIVO

No ano de 2010 foram abertos dois concursos – um decorreu no período de 1.10.2010 a 18.10.2010 (Oeste) e o outro é referenciado ao período de 15.04.2010 a 15.07.2010 (fortes intempéries ocorridas ao longo do ano de 2010)<sup>10</sup>. O total de candidaturas válidas entradas neste ano ascendeu a 737 que correspondem a um investimento proposto de 36.507.000 €. Verificou-se no ano de 2010, face à dimensão das situações de catástrofe, alteração ao nível de apoio e do orçamento da Medida.

<sup>10</sup> No ano de 2009 tinha decorrido um primeiro concurso que decorreu no período de 15.09.2009 a 31.12.2009 (Sabugal). Neste concurso entram 16 candidaturas a que correspondeu um investimento proposto de 119.000 €.

No ano de 2010 foram analisadas a totalidade das candidaturas entradas (2009 e 2010) tendo 596 sido aprovadas das quais 571 foram contratadas (montante comprometido 17.189.000 €, 58% do programado, em termos de despesa pública).

A distribuição do investimento por rubricas (29.641.000 €) indica que 82% do investimento proposto, considerando os projectos contratados, é dirigido a estufas ou outras estruturas de forçagem” o que reflecte o objectivo do primeiro concurso de 2010 (Oeste).

Em termos do desempenho dos indicadores de realização (Quadro 29) verifica-se, face à informação disponibilizada, que a meta associada ao indicador volume total de investimento, é de 66% e de 4% para o indicador área total apoiada . O cumprimento da meta associada ao indicador de resultado previsto para a Acção não foi disponibilizado.

Quadro 29 – Indicadores de Realização Medida COM 126 (Medida 1.5)

Indicadores de Realização	Objectivos 2007-2013	Execução
Volume total de investimento (em euros)	45.000.000	29.641.000
Área total, em ha, de terras agrícolas danificadas objecto de apoio	40.000	1.451

Fonte AG: 30.06.2010

A 31.12.2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 6369 mil euros de despesa pública (19% face ao programado).

## 5.6 MEDIDA 1.6 REGADIOS E OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS COLECTIVAS

Os apoios veiculados pela Medida 1.6 têm como pressuposto a rentabilidade global dos projectos, visando impactos a nível agrícola e ambiental, bem como os seus efeitos multiplicadores gerados nas economias locais e regionais como o aumento do VAB (produção agrícola, negócios a montante e a jusante) e o aumento do emprego (permanente e sazonal).

Os novos regadios têm, ainda, três funções estratégicas: a de criar reservas de água posicionadas de modo a abranger zonas com elevado potencial agrícola; a de fomentar a implementação de novos modelos agrícolas, que garantam um desenvolvimento agrícola regional e nacional e, paralelamente, que garantam a

contrapartida do investimento realizado com fundos públicos; e a de fomentar a utilização de água de forma mais eficiente.

O desenho das dimensões de análise a desenvolver no âmbito da Medida 1.6 teve por base, nomeadamente, a necessidade do aprofundamento de algumas matérias abordadas na Avaliação Intercalar.

Com o recurso à análise das dinâmicas de execução dos projectos aprovados, a Equipa de Avaliação analisou o perfil de projectos aprovados e contratados em cada uma das Acções, bem como o perfil dos territórios e actividades agrícolas abrangidas e a capacidade de absorção de recursos por parte das entidades beneficiárias. A análise dos dados constantes do sistema de informação do ProDeR, permitiu, ainda, analisar o contributo dos projectos aprovados e em execução para: aumentar e melhorar a rede de infra-estruturas de apoio às explorações agrícolas; aumentar o rendimento económico das explorações e actividades beneficiadas pela rede de rega; e aumentar a criação de postos de trabalho.

Em termos de implementação e de execução financeira, a Medida 1.6 evoluiu favoravelmente no último ano, sendo que grande parte dos projectos analisada e contratada durante o ano de 2010 (veja-se o caso da Acção 1.6.5 em que foram submetidos 1257 Pedidos de Apoio, e cujo processo de análise e de aprovação ocorreu durante o ano de 2010). No entanto, ainda existe uma fraca execução, sobretudo, por parte da Acção 1.6.4, facto que decorre da tipologia de promotores.

A visão de síntese da implementação da Medida 1.6 resulta no Quadro 30.

Embora a taxa de compromisso da Medida 1.6 atinja já um valor elevado (77,4%), reduzindo a flexibilidade em termos financeiros (abertura de novos concursos, reforços de dotações financeiras em determinadas Acções), a questão que se coloca actualmente reside, sobretudo, na capacidade que os promotores vão ter para executar os compromissos que assumiram (no final de 2010 a taxa de execução da Medida 1.6 era de 14,3%, fruto sobretudo, do desempenho das Acções 1.6.1 e 1.6.2). Com efeito, a Autoridade de Gestão tem estabelecido alguma pressão para que os projectos sejam executados física e financeiramente nos termos previamente acordados e nos prazos definidos no Regulamento de aplicação da respectiva Medida/Acção (cf. Orientação técnica geral n.º 7, publicada em 2011 e válida para todas as Acções do ProDeR).

Quadro 30 - Visão de síntese da implementação da Medida 1.6

Acções	Dotação orçamental (mil euros)	Aprovações		Contratações		Execução
		N.º PA	Montante	N.º PA	Montante despesa pública	Montante despesa pública
<b>Acção 1.6.1. Desenvolvimento do Regadio</b>	126.953,00	6*	181.857.207,86	4	125.204.213,52	22.897.830,78
<b>Acção 1.6.2. Regadio do Alqueva</b>	436.871,00	7	122.165.069,65	7	122.165.069,65	81.203.951,46
<b>Acção 1.6.3. Sustentabilidade dos regadios públicos</b>	79.636,00	120	174.796.853,60	53	58.147.519,84	286.503,00
<b>Acção 1.6.4. Modernização dos regadios colectivos tradicionais</b>	26.545,00	68	9.035.263,48	50	6.806.646,10	0,00
<b>Acção 1.6.5. Projectos estruturantes</b>	62.183,00	283	78.874.967,42	95	27.923.712,73	0,00
<b>Total</b>	<b>732.188,00</b>		<b>566.729.362,01</b>		<b>340.247.161,84</b>	<b>104.388.285,24</b>

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

### 5.6.1 ACÇÃO 1.6.1 DESENVOLVIMENTO DO REGADIO

Aquando da sua concepção, a Acção 1.6.1 Desenvolvimento do Regadio tinha como prioridades concluir os aproveitamentos hidroagrícolas em curso (com prioridade a projectos que tinham o maior rácio capitais investidos/capitais por investir) e, de acordo com as disponibilidades financeiras, iniciar infra-estruturas a concluir dentro do período de vigência do Programa. Todavia, o primeiro objectivo não vai ser alcançado porque a Medida já esgotou a sua dotação financeira e o segundo objectivo será alcançado apenas se houver capacidade em disponibilizar a contrapartida nacional a um ritmo que se coadune com a realização das obras.

Das 8 candidaturas apresentadas até ao final de 2010, 6 tinham sido aprovadas (4 contratações e 2 não cabimentadas por falta de dotação orçamental) e 2 tinham sido reprovadas (Quadro 31).

Embora esta Acção tenha sido aberta por concurso, tal não se justificava pelo facto de os projectos prioritários terem sido identificados pelo Ministério da Agricultura e o promotor ser a DGADR, a Autoridade Nacional para o Regadio. Todavia, todas as Candidaturas apresentadas à Acção 1.6.1 possuíam à data os Estudos de Viabilidade Agro-económica e ainda os Estudos de Impacte Ambiental e a respectiva Declaração de Impacte Ambiental emitida pelo Ministério do Ambiente.

Quadro 31 – Dinâmica de aprovações da Acção 1.6.1, até 31/12/2010

Projecto – NUT3	Decisão Final	Aviso	Data candidatura	Data de decisão ou parecer	Envio contratação	Investimento proposto total	Despesa pública
Cova da Beira	Contratado	01-161-2009	25-Jan-09	22-Mai-09	19-Jun-09	74.480.794,00	63.228.056,64
Baixo Mondego	Contratado	02-161-2009	31-Jul-09	25-Jan-10	18-Mar-10	39.954.289,22	34.102.900,96
Veiros - Alto Alentejo	Contratado	03-161-2009	14-Ago-09	01-Set-09	03-Set-09	24.944.119,39	21.484.632,25
Lezíria (Bloco IV) - Grande Lisboa	Contratado	04-161-2009	06-Jan-10	02-Jun-10	26-Out-10	7.490.844,00	6.388.623,67
Óbidos - Oeste	Aprovado sem cabimentação orçamental	04-161-2009	06-Jan-10	26-Mai-10		31.602.180,00	26.707.316,34
Lezíria (Blocos V e VI) - Grande Lisboa	Aprovado sem cabimentação orçamental	04-161-2009	06-Jan-10	26-Mai-10		42.930.642,00	29.945.678,00
Baixo Vouga	Reprovado	02-161-2009	10-Ago-09	19-Nov-09		243.459,40	170.421,58
Vale do Sorraia - Oeste	Reprovado	04-161-2009	26-Nov-09	19-Abr-10		100.000,00	0,00

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

Todos os projectos aprovados localizam-se em zonas com um forte dinamismo, quer pelo grau de adesão ao regadio, quer pela capacidade que os produtores têm demonstrado na reconversão, quer ainda pelas potencialidades agrícolas que estão a ser geradas (e, mais importante, que estão a ser aproveitadas) e pela maior eficiência na utilização da água:

- ◆ *Aproveitamento Hidroagrícola de fins múltiplos da Cova da Beira* (objectivos: rega, abastecimento público e produção de energia eléctrica). Em fase de exploração e conclusão prevista para o 2º semestre de 2011. O investimento apoiado no âmbito do ProDeR abrange freguesias de cinco concelhos (Belmonte, Covilhã, Fundão, Penamacor e Sabugal). Este aproveitamento hidroagrícola tem uma particularidade importante: toda a água é distribuída sob pressão (sistema por gravidade), não implicando custos acrescidos de bombagem. A adesão a este regadio não é homogénea quanto ao seu dinamismo: na rede mais recente – Belmonte e Caria - a adesão foi de cerca de 35% (bastante positiva para um primeiro ano); e na rede que foi edificada há mais tempo (Meimoa e Meimão) tem sido mais problemática. Esta heterogeneidade está de acordo com o perfil da estrutura fundiária e dos próprios produtores: na zona de Meimoa e Meimão, a estrutura fundiária é bastante mais fragmentada, com solos pobres e a população agrícola é envelhecida. Não obstante, têm surgido algumas iniciativas ligadas a actividades de fruticultura e de horticultura.
- ◆ *Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego* (objectivos: rega; embora do aproveitamento hidráulico de fins múltiplos acresçam a regularização fluvial, a correcção torrencial, o controlo e defesa contra cheias, o abastecimento de água à indústria e a produção de energia eléctrica). Em fase de concepção e exploração. O investimento abrange os concelhos de Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Coimbra, Soure, Cantanhede, Pombal e Condeixa-a-Nova. Neste caso, para este período de programação está projectada a conclusão da obra no Vale Principal, sendo que a extensão da rede de rega para os dois vales secundários Pranto e Arunca terá de ficar para uma segunda fase. O grau de adesão por parte dos agricultores tem sido extremamente elevada, perto dos 100%, com uma dinâmica de reconversão muito positiva para hortícolas (mesmo as áreas que estavam reservadas para arroz tem sido reconvertida para actividades com maior rendimento). Este projecto afigura-se importante do ponto de vista da reestruturação fundiária.

- ◆ *Aproveitamento Hidroagrícola de Veiros* (objectivos: rega). Em fase de execução e exploração. O apoio no âmbito do ProDeR circunscreve-se aos concelhos de Monforte e Estremoz. Consiste numa barragem interessante do ponto de vista do potencial agrícola (actualmente uma agricultura pouco rentável pelo facto de ser sobretudo de sequeiro). A sua conclusão depende dos montantes financeiros que, entretanto, forem disponibilizados. No que se refere ao grau de adesão, prevê-se que seja elevado por contágio da dinâmica observada no Alqueva.
- ◆ *Aproveitamento hidroagrícola da Lezíria* (objectivos: rega). Em fase de conclusão e exploração. O investimento abrange o concelho de Vila Franca de Xira. Neste caso, se a Acção não tiver reforço da sua dotação orçamental, não se prevê que seja concluído neste período de programação. Este perímetro de rega é dotado de uma grande dinâmica, com uma adesão de 100% ao regadio. As zonas agrícolas apresentam grandes potencialidades produtivas.

Os resultados (potenciais) dos projectos em execução, na Acção 1.6.1 são apresentados no Quadro 32.

Quadro 32 – Resultados [potenciais] dos projectos em execução, Acção 1.6.1

	Aumento da área regada (ha SAU)	Propriedades abrangidas (n.º)	Acréscimo postos de trabalho		Acréscimo VAB	Consumo de água
			Homens	Mulheres		
<b>Cova da Beira</b>	5.661,5	959	105	16	12.264.066,00	3.545
<b>Baixo Mondego</b>	1.320	591	252	81	4.566.903,13	11.434
<b>Veios</b>	1.114	65	26	13	748.798,84	3.472
<b>Lezíria</b>	1.010,52	27	26	13	1.701.762,20	7.229
<b>TOTAL</b>	9.106,02	1.642	409	123	19.281.530,17	Média de 6.420

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

De notar que, do volume de investimento elegível contratado, 58,5% destina-se a redes de transporte e distribuição de água para rega, 11,5% a barragens, reservatórios e açudes, centrais hidroeléctricas e estações elevatórias, reservatórios e respectivos equipamentos e 10,3% a rede viária. No que se refere aos resultados previsionais dos projectos, assinala-se o seguinte:

- ◆ ultrapassagem da meta no caso do aumento da área regada, definida para 8 mil hectares (grau de cumprimento do indicador que ultrapassou os 100%);

- ◆ acréscimo de VAB bastante aquém da meta definida (6%), traduzindo a sobreestimação desta meta;
- ◆ a meta da redução do número de prédios, definida para 20%, foi alcançada, tendo apenas o contributo do projecto do Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego;
- ◆ redução do consumo de água inferior ao previsto, traduzindo uma eficiência da sua utilização superior (a meta situava-se nos 6.600 m<sup>3</sup>/ha) nas mais de 1.600 explorações agrícolas a beneficiar;
- ◆ criação de cerca de 430 postos de trabalho, um indicador social com importância acrescida.

#### 5.6.1.1 PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS

Num cenário em que as restrições orçamentais são uma realidade, a construção de novas barragens veio colocar em risco a conclusão de outros aproveitamentos hidroagrícolas (não há certeza sobre a conclusão da obra de Veiros durante a vigência deste período de programação devido às restrições orçamentais).

Embora os projectos do Bloco IV da Lezíria e do Baixo Mondego tenham sido aprovados não há, por enquanto, contrapartida nacional que permita o lançamento dos concursos para a sua execução. Esta situação pode provocar constrangimentos graves na execução física, obrigando ao adiamento sucessivo do cronograma das obras e colocando em causa a sua execução até ao final do período de programação do ProDeR.

Com o esgotamento praticamente total da verba prevêem-se dificuldades quando surgirem alterações dos montantes afectos aos projectos, decorrentes dos eventuais 'trabalhos a mais' e aumento do IVA.

#### 5.6.2 ACÇÃO 1.6.2 REGADIO DO ALQUEVA

Esta Acção encontra-se 'aberta' em contínuo, tendo sido apresentados mais três Pedidos de Apoio em 2010, um contratado ainda durante o mesmo ano e os outros dois contratados já no ano de 2011, perfazendo um total de 176 milhões de euros de Despesa pública (Quadro 33).

Das entrevistas efectuadas, conclui-se pela grande dificuldade mas exequibilidade de a EDIA absorver os recursos financeiros que lhe estão acometidos e concluir o EFMA no período previsto, ou seja, com a apresentação de projectos até ao final de 2013 e respectiva conclusão física até ao final de 2015. Mesmo equacionando todos os elementos que condicionarão a envolvente económica da EDIA, designadamente os

aspectos relacionados com a conjuntura de recessão económica mundial, o financiamento da EDIA consubstancia-se não só com capitais próprios e apoios de investimento (fundos comunitários e PIDDAC), como também com capitais alheios, através de contratação de empréstimos bancários.

Quadro 33 – Projectos apresentados no âmbito da Acção 1.6.2, até 31/12/2010

Projecto	Decisão Final	data_cand	Data de decisão ou parecer	envio_contratacao	Despesa pública
<b>ALFUNDÃO</b>	Contratado	05-Fev-09	31-Ago-09	18-Set-09	32.316.560,26
<b>Brinches</b>	Contratado	03-Set-09	15-Out-09		14.615.727,20
<b>Brinches-Enxoé</b>	Contratado	03-Set-09	16-Out-09	05-Nov-09	23.067.039,91
<b>Serpa</b>	Contratado	03-Set-09	20-Out-09	23-Nov-09	16.403.207,31
<b>Ferreira, Figueirinha e Valbom</b>	Contratado	03-Set-09	09-Out-09		22.255.854,95
<b>Orada-Amoreira</b>	Contratado	03-Set-09	16-Out-09	30-Out-09	6.425.325,08
<b>Loureiro-Alvito</b>	Contratado	28-Set-10	20-Out-10	02-Dez-10	7.081.354,94
<b>Aljustrel</b>	Em análise*	14-Dez-10		2011	12.119.352,64
<b>Ervidel</b>	Em análise*	30-Dez-10		2011	41.758.496,57

\* Contratado em Fevereiro de 2011

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

De acordo com o Relatório e Contas de 2009 (EDIA, 2010), na programação dos investimentos e financiamentos do EFMA, a EDIA tem como único fim o cumprimento dos objectivos atribuídos à empresa pelo Accionista principal. No que respeita à política de financiamento, os projectos do EFMA estão contemplados nos programas de apoio comunitário POVT (projectos da rede primária, a uma taxa de 70% de FEDER) e ProDeR (projectos da Rede Secundária a uma taxa de 100%, 75% de FEADER e 25% de PIDDAC).

Não obstante, e dado que a exploração das infra-estruturas se iniciou em 2009, é previsível que, no curto prazo, a EDIA tenha capacidade para mobilizar auto financiamento.

Os investimentos realizados EFMA estão de acordo com a estratégia da Empresa, que tem apresentado uma dinâmica acentuada em termos de apresentação de Pedidos de Apoio. No final de 2010, o EFMA tinha cerca de 50 mil hectares preparados para rega, embora apenas 25 mil estejam já em campanha de rega e com os produtores devidamente organizados em Associações de Regantes com capacidade para gerir a rede (os beneficiários finais das redes de rega têm que estar associados em formas

jurídicas adequadas à gestão das infra-estruturas). Os resultados (potenciais) dos projectos em execução, na Acção 1.6.1 resulta no Quadro 34.

Quadro 34 – Acção 1.6.2 Resultados [potenciais] dos projectos contratados até ao final de 2010

Indicadores	Quantificação
Aumento da área regada (ha SAU)	27.647
Propriedades abrangidas (n.º)	5.427
Acréscimo postos de trabalho (n.º homens)	-3.422
Acréscimo postos de trabalho (n.º mulheres)	520
Acréscimo VAB (€)	43.599.064
Consumo de água (m <sup>3</sup> /ha)	4.073

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

De acordo com os resultados esperados da execução dos projectos, são de destacar os elementos seguintes:

- ◆ redução significativa de postos de trabalho;
- ◆ acréscimo de VAB que, embora positivo, permanece muito aquém do previsto (a meta prevê um VAB de 1400 mil euros);
- ◆ aumento da área regada muito aquém do previsto (90 mil hectares) mas com progressões importantes ao longo dos anos de execução das obras;
- ◆ aumento da eficiência da utilização da água, fruto da redução do consumo de água por hectare positiva;
- ◆ beneficiação de mais de 5400 explorações com sistemas de rega.

No que se refere à adesão ao regadio, embora seja um processo gradual, tem sido bastante positiva (situação que se deve em parte ao pagamento de 30% do valor da água, percentagem que vai aumentar progressivamente até 2016, ano em que começa a vigorar o preço a 100%), permitindo observar uma mudança da paisagem na região, em resultado da utilização da água para promover outro tipo de culturas.

### 5.6.3 ACÇÃO 1.6.3 SUSTENTABILIDADE DOS REGADIOS PÚBLICOS

Durante o ano de 2010 não abriram novos concursos no âmbito desta Acção, pelo que a situação se mantém face a 2009, com a excepção de alterações decorrentes da desistência de alguns proponentes. Ao total de candidaturas contratadas, está associada uma taxa de apoio FEADER de 85%.

Em virtude dos Pedidos de Apoio totalizarem um montante de apoio solicitado bastante superior à dotação orçamental prevista, os projectos foram submetidos a um processo de selecção por via de hierarquização, tendo havido situações em que os projectos tiveram parecer favorável mas que não foram aprovados por falta de dotação orçamental (Quadro 35).

Quadro 35 – Pedidos de apoio apresentados no âmbito da Acção 1.6.3, até 31/12/2010

Concursos	Dotação financeira Concursos	PA submetidos		PA Favorável		PA Contratados		
		Nº	Inv. Total	Nº	Inv. Total	Nº	Inv. Total	Desp Pública
1º Segurança de Barragens	25.000	37	30.506	37	30.506	37	30.506	25.377
2º Reabilitação de Centrais Mini-Hídricas	2.000	3	1.839	2	1.715	2	1.715	1.433
3º Melhoria da Eficiência dos Regadios Públicos	10.000	42	41.521	37	36.786	6	11.192	10.018
4º Reabilitação dos Aproveitamentos Hidroagrícolas	21.000	38	35.466	32	34.416	8	24.275	21.320
5º Modernização de Aproveitamentos Hidroagrícolas	22.000	13	82.003	12*	71.374		0	
<b>Total</b>	<b>80.000</b>	<b>133</b>	<b>190.129</b>	<b>120</b>	<b>174.797</b>	<b>53</b>	<b>67.688</b>	<b>58.148</b>

Un: milhões de euros.

\* No final do ano de 2010, havia um projecto em reanálise.

\*\* Despesa Pública.

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

Tendo em conta este cenário, é previsível que a curto prazo ocorra uma taxa de contratação correspondente à totalidade dos recursos financeiros afectos à Acção 1.6.3. Sustentabilidade dos regadios públicos.

Neste contexto, a grande dúvida persiste na capacidade de investimento e, assim, na capacidade de garantir os compromissos assumidos das entidades beneficiárias, nomeadamente, as Associações de Regantes.

Para que alguns regadios públicos continuem a funcionar e para que não haja limitações no aproveitamento de diversas zonas agrícolas com dinâmica (p.e. Vale do Sado), é importante que haja um reforço da tipologia c) e d) desta Acção – Melhoria da Eficiência dos Regadios Públicos e Reabilitação dos Aproveitamentos

Hidroagrícola, respectivamente. Com efeito, os Pedidos de Apoio são apreciados de acordo com a urgência da intervenção, reconhecida pela Autoridade Nacional de Segurança de Barragens; no entanto, ProDeR não possui verba disponível para atender a todas as situações que apresentam risco ao nível da continuidade da distribuição de água e de colapso da infra-estrutura.

No que se refere à tipologia de Modernização de Aproveitamentos Hidroagrícolas, seria importante, na eventualidade de um reforço da dotação financeira dessa tipologia, que a análise de candidaturas ao ProDeR, concedesse maior peso num critério de análise ligado ao estado físico das infra-estruturas, em detrimento de critérios que avaliem a rentabilidade da operação. Neste tipo de projectos tem de se atender, sobretudo, à estrutura fundiária e à capacidade que os produtores têm de utilizar a água de forma eficiente (p.e., privilegiar os sistemas de rega sob pressão em detrimento dos sistemas de rega por gravidade).

Em termos de resultados esperados pelos projectos apoiados no âmbito da Acção 1.6.3, embora os indicadores sistematizados no Quadro 36 não façam parte do conjunto de indicadores das Medida, a sua referência foi considerada importante pelo facto de as dezenas de projectos contratados beneficiarem a actividade de 47.146 explorações agrícolas, a que corresponde uma área com volume superior a 243 mil hectares.

Quadro 36 – Acção 1.6.3. Resultados [potenciais] dos projectos contratados até ao final de 2010

Indicadores	Quantificação
Aumento da área regada (ha SAU)	243.294,4
Propriedades abrangidas (n.º)	47.146

Fonte: SIProDeR (consultado a Maio de 2011).

#### 5.6.4 ACÇÃO 1.6.4 MODERNIZAÇÃO DOS REGADIOS COLECTIVOS TRADICIONAIS

Os regadios tradicionais têm uma grande importância em termos sociais, permitindo manter as produções que, em outras condições, não seriam possíveis. No entanto, muitos dos regadios colectivos tradicionais não são facilmente modernizáveis, tendo para isso de ser construídos de novo.

No ano de 2010 não foram abertos concursos para esta Acção, pelo que se mantém a situação descrita no Relatório de Execução Anual do ProDeR, relativo a 2009, quanto aos Pedidos de Apoio entrados e sua distribuição regional, com excepção de

uma desistência. O montante global das candidaturas ficou bastante abaixo da dotação financeira e a Acção não apresentou execução financeira até ao final de 2010 (Quadro 37).

Quadro 37 - Pedidos de apoio apresentados no âmbito da Acção 1.6.4, até 31/12/2010

Dotação financeira Concurso (Despesa Pública)	PA submetidos		PA Favorável		PA Contratados		
	Nº	Inv. Total	Nº	Inv. Total	Nº	Inv. Total	Desp Pública
26.545	84	9.234	68	9.035	50	6.807	6.616

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

A pouca adesão a esta Acção esteve associada ao perfil de promotores (Juntas de Agricultores, Cooperativas de Rega, ...), nomeadamente, pelas dificuldades sentidas em termos de preenchimento de todas as condições de acesso e na elaboração dos projectos (dificuldade em tornar evidente o benefício público dos projectos, traduzido numa melhoria significativa e sustentada da utilização da água e na melhoria da gestão e conservação das infra-estruturas hidroagrícolas) e em termos de falta de capacidade de investimento. Todo o processo de candidatura (formulários e documentos exigidos) é extremamente exigente e dificulta o acesso à Acção.

No que se refere à execução, também pelo perfil de promotores, prevêem-se dificuldades na apresentação de Pedidos de Pagamento; no entanto, é ainda prematuro conjecturar pois os processos de contratação foram concluídos no último trimestre de 2010.

Embora a dotação financeira seja adequada às necessidades a nível nacional (existem muitos sistemas de captação, transporte e distribuição de água a necessitar de recuperação física e a necessitar de estender os sistemas de rega a áreas adjacentes para aproveitar o potencial existente), a dinâmica de procura dos apoios desta Acção não foi positiva, pelo que se deverá reflectir sobre a pertinência da abertura de um novo concurso.

Na óptica da Equipa de Avaliação, há que se ponderar sobre a importância destes regadios e sobre os seus resultados sobre o território, p.e., com base em documentação produzida pela DGADR com a colaboração das DRAP, onde são identificadas as zonas em que potencialmente podia haver interesse em recuperar os regadios (em função da dinâmica agrícola instalada).

Em termos de resultados esperados, os projectos de investimento contratados até final de 2010 esperam beneficiar um conjunto alargado de explorações agrícolas (1851), mas a que corresponde uma área de superfície agrícola utilizada reduzida (1829,58 hectares).

A crescer, a longo prazo, considera-se que os resultados das obras apoiadas por esta Acção vão diluir-se no tempo, pelo que é necessário reflectir se é preferível apoiar a construção de novos regadios, em detrimento da sua modernização.

Neste sentido, uma das conclusões do processo de avaliação vai no sentido de que a dotação orçamental foi sobrestimada. Neste cenário, e tendo presente que a Acção não abriu qualquer concurso em 2010, será de recomendar a alocação da restante dotação financeira numa das outras Acções da Medida (1.6.1 ou 1.6.3).

### 5.6.5 ACÇÃO 1.6.5 PROJECTOS ESTRUTURANTES

Esta Acção foi alvo de uma elevada procura, tendo sido submetidos 1257 Pedidos de Apoio, dos quais 93,3% se enquadraram na tipologia de caminhos agrícolas, correspondendo a um investimento cerca de 50 vezes superior à dotação prevista nos dois avisos lançados ainda em 2009 (Quadro 38).

Quadro 38 - Pedidos de apoio apresentados no âmbito da Acção 1.6.5., até 31/12/2010

Concursos	Dotação financeira dos Concursos (Despesa Pública)	PA submetidos		PA Favorável		PA Contratados		
		Nº	Inv. Total	Nº	Inv. Total	Nº	Inv. Total	FEADER
1º Caminhos	18.000	1.172	799.751	282	78.162	95	34.144	27.924
1º Electrificação	10.000	83						
2º Requalificação ambiental	10.000	2	17.462	1	16.749			
<b>Total</b>	<b>38.000</b>	<b>1.257</b>	<b>817.213</b>	<b>283</b>	<b>78.875</b>	95	34.144	27.924

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

Para esta Acção deviam ter sido salvaguardadas as intervenções ao nível de electrificação das explorações agrícolas e ao nível de caminhos agrícolas, com critérios de selecção mais exigentes que privilegiassem projectos conjuntos/agrupados, limitando o acesso por parte de entidades que procuraram financiamento para resolver problemas ao nível dos caminhos rurais (p.e., Juntas de

Freguesia) – uma tipologia de projectos que estaria melhor enquadrada no âmbito do FEDER.

A demonstração de que ocorreu esse enquadramento enviesado dos projectos foi o facto de 829 Pedidos de Apoio terem tido parecer desfavorável, sobretudo, devido ao não cumprimento das condições de acesso.

Em termos de resultados esperados dos projectos contratados, destaca-se o acréscimo de VAB na ordem dos 4 milhões de euros (Quadro 39) mas, por outro lado, um decréscimo em termos de número de postos de trabalho (324).

Quadro 39 - Acção 1.6.5. Resultados [potenciais] dos projectos contratados até ao final de 2010

Indicadores	Quantificação
Propriedades abrangidas (n.º)	4.209
Acréscimo postos de trabalho (n.º homens)	-524
Acréscimo postos de trabalho (n.º mulheres)	204
Acréscimo VAB (€)	4.121.449,00

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

## 6 SUBPROGRAMA 2 – AVALIAÇÃO POR MEDIDA/ACÇÃO

### 6.1 MEDIDA 2.1 MANUTENÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS DESFAVORECIDAS

#### 6.1.1 DINÂMICA DE ADESÃO E EXECUÇÃO

Os indicadores de realização sugerem que as metas foram subavaliadas no caso da Acção 2.1.1 e da Acção 2.1.2 em Zonas Desfavorecidas que não de Montanha e em Rede Natura (Quadro 40 e Quadro 41). As áreas beneficiadas pelos apoios da Medida 2.1, ao serem agregadas independentemente de serem em Rede Natura ou não, dão valores muito próximos das médias do RURIS (Quadro 42), o que seria de esperar uma vez que as metas da Medida 2.1 foram definidas com base nas taxas de realização do RURIS. A diferença entre as metas estabelecidas e a taxa de execução resulta apenas da diferenciação do que está ou não em Rede Natura. As metas, neste caso, foram estabelecidas com base na proporção de área territorial da freguesia em Rede Natura ou fora, aplicada sobre a percentagem de adesão ao RURIS.

Quadro 40 - Indicadores de realização das Acções 2.1.1 e 2.1.2 (Medida COM 211)

Código ProDeR	Indicadores de Realização	Objectivos 2007-2013	Execução	
			31/12/2009	31/12/2010
2.1.1	Número de explorações apoiadas em zonas de montanha fora da Rede Natura	60.000	79.580	88.862
	Área agrícola apoiada em zonas de montanha fora da Rede Natura	350.000	415.807	488.793
2.1.2	Número de explorações apoiadas em zonas de montanha em Rede Natura	15.000	12.087	13.789
	Área agrícola apoiada em zonas de montanha em Rede Natura	150.000	81.737	99.970

No caso dos beneficiários, os valores médios do RURIS indicam claramente que as metas do ProDeR foram subestimadas. A Autoridade de Gestão esclareceu que se entendeu, na altura da definição da meta, que o número de aderentes seria menor do que no RURIS pelo facto de se ter introduzido a não elegibilidade das explorações entre 0,5 e 1 ha. Mas para o facto dos resultados de realização estarem acima da meta apontam-se outras possíveis explicações, como a possibilidade da candidatura

ser independente do local de residência do potencial beneficiário e a alteração do método de cálculo das Margens Bruta.

Quadro 41 - Indicadores de realização das Acções 2.1.1 e 2.1.2 (Medida COM 212)

Código ProDeR	Indicadores de Realização	Objectivos 2007-2013	Execução	
			31/12/2009	31/12/2010
2.1.1	Número de explorações apoiadas em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha, fora da Rede Natura	11.000	14.273	18.425
	Área agrícola apoiada em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha, fora da Rede Natura	230.000	196.144	284.770
2.1.2	Número de explorações apoiadas em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha, em Rede Natura	4.000	3.643	4.626
	Área agrícola apoiada em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha, em Rede Natura	70.000	60.242	83.643

Quadro 42 - Número de explorações e da área beneficiados pelas ICs do RURIS entre 2001 e 2006, comparadas com as metas anuais estabelecidas para os indicadores de realização do ProDeR

Ano	Zonas de Montanha		Outras ZD	
	Nº Beneficiários	Área (ha)	Nº Beneficiários	Área (ha)
2001	81.169	457.450	17.143	283.305
2002	77.584	473.356	17.065	294.889
2003	85.913	498.177	18.511	308.544
2004	91.647	512.130	19.967	334.002
2005	96.839	533.029	20.639	317.364
2006	90.249	507.120	18.349	283.415
Média RURIS 2001-2006	87.234	496.877	18.612	303.586
Execução ProDeR 2010	91.667	497.544	17.916	256.386
Metas ProDeR 2010	75.000	500.000	15.000	300.000

Fonte: Agro.Ges (2009).

A excepção ao que foi anteriormente referido ocorre nas Zonas Desfavorecidas de Montanha em Rede Natura, em relação às quais o programa tem ficado aquém das metas estabelecidas. Foi definida uma meta de 150.000 ha, que corresponde a 19%

da área potencial. Todavia, face aos valores dos indicadores de resultado apresentados, prevê-se que a meta do número de beneficiários vá ser alcançada no fim do programa, mas não a da área beneficiada. A identificação inequívoca de uma hipótese de explicação desta situação necessitaria de um melhor conhecimento da realidade da agricultura praticada nestas regiões. O abandono da actividade agrícola, o envelhecimento dos proprietários e a baixa produtividade são, talvez, mais acentuados nas Zonas da Rede Natura. Se fosse esta a causa da baixa adesão, então poder-se-ia concluir que a meta foi mal estabelecida, pois não teve em consideração a situação de contexto. Todavia, podem estar a ter alguma influência os aspectos relacionados com características mais acentuadas do perfil dos produtores agrícolas que dificultam a sua adesão (ex. mais baixo nível de formação), com a ausência ou insuficiência de Associações de Produtores e outras entidades que possam dar apoio técnico às candidaturas, ou com restrições associadas ao estatuto de Rede Natura.

Como seria de esperar do desempenho da Medida anteriormente descrito, os objectivos estabelecidos para os indicadores de resultado estão ultrapassados ou muito próximo de o ser, pelo que não lhes será feita especial referência.

### 6.1.2 ANÁLISE CRÍTICA

No Relatório da Avaliação Intercalar colocaram-se algumas questões destinadas a avaliar a eficácia dos apoios da Medida 2.1 como compensação pelo baixo rendimento e como pagamento para que a actividade agrícola seja mantida, de forma a continuar a proporcionar os múltiplos serviços ambientais e sociais que sustenta. A primeira é se, efectivamente, o financiamento está a conseguir dar resposta às situações mais graves de abandono. A segunda é se é suficientemente atractivo para que o agricultor persista na actividade agrícola, pelo menos mais 5 anos. A terceira, mais complexa, é se é suficiente para que a actividade agrícola persista para lá dos cinco anos. É objectivo do presente relatório contribuir com informação adicional que complemente as análises então apresentadas. Nesse sentido, foi solicitada informação ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) que permitisse melhor caracterizar os proprietários beneficiários desta Medida (Quadro 43).

Quadro 43 - Variação da idade média dos agricultores apoiados e da dimensão média da SAU apoiada de 2007 a 2009 e SAU média por NUT II no início do Programa

NUTII	Nº NIFAP Apoiados			Idade média dos agricultores apoiados			SAU média apoiada (ha)			SAU média INE (ha)
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	
Ano	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007
ALENTEJO	12.516	11.967	12.004	62	61	60	35,27	35,31	33,76	56,76
ALGARVE	2.271	2.141	1.989	67	68	66	13,08	12,23	12,57	8,44
CENTRO	28.956	25.201	28.058	66	65	64	7,94	7,35	6,90	6,09
GRANDE LISBOA	35	54	34	63	63	59	25,25	25,84	21,45	11,46
NORTE	64.205	59.742	63.620	62	62	61	6,65	6,70	6,74	6,81

Fonte: INE (2008).



As análises anteriormente realizadas lançavam a hipótese dos apoios estarem a ser recebidos por agricultores de idade mais avançada, o que se comprova dado que a média de idade dos beneficiários é igual ou superior a 60 anos. Os beneficiários com idade mais avançada provêm do Algarve e da Região Centro. Todavia, é de salientar que a idade média tem vindo a baixar ao longo do programa. Em termos da dimensão da propriedade por eles gerida, a SAU média apoiada é aproximadamente igual à SAU média no Centro e no Norte, mas é menor no caso do Alentejo, como seria de esperar pelo facto dos apoios serem fortemente degressivos em função da área e das explorações de maior dimensão estarem excluídas dos apoios ( $\geq 40$  UDE). Por fim, é maior no Algarve e na Grande Lisboa, mas nesta última o resultado é pouco significativo, dado o número reduzido de beneficiários.

Outro aspecto analisado foi a dispersão territorial dos apoios. Foi estabelecida uma comparação da localização das áreas e dos beneficiários das MZD em 2009 com o trabalho de Zonagem do Abandono Agrícola (face ao contra factual da existência de ajudas e suporte de preços) realizado pelo Grupo de Trabalho Agro-Ambiental (GTAA, 2008) (Figura 9). Os indicadores usados neste trabalho para avaliar o risco de abandono agrícola foram a diminuição da SAU, o rendimento da exploração e a percentagem de produtores agrícolas com idade superior a 55 anos.

A distribuição territorial dos apoios das MZD é apresentada na Figura 10. Constata-se que a maior percentagem de área de concelho apoiada e o maior número de beneficiários apoiados se concentram no Nordeste transmontano, do qual a maior parte dos concelhos foi classificada no estudo do GTTA como tendo um risco de abandono reduzido ou sem risco de abandono. Convém, todavia, ter em consideração que:

- ♦ uma significativa proporção de área e de beneficiários da região norte se concentra em áreas que se encontram classificadas como tendo um risco de abandono muito elevado no estudo do GTTA;
- ♦ no Alentejo os resultados expressam o facto das propriedades beneficiárias serem maiores e, conseqüentemente, a área apoiada evidencia-se sobre o número de beneficiários;
- ♦ na região interior centro, a maioria dos concelhos com menor área apoiada e menor número de beneficiários encontra-se predominantemente na área do Pinhal Interior, onde a ocupação agrícola é menor.

Em relação ao último aspecto, há que evidenciar o papel importante que as poucas áreas agrícolas desempenham em termos de redução da susceptibilidade aos incêndios florestais. Verde e Zêzere (2010) propõem o mapa da susceptibilidade aos incêndios da

Figura 11, o qual traduz “a propensão do terreno para os incêndios ou para a sua expansão, dadas as suas características intrínsecas” (ex. elevação, declive e coberto vegetal). Como se pode ver, a maioria do território da região centro tem uma elevada susceptibilidade aos incêndios florestais, para a qual contribuem grandemente as grandes áreas florestais. As áreas agrícolas são, assim, de grande importância, permitindo criar descontinuidade na paisagem e aumentando a sua resiliência aos incêndios florestais. Desta forma, os apoios canalizados para a manutenção da actividade agrícola são muito necessários e desempenham um papel muito importante na protecção aos incêndios florestais. Uma análise interessante seria a de verificar se existe correlação entre o nível de apoio e a susceptibilidade aos incêndios a uma escala espacial mais detalhada, nomeadamente ao nível da freguesia. Não foi possível fazer esta análise, todavia, pelo facto de se dispor apenas de informação ao nível do concelho.

O facto dos concelhos que receberam maior apoio formarem *clusters* merecia uma análise mais detalhada, para se confirmar quais são os aspectos diferenciadores no acesso aos apoios da Medida 2.1. Poderá, talvez, ser pela OTE dominante (ex. olival intensivo no caso do Nordeste transmontano) ou pela existência de entidades (cooperativas, associações) cujo apoio e dinamismo levam a maior número de adesões.

Com base nos resultados apresentados conclui-se que a eficácia dos apoios das Medidas de Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas (MZD) em futuros programas de apoio poderia ser aumentada se fossem atribuídos de forma diferenciadora, consoante se tratasse de produtores agrícolas com idade inferior a 60 anos e com Unidade de Exploração Agrícola num concelho com risco muito elevado ou elevado de abandono agrícola e com maior susceptibilidade aos incêndios florestais.

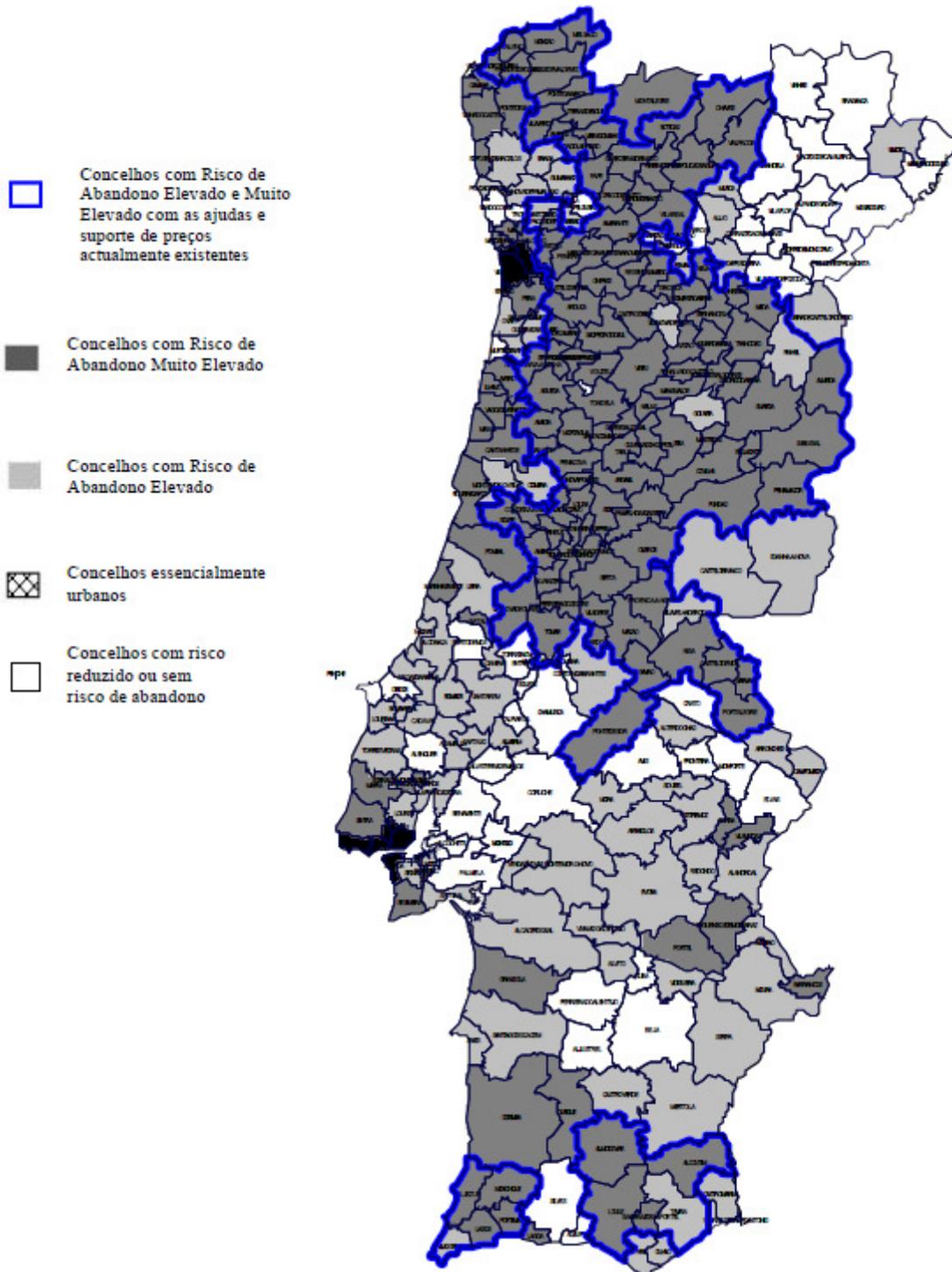


Figura 9 - Hipótese de Zonagem do Abandono Agrícola – cenário de desaparecimento de todas as ajudas e suportes de preço existentes em 2008

Fonte: GTTA (2008).

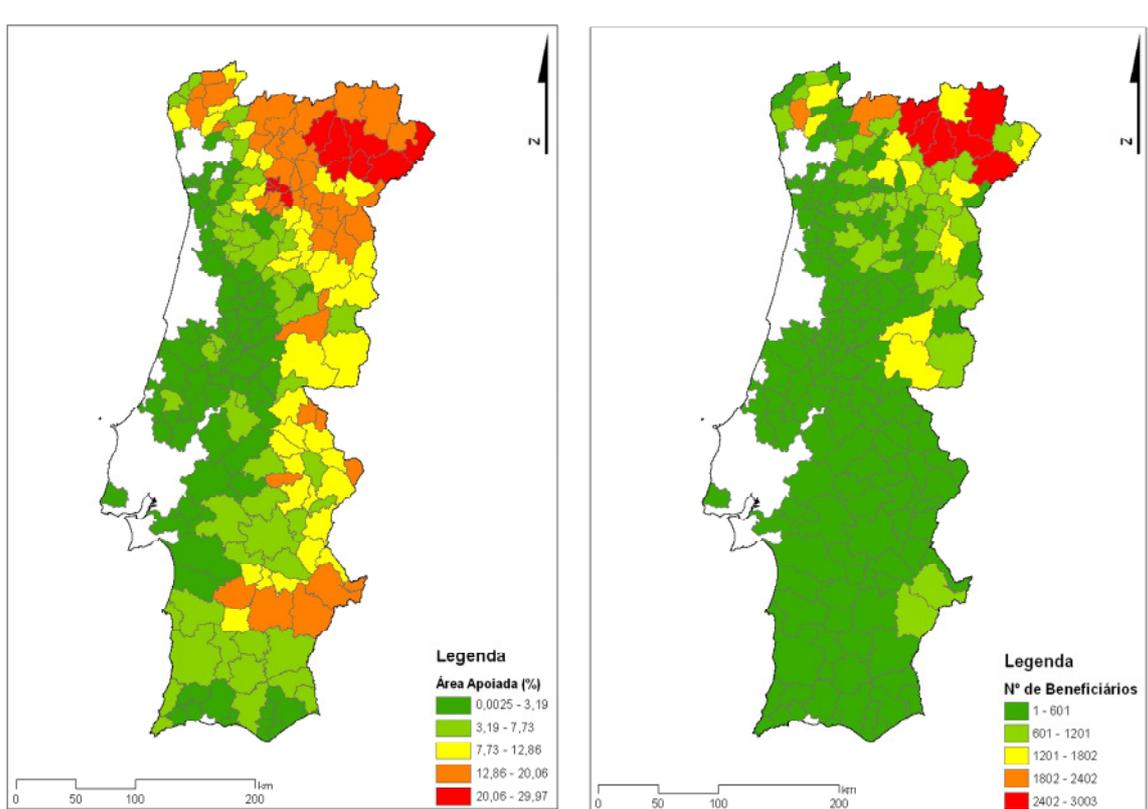


Figura 10 – Percentagem de área de concelho apoiada e número de beneficiários em Zonas Desfavorecidas

Fonte: Informação cedida pelo IFAP referente ao período 2007-2009 (Enviada em Dezembro 2010).

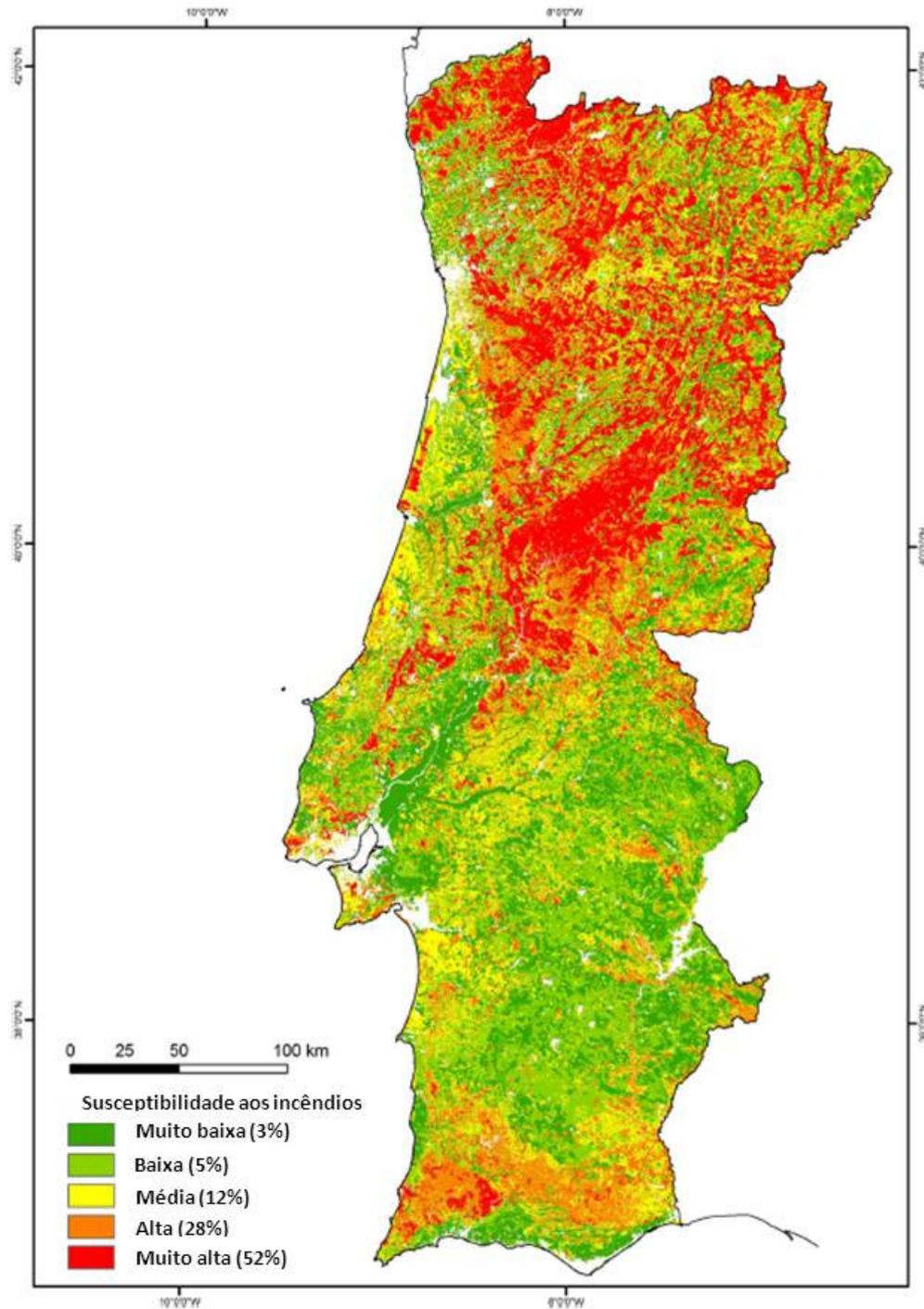


Figura 11 - Susceptibilidade aos incêndios de acordo com os trabalhos de Verde e Zêzere (2010)

## 6.2 MEDIDA 2.2 VALORIZAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO

### 6.2.1 DINÂMICA DE ADESÃO E EXECUÇÃO

Da análise dos indicadores de realização apresentados no Quadro 44 salienta-se a franca recuperação da área apoiada pela **Acção 2.2.1** Alteração dos Modos de Produção, de 2009 para 2010. No caso do Modo de Produção Integrada (MPRODI) chegou-se mesmo a ultrapassar a meta estabelecida. Pelo contrário, no caso do número de beneficiários não houve uma grande evolução e o realizado está bastante aquém da meta. Tal denota que têm sido apoiadas UEA (Unidades de Exploração Agrícola) de maiores dimensões, ou então que a meta está desajustada. No Relatório de Execução 2010 (MADRP, 2011) refere-se o aumento da área média de candidatura por modo de produção, de 29,32 para 46,3 ha, de 2009 para 2010. Por outro lado, a área média por candidatura é sempre superior no MPB, o que possivelmente se deve às áreas de pastagem apoiadas.

Em relação aos indicadores de resultado apresentados no Quadro 45, uma apreciação geral dá conta de um nível muito satisfatório de cumprimento dos objectivos. Tanto em Modo de Produção Integrada (MPRODI) como em Modo de Produção Biológica (MPB), houve uma grande evolução, em termos de resultados, de 2009 para 2010. A excepção, todavia, aplica-se ao indicador “Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para o combate às alterações climáticas”, que tanto na Acção 2.2.1., MPRODI, como na Acção 2.2.4 se apresenta bastante distante da meta estabelecida. Tratando-se este indicador das áreas apoiadas de sementeira directa ou mobilização na linha (Acção 2.2.4 – Conservação do solo) e em Modo de Produção Biológico (Acção 2.2.1 – Alteração dos Modos de Produção Agrícola), somadas, então tal significa que a área em MPRODI que “contribui para o combate às alterações climáticas” é apenas a área submetida a sementeira directa. Desta forma, o resultado deste indicador reflecte, sobretudo, a performance do indicador de resultado da Acção 2.2.4.

No caso da **Acção 2.2.2** Protecção da Biodiversidade Doméstica verificou-se um aumento considerável de cabeças normais (CN) apoiadas, chegando-se mesmo a ultrapassar a meta estabelecida, o que não aconteceu com o número de explorações apoiadas. No Relatório de Execução 2010 avança-se com a justificação de que parece existir uma tendência para a concentração das raças apoiadas num número mais reduzido de explorações. A distribuição regional dos apoios indicada no Relatório de Execução 2010 parece equilibrada dada a distribuição das raças ameaçadas (82% dos pedidos de pagamento no Norte e 65% das CN apoiadas no Alentejo).

Quadro 44 - Indicadores de realização das Acções 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3.2 e 2.2.4 (Medida COM 214)

Código ProDeR	Indicadores de Realização	Modo de Produção	Objectivos 2007-2013	Execução	
				31/12/2009	31/12/2010
2.2.1	Número de explorações, ou de unidade com outras formas de gestão, apoiadas	MPRODI	19.975	5.500	7.007
		MPB	3.525	1.128	1.481
		total	23.500	6.628	8.488
	Área física (ha) ou CN sob apoio agro-ambiental	MPRODI	240.000	141.124	279.134
		MPB	160.000	53.208	113.955
		total	400.000	194.332	393.089
	Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental	MPRODI	240.000	148.278	279.134
		MPB	160.000	53.885	113.955
		total	400.000	202.163	393.089
Número total de contratos	MPRODI	20.400	5.580	7.007	
	MPB	3.600	1.140	1.481	
	total	24.000	6.720	8.488	
2.2.2	Número de explorações, ou de unidades com outras formas de gestão, apoiadas		9.000	5.353	5.959
	CN sob apoio agro-ambiental		40.000	36.330	44.316
	Número total de contratos		9.000	?	5.959
2.2.3.2	Nº de CN		240.000	168.619	178.178
	Nº de beneficiários apoiados		50	43	44
2.2.4	Número de explorações, ou de unidades com outras formas de gestão, apoiadas		100	?	153
	Área física (ha) sob apoio agro-ambiental		40.000	?	11.646
	Número total de contratos		100	?	191

O Relatório de Execução 2010 dá conta do desempenho da **Sub-Acção 2.2.3.1** se ter mantido de 2009 para 2010. Este facto, juntamente com o facto desta Sub-Acção ter alvo de uma proposta de alteração ao PDR muito recentemente, torna mais interessante fazer a sua análise no próximo ano.

Quadro 45 - Indicadores de resultado das Acções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 (Medida COM 214)

Código ProDeR	Indicadores de Resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modo de Produção	Objectivos 2007-2013	Execução	
				31/12/2009	31/12/2010
2.2.1	Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	MPRODI	240.000	141.124	279.134
		MPB	160.000	53.208	113.955
		total	400.000	194.332	393.089
	Qualidade da água	MPRODI	240.000	141.124	279.134
		MPB	160.000	53.208	113.955
		total	400.000	194.332	393.089
	Combate às alterações climáticas	MPRODI	40.000	7.153	7.153
		MPB	160.000	53.885	113.955
		total	200.000	61.038	121.108
	Qualidade dos solos	MPRODI	240.000	141.124	279.134
		MPB	160.000	53.208	113.955
		total	400.000	194.332	393.089
2.2.2	Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural		40.000	36.330	44.316
2.2.4	Combate às alterações climáticas		40.000		11.646
	Qualidade dos solos		40.000		11.646

Na **Sub-Acção 2.2.3.2** há a destacar o facto do número de beneficiários apoiados se aproximar da meta, mas em contrapartida o número de CN estar ainda bastante afastado. As metas foram alteradas, em relação a 2009, em resultado de se terem adicionado novas raças e de se ter procedido a um reforço financeiro, o que poderá justificar o maior número de beneficiários. O resultado do indicador de CN reflecte, provavelmente, o facto de não se ter tido em conta que o número de CN por proprietário poder ser menor do que o expectável.

A **Acção 2.2.4** começou a ser executada em 2010, pelo que será agora que teremos uma verdadeira noção da adesão. É de relembrar que no Relatório de Avaliação Intercalar 2009 se expressava a opinião dos representantes do sector de que a adesão seria baixa pelo facto dos apoios serem muito rígidos e tecnicamente inviáveis, uma vez que não cobrem as despesas do agricultor. Verifica-se agora que o número total de contratos excede a meta, no entanto, verifica-se que a área física sob apoio agro-

ambiental é apenas 29% da meta. Tal significa que os apoios não têm sido pedidos para grandes áreas, apesar do Relatório de Execução 2010 (MADRP, 2011) dar conta de um predomínio de pedidos de apoio e de área apoiada no Alentejo (89% e 93%, respectivamente). A Equipa de Avaliação do ProDeR teve conhecimento que na ITI Castro Verde os agricultores não têm aderido devido às dificuldades técnicas da sua implementação no sistema de rotação de culturas. No primeiro ano de implementação do sistema o solo encontra-se muito ressequido e compactado, o que levou a que se aceitasse a utilização de sub-solador, chisel ou escarificador. Na prática, todavia, tal não resolve o problema, pelo que deveria ser permitida a mobilização do solo no primeiro ano, o que representaria uma adequação da condicionante às condições locais. Adicionalmente verifica-se que, efectivamente, o nível de apoio não compensa os custos. A lógica da modulação também não se aplica, pois os custos de produção não diminuem com a área, o que poderá estar na origem do desempenho inferior da Acção 2.2.4 relativamente à área apoiada.

### 6.2.2 ANÁLISE CRÍTICA

No momento, está suspensa a apresentação de novos pedidos de apoio às Acções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, pelo que não é expectável que os indicadores relacionados com o número de beneficiários se alterem. Mas a suspensão não se aplica a:

- Aumentos de área em projectos apoiados pela Acção 2.2.1 que não dêem origem a novos compromissos (e que não ultrapassem o dobro da área candidata ou 20 ha);
- Transições de MPRODI para MPB;
- Aumento de número de animais candidatos no caso de beneficiários da Acção 2.2.2.

Desta forma, poderá esperar-se, todavia, que os resultados dos indicadores relativos a área e a número de animais se aproximem das metas.

Em relação ao Relatório de Avaliação Intercalar 2009, é de referir o aumento da área apoiada pela Acção 2.2.1, que perfaz 11% da SAU reportada no Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011). A área e o número de beneficiários apoiados continuam a evidenciar-se no MPRODI (82% e 71% respectivamente), padrão cuja análise feita no Relatório de Avaliação Intercalar mereceu alguns comentários na Política Nacional para a Agricultura Biológica (PNAB) (Interbio, 2011). Face a este domínio dos apoios ao MPRODI, a Equipa de Avaliação considerou recomendável, na altura, aumentar-se o grau de exigência nas condicionantes ao MPRODI e diminuir-se o apoio ao MPB, sendo que esta última sugestão estava fundamentada na reduzida proporção dos produtores de agricultura biológica apoiados pelo ProDeR. Todavia, aceita-se a crítica apresentada na

PNAB de que a fundamentação não é suficiente, por faltarem as áreas de pastagem. A Equipa de Avaliação é igualmente sensível ao argumento de que tal contraria as políticas europeias de incentivo ao MPB.

Com base nos valores dos indicadores de resultados, prevê-se que as metas do número de explorações e de contratos não sejam alcançadas no final do Programa. A Equipa de Avaliação considera que tal se deve a dois motivos, à sobrestimativa das metas e à falta de adesão dos proprietários agrícolas detentores de áreas menores.

A consulta à metodologia utilizada pela AG ProDeR para estimativa das áreas apoiadas permitiu verificar que a modulação é aplicada sobre uma distribuição do número de explorações e de área total pelas classes de área tal como é dada no Recenseamento Geral Agrícola de 1999 (RGA 1999). A comparação com os valores do RGA 2009 apresentada no Quadro 46 dá indicação de uma redução na ordem dos 30% do número de explorações e da SAU nas classes correspondentes ao primeiro escalão de modulação (até 20 ha, com nível de ajuda 100%). Por simplificação, se se aplicasse uma redução de 30% às metas estabelecidas passaríamos a ter aproximadamente o dobro do valor verificado até agora, o que seria mais coerente com o facto de se estar a meio do Programa. Esta regressão no número de explorações de 1999 para 2009 afectou mais o número de explorações do que a área, pelo facto de terem sido maioritariamente as pequenas explorações a cessar actividade.

Outro aspecto a considerar na interpretação dos resultados relativos às metas do número de explorações apoiadas e do número de contratos é o das desistências. A informação cedida pelo IFAP para a sua caracterização está sintetizada no Quadro 47 e no Quadro 48.

No caso da Acção 2.2.1, a maior percentagem de desistências verificou-se no primeiro ano e depois passou para valores reduzidos, o que pode significar uma maior adaptação e receptividade aos compromissos e condicionantes associadas aos apoios. A maior percentagem de desistências verifica-se, contudo, na Acção 2.2.4 (reportadas a 2010, dado que só neste ano começou a ser executada). Tal não compromete as metas, como foi já referido, mas corrobora a opinião dos representantes do sector de que há muitas desistências. No caso da Acção 2.2.1 relativamente a MPB, a opinião dos representantes do sector sobre a falta de atractividade dos apoios do ProDeR foi detalhada na Política Nacional para a Agricultura Biológica (Interbio, 2011). À semelhança do que se fez no Relatório de Avaliação Intercalar 2009, também na PNAB se comparou o desempenho com o RURIs. Comparativamente a este Programa de apoios, o MPRODI subiu no ProDeR em área e número de beneficiários, enquanto que o MBP baixou consideravelmente. O

Relatório de Execução 2010 dá conta, igualmente, de um abrandamento de candidaturas face a 2009, pelo que se conclui que os resultados não reflectem ainda o efeito das alterações introduzidas na Portaria 814/2010 de 27 de Agosto, destinadas a aumentar a atractividade dos apoios desta Acção para o Modo de Produção Biológico.

Quadro 46 – Variação 1999-2009 do número de explorações e SAU, por classes de SAU (INE, 2011)

Classes de SAU (ha)	Variação	
	Número de Explorações (%)	SAU(%)
<1 ha	-40,9	-40,0
1 a 5 ha	-23,7	-23,7
5 a 20 ha	-20,0	-19,4
20 a 50 ha	-10,3	-9,7
50 a 100 ha	-0,8	0,7
100 a 500 ha	6,0	5,3
500 a 1000 ha	5,8	5,2
Mais de 1000 ha	-0,4	-0,3

Quadro 47 - Desistências nas Acções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, entre 2008-2010 (Informação enviada pelo IFAP, Janeiro 2011)

	2008			2009			2010		
	2.2.1	2.2.2	2.2.4	2.2.1	2.2.2	2.2.4	2.2.1	2.2.2	2.2.4
Nº Beneficiários	4.872	—	—	6.628	5.353	—	8.488	7.007	153
Produtores que apresentaram pedidos de apoio e não confirmaram de todo e, portanto, não receberam nada	653	178	—	481	150	—	232	70	44
	13,40%	—	—	7,26%	2,80%	—	2,73%	1,00%	28,76%
Produtores que apresentaram e confirmaram pedidos de pagamento e apresentaram área menor (ou CN) do que a inicial	1.832	1752	—	2.000	169	—	1.376	116	63
	37,60%	—	—	30,18%	3,16%	—	16,21%	1,66%	41,18%

Quadro 48 - Produtores que apresentaram pedidos de apoio, mas que no ano subsequente não voltaram a apresentar (Informação enviada pelo IFAP, Janeiro 2011)

	<i>PU 2008 sem PU 2009</i>		<i>PU 2009 sem PU 2010</i>	
	Beneficiários (nº)	Área (ha) ou CN	Beneficiários (nº)	Área (ha) ou CN
221- Modos Produção	498	13.689,54	676	31.755,98
222- Biodiversidade Doméstica	212	6.402,00	376	5.282,00

Da informação dos quadros seguintes, o que se evidencia mais é a percentagem de produtores que apresentam área menor à que tinham candidatado inicialmente, muito particularmente no caso da Acção 2.2.4. Tal pode explicar o porquê da meta do número de beneficiários estar a ser cumprida e a da área apoiada não. Mas também é possível que esta percentagem se venha a esbater no resto do tempo de programação, o que aliás se verificou com as Acções 2.2.1 e 2.2.2., como se pode ver no Quadro 47.

Do Quadro 48 destaca-se apenas a significativa quantidade de área que foi retirada dos pedidos de apoio, particularmente no âmbito da Acção 2.2.1. Não se dispõe de informação suficiente, todavia, para perceber se se tratava de área candidata a Modo de Produção Biológico ou a Modo de Produção Integrada.

Na análise dos resultados ambientais da Acção 2.2.1 há, ainda, a referir alguns aspectos a considerar em futuros programas de apoio. Neste momento, os critérios diferenciadores aplicados no cálculo dos apoios levam a que as áreas com culturas que implicam maiores custos sejam mais apoiadas. Como os maiores custos estão associados à agricultura intensiva, daqui resulta que as culturas extensivas com menor impacto ambiental sejam menos apoiadas. De futuro, seria interessante conceder os apoios em função do benefício ambiental da cultura, inferido, por exemplo, a partir do seu nível de intensificação.

O importante a reter para a definição de metas em futuros programas de apoio é o de estabelecer critérios diferenciadores das culturas, em termos da Superfície Agrícola Útil (SAU) que ocupam e do seu nível de intensificação, de forma a melhor controlar a evolução dos indicadores de realização e de resultado.

Curiosamente, no Relatório de Execução 2010 (MADRP, 2011) dá-se conta do aumento de área de pastagens e culturas forrageiras de 57% para 63% da área apoiada. Em contrapartida, a área de hortícolas apoiada pela Acção 2.2.1 é residual. Além disso, é de evidenciar o grande peso do olival de sequeiro e de regadio na área apoiada em culturas permanentes (Quadro 49). Os impactos do olival intensivo no ambiente já foram

amplamente caracterizados, nomeadamente por Beaufoy (2010), pelo que é muito positivo que quase 50.000 ha estejam sob um Modo de Produção.

Quadro 49 - Áreas determinadas para apoio em 2010 (por grupo de cultura e modo de produção) – PU 2010

Culturas	Área MPRODI (ha)	Área MPB (ha)	TOTAL
Culturas Permanentes	89.607	16.959	106.566
Arroz	15.781	0	15.781
Culturas temporárias de regadio	7.901	1.229	9.130
Culturas temporárias de sequeiro	11.112	3.235	14.347
Culturas forrageiras	32.003	18.251	50.255
Culturas hortícolas	695	291	986
Pastagem permanente	91.898	48.787	140.685
Pastagem permanente biodiversa	30.136	25.203	55.339
Frutos frescos de regadio	14.563	598	15.161
Frutos frescos de sequeiro	1.465	269	1.734
Frutos secos de regadio	562	464	1.026
Frutos secos de sequeiro	3.014	2.121	5.135
Olival de regadio	16.069	1.636	17.705
Olival de sequeiro	18.806	10.400	29.207
Vinha	35.129	1.470	36.599
TOTAL	368.741	130.914	499.655

Fonte: MADRP (2011)

Estes resultados denotam uma tendência positiva de adesão de áreas tradicionalmente com menor impacto ambiental. A fundamentação desta análise requeriria o acesso à área apoiada, por tipo de cultura e região, e o cruzamento dos resultados obtidos com a SAU ocupada por cada cultura em cada região e, por exemplo, a informação publicada pelo INE sobre os Indicadores de “forças motrizes” na atribuição do risco relativo para o ambiente (INE, 2009). Esta informação está representada na Figura 12 e identifica as regiões em que a utilização de pesticidas e de fertilizantes é maior: Estremadura e Ribatejo, Beira Litoral e Entre-Douro e Minho. Não foi possível a Equipa de Avaliação ter acesso a informação adequada em tempo útil para realizar este tipo de fundamentação.

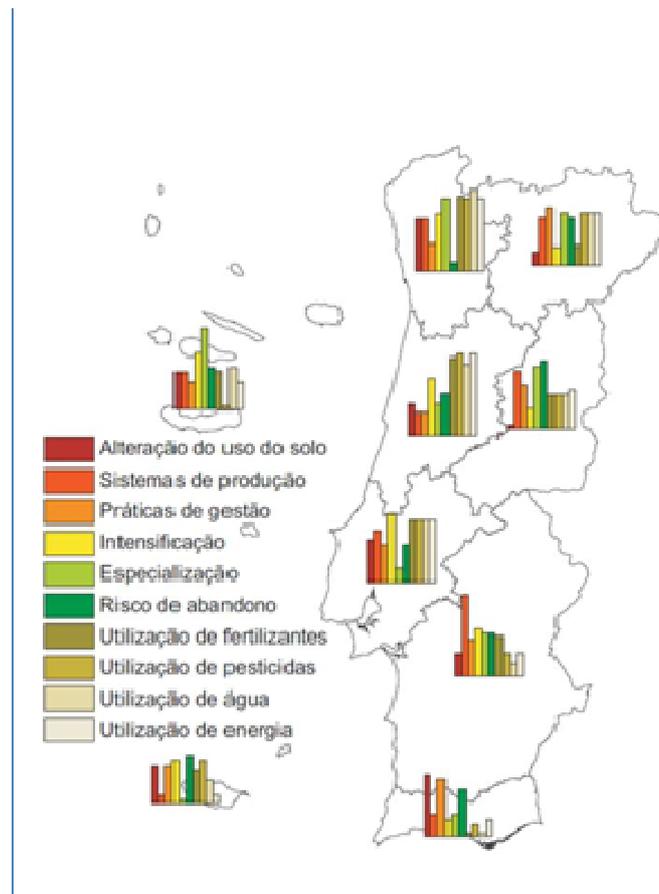


Figura 12 - Importância relativa dos indicadores de “forças motrizes” na atribuição do risco relativo para o ambiente, por região

Fonte: INE (2009).

Dados os potenciais impactos do arrozal na qualidade da água (quer a nível de adubos químicos, quer a nível de pesticidas), à semelhança do que acontece no olival intensivo, é considerado muito positivo o aumento nas áreas de arroz apoiadas pela Acção 2.2.1 durante o ano de 2010. Quase 16.000 ha estão sob um destes dois modos de produção. No entanto, apesar da produção de arroz em MPB ou MPRODI ser preferencial a outros modos de produção para a qualidade da água, a produção de arroz continua ainda a ter uma contribuição não negligenciável para as alterações climáticas, como discutido na Secção 0.

Ainda em relação aos benefícios ambientais dos apoios da Medida 2.2, no Quadro 50 apresenta-se o cruzamento do número de beneficiários do Regime de Pagamento Único (RPU) e da Medida 2.2. Dos números salienta-se a reduzida expressão da proporção de

beneficiários do RPU que também beneficia dos apoios à Medida 2.2, o que pode ser explicado pelos factores que limitaram a adesão aos apoios da Medida 2.2, e que já foram discutidos. Mas para além disso, estes dados dão indicação da possibilidade dos apoios da Medida 2.2 estarem a compensar, na verdade, custos adicionais resultantes das condicionantes ambientais mais restritivas, dado que na maioria dos casos os beneficiários já recebem RPU mediante o cumprimento de boas práticas agrícolas e ambientais.

Relativamente à Acção 2.2.2, em consulta à informação para justificação dos níveis de apoio apresentada pela AG ProDeR em 2009, constatou-se que o valor de CN inicialmente estimado estava acima do valor final adoptada. Era de 48 031 CN e deveria ter sido mantido face ao actual valor realizado.

Quadro 50 - Beneficiários pagos até 30.06.2010 (Informação enviada pelo IFAP, Janeiro 2011)

Nº Beneficiários	RPU	Medida 2.2
RPU	170.149	5.091
Medida 2.2	5.091	675

### 6.3 MEDIDA 2.3 GESTÃO DO ESPAÇO FLORESTAL E AGRO-FLORESTAL

As intervenções do ProDeR na perspectiva da competitividade do sector florestal reflectem, nesta fase de referência do ciclo de avaliação (Avaliação Contínua reportada às evidências ocorridas em 2010), um conjunto significativo de constrangimentos que devem contribuir para contextualizar as análises seguintes:

- ◆ a regulamentação tardia das medidas florestais do ProDeR colocou a oferta de ajudas disponíveis numa conjuntura complexa caracterizada por uma envolvente económica desfavorável;
- ◆ a adequação das intervenções às dimensões-problema do sector florestal, não obstante o esforço de simplificação que ocorreu em 2009 e em 2010, tem-se revelado francamente problemática à luz da dificuldade em preencher condições de elegibilidade e da atractividade dos apoios, limitando a adesão;
- ◆ a complexidade existente (e que permanece) na articulação exigida entre organismos do MADRP (a nível central e regional) e na relação das tutelas sectoriais com a Autoridade de Gestão do Programa;

- ♦ os requisitos burocráticos de natureza administrativa e processual associados à apreciação, aprovação e contextualização das candidaturas.

Em matéria de apresentação de candidaturas, e conforme sugerido pela Avaliação Intercalar que recomendara a alternativa de apresentação simultânea de candidaturas a várias Medidas para a mesma unidade de gestão, destaca-se a possibilidade criada de apresentação em contínuo que responde, em parte ao problema sinalizado naquele Documento.

A análise das **realizações** da Medida 2.3 tem por base dados fornecidos pela AG, reportados a 31 de Dezembro de 2010. Tendo presente o investimento da Avaliação Intercalar em termos de trabalho e a fase de consolidação de realizações em curso, a Avaliação Contínua processa informação de realização das três Acções da Medida ao longo do período de vigência do Programa e sistematiza de forma cruzada dados qualitativos mais relevantes que emergem das entrevistas realizadas.

### 6.3.1 ACÇÃO 2.3.1 MINIMIZAÇÃO DOS RISCOS

A Subacção 2.3.1.1 teve considerável adesão nos 2 concursos (341 PA), o que não aconteceu na Subacção 2.3.1.2., que não teve praticamente adesão, com apenas 8 PA, em parte devido à elevada sobreposição de intervenções no âmbito da Acção 2.3.3.

Na Subacção 2.3.1.1, 73% dos PA aprovados ficou contratado até final de 2010, com um investimento total de 11,8 milhões de euros; na Subacção 2.3.1.2, os dois projectos aprovados tiveram um investimento total contratado de 139 mil euros. A taxa de contratação é de 66% registando-se uma taxa de execução praticamente nula.

Na caracterização das dinâmicas de contratação salienta-se:

- ♦ *Tipologia de Beneficiários.* Predomínio dos organismos da Administração Local na Subacção 2.3.1.1 com 36% do investimento proposto total e 47% do investimento contratado, seguindo-se as Entidades Gestoras de baldios e as Entidades Gestoras de ZIF (40% do investimento total proposto), distribuição que decorre da tipologia de investimentos desta Subacção que implica territórios com alguma dimensão.
- ♦ *Distribuição Regional.* Na acção 2.3.1.1, a maior parcela de investimento contratado foi a da Região Centro com 48% e a do Algarve com 24%, regiões mais afectadas pelos incêndios nos últimos anos, mantendo elevado risco de incêndio.

- ◆ *Tipologia de investimento.* O maior investimento assumido na Subacção 2.3.1.1 corresponde a intervenções na Rede primária de faixas de gestão de combustível (44% do investimento total contratado), em Mosaicos de parcelas de gestão de combustível (26%) e na Construção de pontos de água (22%), que são as estruturas mais importantes previstas no PNDFCI. Na Subacção 2.3.1.2 apenas existe investimento no controlo de invasoras lenhosas.
- ◆ *Indicadores de Realização.* A dinâmica da Subacção 2.3.1.1 faz com que a Acção 2.3.1 seja uma das intervenções florestais com maior impacto. Os problemas que têm ocorrido são de ordem técnica, mas têm sido encontradas soluções para viabilizar o investimento. Apesar desta constatação, os indicadores de realização ainda se encontram bastante abaixo do esperado, nomeadamente devido à falta de capacidade de auto-financiamento dos promotores para iniciar os projectos (Quadro 51).

Quadro 51 - Indicadores de Realização Acção 2.3.1

Tipo de intervenção	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Infra-estruturas	Municípios	97	36.345	5.799	3.697
	Outros	41	11.968	5.522	3.983
	Proprietários privados	17	1.455	512	334
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios	1	141	96	63
	Outros	1	98	43	39
<b>TOTAL</b>		157	50.007	11.972	8.116
<b>Meta</b>		1.380	170.000	101.046	85.980
<b>% da meta</b>		11%	29%	12%	9%

Fonte: SiProDeR (consultado a Maio de 2011).

Dado que apenas um dos 155 projectos apresenta execução, é prematuro estabelecer o cruzamento entre as realizações e resultados e os objectivos da Acção 2.3.1; no entanto o volume de Projectos contratados representa um potencial relevante, nomeadamente, para os objectivos "Aumentar a resiliência do território aos incêndios"; e "Reduzir a incidência dos incêndios".

### 6.3.2 ACÇÃO 2.3.2 ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DOS POVOAMENTOS

A análise desta Acção foi baseada em dados de 4 concursos (os 2 primeiros incluíram as 2 Subacções e os 2 últimos abrangeram a Subacção 2.3.2.1). A Subacção 2.3.2.1 tem tido fraca adesão, o que indica que os proprietários não manifestam grande interesse em restabelecer o potencial silvícola das áreas afectadas pelos incêndios, no quadro dos baixos níveis de apoio da intervenção e face à difícil conjuntura económica que não incentivam os potenciais beneficiários a investir. Quanto à Subacção 2.3.2.2 houve mais adesão, mas registou-se uma elevada taxa de reprovação, sobretudo no 1º Concurso, motivada por deficiências técnicas dos projectos; foram contratados, cerca de 70% dos projectos, com um investimento total contratado de cerca de 7 milhões de euros.

- ◆ *Tipologia de beneficiários.* Os beneficiários que mais aderiram à Subacção 2.3.2.1 foram os organismos de Administração Local (34%), seguidos dos Produtores florestais (27%) e das entidades de gestão de baldios (23%). No entanto, foi ao conjunto de projectos dos Produtores Florestais (com 33% do investimento total contratado) e às Entidades Gestoras de ZIF (32%) que foram atribuídos os maiores investimentos contratados.
- ◆ *Distribuição Regional.* O investimento aprovado e contratado concentra-se no Norte e Centro, regiões mais atingidas pelos incêndios; as taxas de reprovação elevadas devem-se à dificuldade em reunir dimensão para elaborar um PGF (25 ha) e em provar a titularidade dos proprietários. O Alentejo foi a região com maior percentagem do investimento total contratado na Subacção 2.3.2.2 num território que reúne melhores condições de elegibilidade (dimensão média de propriedade e formalização desta).
- ◆ *Tipologia de investimento.* O maior investimento já contratado na Subacção 2.3.2.1 assenta em intervenções de reabilitação de povoamentos; na Subacção 2.3.2.2 consiste na florestação de terras agrícolas que domina, com uma despesa pública contratada de 4,3 milhões de euros, o que se justifica por ser uma intervenção que já tinha forte implementação na vigência do Programa Agro (2000-2006). As espécies mais utilizadas na reabilitação foram o Sobreiro, o Carvalho Negral e outras folhosas não identificadas; as áreas contratadas são residuais perante a dimensão florestal nacional, não se perspectivando impactos significativos com estas intervenções. Na Subacção 2.3.2.2, predomina o sobreiro e o pinheiro manso.

- ◆ *Indicadores de Realização.* Os indicadores de realização que se conseguem determinar estão muito abaixo dos valores das metas programadas. Os 157 beneficiários apoiados apenas permitiram atingir 28% da meta de 565 “beneficiários a apoiar”. O investimento contratado situava-se em cerca de 7 milhões de euros (8% da dotação orçamental prevista). A ausência de execução dos projectos contratados não permite identificar contributos para os objectivos da Acção 2.3.2.

O cruzamento dos objectivos/realizações/resultados na Acção 2.3.2 resulta no Quadro 52.

Quadro 52 - Cruzamento dos Objectivos/Realizações/Resultados na Acção 2.3.2

Objectivos Acção 2.3.2	Realização
Restabelecer o potencial de produção silvícola, das áreas afectadas pela ocorrência de incêndios e de agentes bióticos nocivos, incluindo a recuperação e reabilitação dos povoamentos, dos ecossistemas e das comunidades/habitats, e ainda a conservação do solo e da água (reabilitação imediata pós-incêndio);	35 Projectos contratados, dos quais ainda nenhum teve execução
Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;	10 Projectos contratados, dos quais ainda nenhum teve execução
Aumentar e diversificar a oferta de produtos florestais de qualidade: madeiras nobres, cortiça e outros produtos não lenhosos;	74 Projectos contratados, dos quais ainda nenhum teve execução
Reordenar, reconverter e realocar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade;	74 Projectos contratados, dos quais ainda nenhum teve execução
Introduzir adequadas medidas de prevenção associadas aos povoamentos, ao nível da rede de infra-estruturas a recuperar ou a instalar.	Sem Projectos

### 6.3.3 Acção 2.3.3 VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DOS ESPAÇOS FLORESTAIS

Esta Acção teve 2 concursos para as 3 Subacções que a integram, no âmbito dos quais foram apresentados 362 PA, o que revela algum interesse por parte dos potenciais beneficiários. A taxa média de aprovação das candidaturas analisadas foi de 71% e, deste conjunto de aprovações, a taxa de contratação foi de 75%, com um investimento total contratado de 19,5 milhões de euros.

- ◆ *Tipologia de beneficiário.* A Subacção 2.3.3.1 teve adesão especialmente por parte dos organismos da Administração Central, com elevada representatividade nos PA contratados (66%). Esta Subacção tem um nível de apoio de 100% e, no caso destas últimas entidades, tem como montante máximo 100.000 euros, o que a torna mais interessante. Nas restantes 2 Subacções foram os produtores florestais que mais participaram, tendo como resultado 67% de todos os PA contratados nas referidas Subacções, o que corresponde a 56% do investimento total contratado. De notar, ainda, que as Organizações de Produtores Florestais e as entidades gestoras de ZIF obtiveram 29% do investimento total contratado na Subacção 2.3.3.3.
- ◆ *Distribuição Regional.* A Região Centro foi a mais representada entre os PA contratados na Subacção 2.3.3.1 e a Região do Alentejo foi a que apresentou mais candidaturas nas Subacções 2.3.3.2 e 2.3.3.3, registando também maior percentagem do investimento total contratado nestas; esta concentração está correlacionada com a tipologia dos beneficiários (o Alentejo é uma das regiões onde existem mais Produtores Florestais que preenchem melhor as condições de elegibilidade para estas Subacções).
- ◆ *Tipologia de investimento.* A manutenção e a recuperação das galerias ripícolas foi a principal tipologia de investimento na Subacção 2.3.3.1 com 76% do investimento total proposto dos PA contratados. As outras intervenções tiveram uma expressão muito residual. Na Subacção 2.3.3.2 os projectos contratados concentram-se numa única tipologia de investimento que consiste na reconversão de povoamentos com fins ambientais. Na Subacção 2.3.3.3 foi apoiada, principalmente, a recuperação de montados em declínio, sobretudo de azinho, seguindo-se as intervenções de controlo do Nemátodo da madeira de pinheiro bravo, um dos principais problemas, em termos de fitossanidade, da Floresta Portuguesa.
- ◆ *Indicadores de Realização.* O indicador de realização corresponde a 25%, dos valores para as metas programadas. O cruzamento entre as realizações e os objectivos da Acção 2.3.3 está sintetizado no Quadro 53; não existem carregados no sistema de informação resultados relativos às Subacções da Acção 2.3.3.

Quadro 53 - Cruzamento dos Objectivos/Realizações/Resultados na Acção 2.3.3

Objectivos acção 2.3.3	Realização
Aumentar o carácter público das florestas, promovendo a oferta de bens e serviços, sem retorno económico, proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando quer as suas funções ambientais, protectoras do solo e da água e contributivas para a biodiversidade, quer as suas funções sociais, de lazer e de fruição pelas populações;	88 Projectos contratados, dos quais ainda nenhum teve execução
Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;	7 Projectos contratados, dos quais ainda nenhum teve execução
Reordenar, reconverter e realocar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade.	68 Projectos contratados, dos quais ainda nenhum teve execução

## 6.4 MEDIDA 2.4 INTERVENÇÕES TERRITORIAIS INTEGRADAS

### 6.4.1 DINÂMICA DE ADESÃO E EXECUÇÃO

Os indicadores de realização das Acções 2.4.3 a 2.4.13 dão conta de uma baixa adesão (Quadro 54 e Quadro 55), embora tenha existido um avanço considerável do nível de desempenho da Medida de 2009 para 2010. Veja-se, por exemplo, o aumento considerável de área sob apoio agro-ambiental e silvo-ambiental, muito particularmente deste último tendo-se passado de 10% de cumprimento dos indicadores em 2009 para 36% em 2010. Ocorreram várias simplificações e ajustamentos de compromissos e condições de acesso, em articulação com os representantes do sector, que podem ter contribuído para esta melhoria de desempenho.

Quadro 54 - Indicadores de realização das Acções 2.4.3 a 2.4.13 (Medida COM 214)

Indicadores de Realização	Objectivos 2007-2013	Execução	
		31/12/2009	31/12/2010
Nº de explorações agrícolas e explorações de outros gestores do espaço rural apoiados	18.240	4.679	5.915
Área física (ha) ou CN sob apoio agro-ambiental	163.000	53.376	74.131
Área total objecto de apoio agro-ambiental (ha)	173.000	57.893	82.654
Nº total de contratos	21.890	5.229	5.915

Quadro 55 - Indicadores de realização das Acções 2.4.3 a 2.4.13 (Medida COM 225)

Indicadores de Realização	Objectivos 2007-2013	Execução	
		31/12/2009	31/12/2010
Nº de explorações florestais apoiadas	750	36	94
Área florestal beneficiária do apoio silvo-ambiental	14.000	2.275	5.028
Nº total de contratos	1.375	36	144
Nº de produtores florestais apoiados	750	ND	94

Verificaram-se, entretanto, alterações significativas na Medida 2.4 traduzidas ao nível do alargamento das áreas abrangidas pela ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa e ao nível da criação das ITI de Monchique e Caldeirão e das Zonas de Rede Natura do Alentejo. Os efeitos destas alterações, todavia, só serão analisados na próxima avaliação.

De todas as Intervenções Territoriais implementadas merecem especial reflexão a ITI Serras de Aire e Candeeiros e a ITI Costa Sudoeste. No Relatório de Avaliação Intercalar 2010 (MADRP, 2011) dá-se indicação de que a ITI Serras de Aire e Candeeiros tem 0,3% de todos os beneficiários das ITI e de que a ITI da Costa Sudoeste beneficiou apenas de 0,1% dos apoios previstos para a totalidade das ITI. No caso da ITI Serras de Aire e Candeeiros, talvez os próximos resultados de realização demonstrem o efeito de se terem tornado os baldios elegíveis. Em relação à ITI Costa Sudoeste, alguns representantes do sector têm expressado a preocupação de que a Acção não está adaptada ao perfil dominante de produtor agrícola desta região.

#### 6.4.2 ANÁLISE CRÍTICA

A explicação dos níveis de adesão à Medida 2.4 passa por compreender melhor o que tem sido a implementação dos apoios, o que foi feito com recurso a entrevistas ao Presidente e equipa técnica do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e à Representante do Programa Castro Verde Sustentável da Liga para a Protecção da Natureza (LPN), bem como a recolha de opiniões de diversas partes interessadas (ex. dirigentes de associações de produtores florestais, consultores agrícolas e ambientais). Complementarmente, utilizou-se como fonte de informação o Relatório de Acompanhamento Nov 2010 da Medida 2.4 realizado pelo ICNB (Silva, 2010).

Na análise da informação recolhida nem sempre foi possível identificar, para cada ITI, os factores que podem ter levado a menores níveis de adesão. No caso da ITI de Castro

Verde, as condicionantes ao encabeçamento e as restrições à fenação durante a época de nidificação têm levado muitos proprietários a não aderirem. Os agricultores podem ferrar, mas têm de cumprir as datas definidas pela Estrutura Local de Apoio (ELA). Os impactos daí decorrentes devem ser minimizados através do acompanhamento de técnicos na detecção e protecção de ninhos e posturas. Todavia, para tal era preciso que houvesse disponibilidade de recursos técnicos, conhecimento dos aderentes e informação atempada das áreas sujeitas a fenação. O primeiro aspecto é limitado pela impossibilidade sentida por algumas ELA em contratar recursos e serviços, o segundo com a impossibilidade de aceder à informação do IFAP sobre os aderentes e respectivas áreas. Outra medida tomada foi a de promover o atraso da data de fenação, o que, todavia, pode levar a que seja tarde demais para o corte.

Estas questões remetem para algo que já tinha sido mencionado no Relatório Intercalar de Avaliação 2009, o facto das restrições à fenação poderem levar a que o feno não seja produzido, mesmo que nos anos secos tal se revelasse mais vantajoso do que produzir cereal. O desejável seria que os pagamentos reflectissem a compensação dada aos proprietários por não produzirem feno nos anos secos.

O Relatório de Execução 2010 (MADRP, 2011) dá conta de um baixo nível de adesão aos apoios silvo-ambientais. De acordo com partes interessadas no sector florestal de que se recolheu a opinião sobre o funcionamento das ITI, tal deve-se sobretudo à complexidade dos compromissos e ao facto dos apoios não compensarem o custo das actividades florestais. Por outro lado, constata-se falta de capacidade das ELA de colocar técnicos no terreno a sensibilizar os proprietários para estes apoios. Adicionalmente, a AFN não tem tido capacidade de estar presente nas reuniões de trabalho promovidas pelas ELA e faltam Associações de Produtores Florestais em algumas delas. Os poucos exemplos de sucesso das silvo-ambientais, identificados no Relatório de Execução 2010 (MADRP, 2011) como as ITI Peneda-Gerês e Tejo Internacional<sup>11</sup>, são atribuídos a factores muito específicos. No caso da ITI Peneda-Gerês, o que os proprietários recebem pelos baldios compensa os custos decorrentes das actividades silvícolas que possam não ser cobertos pelos apoios silvo-ambientais. No caso da ITI Tejo Internacional, a adesão é maior porque é uma área muito vasta com poucos aderentes e porque tem uma entidade, a Quercus, que se destaca pelo dinamismo na apresentação de candidaturas aos apoios silvo-ambientais.

---

<sup>11</sup> ITI Peneda-Gerês: 31% das candidaturas aprovadas, 57% da área candidatada e 53% do valor estimado do apoio; ITI Tejo internacional: 27% das candidaturas aprovadas, 19% da área candidatada e 19% do valor estimado do apoio (Relatório de Execução 2010).

Como foi referido a propósito dos apoios silvo-ambientais, para a baixa adesão tem também contribuído a dificuldade que as ELA têm de colocar técnicos no terreno em acções de sensibilização e angariação. Tal deve-se, por um lado, à dificuldade de aplicação dos recursos financeiros para contratar técnicos no âmbito da Acção 2.4.1, devido a uma série de constrangimentos administrativos. Por outro lado, deve-se ao desconhecimento do que é, concretamente, a área não aderente, o que se deve ao facto do IFAP não disponibilizar às ELA informação suficiente para identificar e caracterizar quem aderiu ao projecto. Ambos os motivos estarão também a contribuir para a baixa execução financeira da Acção.

Ao caracterizar-se a adesão da Medida 2.4 há necessariamente que falar do desempenho das ELA dado que estas são estruturas de apoio técnico à implementação das ITI tendo de, entre outras funções, implementar uma estratégia de sensibilização da população-alvo para a respectiva ITI. Nunca foi feita, até ao momento, uma avaliação das ELA. A ELA de Castro Verde é muitas vezes apontada como um bom exemplo, dado o nível de empenho com que as entidades aderentes ultrapassam algumas das dificuldades de funcionamento, mas há que referir que actua sobre uma realidade territorial mais homogénea do que a maioria das ITI. Mas para além das dificuldades inerentes à heterogeneidade das áreas de actuação de algumas ITI, os representantes do sector apontam a falta de valências técnicas como motivo para a reduzida eficácia de algumas ELA. Tal deve-se ao facto das entidades relevantes não terem sido contactadas para as integrar, ou porque foram contactadas mas não comparecem nas reuniões de trabalho ou fazem-se representar por outras.

Transversalmente, a actuação das ELA tem também sido limitada pelas restrições orçamentais e pela escassez de recursos humanos. Todavia, tal seria ultrapassável desde que as ELA tivessem fácil acesso aos apoios da Acção 2.4.1 Apoio à gestão das ITI, o que não acontece frequentemente. Outras vezes, o problema prende-se com o atraso na disponibilização dos adiantamentos dos Planos de Execução Anual (PEA) contratados. Mas, na verdade, é possível que ainda se estejam a fazer sentir os efeitos do atraso inicial do arranque do programa, em que as ELA tiveram de funcionar com meios próprios durante o ano de 2008 e não tiveram as condições para uma adequada orçamentação. Todos estes factores têm contribuído para a baixa execução orçamental da Medida 2.4 indicada no Relatório de Execução 2010.

Por fim, há ainda a destacar a dificuldade sentida pelas ELA em fazerem sensibilização, acompanhamento e monitorização na ausência de informação sobre os beneficiários, nomeadamente no planeamento e selecção dos candidatos-alvo para as respectivas

acções. A maioria das ELA têm actuado com base em informação fornecida pelas entidades receptoras de candidaturas e conhecimentos pessoais no terreno. Algumas tiveram acesso a listagem de Unidades de Produção, mas com informação incompleta (Silva, 2010).

Uma questão de fundo que importa aqui considerar, pois relaciona-se também com o sucesso da Medida 2.4 no terreno, é o facto de não existir qualquer articulação com outras políticas e medidas de apoio, nomeadamente com o LEADER. Adicionalmente, os diversos apoios existentes têm, por vezes, diferentes âmbitos geográficos de aplicação. Por exemplo, na mesma área de influência da ITI Castro Verde existem duas entidades LEADER - a ESDIME e a Alentejo 21 - as quais têm formas de funcionamento diferentes. Uma melhor articulação entre instrumentos de desenvolvimento local poderia ser feita pelas CCDR, mas a Equipa de Avaliação advoga a possibilidade de se permitir que entidades privadas façam a dinamização e gestão das ITI, tendo para tal que apresentar um projecto e respectivo orçamento.

A questão da integração entre instrumentos territoriais foi referida igualmente pelo ICNB como fundamental nas ITI que integram as zonas da Rede Natura, no que diz respeito não só aos apoios mas também às políticas de conservação de natureza e às medidas de gestão do plano de gestão da Rede Natura. Os problemas da Rede Natura têm de ser abordados numa óptica de desenvolvimento rural, o que não é coerente com uma lógica de fornecer os apoios apenas como compensação. Estes apoios devem, efectivamente, consistir num mínimo, atribuído de facto como compensação da manutenção da actividade numa área condicionada e devem ser acompanhados por um conjunto de condicionantes a cumprir pelo proprietário agrícola. Mas a seguir, os apoios adicionais deveriam ser dados em função do investimento feito na actividade agrícola. Deve ainda considerar-se que deveria haver alguma reflexão sobre a possibilidade desse investimento poder envolver práticas agrícolas inovadoras. Tal seria difícil de enquadrar na actual perspectiva do ProDeR apoiar, como medida de compensação, sistemas de produção e práticas agrícolas tradicionais que já foram economicamente viáveis, mas que já não o são. Deveria promover-se a análise de outros sistemas de produção e práticas agrícolas compatíveis com os valores a conservar.

Por fim, um outro aspecto a considerar na análise da não articulação com outros apoios relaciona-se com o conflito entre diferentes medidas, que pesam a desfavor das ITI e que foram identificadas no Relatório de Acompanhamento das ITI 2010 (Silva, 2010). Nomeadamente:

- ao abrigo do Artigo 68º do Reg(CE) nº 73/2009, do Conselho, de 19 de Janeiro de 2009, Portugal concedeu apoios específicos (Despacho Normativo nº8/2010 de 12 de Março de 2010) a modos de produção assentes em práticas agrícolas tradicionais compatíveis com a preservação do solo, água e biodiversidade sob a forma de medidas agro-ambientais de apoio ao olival tradicional e ao pastoreio extensivo. Contudo, os potenciais beneficiários a este apoio complementar ficam excluídos se estiverem no território de uma ITI. Em alguns casos, os apoios referidos pelo Artigo 68º seriam superiores, apesar dos compromissos e condicionantes serem mais exigentes nas ITI;
- a Portaria nº229-A/2008, de 6 de Janeiro de 2008 regulamenta a medida “Manutenção da actividade agrícola em Zonas Desfavorecidas” que, como já foi referido, apresenta elevada execução. Os beneficiários da área das ITI onde existam áreas da Rede Natura sofrem uma redução dos apoios, mesmo que queiram concorrer apenas às Medidas para a Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas (MZD).

Os indicadores de resultados apresentados no Relatório de Execução de 2010 seguem a tendência dos indicadores de realização correndo o risco de ficar aquém das metas estabelecidas para 2013 (Quadro 56 e Quadro 57).

Quadro 56 - Indicadores de resultado das Acções 2.4.13 (Medida COM 214)

Indicadores de Resultado	Objectivos 2007-2013	Execução	
		31/12/2009	31/12/2010
Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	160.000	53.376	80.733
Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a qualidade da água	160.000	53.376	80.733
Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para o combate às alterações climáticas	7.000	1.164	1.556
Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a qualidade dos solos	50.000	21.611	67.558
Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para o combate à marginalização e ao abandono da terra	160.000	53.376	80.733
População de espécies de aves comuns em zonas agrícolas			

Quadro 57 - Indicadores de resultado das Acções 2.4.3 a 2.4.13 (Medida COM 225)

Indicadores de Resultado	Objectivos 2007-2013	Execução	
		31/12/2009	31/12/2010
Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	14.000	2.275	5.028
Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a qualidade da água	14.000	2.275	5.028
Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para o combate às alterações climáticas	14.000	2.275	5.028
Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a qualidade dos solos	14.000	2.275	5.028
Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para o combate à marginalização e ao abandono da terra	14.000	2.275	5.028

As partes interessadas de que se recolheu informação consideram que o perfil dominante do candidato aos apoios é o do agricultor que não depende exclusivamente da actividade agrícola e para quem estes representam um complemento. Não se candidatam os agricultores a tempo inteiro, detentores das maiores propriedades e que optam pela produção mais intensiva e, portanto, potencialmente com impactos ambientais mais significativos. A confirmação desta percepção exigiria a disponibilização de informação sobre os aderentes às ELA pelo IFAP e a troca de informação entre as várias Direcções Regionais de Agricultura que estão a coordená-las.

No que diz respeito à avaliação do desempenho ambiental da Medida 2.4, dois aspectos têm sido limitativos. O primeiro, já anteriormente referido, tem a ver com a dificuldade das ELA subcontratarem técnicos para fazer a verificação periódica do cumprimento das condicionantes. O segundo tem a ver com a monitorização. A análise dos potenciais efeitos ambientais benéficos da Medida 2.4 será sempre insuficiente sem a conveniente monitorização de cada uma das intervenções. Algumas ELA têm avançado com aquisição de serviços para a realização da monitorização (exs. censos de avifauna na ITI Castro Verde, na ITI Tejo Internacional e na ITI Costa Sudoeste). Nas restantes ITI, o Relatório de Acompanhamento das ITI realizado pelo ICNB (Silva, 2010) dá indicação de que a monitorização não avançou pelo menos até ao início de 2010. O atraso verificado na monitorização não se justifica num programa de apoios desta dimensão, mas há que perspectivar o momento como a oportunidade para harmonizar as abordagens à

monitorização pelas diferentes ITI, respeitando as suas particularidades. É também um momento adequado para fortalecer a articulação entre a AG ProDeR e as ELA.

No que diz respeito à caracterização da situação de referência, o Relatório de Acompanhamento do ICNB (Silva, 2010) refere “o diagnóstico da situação de partida da ITI Peneda Gerês está praticamente concluída a Março de 2010. Devido aos atrasos na disponibilização de verbas, as ITI Montesinho Nogueira, Douro Internacional propuseram à AG ProDeR uma alteração orçamental, para transitar o diagnóstico da situação de partida para o PEA de 2010. Quanto à ITI Serras de Aire e Candeeiros, não foi efectuada a caracterização da situação de partida por ausência de dotação financeira. As ITI Tejo Internacional, Serra da Estrela e Serras de Aire e Candeeiros têm, no Plano de Acção Plurianual (PAP) 2008-2010, um ponto de caracterização da situação de partida, mas sem quantificação dos valores naturais. Já o Plano de Acção Plurianual (PAP) da ITI Castro Verde, inclui na caracterização da situação de referência, a quantificação dos valores naturais”. Concluindo, dá conta, mais uma vez, de uma situação de heterogeneidade de abordagens metodológicas e de trabalho feito que seria conveniente harmonizar.

Os aspectos anteriormente referidos devem ser tidos em conta pela AG ProDeR no âmbito do processo em curso de contratação da monitorização com os apoios da Acção 2.4.2, assim como a necessidade de uma adequada caracterização da situação de referência e a possibilidade de comparação de áreas de intervenção com áreas fora da intervenção. Para tal é fundamental que as ELA tenham acesso à informação relevante sobre os beneficiários.

## 7 SUBPROGRAMA 3 – AVALIAÇÃO POR MEDIDA/ACÇÃO

---

A Avaliação Contínua de 2011 concentra-se, sobretudo, na reanálise da adequação da concepção e programação, na análise da pertinência e adequação da estrutura das Medidas e nas dinâmicas de realização e execução dos projectos aprovados, recorrendo-se a fontes de informação quantitativa e qualitativa<sup>12</sup>.

### 7.1 CONCEPÇÃO E PROGRAMAÇÃO

#### 7.1.1 PERTINÊNCIA E ADEQUAÇÃO DOS EIXOS 3 E 4

A Estratégia Global de Desenvolvimento Rural constante do PENDR para o período 2007-2013 considera que o desenvolvimento rural tem de ser sustentável, harmonioso, articulado e sustentado numa economia empresarial competitiva, actue esta no sector ou fora dele.

Os seus objectivos apontam para dois grandes desígnios nacionais, respectivamente, “*reforçar a coesão territorial e social*”, centrando na abordagem LEADER a sua promoção e “*promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial*”, dinamizando uma nova governação local, eficaz e transparente.

Os contributos dos territórios rurais para estes dois desígnios nacionais estão ancorados em Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), que permitem evidenciar as principais ameaças/debilidades e oportunidades/potencialidades das diferentes áreas de intervenção dos GAL (Quadro 58). Durante o período de vigência do ProDeR, encontra-se contemplada a ocorrência de ajustamentos das ELD aos objectivos do Subprograma 3, função das dinâmicas de procura revelada, dos resultados-tipo dos projectos aprovados, na óptica da melhoria dos contributos efectivos para a minimização das debilidades territoriais diagnosticadas.

A análise das ELD em vigor permitiu destacar três dimensões particularmente sensíveis em termos de ameaças/debilidades – *Económica; Ambiente-Paisagem-Recursos Naturais; Equipamentos-Infra-estruturas-Serviços de Proximidade*, sendo expectável que

---

<sup>12</sup>*Fontes Documentais:* Relatório de Execução do ProDeR 2010 – Versão Preliminar de Maio de 2011; *Outras fontes empíricas:* Inquérito *on-line* efectuado aos Coordenadores dos GAL em Maio de 2011, com uma taxa de resposta de 100%; Entrevistas ao Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão e às Redes de Grupos de Acção Local, respectivamente, Federação Minha Terra e Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.

os projectos aprovados venham a contribuir para a sua minimização, maximizando os resultados esperados para o desenvolvimento rural<sup>13</sup>.

Quadro 58 - Principais Ameaças/Debilidades nos Territórios de Intervenção dos GAL

Dimensões	Ameaças / Oportunidades
Económica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade de fixação de mão-de-obra qualificada diminuta.</li> <li>• Densidades empresariais reduzidas.</li> <li>• Dificuldades na distribuição e comercialização de produtos.</li> <li>• Economia assente em sectores tradicionais, pouco produtivos e com fraca incorporação de I&amp;D.</li> <li>• Importância de processos da qualidade ISO reduzida.</li> <li>• Iniciativas empresariais fracas.</li> <li>• Mercados locais reduzidos.</li> <li>• Níveis de competitividade reduzidos.</li> <li>• Nível médio de remunerações baixo.</li> <li>• Oferta de unidades de alojamento e restauração pouco qualificadas.</li> <li>• Produtividades baixas.</li> <li>• Taxas de desemprego elevadas.</li> <li>• Tecidos empresariais pouco diversificados.</li> <li>• Valorização comercial das produções locais baixa.</li> </ul>
Ambiente, Paisagem e Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessibilidade interna muito condicionada pela orografia local.</li> <li>• Aproveitamento diminuto do potencial turístico oferecido pelo património natural.</li> <li>• Áreas arborizadas abandonadas.</li> <li>• Certificação de recursos autóctones insuficiente.</li> <li>• Contaminação de alguns cursos de água.</li> <li>• Desconhecimento do recurso florístico e da vegetação.</li> <li>• Desequilíbrios nos usos da paisagem.</li> <li>• Edificação em solos de elevada aptidão agrícola.</li> <li>• Fertilidade dos solos por escoamento de águas após ocorrência de fogos florestais diminuída.</li> <li>• Modo de produção biológico incipiente.</li> <li>• Número de incêndios e áreas ardidas elevado.</li> <li>• Pedreiras e acessos às mesmas com impactes visuais na paisagem.</li> <li>• Poucos percursos naturais sinalizados.</li> <li>• Solos com risco de erosão.</li> <li>• Taxa monocultural de espécies florestais elevada.</li> </ul>
Equipamentos, Infra-estruturas de Apoio e Serviços de Proximidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso a serviços de saúde especializados difícil.</li> <li>• Baixo número de serviços fora das freguesias sede de concelho.</li> <li>• Baixos índices de cobertura ao nível de infra-estruturas de saúde.</li> <li>• Carência de estruturas de apoio a deficientes.</li> <li>• Carência de estruturas de apoio a jovens.</li> <li>• Carência de estruturas de apoio à terceira idade.</li> <li>• Carência de estruturas sociais de apoio à infância.</li> <li>• Centros de Apoio a Alcoólicos insuficientes.</li> <li>• Centros de apoio a toxicod dependentes insuficientes.</li> <li>• Centros de Apoio temporário a crianças em risco insuficientes.</li> <li>• Cobertura da rede pré-escolar insuficiente.</li> <li>• Deficiente sinalética e identificação de rotas e percursos turísticos.</li> <li>• Difícil acesso a serviços de saúde.</li> <li>• Equipamento e infra-estruturas de apoio a empresas insuficientes.</li> <li>• Equipamentos e infra-estruturas de apoio a turistas insuficientes.</li> <li>• Oferta de unidades turísticas de alojamento (TER ou tradicionais) insuficiente.</li> <li>• Redes escolares concentradas nas freguesias sede de concelho.</li> <li>• Redes escolares sobredimensionadas ou subdimensionadas.</li> </ul>

Fonte: Estratégias Locais de Desenvolvimento.

<sup>13</sup> Eixo 3 (Crescimento do VAB não agrícola dos negócios apoiados; criação de empregos; população beneficiada pela melhoria dos serviços); e Eixo 4 (Participantes em actividades de formação; desenvolvimento de projectos de cooperação apoiados).

Neste momento da Avaliação Contínua mantêm-se duas visões em relação à pertinência e adequação dos objectivos do Subprograma 3 às debilidades territoriais diagnosticadas: na perspectiva da Autoridade de Gestão uma boa adequação, salvaguardando que cabe aos GAL a concepção de ELD que ultrapassem a mera lógica do financiamento e se ajustem devidamente às exigências nacionais e às dinâmicas locais; na óptica das ADL uma desadequação tendencial, produto da lógica territorial alargada/formatação nacional do ProDeR.

A normalização de processos e procedimentos, consagrada pela regulamentação das Medidas do Sub-programa 3 nem sempre se revelou adequada para os territórios, organismos 'vivos' onde a construção do desenvolvimento deve dinamicamente adaptar-se às diferentes realidades locais, apesar de existirem, segundo os Coordenadores dos GAL, três factores críticos determinantes para o desenvolvimento sustentável dos seus territórios (Quadro 59), respectivamente, as *dinâmicas territoriais*, a *capacitação de actores locais* e a *governança e capacidade institucional*. Aspectos cuja mudança depende muito da participação das populações das áreas abrangidas, mas também de uma abordagem LEADER mais eficaz.

Quadro 59 - Factores Críticos para o Desenvolvimento Sustentável nos Territórios de Intervenção

Factores críticos	%
Dinâmicas territoriais	38,3
Capacitação de actores locais	25,5
Governança e capacidade institucional	12,8
Diversificação das actividades económicas	8,5
Atração de actores exógenos	6,4
Gestão sustentável dos recursos naturais	2,1
Outro.	6,4

Fonte: Inquérito aos Coordenadores dos GAL, IESE, Maio de 2011.

Este desencontro de perspectivas, entre dois importantes actores, não condiciona um reconhecimento unânime da eficácia do trabalho conjunto, com reflexos na estabilização do Subprograma 3. As sucessivas revisões dos instrumentos regulamentares têm contribuído para melhorar a adequação da "nova" abordagem LEADER, precisando alguns objectivos e actividades promotoras de desenvolvimento rural (Anexo VII), que nalguns casos visam melhorar a baixa adesão a algumas Acções, p.e., a Acção 3.1.1 Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola.

Os Coordenadores dos GAL inquiridos revelam em relação à adequação do Programa uma posição de dualidade, entre o 'pouco adequado' e o 'adequado' (Quadro 60). A menor adequação evidencia-se na 'complementaridade e articulação dos Eixos 3 e 4, na 'melhoria da adequação nas áreas rurais', nos 'recursos financeiros disponibilizados face aos objectivos e prioridades traçadas na ELD' e na 'valorização que o Programa faz dos recursos e estratégias de desenvolvimento lideradas localmente', o que deixa subentender que para este segmento de respondentes (cerca de 41%) a referida estabilização do Subprograma 3, é sobretudo, instrumental.

Quadro 60 - Adequação do Programa à abordagem LEADER

Elementos de intervenção rural-local	Menor Adequação		Maior Adequação	
	Nº	%	Nº	%
(i) Linha de intervenção do Programa face às principais debilidades existentes na Área de Intervenção.	14	30,4	31	67,4
(ii) Objectivos do Eixo 3 face às principais debilidades existentes na Área de Intervenção.	15	32,6	31	67,3
(iii) Objectivos do Eixo 4 face às principais debilidades existentes na Área de Intervenção.	16	34,8	28	60,9
(iv) Recursos financeiros disponibilizados face aos objectivos e prioridades traçadas na ELD.	21	45,7	18	39,2
(v) Valorização que o Programa faz dos recursos e estratégias de desenvolvimento lideradas localmente.	20	43,5	21	45,7
(vi) Valorização que o Programa faz da construção de uma identidade que torne atractiva a Área de Intervenção.	17	37,0	25	54,4
(vii) Melhoria da governação nas áreas rurais.	23	50,0	20	43,5
(viii) Mobilização do potencial de desenvolvimento endógeno das áreas rurais.	18	39,1	24	52,2
(ix) Complementaridade e articulação dos Eixo 3 e 4 com as outras Medidas.	28	60,9	15	32,6
(x) Introdução de uma abordagem integrada e multisectorial do desenvolvimento rural.	19	41,3	21	45,7

Fonte: Inquérito aos Coordenadores dos GAL, IESE, Maio de 2011.

Na óptica dos Coordenadores dos GAL algumas actuações poderiam contribuir para melhorar o funcionamento do Subprograma 3:

- ◆ abertura para financiamento das actividades ligadas à agro-indústria pelo Eixo 3 acima dos 25.000 Euros (esta sugestão tem sido amiúde repetida no domínio da promoção das actividades agro-alimentares);
- ◆ maior celeridade na contratualização e nos pagamentos;
- ◆ maior governança local (a sua limitação tem sido relacionada com o centralismo de operacionalização do Subprograma 3);

- ◆ maior orçamento para aprovação de projectos apresentados nas Medidas 3.1 e 3.2;
- ◆ melhor articulação dos sistemas de gestão - GAL-AG ProDeR-IFAP de forma a evitar os longos tempos de decisão para a formalização dos contratos;
- ◆ permitir que os concursos estivessem abertos durante todo o Programa (concursos em contínuo), cabendo aos GAL a gestão das ELD de acordo com as dinâmicas de cada território;
- ◆ retomar a primeira e principal função das Equipas Técnicas Locais: a dinamização dos territórios, componente com reflexos na eventual reformulação das ELD.

### 7.1.2 CONCEPÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ELD

As especificidades territoriais das áreas de intervenção invocadas pelos GAL não são despidiendas quando se reflecte em estratégias de desenvolvimento rural, porque remetem para um confronto directo entre a abordagem “*bottom-up*” (LEADER) que inspirou a concepção das ELD (elaboradas em 96% dos casos com recursos próprios dos GAL) e a abordagem “*top-down*”, mais frequente nas políticas públicas nacionais de natureza sectorial. Esta abordagem determina no Subprograma 3 uma arquitectura mais normalizadora ao nível da Medida e Acção, de forma a melhorar a operacionalização do Programa, mas acabando por condicionar a margem de manobra a que a maior parte dos GAL estavam habituados no anterior enquadramento LEADER.

Também a função de ‘balcões de recepção’ de Pedidos de Apoio surge como um condicionamento, por vezes encarado como uma tendência centralista de intervenção local que está a ‘afogar’ os GAL numa ‘funcionalização’ burocrática excessiva, conduzindo à aprovação de projectos que apesar de ajustados às Portarias, nem sempre contribuem para os modelos de desenvolvimento rural preconizados nas ELD, evidenciando um problema de selectividade, que poderia ter sido dirimida pelos GAL, usando a faculdade de condicionar (p.e., nos Avisos de Abertura para Apresentação de Pedidos de Apoio do 1º Concurso), as CAE elegíveis, solução adoptada no 2º Concurso facilitando que a valia estratégica dos projectos se possa sobrepor à sua valia económica.

Apesar do Subprograma 3 ter, ainda, em 2010 um curto período de ‘vida’, é possível apresentar, a partir do Inquérito aos GAL, um balanço sintético dos factores críticos e das tendências territoriais mais evidentes que podem justificar adequações na concepção e operacionalização das ELD:

- ◆ **Tendências em emergência** nos territórios de intervenção: 'criação de unidades de turismo' (70,2%), 'fomento de actividades de apoio a idosos' (61,7%) e 'fomento das actividades de animação' (44,7%)\*, vertentes que são apostas fundamentais das ELD (promoção do turismo local, promoção da qualidade de vida e animação local);
- ◆ **Tendências em declínio:** foco claro na perda de dinâmica demográfica, destacando-se a 'fixação de jovens' (68,1%), o 'despovoamento das aldeias' (68,1%) e o 'decréscimo da população, sobretudo ao nível dos mais jovens' (63,8%), o que condiciona qualquer estratégia de desenvolvimento local-rural, não só pela falta de gente como também pela falta de vitalidade demográfica e de iniciativa; a nível económico, sobressai o 'declínio do comércio local' (51,1%), que tem de se assumir como um eixo central nas ELD.

Apesar de as ELD concebidas serem consideradas '*totalmente adequadas*' pela maioria dos inquiridos relativamente à dinâmica da adesão às diferentes Medidas, há um grupo significativo de GAL que as considera '*parcialmente adequadas*', salientando:

- ◆ a falta de abertura para inscrever projectos de investimento com acções de formação e animação dos agentes que conduz, no limite, a encarar a ELD como um "sistema de incentivos";
- ◆ a grande dificuldade das microempresas e pessoas singulares em contraírem empréstimos bancários para a implementação de ideias e projectos;
- ◆ o Eixo 3 do ProDeR encerra características que não permitem a execução de planos estratégicos territorializados;
- ◆ o apoio ao desenvolvimento rural não devia ser feito através de um Programa Operacional integrado no ProDeR, mas através de um programa específico;
- ◆ os valores muito elevados dos serviços básicos à população a aparecer nos concursos, por ausência de resposta nos instrumentos específicos em que são enquadráveis.

## 7.2 DINÂMICAS DE REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO

### 7.2.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

O Subprograma 3 representa um incremento significativo em termos de dotação financeira global, mas o grau de adequação dos recursos financeiros disponibilizados e

---

\* A generalidade dos territórios destaca nas tendências emergentes o '*aumento do desemprego*' (46,8%), agravado com a actual crise económica nacional mas já anteriormente diagnosticado.

dos procedimentos concursais existentes, evolui entre: uma perspectiva de adequação (os procedimentos concursais, existentes permitem que qualquer pessoa ou entidade se candidate, independentemente da sua fixação no território); e uma perspectiva que enfatiza as insuficiências no apoio à animação local, indispensável à consolidação de qualquer estratégia de desenvolvimento, sem menosprezar a actual dotação financeira das componentes de investimento. Quanto aos actuais procedimentos concursais as insuficiências reveladas são devidas ao baixo ritmo anual dos Avisos, resultante de uma visão de eficiência de concursos nacionais, nem sempre ajustada às oportunidades à escala local, uma visão que estimula a adopção de uma prática de 'balcão aberto', já identificada na Avaliação Intercalar.

Na execução anual por Medida/Acção em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com o Relatório de Execução do ProDeR 2010 (Anexo III), sobressaem os desempenhos do último quadrimestre (Quadro 61), com especial ênfase nas Medidas 3.1 e 3.2.

O evidente salto qualitativo na "performance" do Sub-programa 3 de 2009 para 2010, constitui um resultado das orientações do Despacho nº 5/2010 de 28 de Junho de 2010 que, considerando a "*necessidade de acelerar substancialmente as taxas de compromisso e execução*", determinou que todos os Pedidos de Apoio com parecer favorável fossem dotados orçamentalmente, através do reforço dos montantes colocados a Concurso. O saldo disponível em 31 de Dezembro de 2010, face à dotação financeira programada, era de uma forma geral ainda elevado\* mantendo-se inalterável na *Medida 3.6 Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais* que ainda não entrou em fase de execução (30 Milhões de Euros).

#### 7.2.1.1 MEDIDA 3.1 DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E CRIAÇÃO DE EMPREGO

Na execução desta Medida sobressai a Acção 3.1.2 Criação e Desenvolvimento de Microempresas com uma contribuição FEADER de 3 milhões de euros e uma despesa pública de cerca de 4 milhões de euros, seguida da Acção 3.1.3 Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer (1,1 milhões de euros de contribuição FEADER e 1,3 milhões de euros de despesa pública).

Na Acção 3.1.2, uma das grandes apostas do Subprograma 3, há uma clara dominância de Pedidos de Apoio pertencentes às CAE ligadas ao '*alojamento, restauração e similares*' (21,1%), '*indústrias transformadoras*' (12,8%) e '*comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos*' (Quadro 62).

---

\*A dinâmica de aprovações desde o início de 2011, na continuidade da trajectória do último quadrimestre de 2010, permite acreditar que o saldo disponível actual esteja substancialmente alterado.

Quadro 61 - Execução Financeira no 3º Quadrimestre de 2010

Cod_ COM	Cod_ PDR	MEDIDAS	Total Anual em 2010		Total 3º Quadrimestre	
			Cont. FEADER	Despesa Pública	Cont. FEADER	Despesa Pública
311		Diversificação para actividades não agrícolas				
312		Desenvolvimento de micro-empresas				
313		Encorajamento de actividades turismo				
321	3.6	Serviços básicos para a economia e população rural <i>Implantação Redes Banda Larga de nova geração</i>	0	0	0	0
322		Renovação aldeias e desenvolvimento				
323		Conservação património rural <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>	160.775 160.775	214.336 214.336	78.029 78.029	104.038 104.038
331		Formação e informação				
341		Aquisição de competências e animação				
Total Eixo 3 - Diversificação e qualidade de vida			160.775	214.366	78.029	104.038
411		Competitividade				
412		Ambiente/gestão do espaço rural				
413		Qualidade de vida/diversificação	5.954.861			
	3.1.1	<i>Diversificação de actividades na exploração agrícola</i>	386.747	7.549.511	5.760.377	7.306.406
	3.1.2	<i>Criação e desenvolvimento de microempresas</i>	3.098.453	483.433	386.747	483.433
	3.1.3	<i>Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer</i>	1.063.323	3.967.475	2.983.800	3.824.159
	3.2.1	<i>Conservação e valorização do património rural</i>	242.941	1.333.299	1.028.411	1.289.660
	3.2.2	<i>Serviços básicos para a população rural</i>	1.163.398	303.676	242.941	303.676
				1.461.628	1.118.478	1.405.478
421		Cooperação	85.098	121.389	85.098	121.389
	3.4.1	<i>Cooperação Interterritorial</i>	85.098	121.389	85.098	121.389
	3.4.2	<i>Cooperação Transnacional</i>	0	0	0	0
431	3.5	Custos funcionamento, aquisição competências, animação <i>Funcionamento dos GAL, Aquis. Competências e Animação</i>	8.751.558 8.751.558	11.026.910 11.026.910	2.870.937 2.870.937	3.612.990 3.612.990
Total Eixo 4 - Leader			14.791.517	18.697.809	8.716.411	11.040.785
511		Assistência Técnica	1.990.712	2.654.283	1.457.385	1.943.179
TOTAL			16.943.003	21.566.458	10.251.824	13.088.002

Nota: Montantes já incluem os compromissos já transitados.

Fonte: Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão. Maio de 2011.

Quadro 62 – Pedidos de Apoio Contratados, por Domínio de Intervenção na Acção 3.1.2

Domínios de Intervenção	Nº PA	Investimento (103€)	Despesa Pública(103€)	FEADER (103€)
Restauração e Similares	89	15.389	8.210	6.548
Indústrias transformadoras	54	8.292	4.602	3.647
Comércio a retalho	42	3.381	1.557	1.236
Comércio por grosso	19	3.522	1.695	1.356
Actividades de saúde humana	22	3.830	1.806	1.445
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	24	2.096	1.060	848
Agro-indústria	16	1.582	781	622
Construção	8	1.703	950	760
Actividades de diversão e recreativas	3	863	505	404
Actividades de informação e comunicação	7	1.139	621	497
Energias renováveis	7	1.248	726	581
Tecnologias de informação e comunicação	10	1.291	577	461
Outras	121	15.687	7.833	6.169
<b>TOTAL</b>	<b>422</b>	<b>60.022</b>	<b>30.924</b>	<b>24.574</b>

Fonte: MADRP (2011).

A diversificação de actividades abrangidas por estas CAE é muito elevada (Quadro 63), revelando uma inegável dinâmica dos investimentos económico-empresariais no território, o que contribui com maior ou menor intensidade para os processos de desenvolvimento rural, conforme adiante se procura analisar.

A Acção 3.1.1 Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola teve uma baixa adesão expressa nos 386,7 mil euros de contribuição FEADER e 484,4 mil euros de despesa pública, que se espera ultrapassar com o alargamento da elegibilidade dos estabelecimentos classificados como 'casas de campo' e a possibilidade introduzida pela Portaria nº 814/2010 de 27 de Agosto de 2010 de 'produzir energia para venda, utilizando fontes renováveis', o que possibilita um novo tipo de projectos e um envolvimento de empresários mais jovens, dotados de competências especializadas.

Segundo o Relatório de Execução de 2010, até 31 de Dezembro houve uma clara dominância dos PA contratados no domínio dos 'Empreendimentos de agro-turismo', com 41 PA (53,2%) e 68% do investimento total na Acção. Alguns dos domínios de intervenção considerados relevantes nas ELD, como a 'Animação turística' (3 PA em 77)

ou o 'Investimento em actividades pedagógicas' (2 PA em 77), tiveram até ao final de 2010 uma adesão perfeitamente marginal.

Quadro 63 - Microempresas por Subclasse das CAE – Rev3

CAE	Microempresas
Alojamento, restauração e similares	Alojamento; restaurantes tipo tradicional; restaurantes típicos; restaurantes com espaço de dança; cafés; etc.
Indústrias transformadoras	Fabricação de produtos à base de carne; indústrias do leite e derivados; panificação; pastelaria; fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pastelaria de conservação; fabricação de caldos, sopas e sobremesas; fabricação de artigos têxteis confeccionados, excepto vestuário; fabricação de embalagens de madeira; fabricação de embalagens de plástico; fabricação de artigos de granito e de rochas, n.e.; actividades de mecânica geral; fabricação de material ortopédico e próteses e de instrumentos médico-cirúrgicos; reparação e manutenção de equipamento electrónico e óptico; etc.
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	Manutenção e reparação de veículos automóveis; comércio por grosso de peças e acessórios para veículos automóveis; comércio por grosso de cereais, sementes, leguminosas, oleaginosas e outras matérias-primas agrícolas; comércio a retalho de material de bricolage, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais similares, em estabelecimentos especializados; comércio a retalho de jornais, revistas e artigos de papelaria, em estabelecimentos especializados; comércio a retalho de flores, plantas, sementes e fertilizantes, em estabelecimentos especializados; etc.

Fonte: 2º Inquérito aos Coordenadores dos GAL, Maio de 2011.

Na Acção 3.1.3 as três CAE mais representadas são o 'Alojamento turístico - Casas de campo' (47,1% de PA e 49,1% do investimento total contratado), a 'Animação turística' (9,4% de PA e 6,7% do investimento) e o 'Alojamento turístico - Casas de campo, com serviços de recreação e lazer' (8,1% de PA e 9,4% do investimento), que juntas têm 64,6% dos projectos contratados e 65,2% do investimento total na Acção (cf. MADRP, 2011).

O facto de o peso dos Pedidos de Apoio no domínio do turismo de natureza ser ainda residual revela um afastamento em relação às oportunidades/potencialidades invocadas nas ELD na dimensão 'ambiente-paisagem-recursos naturais', em que se relevam as condições favoráveis dos territórios de intervenção para a promoção do turismo de natureza, associado a uma boa qualidade ambiental e a fracos índices de poluição, bem como a um património natural e paisagístico diversificado.

Um dos problemas económicos identificados na maioria das áreas de intervenção foi a debilidade das iniciativas empresariais, circunstância que reforça a pertinência da Medida 3.1, sobretudo pela importância e diversificação potencial de actividades associadas à criação, consolidação e crescimento de microempresas. O sucesso destes projectos poderá vir a ter um impacte muito positivo na promoção local do espírito empreendedor

e na criação de emprego, melhorando a visibilidade dos territórios. No entanto, tendo em conta uma fase prolongada de crise económica e as restrições no acesso ao crédito, a sustentabilidade futura destes investimentos/negócios afigura-se mais problemática, sobretudo, fora do actual enquadramento de apoio financeiro. A experiência passada, que tem em conta os projectos aprovados nos PIC LEADER, fundamenta a sensibilidade segundo a qual a maioria dos investimentos será sustentável no futuro, apesar de não existir nenhuma avaliação sistemática que o comprove.

Para os Coordenadores dos GAL, existe uma 'elevada/muito elevada' pertinência dos investimentos realizados face às características da zona de intervenção nas Acções 3.1.1 e 3.1.3, enquanto na Acção 3.1.2 sobressaem os impactos esperados e a sustentabilidade dos investimentos, dois aspectos que permitem acreditar na sustentabilidade futura (Quadro 64).

Quadro 64 - Perfil de Projectos Apoiados na Medida 3.1 - Níveis Elevado/Muito elevado

Indicadores	Acção 3.1.1	Acção 3.1.2	Acção 3.1.3
Pertinência dos investimentos realizados face às características da zona de intervenção (%)	83,3	68,1	93,6
Impactos esperados dos projectos apoiados (%)	59,5	78,7	74,5
Sustentabilidade dos investimentos apoiados (%)	61,9	78,7	72,3

Fonte: Inquérito aos Coordenadores dos GAL, IESE, Maio de 2011.

#### 7.2.1.2 MEDIDA 3.2 MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Na execução desta Medida sobressai a Acção 3.2.2 Serviços Básicos para a População Rural com uma contribuição FEADER de 1,2 milhões de euros e uma despesa pública de 1,5 milhões de euros.

No que concerne aos PA contratados até 31 de Dezembro de 2010 destacaram-se duas CAE, respectivamente, 'Outras actividades de serviços pessoais' (37,8% dos PA e 41,9% do investimento total) e 'Acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência' (27,1% dos PA e 25,8% do investimento), domínios de intervenção valorizados no quadro das ELD. Os serviços de apoio (às pessoas e de natureza social) representam, no conjunto, 48,6% dos PA contratados em 2010 e 44,4% do investimento total na Acção. Também os 'Serviços de animação cultural e recreativa de base local', promotores de participação local, têm alguma expressão (cf. Relatório de Execução ProDeR, 2010).

Todavia, o 'micro-empendedorismo' social não se afirmou e era claramente residual até ao final de 2010, tendo sido apenas contratados 4 PA, igualmente distribuídos pela criação ou desenvolvimento de microempresas para acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência e para apoio à infância.

A função de apoio social tem estado muito internalizada no Estado, apesar de ser também uma área de negócios a promover, pelo que os GAL podem ter um importante papel de sensibilização, de forma a contribuir para atenuar a deterioração da qualidade de vida dos idosos e suas famílias, a par de uma aposta nas crianças e na conciliação entre a vida familiar e profissional, promovendo não só a igualdade de oportunidades e a parentalidade responsável, minimizando os factores de risco associados à desestruturação familiar. O Estado não deve ignorar as suas responsabilidades, mas é igualmente essencial promover a iniciativa privada no domínio do apoio social.

A Acção 3.2.1 Conservação e Valorização do Património Rural era a que evidenciava a 31 de Dezembro de 2010 a menor execução. O alargamento à 'Preservação, recuperação e valorização dos recursos naturais e ambientais', introduzido pela Revisão do ProDeR (Março de 2010), poderá alterar no futuro a dinâmica de adesões, por facilitar um maior envolvimento das autarquias locais a quem interessa directamente esta componente de investimento.

Até 31 de Dezembro de 2010 as actividades com maior número de Pedidos de Apoio contratados foram a 'Preservação do património rural construído' (35,6% dos PA e 32,7% do investimento contratado) e a 'Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais' (33,0% dos PA e 24,3% do investimento contratado).

Os resultados do Inquérito apontam para uma 'elevada/muito elevada' pertinência destes investimentos face às características da zona de intervenção nas duas Acções, bem como uma boa expectativa relativamente aos impactos esperados dos projectos apoiados. A sustentabilidade dos investimentos é menos valorizada, até porque estamos numa área particularmente difícil ao nível da relação despesas-receitas quer para o Estado, quer para a iniciativa privada (Quadro 65).

Quadro 65 - Perfil de Projectos Apoiados na Medida 3.2 Níveis Elevado/Muito elevado

Indicadores	Acção	Acção
	3.2.1	3.2.2
Pertinência dos investimentos realizados face às características da zona de intervenção (%)	80,0	88,9
Impactos esperados dos projectos apoiados (%)	71,1	86,7
Sustentabilidade dos investimentos apoiados (%)	53,3	68,9

Fonte: Inquérito aos Coordenadores dos GAL, IESE, Maio de 2011.

### 7.2.1.3 MEDIDA 3.3 IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O contributo dos projectos aprovados para os objectivos estratégicos das ELD na óptica dos GAL encontra-se sistematizado no Quadro 66 e ajuda-nos de certa forma a perceber os pontos fortes e fracos da abordagem LEADER até ao momento:

- ◆ Contributos considerados de nível 'forte/muito forte' para os objectivos estratégicos das ELD (91 a 96% dos Coordenadores dos GAL), em sectores tão importantes para os territórios de intervenção como o *desenvolvimento do turismo*, o *aumento da atractividade do território*, a *criação de emprego*, o *aumento da importância das actividades turísticas* e o *aumento da acessibilidade a serviços básicos*.
- ◆ Contributos considerados de nível 'muito fraco/fraco' (identificados por 61% a 65% dos Coordenadores), são a melhoria das competências profissionais, o combate ao desemprego, em especial de mulheres pouco qualificadas e a promoção da inovação e da introdução de novas tecnologias; sendo apostas inequívocas dos GAL em termos das ELD, numa futura revisão deverão nortear as adequações a introduzir, de forma a definir novas estratégias que permitam atrair projectos para inverter a situação, apesar de, p.e., a melhoria de competências estar fora do domínio do Subprograma 3.
- ◆ Contributos considerados de nível médio respeitam à manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar dos produtores agrícolas e à promoção da introdução de práticas ambientalmente mais sustentáveis, este último objectivo particularmente importante na óptica das prioridades da PAC pós-2013. O alargamento da Acção 3.2.1. Conservação e Valorização do Património Rural à 'preservação, recuperação e valorização dos recursos naturais e ambientais' poderá vir a ter influência neste domínio.

Quadro 66 - Contributo dos Projectos Aprovados para os Objectivos das ELD (em %)

Contributos-tipo	Muito fraco	Fraco	Forte	Muito forte
(i) Manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar dos produtores agrícolas	6,5	39,1	47,8	6,5
(ii) Aumento da importância das actividades não agrícolas	2,2	13,0	78,3	8,7
(iii) Fixação da população nos territórios rurais	0,0	17,4	76,1	8,7
(iv) Transformação de recursos endógenos em factores de competitividade	2,2	17,4	69,6	10,9
(v) Aumento da atractividade do território	0,0	8,7	76,1	17,4
(vi) Criação de emprego	0,0	10,9	82,6	8,7
(vii) Combate ao desemprego, em especial de mulheres pouco qualificadas	4,3	60,9	34,8	2,2
(viii) Desenvolvimento do turismo	0,0	6,5	60,9	34,8
(ix) Desenvolvimento de outras actividades de lazer	0,0	28,3	54,3	19,6
(x) Aumento da importância das actividades turísticas	0,0	8,7	65,2	26,1
(xi) Valorização dos produtos locais	2,2	34,8	47,8	17,4
(xii) Valorização do património cultural	2,2	19,6	67,4	13,0
(xiii) Valorizar o património rural na óptica do interesse colectivo	4,3	13,0	69,6	13,0
(xiv) Potenciação do factor de identidade do território	2,2	10,9	76,1	13,0
(xv) Aumento da atractividade económica e social do território	0,0	23,9	60,9	15,2
(xvi) Aumento da acessibilidade a serviços básicos	2,2	8,7	65,2	26,1
(xvii) Melhoria das competências profissionais	10,9	58,7	28,3	0,0
(xviii) Promoção da inovação e da introdução de novas tecnologias	2,2	58,7	37,0	2,2
(xix) Promoção da introdução de práticas ambientalmente mais sustentáveis	4,3	37,0	50,0	8,7

Fonte: Inquérito aos Coordenadores dos GAL, IESE, Maio de 2011.

#### 7.2.1.4 MEDIDA 3.4 COOPERAÇÃO LEADER PARA O DESENVOLVIMENTO

A cooperação, enquanto pilar da abordagem LEADER, é uma estratégia fundamental em termos de demonstratividade e transferibilidade de boas práticas às escalas nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento e internacionalização de novos produtos, processos e tecnologias, para o fomento da inovação, para a promoção de redes / parcerias, para a promoção de economias de escala e uma gestão mais racional dos recursos, para a afirmação da democracia participativa, etc.

Em termos de execução financeira e considerando a dotação orçamentada na programação para a cooperação (12.560 mil euros), dos quais 11.053 mil euros para a cooperação interterritorial e 1507 mil euros para a transnacional; a 31 de Dezembro de 2010, encontrava-se disponível um montante de 12.438 mil euros. Em termos de

execução, destaca-se a vertente cooperação interterritorial (121.389 euros), euquando a na cooperação transnacional não registava qualquer execução.

O desempenho da Medida 3.4 continua, assim, a revelar algumas dificuldades, sobretudo na vertente da cooperação transnacional à semelhança do que ocorreu com o PIC LEADER. O reforço dos requisitos associados à regulamentação comunitária e as indicações de que alguns projectos de cooperação transnacional provavelmente não se concretizarão devido às diferentes calendarizações entre países, acentuam essas dificuldades.

As dificuldades ao nível da cooperação LEADER revelam a existência de factores quase endémicos como limitações nas competências técnicas das equipas dos GAL para a articulação e partilha, sobretudo internacional, a que se juntam actualmente as actuais exigências burocráticas que tornam mais difícil a articulação com os procedimentos de cooperação, mais complexos quando internacionais.

Os projectos de cooperação em curso são particularmente importantes para os GAL ao nível da partilha de conhecimentos e experiências (100% das respostas), da transferência e apropriação de experiências e da promoção de complementaridades com outros territórios rurais (97,8%); no entanto, é importante constatar que o nível de contributos menos relevante dos projectos de cooperação se refere à "Incorporação de inovação na abordagem ao desenvolvimento rural". A cooperação transnacional tem privilegiado países de expressão portuguesa como o Brasil e Cabo Verde, ou territorialmente mais próximos como Espanha, França, Holanda, Irlanda ou Malta.

#### 7.2.1.5 MEDIDA 3.5 FUNCIONAMENTO DOS GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL (GAL), AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ANIMAÇÃO

De uma forma geral o funcionamento dos GAL deve ser considerado positivo porque a maioria tem um reconhecido contributo na transformação das suas áreas de intervenção desde o início dos anos 90, apresentando um trabalho consolidado que é produto do grande envolvimento com as comunidades locais, a que não é estranha a capacidade para sensibilizar decisores, promover parcerias e apoiar beneficiários.

Mais de 57% dos GAL foram constituídos até 1994 e dos que são beneficiários (via ELD) do Subprograma 3 do ProDeR, mais de 81% foram constituídos até 1996, sendo por isso entidades experientes na gestão de fundos ligados ao desenvolvimento rural, mas também com metodologias e procedimentos já muito interiorizados, o que nalguns casos pode ter dificultado a adesão e a adaptação à 'nova' abordagem LEADER, com implicações numa aparente 'funcionalização' de procedimentos, facilmente substituível

por funcionários da administração central/regional/local e pouco valorizada daquela prática e experiência para a intervenção directa que os GAL adquiriram e foram consolidando.

Apesar do *know-how* reconhecido dos GAL, há casos em que este novo figurino da abordagem LEADER por alguma razão lhes parece ter retirado capacidade de decisão, levando-os a escudarem-se na ratificação de decisões por parte da Autoridade de Gestão, numa nítida dependência hierárquica, fechando-se numa abordagem que consideram mais complexa e burocrática, aumentando as dificuldades das suas estruturas técnicas para abraçarem novos projectos que lhes dêem uma outra autonomia financeira.

Se olharmos para as parcerias dos GAL na óptica do desenvolvimento local-rural, parece-nos evidente que a sustentação das suas Estruturas Técnicas Locais deveria também passar por um investimento por parte dos parceiros e por uma contratualização de serviços com o Estado, sobretudo no âmbito da animação local, do apoio às populações e da operacionalização de estratégias de desenvolvimento.

A actual 'funcionalização' a que se assiste, fruto dos procedimentos associados às componentes burocráticas decorrentes do enquadramento regulamentar, também pela prática que determina, afigura-se contraproducente e desadequada a um desenvolvimento qualificado dos territórios rurais e a um real aproveitamento das competências existentes nos GAL, porque 'fechar' os agentes de desenvolvimento nos gabinetes está a eliminar a proximidade anteriormente mantida com os promotores, suscitadora de iniciativa de projecto tanto mais que em vários territórios são muitas vezes as empresas privadas que surgem como interlocutores aquando da formalização das candidaturas.

A proposta de investimento das parcerias dos GAL nas suas Estruturas Técnicas, podendo ser considerada marginal a esta Avaliação, é todavia pertinente em termos da política pública nacional para o desenvolvimento rural, tratando-se de uma contrapartida a defender. Estamos a falar em Estruturas Técnicas cuja maioria dos seus membros têm habilitações académicas entre o 10º/12º anos e o ensino superior, com um peso significativo das especializações em Gestão e, embora menos relevante, Economia e Agronomia.

A questão do investimento nos GAL tem de ser equacionada, não só para a sua sobrevivência, mas também para assegurar a transparência de procedimentos, manter a coesão das equipas e as suas características de base. Nalguns casos, a par da 'funcionalização' referida, têm-se autonomizado unidades técnicas empresariais a

jusante com capacidade para elaborar candidaturas, mantendo a tradição técnica dos PIC LEADER e concorrendo abertamente no mercado com outras entidades privadas.

No que concerne aos recursos financeiros disponibilizados na *Medida 3.5 Funcionamento dos Grupos de Acção Local (GAL), Aquisição de Competências e Animação* e apesar de alguns GAL equacionarem a necessidade de um reforço de verba, considera-se que estamos perante montantes muito significativos, que se bem geridos podem estar ajustados ao perfil de funções desempenhadas. Entre 2008 e 2010, a contribuição FEADER foi de 12,2 milhões de euros e a despesa pública de 16,4 milhões de euros (cerca de 203 mil euros por GAL/ano em termos médios), para um montante global programado de 87,4 milhões de euros de despesa pública.

### 7.2.2 REALIZAÇÕES E RESULTADOS

Apesar de 2010 ter sido efectivamente o ano de arranque do Subprograma 3, depois de terem sido reconhecidos na Região Centro, em Janeiro de 2010, os últimos GAL (ADDLAP, ADERES e Cova da Beira), uma análise regional das candidaturas e investimentos permite verificar a existência de dinâmicas regionais muito satisfatórias no final de 2010, tendo em conta a distribuição dos GAL por NUT (31,9% - 15 a Norte; 38,3% - 18 no Centro; 21,3% - 10 no Alentejo; 6,4% - 3 no Algarve; 2,1% - 1 em Lisboa).

Na distribuição regional das candidaturas há em termos absolutos uma clara evidência do Norte e Centro, com 68% das candidaturas entradas e 64% dos PA contratados e igual percentagem para o investimento (Anexo III). Todavia, são duas NUT que reúnem 70% dos GAL, pelo que Lisboa com apenas 1 GAL (ADREPES) alcançou uma dinâmica de envolvimento que se considera muito significativa, com 14% de candidaturas entradas (300) e 17% de PA contratados (225), correspondentes a cerca de 40 milhões de euros de investimento.

No que concerne à situação das candidaturas em 31 de Dezembro de 2010 há alterações significativas relativamente a 2009, porque: (i) 2009 funcionou sobretudo como um ano de preparação e de adaptação ao novo figurino de enquadramento da abordagem LEADER; (ii) 2010 registou a última aprovação de GAL e das respectivas ELD; (iii) houve situações de promotores que desistiram dos projectos; (iv) o 3º quadrimestre de 2010 configura um *boom* nas candidaturas entradas e analisadas. No Quadro 67 apresentam-se as candidaturas entradas, analisadas, aprovadas e contratadas ao abrigo do 1º Concurso.

Quadro 67 - Pedidos de Apoio Afectos ao 1º Concurso - Situação em 31/12/2010

Acção	Orçamento ProDeR	Candidaturas contratadas		
		Nº PA	Invest. total	Taxa de Contratação
3.1.1	61.303	77	12.825	10,68
3.1.2	132.763	422	60.022	23,29
3.1.3	60.290	223	44.715	36,94
<b>3.1.</b>	<b>254.356</b>	<b>722</b>	<b>117.562</b>	<b>23,49</b>
3.2.1	37.681	188	17.255	24,61
3.2.2	60.918	251	32.429	31,96
<b>3.2.</b>	<b>98.599</b>	<b>439</b>	<b>49.684</b>	<b>29,15</b>
3.4.1	11.053	66	5.218	40,13
3.4.2	1.507	5	387	23,09
<b>3.4.</b>	<b>12.560</b>	<b>71</b>	<b>5.605</b>	<b>38,09</b>
C1	<b>87.420</b>	71	5.605	5,47
C2		76	5.992	5,87
<b>3.5</b>		<b>147</b>	<b>11.597</b>	<b>11,34</b>

Nota: C1 - Componente 1 (Funcionamento do GAL);

C2 - Componente 2 (Aquisição de Competências e Animação).

Fonte: MADRP (2011)

A análise das candidaturas entradas foi significativamente elevada em 2010 por comparação com 2009, destacando-se a título de exemplo a Acção 3.1.1. Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola (5 candidaturas em 2009 – 127 candidaturas em 2010) e a Acção 3.1.2. Criação e Desenvolvimento de Microempresas (11 candidaturas em 2009 – 709 candidaturas em 2010).

O peso dos Pedidos de Apoio aprovados nas Medidas de investimento das ELD apresenta uma relativa proximidade entre a Medida 3.1 Diversificação da Economia e Criação de Emprego e a Medida 3.2 Melhoria da Qualidade de Vida, com destaque para a Acção 3.2.2. Serviços Básicos para a População Rural (70,8%) e para a Acção 3.1.1 Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola (67,7%). Nestas Medidas, o peso das candidaturas contratadas nas aprovadas, oscila entre uma elevada percentagem em 2010, na Acção 3.1.3 e os 10,7%, na Acção 3.1.1.

Os maiores desvios entre as taxas de contratação e as de aprovação, ocorrem nas Medidas 3.1 e 3.2 como se pode observar no Quadro 68, o que resulta essencialmente do aumento significativo das contratações no 3º quadrimestre de 2010 pelas razões já aduzidas, com reflexos inevitáveis no tempo necessário para o arranque e para a

concomitante execução dos projectos, tendo em conta que estão em jogo apenas 4 meses e que, segundo os Coordenadores dos GAL, os promotores têm-se deparado com dificuldades na fase de arranque dos projectos, com destaque para os aspectos administrativos, financeiros e de licenciamento municipal.

Quadro 68 - Desvio entre as Taxas de Contratação e as de Execução (31/12/2010)

Acção	Contratação (%)	Execução face ao programado (%)	Execução face ao contratado (%)
3.1.1	11	1	7
3.1.2	23	3	10
3.1.3	37	2	6
3.2.1	25	0.8	3
3.2.2	32	2	7

Fonte: MADRP (2011).

No que concerne à contratualização e de acordo com os Coordenadores dos GAL, relevam-se o excesso de burocracia (97,7%), a existência de vários níveis de verificação (90,9%), a capacidade de financiamento do promotor (72,7%) e o carregamento de mais de um sistema de informação em simultâneo (72,7%), enquanto no arranque dos projectos surgem como principais dificuldades os procedimentos de contratação pública (88,6%), os problemas financeiros (86,4%) e os bloqueamentos institucionais ou administrativos (68,2%) – Quadro 69.

Numa fase posterior, a maioria dos promotores confronta-se com a dificuldade de organizar os Pedidos de Pagamento que podem levar 3 a 4 meses para serem executados, razão pela qual os Coordenadores dos GAL sugerem a introdução de medidas que agilizem e facilitem este processo, que não é exclusivo do ProDeR e que tem levado a um aumento crescente dos custos das entidades, confrontadas com a necessidade de recorrer a serviços em regime de *outsourcing* por parte das empresas privadas.

Quanto à Componente 2 há a convicção geral de que os PACA (Planos de Aquisição de Competências e Animação) estão aquém do desejável e que é provável que venham a sofrer reformulações com uma aposta em novas áreas. A título de exemplo refere-se a parceria entre a TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira e a ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste, estabelecida em Março de 2010 com vista ao desenvolvimento de acções de

animação/participação no território de intervenção do GAL AL Sud-Esdime e de publicitação da ELD, contribuindo para a dinamização e execução do PACA.

Quadro 69 - Principais dificuldades dos Promotores nas Fases de Contratualização e Arranque dos Projectos, por nível de importância (Importante/Muito Importante)

Fase de Arranque		Fase de Contratualização	
Bloqueamentos institucionais ou administrativos	68,2	Capacidade de financiamento do promotor	72,7
Insuficiente maturação – deficiente programação/concepção do projecto	36,4	Carregamento de mais de um sistema de informação em simultâneo	72,7
Procedimentos de contratação pública	88,6	Deficiente resposta por parte do IFAP	54,5
Problemas de gestão do projecto	50,0	Desistência dos promotores por atraso na contratualização	13,6
Problemas de organização relacionados com a configuração do projecto	50,0	Excesso de burocracia	97,7
Problemas financeiros	86,4	Existência de vários níveis de verificação (GAL-AG-IFAP-IFDR)	90,9
Problemas na obtenção de licenciamentos municipais	54,5		
Problemas na obtenção de licenciamentos pelas tutelas sectoriais	50,0		

Fonte: Inquérito aos Coordenadores dos GAL, IESE, Maio de 2011.

Este modelo de parceria pode ser uma solução para operacionalizar os PACA, não só entre Entidades do sector associativo, mas também entre estas e as empresas privadas. No caso concreto é uma assessoria para a animação/participação nas freguesias do concelho de Odemira que fazem parte do território de intervenção do GAL AL Sud-Esdime, no sentido de informar os potenciais beneficiários e a população local sobre os apoios previstos nas acções do Eixo 3 do ProDeR; estimular o surgimento de iniciativas empreendedoras; identificar oportunidades que possam ser valorizadas e apoiadas no âmbito do Subprograma 3; promover a proximidade entre a ETL e os promotores de projectos; contribuir para uma maior consolidação e reconhecimento da abordagem LEADER; implicar os agentes locais em actividades de animação que permitam a qualificação em áreas essenciais ao usufruto, acompanhamento e gestão da ELD.

## 8 SUBPROGRAMA 4 – AVALIAÇÃO POR MEDIDA/ACÇÃO

---

A regulamentação da maior parte das Medidas do Sub-programa 4 ocorreu ao longo de 2009, com operacionalização, via abertura de primeiros Concursos, no 2º Semestre deste ano. Esta circunstância teve, naturalmente, implicações na gestão e desenvolvimento das Medidas e de cada Acção do Sub-programa, durante o ano de 2010, sendo de destacar as evidências seguintes, de natureza global:

- ◆ concentração em 2010 do processo de análise técnica da generalidade das candidaturas apresentadas no âmbito dos concursos abertos em 2009, os quais motivaram um volume elevado de pedidos de esclarecimento face aos requisitos em presença, associados a uma significativa reorientação das ajudas à inovação, à formação e aos serviços de gestão e aconselhamento;
- ◆ necessidade de afinação dos circuitos de procedimentos (formalização de candidaturas, organização dos Pedidos de Apoio, requisitos formais a preencher em sede contratação na relação com o IFAP, ...);
- ◆ complexidade dos modelos de organização de candidaturas, sobretudo em Acções suportadas na constituição de parcerias, “lógicas” de acesso às ajudas mais exigentes na estruturação dos dispositivos de informação dos instrumentos de análise ajustados à natureza das intervenções, sobretudo algumas mais específicas (p.e., Medida 4.1);
- ◆ necessidade de estabelecer rotinas de articulação entre a Autoridade de Gestão e os organismos das tutelas sectoriais de intervenção, envolvidas em fases críticas dos processos (p.e., DGADR e AFN, nas Acções de Formação Especializada e enquanto Autoridades Nacionais para o Aconselhamento).

Neste enquadramento (com características/dimensões específicas, adiante objecto de referência nas análises por Medida), grande parte do volume de aprovações e, sobretudo, de contratações de projectos, ocorreu no 2º Semestre de 2010 (Inovação e Formação), com implicações nos ritmos de execução das actividades e de processamento de despesas (execução financeira) que, de um modo geral, atingem valores residuais, conforme o Relatório de Execução do ProDeR reconhece no processamento de informação relativa às diferentes Medidas/Acções do Sub-programa 4.

### 8.1 MEDIDA 4.1 COOPERAÇÃO PARA A INOVAÇÃO

A Avaliação Contínua de 2010 desta Medida teve por base a realização de uma entrevista com o Secretariado Técnico da AG ProDeR, o acesso a informação das

candidaturas submetidas ao 2º Concurso, o Relatório de Execução de 2010 do Programa e a realização de um Inquérito às Entidades (Gestoras e Parceiras) com projectos aprovados no âmbito do 1º Concurso (2009), na óptica das realizações e resultados.

As principais incidências de implementação da Medida em 2010, com relevância para a Avaliação Contínua, situam-se nas duas vertentes seguintes:

- ◆ Estabilização dos processos referentes ao 1º Concurso, por um lado, com regularização dos procedimentos contratuais entre as Entidades beneficiárias (Gestoras e Parceiras) e o IFAP, por outro lado, com a realização de actividades dos projectos contratados;
- ◆ Preparação e lançamento do 2º Concurso da Medida, repercutindo as alterações da Portaria nº 814/2010 de 27 de Agosto, o qual se manteve aberto até final de 2010, com uma dotação de 15 Milhões de Euros.

No tocante à primeira vertente, os principais elementos processados pela Avaliação Contínua permitem salientar os seguintes traços principais caracterizadores da implementação da Medida:

- ◆ O modelo de operacionalização dos projectos assenta numa lógica de parceria aberta (por contraponto à experiência do passado em que a Entidade Gestora contratualizava as ajudas e se responsabilizava pela redistribuição de verbas pelas actividades e parceiros dos projectos); esta solução implica que, para além do Contrato de Gestão da Parceria, existe um conjunto de contratos individuais celebrados entre o IFAP e as Entidades Parceiras que enquadram as ajudas próprias as quais são executadas, seguindo o calendário e as dinâmicas específicas de cada Entidade Parceira.

Os ritmos de processamento de despesa tendem a reflectir estratégias mais vastas das entidades, o que (para projectos que, em média, têm uma duração superior a três anos) tem implicações negativas nas dinâmicas de execução. Justifica-se, assim, o sentido da Orientação Técnica da Autoridade de Gestão (emitida já em Janeiro de 2011), que procura influenciar os ritmos de realização de despesa, exigindo a apresentação de Pedidos de Pagamento até 30/06/2011, sob pena de cancelamento dos projectos. De acordo com o Relatório de Execução de 2010, no âmbito da Medida, havia apenas um projecto com Pedido de Pagamento, apresentado e pago<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Em final de Abril de 2011, a Base de Dados da Medida registava 7 pedidos (decididos e pagos) e 20, em fase de análise, um processo demorado fruto de instrução documental deficiente e/ou incompleta, por parte das entidades. A preparação dos Pedidos de Reembolso constitui um dos factores condicionantes no

Estas anotações tornam evidente que existe um hiato mais ou menos prolongado entre o momento da contratualização (ou até, a partir da aprovação) em que o conhecimento existente sobre a execução das operações contratadas se afigura problemático, na medida em que a Entidade Gestora sem sempre assume essa responsabilidade (face à existência de contratos individuais IFAP – Entidade Parceira) e a Autoridade de Gestão apenas retoma o contacto com os projectos na fase da análise dos Pedidos de Pagamento, nomeadamente via Relatório Global de Actividades, tratado de forma ligada à apreciação dos Pedidos.

No tocante à 2ª vertente (Projectos do 2º Concurso) importa salientar o esforço de ajustamento nos requisitos das operações nas matérias referentes à constituição das parcerias, segundo as actividades de produção/trans formação/comercialização, aos níveis máximos de apoio e às elegibilidades. As condições mais favoráveis de acesso à Medida, decorrentes dos referidos ajustamentos, terão influenciado os principais resultados do 2º Concurso (Quadro 70):

- ◆ aumento do volume de Pedidos de Apoio/Candidaturas submetidas (+28,8%);
- ◆ aumento do volume de investimento das candidaturas entradas (+24,2%);
- ◆ reforço dos promotores da tipologia Empresas, que representaram neste 2º Concurso 52% das entidades candidatas, com um volume de investimento com dimensão média interessante para este tipo de promotor (acima de 250 mil €);
- ◆ montante de investimento total solicitado, cerca de 40% acima da dotação orçamental colocada a Concurso.

Quadro 70 – Dinâmica de apresentação de candidaturas

Concursos	Orçamento ProDeR (10 <sup>3</sup> €)	Dotação orçamental (10 <sup>3</sup> €)	Candidaturas entradas (2010)		Candidaturas entradas (2009/10)	
			Nº PA	Investimento Total (10 <sup>3</sup> €)	Nº PA	Investimento Total (10 <sup>3</sup> €)
Primeiro	37.164	10.000			80	16.771
Segundo		15.000	103	20.827	103	20.827
<b>Total</b>	<b>37.164</b>	<b>25.000</b>	<b>103</b>	<b>20.827</b>	<b>183</b>	<b>37.598</b>

Fonte: Relatório de Execução do ProDeR, 2010.

A informação disponível sobre estes projectos (em fase de análise) encontra-se sistematizada no Quadro 71 e permite salientar:

---

desenvolvimento dos projectos, na óptica das entidades que responderam ao Inquérito realizado no âmbito desta Avaliação Contínua (média 2,58, em escala de 1 a 4).

- ♦ o peso expressivo do sub-sector da pecuária (uma em cada três candidaturas, 37% do volume total Entidades Parceiras candidatas e 35% do volume de investimento proposto em candidatura);
- ♦ a relevância dos projectos da fileira dos frutos, que já tinham revelado assinalável presença no 1º Concurso e detêm agora cerca de um quarto das candidaturas e cerca de 20% do investimento proposto, abrangendo um quinto dos parceiros envolvidos nas candidaturas.

Quadro 71 – Resultados das Candidaturas apresentadas ao 2º Concurso da Medida

Sector	Nº de Candidaturas	Nº de Parcerias	Investimento Proposto (€)
Flores Forçagem	4	2	361.175,26
Frutos	25	7	3.915.605,36
Hortícolas em Sistema Hortícola	3	1	461.023,42
Hortícolas Forçagem	2	1	62.059,00
Olival	7	2	1.353.100,83
Outras Grandes Culturas	5	2	1.417.349,43
Pecuária	34	13	6.930.868,91
Produtos Florestais	9	3	3.259.335,67
Vinha	14	4	2.033.741,78
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>35</b>	<b>19.794.259,66</b>

Fonte: ST/Autoridade de Gestão.

A análise de informação mais fina relativa a estes projectos, facultada pelo Secretariado Técnico, revela igualmente:

- ♦ o peso das lideranças empresariais, nomeadamente em candidaturas nos sectores da pecuária (coudelarias, sociedades de agricultura de grupo, explorações de bovinicultura de carne, ...), com volumes de investimento médio bastante elevados;
- ♦ o surgimento de candidaturas lideradas por Associações de Produtores, nomeadamente de criadores de raças autóctones;
- ♦ a presença nos promotores de candidaturas à Medida de empresas públicas e privadas de prestígio e com tradição em intervenções inovadoras (vinha, lacticínios,...);

- ◆ a existência de projectos de alguma envergadura, em termos de investimento e na conjugação de investimentos na inovação produtiva, de processos e tecnológica, nas áreas dos recursos endógenos e das produções tradicionais.

Finalmente, importa destacar que no conjunto dos projectos candidatados, quatro referem-se a intervenções que conjugam novos produtos, novos processos e novas tecnologias, seis referem-se a novos produtos e novos processos, quatro referem-se a novos processos e novas tecnologias e um a novos produtos e novas tecnologias.

Tendo em vista acompanhar, na óptica dos objectivos da Avaliação da Medida, a trajectória de implementação dos projectos aprovados no âmbito do 1º Concurso, procedeu-se à aplicação de um Inquérito às Entidades Parceiras que abrangeu (respostas recebidas) mais de metade dos beneficiários. O tratamento simples dos resultados contribuiu para sistematizar um conjunto relevante de apreciações com relevância avaliativa:

- ◆ *Dificuldades no lançamento dos projectos* – predominam as referências à conjuntura económica desfavorável, sendo também referenciadas, com menor expressão, as dificuldades associadas à mobilização dos parceiros e os problemas de operacionalização relacionados com a configuração dos projectos.
- ◆ *Condicionantes de desenvolvimento da execução dos projectos* – predominam referências a insuficiências orçamentais e à conjuntura económica desfavorável, embora um número expressivo de entidades considere uma condicionante importante a reduzida flexibilidade para aceitar introduzir alterações nos projectos.
- ◆ *Balanço das actividades previstas* – a colaboração entre a generalidade dos parceiros para avaliar o trabalho desenvolvido e a desenvolver, a par da trajectória de concretização de resultados, de acordo com a programação definida, constituem os aspectos mais positivos.
- ◆ Contributos para alcançar objectivos específicos da Medida (Quadro 72)

Inquérito às Entidades Parceiras

- ◆ *Contributos dos projectos para a obtenção de resultados e efeitos* – predominam os contributos centrados nos produtos (melhoria da qualidade e aumento do respectivo valor acrescentado); em contrapartida, as menores performances/contributos situam-se no terreno da utilização de serviços e na melhoria das condições de segurança e produtividade do trabalho, como se pode observar no Quadro 73.

Quadro 72 – Contributos para alcançar objectivos específicos da Medida 4.1

	Média
Aumento da interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as actividades produtivas	3,62
Incentivo à incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos	3,54
Promoção de práticas de cooperação duradouras entre os diversos agentes das fileiras	3,50
Reforço da capacidade de resposta do sector agrícola e florestal às mudanças tecnológicas e científicas	3,50
Aumento do conhecimento científico e técnico geral	3,46
Efeitos de arrastamento e assimilação dos benefícios gerados pelo projecto por outras empresas	3,40

Fonte: Inquérito às entidades parceiras de projectos aprovados no âmbito da Medida 4.1, IESE, Maio de 2011.

Quadro 73 – Contributos dos projectos para a obtenção de resultados e efeitos Medida 4.1

Médias superiores		Médias inferiores	
Melhoria da qualidade dos produtos	3,73	Reforço das aptidões/capacidades profissionais dos activos do sector agrícola	2,56
Aumento do valor acrescentado dos produtos	3,62	Melhoria da gestão sustentável do espaço rural	2,50
Melhoria da competitividade do sector agrícola, alimentar e florestal	3,46	Melhoria da produtividade do trabalho	2,42
Promoção da cooperação e incentivar a transferência de melhores práticas	3,38	Melhoria das condições de segurança no trabalho	2,24
Promoção da inovação e da introdução de novas tecnologias	3,35	Aumento da utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas e florestais	2,20

Fonte: Inquérito às entidades parceiras de projectos aprovados no âmbito da Medida 4.1, IESE, Maio de 2011.

Os resultados da inquirição apontam ainda para uma reduzida complementaridade com outros projectos financiados por outras Medidas do ProDeR (apenas um em cada sete projectos refere a existência de complementaridades).

## 8.2 MEDIDA 4.2 FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA

As actividades de Avaliação Contínua assentaram na realização de entrevistas (ST/AG, DGADR e Confederações de Agricultores), no processamento de informação referente às acções de formação realizadas e na realização de um Inquérito aos parceiros de Redes Temáticas aprovadas na Acção 4.2.2.

### 8.2.1 ACÇÃO 4.2.1 FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

As vertentes fundamentais da Avaliação referente a 2010 reportam, por um lado, às dinâmicas associadas às Candidaturas contratadas na sequência do 1º Concurso e, por

outro lado, à abertura do 2º Concurso no final de 2010, destinado à formação de técnicos do sector.

Os projectos/acções correspondentes às candidaturas do 1º Concurso (formação especializada para jovens agricultores) foram aprovados em Fevereiro e objecto de contratação apenas no final do 1º Semestre de 2010 (24 Pedidos de Apoio, no montante de três milhões de euros, correspondendo a uma taxa de contratação de 16% do Fundo programado). Embora regulamentarmente associada aos projectos de 1ª instalação apoiados pela Acção 1.1.3, a implementação da Acção Formação Especializada ocorreu bastante mais tarde (regulamentação, 1º Concurso, processo de análise, ...) com os projectos de instalação a decorrer.

Ao nível da procura de formação pelos beneficiários directos, e não obstante, a redução acentuada das unidades de formação e das respectivas cargas horárias<sup>15</sup>, parte das Entidades Formadoras apoiadas tem-se deparado com alguma retracção da procura por parte dos destinatários-alvo. Também se constata, pelas entrevistas realizadas, que organizações de agricultores com projectos aprovados não arrancaram com as acções até final de 2010 devido à prioridade que atribuíram, p.e., à estruturação dos Serviços de Aconselhamento.

A possibilidade de a formação, ainda que obrigatória, poder ser frequentada ao longo de um período até 36 meses na vigência do projecto de investimento apoiado pela Acção 1.1.3., "retirou pressão" sobre a procura, circunstância agravada pelo ritmo de contratação e execução dos investimentos apoiados no âmbito daquela Acção, fruto da conjuntura económica desfavorável.

Com a alteração introduzida (obrigatoriedade de frequência em período não superior a 24 meses), o ritmo de frequência de acções terá melhorado ainda que sem reflexos na execução financeira: até final de 2010, a Acção 4.2.1. não apresentava execução financeira, registando-se limitações na apresentação de despesa da responsabilidade das entidades beneficiárias que, de um modo geral, remeteram para o final do prazo regulamentar (seis meses após a aprovação do Pedido de Apoio) a apresentação do 1º Pedido de Pagamento, enquanto outras reprogramaram a realização das acções.

O Quadro 74 sintetiza a informação relativa às Acções iniciadas em 2010.

---

<sup>15</sup> De acordo com a Orientação Técnica Específica Nº 43/2009, a formação especializada para jovens agricultores pode contemplar quatro módulos de formação: Formação básica de agricultura (com a carga horária de 48h); Formação específica para a orientação produtiva da instalação (60h); Formação de gestão da empresa agrícola (45h); e Componente prática em contexto empresarial (60h).

Quadro 74 - Acções de Formação de Jovens Agricultores iniciadas em 2010

Designação da Acção	Nº de Acções	Nº de Formandos por Acção	Abrangência Territorial NUT II
Formação de gestão da empresa agrícola	8	118	Norte
	3	45	Centro
	1	15	Alentejo
Formação básica de agricultura	2	30	Centro
Componente prática em contexto empresarial	1	15	Centro
Formação específica para a orientação produtiva da instalação	2	30	Centro
Total	17	253	

Fonte: ST/AG ProDeR

O módulo Formação de Gestão de empresa agrícola concentra o maior volume de formação (118 formandos abrangidos e com realização de acções em três regiões), seguido à distância pelos módulos que enquadram a Formação específica para a orientação produtiva da Instalação do Jovem e a Formação Básica de Agricultura (ambos os módulos com duas acções na Região Centro, envolvendo 30 formandos).

De acordo com as Entidades formadoras tem-se procurado trabalhar as necessidades de formação aconselhando uma estruturação de módulos ajustada à focalização do projecto de investimento, para além das componentes transversais de gestão. A organização da formação específica para a orientação produtiva da instalação tem-se deparado com algumas dificuldades: a constituição de grupos de formandos em algumas áreas produtivas obriga a agregar jovens agricultores residentes em locais distantes da formação; alguns projectos de investimento abrangem mais do que uma área produtiva podendo implicar a frequência de mais acções. Na componente prática em contexto empresarial, os problemas situam-se nas dificuldades em mobilizar explorações onde possa decorrer essa formação prática não se revelando fácil combinar 1 exploração/ 1 tutor/ 5 formandos da mesma área produtiva, em contextos geograficamente próximos.

O modelo adoptado (primado da procura, com flexibilidade de áreas de formação na fase de candidatura em que não se conhecem ainda necessidades específicas dos destinatários-alvo), transferiu para a fase de preparação das acções, a introdução de racionalidade e coerência das escolhas formativas, com a necessária articulação de conteúdos dos módulos face ao Catálogo Nacional das Qualificações.

Em face desta opção, importa conhecer melhor o que está a acontecer em matéria da formação contratada (Confederações, Associações e Empresas - entidades formadoras

acreditadas pela DGERT/MTSS) de modo a construir uma visão compreensiva dos resultados e contributos efectivos para a melhoria do desempenho económico das explorações, uma dimensão de efeitos que se situa, naturalmente, para além do mero preenchimento de requisitos associados às ajudas à 1ª instalação. Os atrasos nos ritmos de processamento de despesa por parte das entidades acentuam, igualmente, esta ausência de informação relevante de realização física que formalmente apenas acompanha a fase de instrução dos Pedidos de Pagamento.

Este 4º Módulo (componente prática em contexto empresarial) teria vantagem em decorrer numa fase posterior incorporando já uma perspectiva de aperfeiçoamento e reciclagem, numa óptica de maximizar a absorção de conhecimento/competências.

O 2º Concurso, aberto em Outubro de 2010 e fechado no final de Janeiro de 2011, teve em vista responder à segunda vertente da Formação Especializada, a Formação para Activos dos sectores da Produção, Transformação ou Comercialização e Silvicultura, formação destinada a proporcionar competências específicas para o desenvolvimento de actividades nas explorações e empresas agro-florestais e nas Organizações de Produtores. A dotação financeira colocada a Concurso ascendeu a 10 Milhões de Euros, com uma repartição concentrada a Norte (45%) e com afectação equilibrada às Regiões Centro e Lisboa/Vale do Tejo (20% para cada).

Este Concurso deverá contribuir para preencher uma componente prevista na concepção da Acção que se destina a cobrir áreas de necessidades de competências oportunamente identificadas pela DGADR e pela AFN e para as quais os Eixos da Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida e da Gestão e Aperfeiçoamento Profissional do POPH não ofereciam respostas ajustadas.

Uma parte importante das entidades beneficiárias da Acção 4.2.1. tem desenvolvido formações no âmbito do Eixo 2 do POPH, com destaque para as grandes Confederações de Agricultores que gerem Candidaturas Integradas de Formação de base regional, com montantes elevados e que suportam financeiramente a actividade formativa de uma rede territorializada de unidades/locais de formação. No âmbito destas candidaturas tem sido dinamizada formação, sobretudo, enquadrada pelo Catálogo Nacional das Qualificações (CNQ), com características modulares certificadas, destinada à formação de activos das explorações e empresas agro-rurais. Já no que se refere à Gestão e Aperfeiçoamento Profissional (Eixo 3 do POPH), não se revelou viável encontrar respostas ajustadas às necessidades de formação interna dos técnicos das Organizações, funcionários de cooperativas, etc., p.e., em matéria de inovação tecnológica dos desempenhos de consultoria técnica e de gestão aos associados.

O 2º Concurso vem permitir preencher parte das necessidades existentes em matéria de formação de técnicos. As acções elegíveis destinadas a activos com nível de formação mínima de nível IV, são objecto de seriação detalhada no Anexo ao Aviso de Concurso e compreendem: a Agricultura Biológica; as várias acções em Produção Integrada (Vinha, Prunóideas, Pomóideas, Oliveira, Citrinos, Figueiras, Nogueiras, Amendoeiras, Azeiteiras, Castanheiros, Milho/Sorgo, Arroz, Cereais de Outono, Hortícolas e Oleaginosas); formações monográficas; Produção Integrada Animal; Gestão de Empresa Agrícola, etc.

Em matéria de construção de referenciais de formação a adoptar pelas Entidades formadoras, deve salientar-se o trabalho realizado pela DGADR (e também pela AFN) em articulação com a ANQ. Trata-se de um trabalho (a montante do financiamento da organização das acções) essencial para enquadrar/regular formação de activos centrado, nomeadamente, na estruturação de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) a combinar, p.e., no âmbito da formação para os perfis de Operador Agrícola e Operador Florestal.

Esta componente de formação de activos deverá contribuir para proporcionar competências a unidades económicas dos sectores agro-pecuário e florestal, mesmo os que não realizam investimentos de modernização e aumento de capacidade mas que têm necessidades de formação dos seus técnicos, à semelhança também dos quadros e dirigentes das Associações e Organizações de Agricultura.

### 8.2.2 ACÇÃO 4.2.2 REDES TEMÁTICAS DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Para esta Acção, o ano de 2010 é o ano de aprovação e implementação dos projectos candidatados no âmbito do Concurso de 2009 que originou a contratação de 126 Pedidos de Apoio (taxa de contratação de 91% dos Pedidos e de 82,5% do volume de investimento), no montante de investimento total de 16,1 Milhões de Euros.

O Relatório de Execução de 2010 do ProDeR apresenta informação estabilizada sobre a contratação, nomeadamente segundo a tipologia do promotor (Quadro 75, com destaque para as Associações e Organismos de Investigação.

Esta Acção apresenta uma das taxas de contratação mais elevadas do Programa, cerca de dois terços do Fundo programado para 2007-2013; no entanto, os níveis de execução são residuais, atingindo apenas 1% do montante contratado.

Em matéria de realização física, o Relatório de Execução refere o apoio a vinte Redes Temáticas (uma "performance" que ultrapassa a meta programada), as quais abrangem um volume elevado de públicos-alvo através de plataformas instaladas na Web que contribuem para uma cobertura territorial alargada e com influência na disponibilização

de “conteúdos técnicos ao nível das fileiras estratégicas e não estratégicas e sobre as temáticas do associativismo”.

Quadro 75 - Acção 4.2.2. PA contratados (por tipologia de promotor)

Tipologia do promotor	PA		Investimento contratado	
	Nº	%	103€	%
Associação	39	31,0	6.380	39,5
Centro Operativo	4	3,2	240	1,5
Centro Tecnológico	4	3,2	829	5,1
Confederação	3	2,4	2.386	14,8
Cooperativa	7	5,6	285	1,8
Direcção Regional de Agricultura e Pescas	12	9,5	754	4,7
Entidade constituinte de Polo de Competitividade	3	2,4	393	2,4
Organismo de Investigação	27	21,4	3.361	20,8
Organização social	6	4,8	508	3,1
Outra Pessoa Colectiva de Direito Publico ou Privado	21	16,7	1.002	6,2
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>100,0</b>	<b>16.138</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Relatório de Execução do ProDeR, 2010.

A distribuição das Redes temáticas por sector e por tipo de produto tem o padrão seguinte:

- ◆ *sector agrícola*, predomínio das redes no segmento das frutas, flores e hortícolas (35% das Redes temáticas e 30,2% do investimento), seguido do Olival abordado por uma rede que mobiliza 10,4% do investimento total contratado;
- ◆ *sector agro-alimentar*, com peso expressivo do olival/azeite (uma rede com 12,2% do investimento total); e
- ◆ *sector florestal*, com 3 Redes, abrangendo o pinheiro e os produtos de qualidade e beneficiando de uma ajuda superior a 2,65 Milhões de Euros (16,4%, do investimento total).

Em matéria de desenvolvimento da actividade das Redes temáticas apoiadas e de concretização de objectivos e resultados, o Inquérito às Entidades parceiras realizado no âmbito desta Avaliação Contínua, permite sistematizar os seguintes principais elementos de balanço:

- ◆ *Dificuldades no lançamento dos projectos* – saliência para a “conjuntura económica desfavorável” e os “problemas orçamentais” e, ainda, para a existência de “bloqueamentos institucionais administrativos”, sobretudo referenciados pelas Instituições de Ensino superior e Organismos públicos.
- ◆ *Condicionantes de desenvolvimento da execução dos projectos* – saliência para as referências a “atraso no reembolso de despesas”, “insuficiências orçamentais” e a conjuntura económica desfavorável” e com menores médias para a ausência de flexibilidade para aceitar a introdução de alterações na fase de execução dos projectos.
- ◆ *Balço das Actividades previstas* – saliência para o trabalho de cooperação técnica entre parceiros, com realização regular de encontros de trabalho, para o cumprimento do cronograma de actividades definido e para a perspectiva de concretização dos resultados identificados em sede de candidatura.
- ◆ *Contributos para alcançar objectivos específicos da Acção 4.2.2.* (Quadro 76).
- ◆ *Contributos dos projectos para alcançar resultados e efeitos* – de acordo com a análise do Quadro 77 salienta-se os contributos referentes ao acesso dos produtores a informação técnica e à transferência de melhores práticas, com referências à inovação e à introdução de novas tecnologias; onde os resultados se apresentam menos promissores é nos domínios da introdução de novas actividades nas explorações, na criação de oportunidades de emprego e na melhoria das condições de segurança no trabalho.

Os resultados da inquirição das Entidades parceiras das Redes temáticas assinalam algumas complementaridades com outros projectos financiados pelo ProDeR (um em cada cinco projectos aponta a existência de complementaridades).

Quadro 76 - Contributos dos projectos para alcançar objectivos específicos da Acção 4.2.2

	<b>Média</b>
Criação de redes de tratamento e difusão da informação técnica e científica no âmbito das actividades dos sectores agrícola, florestal e agro-alimentar	3,57
Difusão e transferência de informação técnico e científica relevante junto do sector agrícola, florestal e agro-alimentar	3,56
Melhoria do tratamento e organização de informação técnico e científica relevante	3,43
Promoção da articulação e da adequação entre a produção de conhecimento e os seus potenciais utilizadores	3,37
Promoção da cooperação e da organização sectorial	3,27

Fonte: Inquérito às entidades parceiras de projectos aprovados no âmbito da Acção 4.2.2., IESE, Maio de 2011.

Quadro 77 - Contributos dos projectos para alcançar resultados e efeitos no âmbito dos objectivos da Acção 4.2.2

Médias superiores		Médias inferiores	
Acesso dos produtores à informação técnica relevante	3,50	Promoção da eficiência na transformação e comercialização dos produtos agrícolas e florestais	2,72
Promoção da cooperação e incentivar a transferência de melhores práticas	3,23	Maior sensibilização dos agricultores para as normas ambientais, qualidade e segurança dos alimentos e de saúde e bem-estar dos animais	2,62
Promoção da inovação e da introdução de novas tecnologias	3,10	Introdução de novas actividades nas explorações agrícolas	2,50
Melhoria das aptidões/capacidades profissionais dos produtores	3,07	Melhoria das condições de segurança no trabalho	2,21
Melhoria da competitividade do sector agrícola, alimentar e florestal	3,04	Criação de oportunidades de emprego	2,16

Fonte: Inquérito às entidades parceiras de projectos aprovados no âmbito da Acção 4.2.2., IESE, Maio de 2011.

### 8.3 MEDIDA 4.3 SERVIÇOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

A Avaliação desta Medida em 2010 recorre fundamentalmente a elementos de informação documental, com destaque para o Relatório de Execução do Programa referente a 2010 e a entrevistas (ST/AG e Confederações beneficiárias das Acções).

Ao nível da gestão da Medida em 2010, as principais incidências referem-se à análise das candidaturas apresentadas ao 1º Concurso da Sub-acção 4.3.1.1 (Desenvolvimento de Serviços de Aconselhamento) e à abertura do 2º Concurso da Acção 4.3.2 Serviços de Apoio às Empresas (aberto de Dezembro de 2010 até ao início de Março de 2011).

#### 8.3.1 ACÇÃO 4.3.1 SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO AGRÍCOLA

De acordo com o Caderno de Encargos, as entidades prestadoras de Serviços de Aconselhamento Agrícola, são obrigadas a abranger todas as áreas temáticas previstas na Portaria n.º 353/2008 (cinco áreas temáticas que agrupam 20 temas); esta abrangência pode ser alcançada através de parcerias entre entidades.

No âmbito do 1º Concurso foram contratadas 95 das 97 candidaturas validadas, o que corresponde a uma taxa de contratação de quase 100%, envolvendo um montante de investimento total superior a 15,6 Milhões de Euros. A tipologia de promotores apoiados repercute significativamente o “core” de Entidades beneficiárias para desenvolver a

oferta de Serviços de Aconselhamento Agrícola no enquadramento das normas e directivas comunitárias:

- ♦ Associações de Agricultores, sobretudo, de âmbito nacional, mas também sectorial (com 68,6% dos Pedidos de Apoio e 70,2% do volume total de investimento contratado); e
- ♦ Cooperativas, com pertença sectorial e proximidade aos agricultores (com 29,5% dos Pedidos de Apoio e 27,7% do volume de investimento contratado).

O patamar de contratação alcançado no 1º Concurso absorveu 65% do Fundo programado, numa “performance” que contrasta com o nível residual da taxa de execução que se cifra em 3% face ao programado, resultante de um montante de despesa executada e paga de cerca de 419 mil euros (3 Pedidos de Pagamento).

A Orientação Técnica Específica nº50/2010 veio estabelecer regras referentes à Degressividade dos apoios, com um modelo de repartição anual que concentra montantes mais elevados no 1º ano de duração das operações. Assim, na Subacção 4.3.11 (projectos a 3 anos), no 1º ano os beneficiários recebem 30%, sendo o adiantamento regularizado no 1º Pedido de Pagamento do reembolso das despesas.

A informação processada no âmbito do Inquérito realizado na fase de Avaliação Intercalar apontava para contributos mais elevados da Subacção os referentes ao domínio da sensibilização dos agricultores para as normas ambientais, qualidade e segurança dos alimentos e de saúde e bem-estar dos animais, acesso dos produtores à informação técnica relevante, introdução de práticas ambientalmente mais sustentáveis, aumento da utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas e florestais, melhoria das condições de segurança no trabalho e melhoria da gestão sustentável do espaço rural.

O processamento de dados de realização física aponta para o apoio a 95 serviços de aconselhamento, “performance” que quase duplica a meta programada para a dotação global da Acção; este desempenho sugere a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as operações apoiadas e a criação efectiva dos serviços propostos nos Dossiers de Candidatura, até para avaliar a eventual sub-estimação deste indicador de acompanhamento. De igual modo se deve proceder quanto ao volume de explorações abrangidas pelos serviços de aconselhamento apoiados.

De acordo com os dados empíricos recolhidos nas entrevistas realizadas, os reduzidos níveis de execução estão relacionados com:

- ♦ o contexto económico desfavorável, com implicações sobre a concretização dos investimentos equipamentais e outros para organizar a operação do aconselhamento;
- ♦ a complexidade da organização dos serviços nas entidades reconhecidas, abrangendo, nomeadamente, a concepção de instrumentos de trabalho/elaboração de manuais técnicos, com explicitação detalhada de indicadores a cumprir e a formação dos técnicos capacitando-os para prestar o serviço;
- ♦ o desfazamento que existiu na implementação da Acção 4.3.2 que enquadra a aquisição dos serviços pelos beneficiários finais; e
- ♦ as condicionantes de adesão dos agricultores e produtores, em função dos encargos envolvidos e das modalidades de pagamento das ajudas.

Este último aspecto pode revelar-se o mais determinante para avaliar as dinâmicas de execução das Acções da Medida, dado que a compra do serviço de aconselhamento técnico, nas diversas vertentes, não revestindo um carácter de obrigatoriedade, fica condicionado a uma adesão voluntária que é mediada pelo custo do serviço. Os técnicos das entidades reconhecidas têm procurado superar as dificuldades de adesão através do trabalho dos técnicos das antenas locais em contacto directo com os agricultores mas deparam-se com resistências frequentemente relacionadas com os referidos custos do serviço, sobretudo em explorações com diversas parcelas em que se torna necessário replicar o serviço ou em que na mesma parcela se combinem actividades agrícolas e actividades pecuárias, implicando um leque muito elevado de indicadores a preencher circunstância que faz elevar os encargos para o beneficiário directo para níveis nem sempre confortáveis.

Acresce que a modalidade de pagamento adoptada (reembolso dos encargos/ despesa realizada com a aquisição do serviço) implica num esforço financeiro do beneficiário para aceder ao serviço ao longo do período de execução dos Planos de Acção.

A trajectória de execução dos planos não é linear e frequentemente confronta-se com a necessidade de obter esclarecimentos morosos junto de diversas entidades (p.e., ICNB para parcelas integradas na Rede Natura).

Relativamente à Sub-acção 4.3.1.2 (Aquisição de Serviços de Aconselhamento), orientada para o incentivo à utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas, a Portaria nº 1170/2010, de 10 de Novembro, veio alterar o modo de operacionalização estabelecido inicialmente, passando a ter acesso aberto em contínuo, um procedimento que foi desencadeado já em 2011.

### 8.3.2 Acção 4.3.2 SERVIÇOS DE APOIO ÀS EMPRESAS

Nesta Acção mereceram parecer favorável e foram contratadas 85 candidaturas, cerca de 72% das candidaturas entradas, envolvendo um investimento total de 22,8 Milhões de Euros (contratação de um quarto do Fundo programado), correspondendo a um investimento médio por Pedido de Apoio de aproximadamente 270 mil euros. Os Pedidos de Apoio objecto de contratação localizam-se maioritariamente a Norte (33% dos Pedidos e do investimento) com as regiões do Centro e Lisboa/Vale do Tejo a reunirem 25,4% e 27,3% do investimento, respectivamente.

No âmbito do Inquérito a Entidades Beneficiárias da Acção 4.3.2., realizado no último trimestre de 2010, o tipo de serviços abrangidos pelos projectos aprovados visavam sobretudo, a melhoria dos serviços de aconselhamento técnico, (para os sectores agrícola e florestal), enquanto os serviços de gestão e substituição estavam presentes num número reduzido de entidades inquiridas (respectivamente em 25% e em 12% das entidades). Os apoios destinavam-se essencialmente à criação de novos serviços, sobretudo nos domínios da Gestão e da Substituição.

Na tipologia de promotores predominam as Associações (62,3% dos Pedidos de Apoio e 56,4% do investimento total), seguindo-se as Cooperativas e as empresas privadas, com 26,2% e 17% do investimento total contratado, respectivamente.

Também nesta Acção o montante total de pagamentos efectuados (apenas um Pedido de Pagamento) se apresenta residual (0,3% face ao contratado). Entretanto, em Dezembro de 2010 foi aberto um 2º Concurso com uma dotação de 15 Milhões de Euros que se manteve aberto até 1 de Março de 2011.

Os indicadores de acompanhamento registam a intenção de criar 85 Serviços de Aconselhamento Técnico, 26 Serviços de Gestão e 2 Serviços de substituição. A forte presença de titulares de Pedidos de Apoio objecto de contratação que têm como área de actuação o território nacional<sup>16</sup> tende a assegurar uma abertura territorial satisfatória das explorações agrícolas e florestais.

---

<sup>16</sup> Nos termos da Portaria nº 383/2008, as entidades de abrangência nacional comprometem-se a dar resposta a qualquer solicitação relativa ao Serviço de Aconselhamento Agrícola, independentemente da sua localização geográfica.

## 9 ESTIMATIVA DO IMPACTO DO PROGRAMA

### 9.1 IMPACTO ECONÓMICO

A metodologia proposta para a estimativa do indicador de impacto económico constante do relatório preliminar de Avaliação de 2010 é a apresentada na Secção 3.3.1. Face ao proposto no relatório preliminar da Avaliação vários constrangimentos impossibilitam que a estimativa numérica aqui apresentada reflecta a abordagem metodológica proposta na sua integridade. O recurso à soma descontada de VAB no horizonte de projecto, e o seu cruzamento com o sector, não foi possível de efectuar em tempo útil para integrar esta avaliação (apesar dos esforços encetados pela AG no sentido de contornar rapidamente as dificuldades encontradas no tratamento da informação disponibilizada e que se prendiam com a atribuição do sector principal ao investimento). , Por esta razão não foi possível proceder, em tempo útil de integrar este relatório, à estimativa da vida útil do investimento - recorrendo à tabela de amortizações constante do Dec. Regulamentar nº25/2009, de 14 de Setembro, Série I-nº177 - e, por conseguinte, não foi possível fazer a soma descontada dos acréscimos de VAB. Esta situação encontra-se já ultrapassada (sendo que a adequada informação já foi disponibilizada à Equipa de Avaliação) e, futuramente, as estimativas levarão este aspecto da vida útil do investimento em conta. Assim, a análise apresentada de seguida, refere-se à variação anual previsional de VAB do projecto. Em relação à utilização dos dados do RGA 2009 para definição do contrafactual a sua tardia disponibilização pelo INE impossibilita a sua utilização nesta Avaliação tal como proposto. No que diz respeito aos efeitos indirectos a informação relativa às contas de actividade fornecida à Equipa de Avaliação está a ser trabalhada de modo a permitir o desenvolvimento da análise input-output proposta. Esta será apresentada em futuros momentos de avaliação.

Face ao acima exposto actualiza-se, com efeito a 31.12.2011, a estimativa apresentada em sede de avaliação intercalar para o indicador Crescimento Económico com base nas Acções 1.1.1. e 1.1.3 (Quadro 78). A variação directa no VAB refere-se a variações de VAB a custo de factores, isto é, considerando todos os subsídios à produção agrícola e deduzindo todos os impostos sobre a produção agrícola. Todas as considerações apresentadas em sede de Avaliação Intercalar, relativas ao potencial erro associado a esta estimativa, mantêm-se válidas.

Verifica-se assim, Quadro 78, que o acréscimo total de VAB em função das intervenções consideradas é de 988.069.250,91 € (a estimativa à data de 30.06.2010 era de

711.573.268 €). Importa salientar que estas estimativas assentam em dados previsionais (constantes dos PA).

Quadro 78 – Variação de VAB originada pelas Acções 1.1.1 e 1.1.3

Acção Proder	Investimento Proposto (€)	Investimento Proposto (PPC)*	Apoio (€)	Apoio (PPC)*	Varição VABcf (€)	Varição VABcf (PPC)*
1.1.1c1	934.122.255	1.120.245.458	318.245.796	378.018.003	421.599.426	500.783.277
1.1.1c2	912.730.293	1.084.157.235	270.531.811	321.342.485	470.457.039	558.817.218
1.1.3	222.140.387	263.862.293	85.120.000	101.107.046	96.012.786	114.045.690
<b>Total</b>	<b>2.077.982.926</b>	<b>2.468.264.986</b>	<b>673.897.608</b>	<b>800.467.534</b>	<b>988.069.251</b>	<b>1.173.646.186</b>

\* PPC – Paridade de Poder de Compra; Factor de conversão 0,841880; ano de referência: 2010; Fonte: Eurostat

Relativamente ao efeito de alavancagem do programa, o investimento privado gerado por via da existência do apoio público, este é elevado, comparando com períodos de programação anteriores (a avaliação Ex-ante estimou o retorno do investimento do Subprograma 1 em 0,5 €/ano por cada euro público investido com base na estimativa constante do PEN relativa ao impacto marginal do investimento no produto - 0,277). De acordo com o Quadro 78 por cada euro de despesa pública o retorno em termos de acréscimo de VAB é de 0,68 €. Este resultado deve ser lido à luz do exposto acima (dados previsionais).

## 9.2 MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA

A contribuição potencial para a qualidade da água das Acções do ProDeR, como descrita na Secção 3.3.2, encontra-se no quadro Quadro 79.

Houve um aumento de projectos apoiados relacionados com a intensificação agrícola (pelas Acções 1.6.1 e 1.6.2) que consequentemente implicam um aumento no uso de adubos químicos. Este aumento contribui para degradar a qualidade da água. No entanto, este aumento de projectos apoiaos que visam o aumento do uso de adubos apenas 0,8% das áreas apoiadas ocorreram em zonas de sensibilidade muito importante ao tipo de poluição difusa, e houve um decréscimo relativo em 2,5% das áreas apoiadas em zonas com uma sensibilidade importante. Estes factores são positivos em termos de manutenção da qualidade da água. Houve um aumento bastante significativo no que respeita ao apoio a forma de agricultura que impõem algumas restrições à utilização de adubos nomeadamente, a Acção 2.2.1. É de salientar que ocorreu um aumento da área

apoiada pela Acção 2.2.1 no sul de Portugal (Alentejo e Algarve) de 56% em 2009 para 65.1% em 2010. Sendo o sul uma área com maior escassez de água (WWF MedPO, 2010, OCDE, 2008 e IEEP, 2000), é importante o apoio a medidas de protecção da qualidade da água nesta região.

Quadro 79 – Contribuição dos Projectos contratados para a melhoria da qualidade da água

Contributo	Tipo de contributo	Acções incluídas na estimativa	Área (ha)	
			Junho 2010	Dezembro 2010
Intensificação agrícola	-	1.6.1 e 1.6.2	31.562	36.753
MI	---	1.6.2	23.466	27.647
I	--	1.6.1 (C. Beira)	5.662	5.662
MPB e MPRODI <sup>a</sup>	+	2.2.1	194.333	393.089
MI	+++	2.2.1 (sul)	108.799	256.058
I	++	2.2.1 (LVT)	18.646	34.292
Animais	-	1.6.1 (com gado)	6.770	6.776 <sup>b</sup>
Pastagens <sup>c</sup>	+	1.6.1, 1.6.2 e 2.2.1	86.993 <sup>d</sup>	194043 <sup>d</sup>
Fitofarmacêuticos <sup>a</sup>	+	2.2.1	194.333	393.089
Galerias ripícolas <sup>a</sup>	+	1.6.2 e 2.2.1	220.655	432.197

Fonte: MADRP (2011), SiProDeR, consultado a Maio de 2011 e Domingos et al., (2011).

Simbolos: + refere-se a contribuição para a melhoria da qualidade da água; - refere-se a não contribuição para a melhoria da qualidade da água; MI – área numa região com pressão poluente muito importante sobre os recursos hídricos superficiais; I – área numa região com pressão poluente importante sobre os recursos hídricos superficiais

Notas: <sup>a</sup> parte dos valores referem-se a Dezembro de 2009 (e não a Junho de 2010) e a Dezembro de 2010; <sup>b</sup> área total dos projectos que envolvem a produção de gado; <sup>c</sup> inclui pastagens sob a Acção 2.2.1 uma vez que representa uma fixação adicional de azoto; <sup>d</sup> este valor resulta da soma da área de pastagens sob a Acção 2.2.1, à qual foram subtraídos o decréscimo (ou aumento) que os projectos sob as Acções 1.6.1 e 1.6.2 incluem.

É de referir que as áreas de pastagem apoiadas (na Acção 2.2.1) são elevadas, e segundo alguns autores (ex.: OCDE, 2008), estas fixam azoto, reduzindo as quantidades de excedente de azoto, contribuindo para a melhoria da qualidade da água. Durante o ano de 2010, o apoio a Acções com potencial produção pecuária (projectos propostos sob a Acção 1.6.1, SiProDeR, consultado a Maio de 2011) manteve-se constante.

Foram apoiados projectos que visam a futura utilização de fitofarmacêuticos, nomeadamente, projectos que visam culturas de regadio e a vinha (nas Acções 1.6.1 e 1.6.2). No entanto, tanto o MPRODI como o MPB ajudam a reduzir a pressão potencial

dos produtos fitofarmacêuticos sobre o ambiente. Houve um aumento nestes dois modos de produção de 2009 para 2010 (Quadro 79). Neste sentido se pode dizer que o apoio à redução da utilização de fitofarmacêuticos aumentou durante o ano de 2010. Este aumento foi maior a sul de Portugal, que é uma área mais sensível, e portanto, uma contribuição mais significativa para a melhoria da qualidade de água.

No que respeita à protecção de galerias ripícolas, durante o ano de 2010 houve um aumento de apoios a projectos que de alguma forma visam a protecção destas, quer por imposição de estudos de impacte ambiental (no caso da Acção 1.6.2), que por imposição das próprias medidas do ProDeR (para o caso da Acção 2.2.1).

### 9.3 REVERSÃO DO DECLÍNIO DA BIODIVERSIDADE

O impacto resultante do Programa, no que concerne ao objectivo de inverter o declínio da biodiversidade, deve-se essencialmente às intervenções constantes do Eixo 2 do Programa.

No Relatório de Avaliação Intercalar de 2009 foram apresentados valores do IACZA entre 2004 e 2008. Dados actualizados que incluem informação relativa a 2009 permitiram observar que os anos de 2007 e de 2009 foram os que apresentaram os maiores aumentos no IACZA, cerca de 11%. Não obstante, o IACZA apresenta desde 2004 uma tendência de aumento moderado, equivalente a 13%, que no entanto, para já, não tem significado estatístico. Este facto indica que, de uma maneira geral, as espécies de aves comuns dependentes de sistemas agrícolas apresentam populações estáveis ou em crescimento pouco acentuado. O IACZF apresenta desde 2005 uma tendência de redução moderada, que por enquanto também não tem significado estatístico. Este facto indica que, de uma maneira geral, as espécies de aves comuns dependentes da floresta apresentam populações estáveis ou em decréscimo pouco acentuado. Serão necessários mais anos de seguimento para confirmar estas tendências e estudar os factores que estarão na sua génese.

No que diz respeito aos resultados da metodologia proposta na secção 3.3.3, eles serão apresentados numa próxima avaliação.

### 9.4 MANUTENÇÃO DO ELEVADO VALOR NATURAL DAS TERRAS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS

No Relatório de Avaliação Intercalar 2009 foi apresentada uma avaliação qualitativa do Indicador no que diz respeito aos sistemas agrícolas. Concluiu-se que os Sistemas

Agrícolas de Alto Valor Natural identificados para Portugal estavam todos abrangidos pelas Medidas de Apoio do ProDeR.

A Medida 2.1 Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas apoiou, até 2010, 957 176 ha, dos quais 588 763 ha em montanha o que representa, respectivamente, 27% e 17% da SAU do continente. Assumindo a eficácia e a eficiência dos apoios no âmbito desta Medida, pode então pressupor-se que a Medida 2.1 permitiu a manutenção da actividade agrícola que serve de base a vários SAAVN em 61% da área em que estes estão representados, de acordo com a última informação recebida (área em 2009). Na ausência destes apoios seria de esperar um acentuar da tendência de decréscimo da Superfície Agrícola Útil que se tem vindo a verificar. Ao contrário do que tinha sido programado, no presente relatório não foi possível ter acesso a informação que permitisse avaliar se os apoios da Medida 2.1 estarão relacionados com o aumento da área dos Sistemas Policulturais tradicionais e dos Pomares de frutos secos de sequeiro ou com a redução de área dos Sistemas de Arvenses Extensivos e do Olival de Sequeiro, que se verificou de 2007 para 2009.

No caso da Medida 2.2, destacou-se a Acção 2.2.1, mais particularmente o Modo de Produção Biológico. Em Trás-os-Montes tem assumido maior importância no olival que se depreende ser, sobretudo, de sequeiro. Nas culturas arvenses, o MPB destaca-se no Ribatejo e Oeste e na Beira Interior. Em quase todas as regiões com excepção da Beira Litoral e de Trás-os-Montes, dominam as pastagens e forragens em MPB. Procurou-se ter acesso a informação que permitisse fazer o cruzamento entre regiões e tipos de cultura mas a informação enviada pelo IFAP apresentava algumas inconsistências, pelo que não foi possível analisá-la. Uma significativa proporção dos apoios tem sido aplicada nas pastagens e culturas permanentes e nas culturas forrageiras. Desta forma, é maior a probabilidade de que estes apoios tenham favorecido os SAAVN de Pastoreio extensivo semi-natural e de Arvenses extensivas. No que diz respeito à Medida 2.4 Intervenções Territoriais Integradas, o seu objectivo foi claramente identificado como sendo promover uma gestão dos sistemas agrícolas e florestais adequada à conservação de valores de biodiversidade e de manutenção da paisagem em áreas designadas da Rede Natura e na Zona Demarcada do Douro. Desta forma, os seus apoios beneficiam claramente os SAAVN.

Conclui-se, portanto, que o programa tem estado a ter um efeito positivo, senão no aumento pelo menos na manutenção de todos os SAAVN, com excepção dos Sistemas extensivos de culturas permanentes.

Em relação às Áreas Florestais de Alto Valor Natural, será recolhida a informação necessária para uma avaliação do Indicador de Acompanhamento na próxima avaliação.

## 9.5 CONTRIBUIÇÃO NO COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Existem seis factores cuja contribuição para as alterações climáticas que interessa considerar nesta avaliação: a utilização de adubos químicos azotados, a produção animal, as pastagens como fixadoras de azoto, o sequestro de carbono em pastagens permanentes biodiversas, operações de mobilização do solo, as pastagens em geral e a produção de arroz. A contribuição para o combate às alterações climáticas das Acções do ProDeR encontra-se sintetizada no Quadro 80.

Quadro 80 - Contribuição dos Projectos contratados para o combate às alterações climáticas

Contributo	Área (ha)		Tipo de contributo	Acções incluídas na estimativa
	Junho 2010	Dezembro 2010		
Animais	6.770	6.776 <sup>a</sup>	-	1.6.1 e 1.6.2
Aubos químicos azotados:				
Uso	26.322	42.889	-	1.6.1, 1.6.2, 2.2.4
Redução <sup>b</sup>	194.333	393.089	+	2.2.1
Arroz <sup>b</sup>	6.543	15.389	-	1.6.1, 2.2.1, 2.2.4
Pastagens <sup>c</sup>	86.993 <sup>d</sup>	194.043 <sup>d</sup>	+	1.6.1, 1.6.2 e 2.2.1
Pastagens Perm. Biod. <sup>b</sup>	24.930	55.339	+	1.1.1, 2.2.1
Mobilização do solo:				
Redução (Sementeira Directa)	0 <sup>e</sup>	11.646	+	2.2.4
Aumento	31.562	36.753	-	1.6.1 e 1.6.2

Fonte: MADRP (2011), SiProDeR, consultado a Maio de 2011 e Domingos et al., (2011).

Simbolos: + refere-se a contribuição para o combate às alterações climáticas; - refere-se a não contribuição para o combate às alterações climáticas.

Notas: <sup>a</sup> área total dos projectos que envolvem a produção de gado; <sup>b</sup> parte dos valores referem-se a Dezembro de 2009 (e não a Junho de 2010) e a Dezembro de 2010; <sup>c</sup> inclui pastagens sob a Acção 2.2.1 uma vez que representa uma fixação adicional de azoto, evitando a emissão deste sob a forma de óxido nitroso; <sup>d</sup> este valor resulta da soma da área de pastagens sob a Acção 2.2.1, à qual foram subtraídos o decréscimo (ou aumento) que os projectos sob as Acções 1.6.1 e 1.6.2 incluem; <sup>e</sup> a Dezembro de 2009.

Durante o ano de 2010, o apoio a Acções com potencial produção pecuária (projeções nos projectos propostos sob a Acção 1.6.1, SiProDeR, consultado a Maio de 2011) manteve-se constante. Desta forma, a potencial contribuição negativa da produção

animal apoiada pelo ProDeR para o combate às alterações climáticas manteve-se, sendo de 896,5 ton CO<sub>2-e</sub>.

Em termos de adubos químicos, houve um aumento de apoios a projectos que visam o aumento da utilização destes adubos, através das Acções 1.6.1 e 1.6.2 (que se referem ao aumento em culturas intensivas de regadio, sem restrições à utilização de adubos), mas houve também um aumento bastante significativo no que respeita ao apoio a forma de agricultura que impõem algumas restrições à utilização de adubos nomeadamente, a Acção 2.2.1. As emissões de gases de efeito de estufa não foram contabilizadas para a utilização de adubos químicos uma vez que não se possui dados referentes às quantidades e tipos de adubos usados ou que se prevê usar.

Relativamente ao arroz, houve um aumento nos apoios às áreas da cultura durante o ano de 2010. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento de área apoiada sob a Acção 2.2.1. Nesta análise foi descontada a área que é prevista ser reduzida no âmbito de um dos projectos apoiados sob a Acção 1.6.1. Mesmo assim, o aumento da contribuição para as alterações climáticas das áreas apoiadas pelo ProDeR aumentou para mais do dobro, de 5,2 ton CO<sub>2-e</sub> em Junho de 2010 para 12,3 ton CO<sub>2-e</sub>. Desta forma, o contributo em termos de arroz para o combate às alterações climáticas é negativo.

O sequestro de carbono no solo proporcionado pelas Pastagens Permanentes Semeadas Biodiversas Ricas em Leguminosas (PPSBRL) instaladas com os apoios das Acções 1.1.1 e 2.2.1 representa um contributo positivo para as alterações climáticas, assim como o sequestro proporcionado pela sementeira directa apoiada pela Acção 2.2.4. Na Figura 13, traduziu-se a área declarada nos projectos enviada pelo IFAP em ton CO<sub>2-e</sub>, destacando-se o contributo das áreas apoiadas pela Acção 2.2.1.

A informação de que se dispõe no momento cedida pelo IFAP permite a projecção do potencial de sequestro de carbono proporcionado pelas referidas Acções, com base em estimativas da área total de PPSBRL apoiada pelos pagamentos agro-ambientais entre 2008 e 2010 e da área instalada de 2007 a 2010 sob apoio da Acção 1.1.1. No primeiro caso não é claro qual é o ano de instalação, pelo que é apenas possível aplicar um factor de sequestro médio, conforme descrito anteriormente, chegando-se a um valor de sequestro de carbono total de 0,4 MtCO<sub>2-e</sub> até 2010 e a uma projecção de cerca de 3,4 MtCO<sub>2-e</sub> até ao final do Programa. No segundo caso, pode aplicar-se os factores de sequestro específicos da idade, de acordo com o apresentado em Teixeira *et al.* (2011), chegando-se a um valor de 0,08 MtCO<sub>2-e</sub> até 2010, e de 0,2 MtCO<sub>2-e</sub> até 2013.

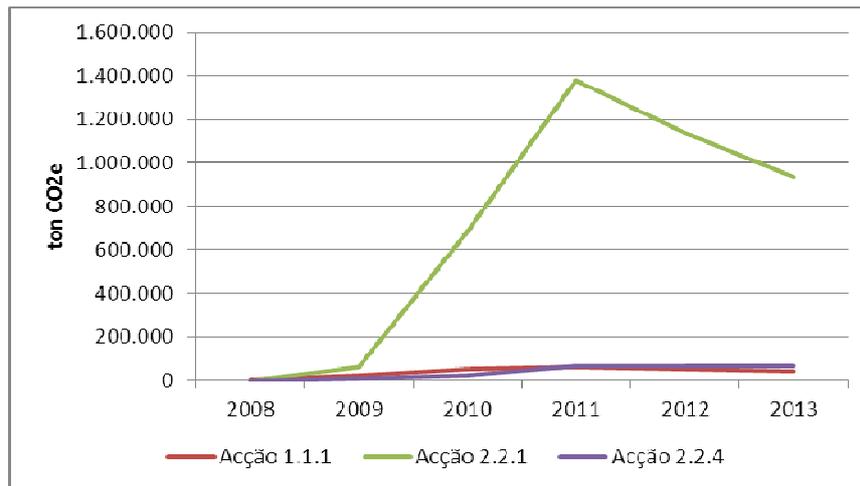


Figura 13 - Evolução observada e projectada ao longo do período do Programa, do sequestro de carbono no solo proporcionado pelas Acções 1.1.1, 2.2.1 e 2.2.4.

Em relação ao sequestro em áreas de sementeira directa apoiadas pela Acção 2.2.4, com base nas áreas sob compromisso estimou-se um sequestro de 0,03 MtCO<sub>2-e</sub> até 2010 e uma projecção de sequestro até 2013 de 0,2 MtCO<sub>2-e</sub>.

Somando-se os contributos das pastagens biodiversas e da sementeira directa, obtém-se um total de 0,5 MtCO<sub>2-e</sub> até 2010 proporcionado pelos apoios do ProDeR, com uma projecção para 2013 de 4 MtCO<sub>2-e</sub>. Este é um valor por excesso, dado que existe sobreposição de áreas de pastagens biodiversas apoiadas pela Acção 1.1.1 e pela Acção 2.2.2. Uma estimativa rigorosa do sequestro obrigaria a que fosse deduzida a área em sobreposição. Para além disso, haveria que determinar, com segurança, o ano de instalação das pastagens apoiadas pela Acção 2.2.4. Desta forma, procurar-se-á informação mais rigorosa para estimativas de sequestro de carbono a incluir nas próximas avaliações.

Em oposição ao efeito benéfico do sequestro de carbono, houve um aumento em 5 191 ha de novas áreas de agricultura intensiva através das Acções 1.6.1 e 1.6.2 (14% da área total apoiada por estas Acções face a Junho de 2010). Embora este valor seja menor que o acréscimo em área apoiada pela Acção 2.2.4, no total, as Acções 1.6.1 e 1.6.2 contribuíram para um aumento de mobilizações ao solo numa área de 36.753 ha, em muito superior à área onde as mobilizações ao solo foram reduzidas (28 905 ha, pela Acção 2.2.4).

## 10 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

---

A avaliação de 2010 tem como referencial a Avaliação Intercalar do ProDeR, sendo contudo mais do que um exercício de actualização deste último momento de Avaliação. Tal como evidenciado ao longo do presente relatório, foram seleccionados aspectos particulares e ou Medidas/Acções que se revelaram pertinentes em sede de Avaliação Intercalar e ou se crêem úteis para preparação de avaliações futuras, em particular para a preparação da Avaliação Ex-Post. Ainda decorrente da proximidade entre o período a que reporta a Avaliação de 2010 e o correspondente à Avaliação Intercalar, e também das alterações regulamentares de que algumas Medidas/Acções foram alvo, importa salientar que a Avaliação de algumas Medidas/Acções é sumária pelo facto de não haver matéria de avaliação relevante. Sem prejuízo desta exposição, todas as Medidas/Acções foram objecto de análise. As principais conclusões aqui apresentadas reflectem assim, necessariamente, essa diferenciação do nível de análise e das opções de enfoque para a Avaliação.

Analisando globalmente a implementação do ProDeR até à data, constata-se que o programa, ainda que com baixa execução global, se encontra em velocidade de cruzeiro. Mantém-se, no entanto, o ónus sobre o desempenho global do Programa devido ao atraso na sua efectiva implementação. Este atraso irá inevitavelmente prejudicar o sucesso global do programa, em conjugação com a actual situação macroeconómica fortemente negativa vivida em Portugal. Importa ainda referir que no actual contexto económico é importante que a dotação pública nacional atribuída ao programa seja efectivamente utilizada na medida em que este investimento público nacional gera em prazos curtos retornos superiores por via fiscal (nomeadamente aumento de IRC, IRS, IVA e contribuições para a Segurança Social). Assim, a adequada execução do Programa constitui um contributo significativo para o cumprimento das obrigações orçamentais do Estado Português. Por outro lado, a colocação do Programa em velocidade de cruzeiro mostra que o Programa é implementável e que, portanto, o atraso na sua implementação não é consequência de uma falha fundamental na sua concepção. Como recomendação global destaca-se, assim, a manutenção do trabalho de gestão conseguido nos últimos dois anos, em particular ao nível da contratação, e reitera-se a necessidade da manutenção de uma gestão orçamental flexível, que permita transferir verbas de medidas com execução baixa para medidas com elevada capacidade de absorção de fundos, garantindo o cumprimento da regra  $n+2$ . Ainda, no âmbito das recomendações mais abrangentes, é ainda recomendável a continuidade do esforço de melhoramento do sistema de informação, em particular a articulação entre o SiProDeR e

SIFAP. No que diz respeito a recomendações direccionadas a Medidas/Acções específicas, estas são apresentadas de seguida acompanhadas de uma visão global do desempenho dos 4 subprogramas que constituem o ProDeR.

## SUBPROGRAMA 1

### *Medida 1.1*

Em relação à Acção 1.1.1, o único concurso aberto no período em análise decorria a 31.12.2010 pelo que a avaliação não resulta em recomendações específicas que alterem as constantes da Avaliação Intercalar. Há ainda a referir, como aspecto importante e, no âmbito da gestão flexível que se recomenda, o reforço orçamental da Acção em 50 milhões de Euros. No tocante à Acção 1.1.2 há a registar que a baixa adesão identificada na avaliação intercalar foi ultrapassada. A Acção 1.1.3 foi alvo das alterações regulamentares constantes da Portaria 184/2011 de 5 de Maio, decorrendo presentemente um concurso, já de acordo com esse normativo, com efeitos a 1 de Junho de 2011. Considera-se, portanto, que uma análise detalhada da eficácia e eficiência da Acção, e elaboração de conclusões e eventuais recomendações, deve ser feita futuramente e considerando o seu novo enquadramento regulamentar.

### *Medida 1.2*

A equipa de Avaliação entende que os objectivos consagrados na Medida 1.2 são relevantes para a afirmação do sector cooperativo. Não obstante foram identificados no trabalho desenvolvido um conjunto de aspectos que dificultam o seu sucesso, sendo que a prevalência de alguns se manterá mesmo num cenário de reformulação e ajustamento da Medida. Este aspecto é ilustrado no *clipping* de imprensa em relação a um caso de fusão de cooperativas que foi travado, após toda a operação ser estudada e reunidas as condições para formalizar o processo de redimensionamento em causa, pelo facto de os associados deliberarem permanecer nas estruturas individuais. Este factor cultural permanecerá certamente em muitas situações, independentemente de qualquer reformulação da arquitectura da Medida. Sem prejuízo do exposto no parágrafo anterior, a análise desenvolvida permitiu concluir que as alterações introduzidas na regulamentação da Medida não foram suficientes para aumentar a adesão, pelo que deve haver lugar a intervenções de modo a conciliar aquilo que se reconhece como vontade política, evidências económicas e necessidades reais dos agentes do sector. Assim, face à actual arquitectura da Medida, importa referir que as situações de dificuldades financeiras que alguns dos agentes atravessam podem, em alguns casos, constituir um entrave a vontades reais de encetar processos de cisão ou fusão

(essencialmente nestes). Assim, a Equipa de Avaliação considera, a este respeito (isto é, quando o constrangimento é financeiro – falta de liquidez dos potenciais intervenientes num processo de cisão ou fusão), que nestas situações a activação de mecanismos financeiros como os previstos na Acção 1.5.1, poderia ser útil, sendo contudo, que o recurso a estes instrumentos tem de ser pensado num quadro que carece de análise aprofundada incluindo os resultados de aplicação de instrumentos desta natureza no Agro (anterior Quadro Comunitário). Por último, recomenda-se ainda que, em termos da regulamentação da Medida, a complementaridade esperada entre a Medida 1.2 e a Acção 1.1.1c2, especialmente com referência à elegibilidade dos investimentos, deve ser, futuramente, mais clarificadora. Sem prejuízo da relevância das recomendações apresentadas importa esclarecer os aspectos de natureza cultural, um dos constrangimentos identificados na avaliação da Medida, se manterão mesmo num cenário de reformulação e ajustamento da Medida.

### *Medida 1.3*

Os níveis de realização física e financeira referentes à Medida 1.3, apesar de muito baixos em quase todas as Acções e Subacções, situam-se dentro de uma trajectória de desempenho expectável face aos constrangimentos assinalados na nota de enquadramento.

A adesão está muito “colada” à conjuntura económica actual caracterizada, no plano produtivo, por uma forte pressão na produção de pasta, cortes de pinheiros bravos, aumento da procura da pinha e encomendas das novas fábricas de *pellets*.

Os contributos potenciais dos projectos em execução, no âmbito da Medida 1.3 para a concretização dos objectivos específicos da Medida vão no sentido do conteúdo dos mesmos mas muito aquém do efeito esperado, nesta fase.

No referente ao objectivo “Modernização e capacitação das empresas florestais”, os indicadores de realização e de resultado da Acção 1.3.3 já atingiram largamente as suas metas. O valor que já foi pago nesta Acção corresponde a 14% do que foi contratado, sendo a taxa de execução menos baixa do que nas outras acções; a taxa de execução é baixa mas se os projectos contratados atingirem 100% de execução, o sector fica dotado de com parque de máquinas actualizado.

A contribuição expectável dos projectos das Medidas florestais já em execução, relativamente às questões ambientais relacionadas com os espaços florestais, não pode ser analisada porque se desconhecem os conteúdos dos projectos, mesmo acedendo ao SiProder, que não está “desenhado” de forma a dar resposta expedita a estas questões.

Estes resultados exigem, *a priori*, a definição e implementação de metodologias de avaliação, com a identificação de indicadores a monitorizar; no entanto, e face à fraca execução, antevê-se um impacto reduzido nestas questões.

Tendo presente que as recomendações efectuadas no âmbito da Avaliação Intercalar concluída no final de 2010 são recentes, as que se mantêm válidas, são sintetizadas nos *itens* seguintes:

- ◆ Possibilitar a apresentação de candidaturas integradas (p.e., com acções da Medida 2.3) com vista a estimular uma abordagem combinada das intervenções numa unidade de gestão, aumentando a eficiência nos processos; na eventualidade de não se revelar viável a adopção desta modalidade, deve ser considerada a análise integrada das candidaturas que tenham como objecto de intervenção a mesma área florestal.
- ◆ Aumentar os montantes máximos atribuídos aos custos de elaboração das candidaturas (onde se incluiria o Plano de Gestão Florestal). A alteração dos montantes máximos para esta componente de investimento poderia ser modelada em função da complexidade associada à elaboração de candidaturas.
- ◆ Considerar elegíveis os apoios à certificação da gestão florestal sustentável independentemente da necessidade de integrar outros investimentos nas candidaturas.
- ◆ Promover a uniformização de procedimentos associados à fase de análise de candidaturas, p.e., promovendo um maior diálogo entre técnicos das DRAP e projectistas.
- ◆ Melhorar o sistema de saídas gráficas relativas à cartografia dos projectos de modo a permitir a realização de vistorias.
- ◆ Reforçar a formação específica dos operadores relativamente às Medidas florestais, em particular no que diz respeito à formalização de candidaturas, documentação e condições de elegibilidade.
- ◆ Definir a metodologia para cálculo dos indicadores de resultado e impacto que envolvam a determinação do VAB.

#### *Medida 1.4*

*Em relação à Acção 1.4.1 a Avaliação* regista apenas que a dotação orçamental da mesma é suficiente para o cumprimento dos compromissos assumidos até à data a que reporta a avaliação. *Em relação à Acção 1.4.2, dada a dinâmica registada após a Avaliação Intercalar, salienta-se o elevado esforço de contratação.*

### Medida 1.5

A avaliação regista positivamente a elevada taxa de contratação no âmbito da Medida.

### Medida 1.6

A Medida 1.6 conheceu uma progressão importante no último ano, com a análise de centenas de projectos e respectivas aprovações e contratações, dentro da sua dotação financeira, sendo, neste âmbito, de destacar, o trabalho empenhado da Autoridade de Gestão e da sua Estrutura de Apoio Técnico, bem como das DRAP.

A análise dos dados disponibilizados pela Autoridade de Gestão, a que se somam os resultados das entrevistas e do Estudo de caso realizado (Anexo VIII), permite reunir elementos que conferem aos apoios veiculados pela Medida 1.6 um contributo importante para o reordenamento e valorização dos espaços com potencial agrícola, numa perspectiva de competitividade, assim como de equilíbrio social e ambiental (reconversão da produção, diversificação de actividades e de rendimentos, condições de trabalho, eficiência da utilização do factor de produção água, ...). Note-se que, quando os projectos são apresentados contêm duas peças fundamentais – análise económica e financeira e análise técnica – e procuram aderir à realidade; no entanto, o seu sucesso depende da adesão dos produtores e do tipo de utilização do solo.

Não obstante, dada a conjuntura económica actual e a dependência da disponibilidade financeira das entidades para continuar os ciclos de obras, as entidades públicas experimentam algumas dificuldades pela não disponibilização da contrapartida nacional para o lançamento de concursos e para a execução das obras; e as entidades privadas, salvo raríssimas excepções, não têm capital próprio e têm grande dificuldade em contrair empréstimos junto das instituições bancárias.

No que se refere ao EFMA, apesar de alguns constrangimentos pontuais, considera-se que é previsível a capacidade da EDIA para esgotar a verba que lhe foi disponibilizada para concluir o empreendimento, antes de 2015.

As zonas de intervenção dos regadios apoiadas e a apoiar pelo ProDeR nas Acções 1.6.1 e 1.6.2 são áreas com elevado potencial agrícola e com uma dinâmica muito positiva no que se refere à adesão ao regadio, mas com carências, sobretudo, ao nível do fornecimento ou regularização do fornecimento de água, de modo eficiente e em qualidade, o que, aliás, decorre das exigências técnico-económicas dos factores de elegibilidade dos processos de candidatura.

Todos os projectos apoiados por estas duas Acções têm potencial para se tornar instrumentos de reconversão e modernização agrícola, com reflexos a montante e a jusante do sector agrícola.

Em termos de disponibilização eficiente da água, refira-se que todos os projectos de infra-estruturação em regadio executados no âmbito das Acções 1.6.1 e 1.6.2 prevêem, com raras excepções, o fornecimento de água sob pressão, destinada à aplicação da água com métodos mais eficientes (aspersão, mini-aspersão ou localizada). Exceptuando a área de arroz do Baixo Mondego (com reconhecido benefício ambiental), nenhuma outra área dentro destes projectos de regadio adoptará a rega por gravidade.

Na Acção que apoia a sustentabilidade dos regadios públicos tem de se atender, sobretudo, às necessidades decorrentes de zonas com potencial agrícola elevado e à capacidade que os produtores têm de utilizar a água de forma eficiente (tipo de fornecimento de água sob pressão - aplicação da água com métodos mais eficientes, seja por aspersão, mini-aspersão ou localizada, tecnologias de rega mais eficientes).

Os regadios tradicionais assumem alguma importância em termos sociais, permitindo elevar a capacidade produtiva, embora residual, de determinadas zonas de produção. Não obstante, e tendo em conta a dinâmica de procura dos apoios concedidos por esta Acção, considera-se que a sua dotação foi sobrestimada.

No que se refere à tipologia e montante dos apoios, sinalizam-se duas limitações distintas: (i) por um lado, o ProDeR não apoia estudos estratégicos que se revelam necessários, nomeadamente para a análise de alternativas e de cenários, indispensáveis à preparação de intervenções estratégicas e operacionais a viabilizar em futuro período de programação; por outro lado, a limitação das despesas com as expropriações (os Regulamentos limitam-nas a 10% do custo total do projecto e o que ultrapassar esta percentagem tem de ser suportado pelo PIDDAC); num contexto de acentuados constrangimentos orçamentais, condiciona a programação das intervenções (obras) que sofre atrasos e recalendalizações com implicações nos ritmos de execução financeira da Medida.

A tornar-se possível o reforço da dotação financeira da Medida 1.6.1, e partindo do pressuposto que a DGADR consegue assegurar, em PIDDAC, a contrapartida nacional para a execução das obras, dever-se-á conceder prioridade aos projectos que foram aprovados mas que não tiveram cabimentação orçamental para serem concretizados (Aproveitamento Hidroagrícola de Óbidos e dos blocos V e VI do Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira; no caso do AH de Óbidos, a Barragem já se encontra construída e no caso da Lezíria, apenas foi aprovado o Bloco

IV). Ambos constituem projectos estruturantes, em zonas de elevada competitividade, dinâmica empresarial e com produções associadas às fileiras estratégicas, para além de localizações privilegiadas, cuja aprovação da candidatura permitiria a conclusão das intervenções.

- ◆ Reforçar a verba destinada à melhoria da eficiência dos regadios públicos e à reabilitação dos aproveitamentos hidroagrícolas, segmentos de apoio considerados estratégicos para a gestão dos recursos hídricos e competitividade de áreas privilegiadas de produção.
- ◆ Ponderar sobre a pertinência e relevância dos apoios à Acção 1.6.4 e, no caso de decisão pela não abertura de mais concursos, considerar a alocação da restante dotação financeira numa das outras Acções da Medida (1.6.1 ou 1.6.3).
- ◆ Flexibilizar o período de execução física e financeira dos projectos, tendo em conta o volume de investimento e a importância da execução de determinadas obras. Essa flexibilização deverá ocorrer em caso de apresentação de motivos específicos e analisada caso a caso.

## SUBPROGRAMA 2

### *Medida 2.1*

Os resultados da análise da Medida 2.1 salientam a necessidade de redefinir as metas dos indicadores de realização dado que todos ultrapassam as metas, com excepção dos indicadores das Zonas de Montanha em Rede Natura. No que diz respeito a a estas, há que averiguar o motivo da baixa realização em termos de área apoiada, mas não perdendo de vista o facto do indicador do número de beneficiários estar próximo da meta. As soluções terão de ser encontradas em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade e poderão passar por incentivos à adesão de áreas adicionais para actuais beneficiários ou por simplificação de condições de acesso.

A análise dos resultados apresentada dá indicação de que os apoios da Medida 2.1 estão, efectivamente, a chegar aos proprietários responsáveis pela manutenção da actividade agrícola nas Zonas Desfavorecidas. Todavia, de forma a garantir a sua sustentabilidade a mais longo prazo, haveria que incentivar os jovens agricultores a aderir, em linha com as alterações recentemente introduzidas na Acção 1.1.1. Neste momento, a média das idades dos beneficiários está acima dos 60 anos. Já no que diz respeito às áreas de intervenção da Medida, os objectivos desta beneficiariam da existência de factores de diferenciação que privilegiassem a atribuição dos apoios a concelhos com maior risco de abandono e maior susceptibilidade aos incêndios florestais. Mas o sucesso deste tipo de

medidas depende muito da capacidade dos agricultores e da existência de estruturas de apoio que facilitem o acesso aos apoios (ex. cooperativas, associações). A Autoridade de Gestão deverá garantir uma maior divulgação e acompanhamento nos territórios em que não existam tais estruturas de apoio.

### *Medida 2.2*

Os indicadores de realização associados à Acção 2.2.1 Alteração dos Modos de Produção dão indicação de um bom nível de realização ao nível da área apoiada, mas não do número de explorações beneficiadas. Foram tomadas acções com previsíveis impactos positivos no desempenho dos indicadores de realização da Acção 2.2.1 (ex. Portaria 814/2010 de 27 de Agosto e proposta de colaboração MADRP/Interbio). Todavia, o seu efeito foi limitado pela decisão de suspender a apresentação de novos pedidos de apoio, com excepção do aumento de área que não dêem origem a novos compromissos.

No que diz respeito à Acção 2.2.2 Protecção da Biodiversidade Doméstica, há apenas que ajustar a meta do “número de explorações ou de unidades com outras formas de gestão” face à constatação de que as raças apoiadas se concentram num número mais reduzido de explorações. Isto é válido mesmo após a suspensão de candidaturas à Acção, pelo facto de ser permitido aumentar o número de animais candidatos.

Na Sub-Acção 2.2.3.2, o facto da meta das CN estar longe do esperado, ao contrário da meta do número de beneficiários merece alguma reflexão. Sugere-se a revisão dos níveis de apoio, nomeadamente aos custos indirectos, de forma a incentivar os beneficiários a candidatar maior número de CN.

Nesta avaliação apresenta-se a primeira análise da Acção 2.2.4. Os resultados indicam que o número de contratos excede a meta, enquanto a área física sob apoio fica aquém. Tal denota alguma resistência ao pedido de apoio para áreas maiores, o que deverá ser contrariado com acções específicas, nomeadamente flexibilização de algumas condicionantes com menor impacto ambiental. Há ainda que reavaliar condições de funcionamento da Acção que tornem o nível de apoio mais compensador face aos custos. Nomeadamente, rever a modulação, pois na verdade os custos de produção não diminuem com a área.

No caso dos indicadores de resultado da Medida 2.2, merece particular referência o indicador “Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para o combate às alterações climáticas”. Este indicador apresenta-se muito aquém da meta devido, sobretudo, ao resultado da Acção 2.2.4, e muito provavelmente manter-se-á assim até ao final do Programa.

Com base nos resultados apresentados no Relatório de Execução 2010 fica-se com a percepção de que a maior área apoiada pela Acção 2.2.1 é tradicionalmente explorada de forma extensiva, o que limita à partida o impacto positivo das condicionantes ambientais associadas à Acção e os indicadores de resultado. Por este motivo, sugere-se que, na atribuição dos apoios, sejam estabelecidos critérios diferenciadores das culturas, em termos dos benefícios ambientais que os Modos de Produção implicam quando implementados nessas culturas. Ainda em termos de benefícios ambientais, e transversalmente a todas as agro-ambientais, a análise cruzada dos beneficiários dos apoios da Medida 2.2 e do RPU chama a atenção para a necessidade, em programas futuros, de ter em consideração a sobreposição de apoios e condicionantes ambientais, de forma a otimizar os benefícios ambientais pretendidos.

### *Medida 2.3*

Os contributos expectáveis dos projectos já em execução para a concretização de alguns objectivos da Medida 2.3 concretamente “Dinâmicas de florestação em terras agrícolas e não agrícolas”, “Preservação dos recursos silvícolas e consequente protecção do ambiente”, “Valorização das funções ecológicas com adequação das medidas de protecção e gestão florestal” e “Aumento e diversificação da oferta de produtos florestais de qualidade: madeiras nobres, cortiça e outros produtos não lenhosos”, são muito residuais. Com efeito, a sua execução é mínima, pelas mesmas razões referidas na Medida 1.3, mais concretamente as condições desfavoráveis ao investimento e a falta de atractividade das taxas de apoio (embora se aproximem das taxas máximas permitidas pelo Regulamento FEADER). No âmbito da Medida, apenas a Acção 2.3.1 revela alguma dinâmica, com a implementação e manutenção de diversas componentes das redes de DFCI, que se prevê que venha a aumentar; as restantes terão resultados pouco visíveis a nível nacional.

O lançamento apenas no final de 2010 do concurso referente à formação não permite tirar conclusões relacionadas com os níveis de execução.

Na Subacção 2.3.3.3 observa-se um contributo forte em matéria de “Sensibilização e divulgação de medidas de prevenção e controlo e/ou gestão de agentes bióticos e abióticos”, no âmbito de potenciais projectos (muitos ainda não contratados) de controlo do Nemátodo do Pinheiro Bravo que se admite tenham tido algum impacto junto dos intervenientes.

Tendo presente que as Recomendações efectuadas no âmbito da Avaliação Intercalar concluída no final de 2010 são recentes, as que se mantêm válidas, são sintetizadas nos *itens* seguintes:

- ◆ Considerar a apresentação de candidaturas integradas, não só dentro de uma Acção (como já acontece no caso da Acção 2.3.2) mas entre Acções, o que permitiria ganhos de eficiência substanciais na elaboração e aprovação de candidaturas; na eventualidade de não se revelar viável a adopção desta modalidade, deve ser considerada a análise integrada das candidaturas que tenham como objecto de intervenção a mesma área florestal.
- ◆ Discriminar de forma positiva os investimentos com escala territorial e de maior dimensão de molde a diminuir os riscos associados aos investimentos, em particular nas regiões onde a estrutura fundiária é menos favorável.
- ◆ Desenvolver e implementar o conceito de Contrato-programa com entidades que promovam uma absorção eficiente dos fundos disponíveis, de que são exemplo as ZIF de maior consolidação e intervenções sectoriais específicas (p.e., a regeneração natural do pinheiro bravo). Esta recomendação visa estimular a promoção de investimentos articulados dirigidos a intervenções com escala territorial, perseguindo assim um dos objectivos estabelecidos para as Medidas Florestais do ProDeR.
- ◆ Eliminação da Sub-acção 2.3.1.2 dado o seu nível de adesão residual e face à sobreposição das tipologias de intervenção previstas na Sub-acção 2.3.3.3;
- ◆ Considerar na Acção 2.3.2, Sub-acção 2.3.3.2 e nos investimentos de (re) florestação e de reconversão de espécies mal adaptada, apenas as espécies consideradas pelos PROF como espécies a incentivar;
- ◆ Eliminar a necessidade de inscrição no Parcelário e/ou elaboração de cartografia por prédio rústico, mas sim por limite exterior, não obstante poder ser entregue antes do último pedido de pagamento;
- ◆ Realizar de acções específicas de divulgação da Medida junto de organismos da Administração Local e considerar a realização de acções de divulgação/formação junto de técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais, nas regiões onde a adesão destes organismos foi menor;
- ◆ Reforçar formação específica dos operadores relativamente às Medidas florestais, em particular no que respeita à formalização de candidaturas, documentação a organizar e condições de elegibilidade a preencher.

#### Medida 2.4

Os resultados da análise da Medida 2.4 reflectem os esforços da AG ProDeR na resolução de alguns dos motivos identificados para a baixa adesão e da desadequação da medida, em articulação com os representantes do sector. Os efeitos destes esforços serão, talvez, mais visíveis na próxima avaliação, dado que alguns foram desenvolvidos já na

segunda metade de 2010 (ex.: Portaria nº 1048/2010 de 11 de Outubro para simplificação dos procedimentos de candidatura aos Investimentos Não Produtivos, Portaria nº 1234/2010 de 10 Dezembro para alargamento da ITI Douro Internacional e criação da ITI Monchique e Caldeirão e ITI Zonas de Rede Natura do Alentejo. Foram tomadas igualmente medidas em resposta à baixa adesão à ITI das Serras de Aire e Candeeiros, tendo-se tornado os baldios elegíveis para os apoios. Da informação recolhida pela Equipa de Avaliação, nomeadamente junto do ICNB, identifica-se como aspecto prioritário, a merecer atenção, a baixa adesão à ITI Costa Sudoeste. Tal deverá ser feito em articulação com o ICNB e com a ELA local.

Na análise da Medida 2.4 faz-se um levantamento de algumas limitações ao seu funcionamento, das quais se destacam, pela sua transversalidade:

- ◆ falta de flexibilidade de algumas condicionantes face às especificidades locais de cada ITI, dando como exemplo as restrições ao encabeçamento e à fenação na ITI Castro Verde e as restrições ao encabeçamento na ITI da Serra de Aire e Candeeiros. A flexibilização leva à necessidade de implementar de forma efectiva os mecanismos de controlo de que as ELA dispõem, como foi visto no caso da fenação, bem como em converter parte dos apoios em compensação por perda de rendimento e em incentivo à extensificação e redução de encabeçamento. Noutros casos, como na ITI Peneda Gerês, na ITI Montesinho Nogueira, na ITI Serra da Estrela há mesmo necessidade de rever algumas medidas que não se adequam à realidade territorial;
- ◆ falta de agilidade no acesso aos apoios de que as ELA dispõem, o que deve ser convenientemente caracterizado em articulação com estas estruturas;
- ◆ complexidade e insuficiência dos apoios silvo-ambientais, complementado com o facto de não estar a haver um eficaz envolvimento dos representantes oficiais do sector florestal nem uma adequada sensibilização dos produtores;
- ◆ a não cedência de informação sobre os beneficiários e áreas aderentes que possa servir às ELA como base de informação no planeamento e implementação dos planos de sensibilização e monitorização;
- ◆ lacunas de competências técnicas na constituição de algumas ELA, em especial na ITI Montesinho e Nogueira e na ITI Douro Internacional;
- ◆ falta de informação, meios e de articulação na definição e implementação da monitorização dos indicadores de resultado.

Foram ainda identificadas algumas limitações que, não tendo impacto directo sobre os indicadores de realização, influenciam a sustentabilidade dos efeitos dos apoios concedidos ou limitam o impacto positivo que estas têm nos territórios de incidência. É o

caso da falta de articulação territorial com os apoios do LEADER (criando-se entidades, potencialmente dinamizadoras de sinergias com os apoios da ITI, com áreas de intervenção dissonantes das áreas de intervenção territorial da Medida 2.4), a exclusão de beneficiários em territórios ITI dos apoios específicos regulamentados no Reg(CE) nº 73/2009, do Conselho, de 19 de Janeiro de 2009 e a redução de apoio aos beneficiários das ITI em Rede Natura ao abrigo da Portaria nº229-A/2008, mesmo que queiram concorrer apenas às MZD.

No caso específico dos territórios em Rede Natura, os apoios das ITI carecem de maior articulação com as políticas de conservação de natureza e com as medidas de gestão do plano de gestão da Rede Natura, bem como de ser enquadrados numa lógica de desenvolvimento rural. A sugestão feita pelo ICNB vem no sentido dos apoios passarem a ser dados em função dos investimentos feitos na actividade agrícola, e não apenas como compensação pela perda de rendimentos. A Equipa de Avaliação considera, todavia, que tal só é exequível se houver receptividade a que algumas práticas e ocupações agrícolas, das quais se assume que a biodiversidade depende, mas que já não garantem os níveis de produtividade e rentabilidade do passado, sejam mudadas para outras tecnicamente adequadas às condições produtivas da propriedade e aos valores naturais que lá se encontram.

Por fim, salienta-se a recomendação da Equipa de Avaliação de criar a possibilidade de entidades privadas fazerem a dinamização e gestão das ITI, tendo para tal que apresentar um projecto e respectivo orçamento.

### SUBPROGRAMA 3

Este momento da Avaliação Contínua teve à disposição três instrumentos de análise que se consideram fundamentais, nomeadamente, o Relatório de Execução do ProDeR de 2010, a actualização dos ficheiros de execução física e financeira por parte da Autoridade de Gestão e o 2º Inquérito *on-line* efectuado aos Coordenadores dos GAL. A taxa de resposta de 100%, torna este tipo de inquirição um barómetro particularmente relevante para saber o que pensam estes agentes de desenvolvimento local, as dificuldades encontradas e as sugestões de melhoria.

Na apreciação das dinâmicas de desempenho do Subprograma 3, importa mais uma vez referir que as aprovações decorreram, sobretudo, no 3º quadrimestre de 2010, o que justifica o grande afastamento existente a 31 de Dezembro de 2010 entre as taxas de contratação e de execução, para as quais também contribuíram todo um conjunto de

dificuldades que têm afectado os promotores, acabando indirectamente por condicionar o próprio desempenho dos GAL.

Dada a proximidade entre este momento da Avaliação Contínua e a Avaliação Intercalar, as Conclusões e Recomendações agora efectuadas não são significativamente diferentes, até porque não decorrem tempo suficiente para incorporar algumas sugestões de mudança.

- ♦ *Minimização dos principais factores que têm condicionado a adesão dos beneficiários, p.e., a 'capacidade para elaborar as candidaturas', as 'condições de elegibilidade dos projectos' e as 'dificuldades na obtenção de crédito', elementos agravados com a crise económica.*

A Autoridade de Gestão tem-se esforçado em clarificar procedimentos de forma a agilizar os processos; no entanto é necessário não perder de vista a realidade dos tecidos empresariais locais e o contributo da abordagem LEADER para a construção de territórios mais inclusivos, numa nova lógica de 'crescimento inteligente'. Esta inovação pressupõe o aumento da eficiência dos recursos, da competitividade através do conhecimento e da inovação tecnológica, sem ignorar a importância do negócio local de menor dimensão (pequena indústria agro-alimentar das queijarias, salsicharias, etc., de grande importância, p.e., em regiões como o Alentejo) condicionada pelo tecto de investimento permitido. Também as actividades de animação e formação devem merecer mais atenção, porque se outrora deram consistência às Estratégias Locais de Desenvolvimento, estão hoje em dia quase ausentes e os PACA não as têm conseguido substituir.

O perfil dos beneficiários do Subprograma 3 mantém uma diversificação acentuada, evidenciando uma importante presença de agentes à escala local, mesmo que alguns sejam exteriores ao território. Na Medida 3.1 destacam-se as *empresas* (33,9%), os *empresários em nome individual* (26,2%) e *outras entidades empresariais privadas* (22,0%); na Medida 3.2, observa-se uma acentuada presença de *IPSS* (52,1%), seguidas das *associações e fundações privadas* (23,9%).

- ♦ *Sustentabilidade futura dos projectos, à luz dos fluxos de investimento público, num contexto de carência.* Tendo em conta as transformações locais a que se tem assistido desde os anos 90 do século XX, a sustentabilidade tem alguns exemplos conseguidos mas não houve até agora a preocupação de seguir a trajectória dos promotores ao longo das sucessivas gerações LEADER, de forma a traçar a 'história de vida dos beneficiários' e compreender os reais impactos socioeconómicos do Programa.

Quando se investe na continuidade dos processos de desenvolvimento, o tempo é sempre um aliado precioso da mudança, ocorrida através de um grande conjunto de acções transformadoras, geradas por pequenos e grandes projectos que dão nova vida à economia, melhorando a visibilidade local, reforçando o sentimento de pertença e contribuindo para aumentar a auto-estima das populações, em territórios em que a baixa densidade é já de si um grande constrangimento.

Inverter a actual dinâmica demográfica que condiciona a vitalidade de algumas áreas de intervenção deve ser uma grande aposta das ELD, incentivando a fixação dos mais jovens com base em projectos empresariais inovadores, geradores de emprego e respeitadores do ambiente. Também a aposta nos jovens agricultores, em domínios em que o mercado se deverá manter receptivo (primores agrícolas, plantas aromáticas e medicinais, energias renováveis, ...) pode contribuir para conter a já grande sangria demográfica que se faz sentir em muitos territórios.

- ♦ *Enquadramento da abordagem LEADER no ProDeR.* Para alguns dos GAL, esta nova fase continua a afigurar-se mais limitativa em termos de operacionalização das Estratégias Locais de Desenvolvimento, com entraves claros na governação local, um objectivo menos conseguido devido à lógica de 'top-down' que preside ao modelo de governação actual.

O eventual retorno às lógicas de autonomia, sem lhe atribuir o carácter experimental que teve no PIC LEADER, pode constituir uma solução pós-2013, tornando a abordagem mais eficaz e centrada nos resultados, eventualmente com objectivos mais quantificados. Também a perspectiva de que é importante a produção de um *toolkit para a gestão do risco*, de forma a suportar as incertezas do mercado e a volatilidade dos rendimentos, poderá contribuir para uma nova fase da abordagem LEADER, cuja transversalidade a toda a política de desenvolvimento rural é novamente apresentada como uma solução. A referida transversalidade não pode, contudo, transformar a abordagem LEADER num mero instrumento metodológico, ignorando as componentes de ancoragem estratégica e de modelo de fundamento que lhe está agora associada.

- ♦ *Estabilização em curso.* A execução física e financeira ganhou uma nova dinâmica com o Despacho nº 5/2010 de 28 de Junho de 2010 que fez sobressair o desempenho ao longo do 3º quadrimestre de 2010. A dinâmica de aprovações e contratações, pode ter limitações ao nível da optimização das ELD, porque com a aplicação do Despacho foram admitidos todos os projectos com parecer favorável (mesmo os de menor valia económica), opção que condiciona a cobertura de financiamento potencial de outros projectos de maior valia técnica e económica. Este problema entronca directamente nos actuais procedimentos concursais, menos adequados para os GAL, por considerarem que o baixo ritmo anual dos Avisos distorce e condiciona as oportunidades à escala local, sendo preferível a adopção de uma prática de 'balcão aberto'. No que concerne à execução física e financeira da Medida 3.1, mais vocacionada para a valorização económica do território, há uma significativa diversificação das actividades abrangidas pelas CAE da Acção 3.1.2., revelando uma inegável dinâmica local para investir, mesmo numa conjuntura económica desfavorável cuja persistência poderá condicionar o sucesso dos projectos elevando a sua taxa de mortalidade.

Na abordagem LEADER era expectável que existisse uma correlação entre potencialidades ou debilidades diagnosticadas e projectos aprovados, no sentido de maximizar as primeiras e minimizar as segundas, de forma a permitir implementar as Estratégias Locais de Desenvolvimento. Todavia, o afastamento que as ETL começaram a ter em relação aos promotores (aumentou o número de empresas privadas que operam como interlocutoras), tem diminuído a possibilidade de aproximar mais os projectos das ELD ou mesmo de encorajar os promotores para domínios considerados relevantes para o desenvolvimento rural, de que é exemplo o turismo da natureza, que no final de 2010 tinha uma contratação residual de projectos. Para além de considerarmos que deverá existir uma maior proximidade entre os projectos aprovados e as ELD, é igualmente necessário minimizar os principais factores que têm condicionado a adesão dos beneficiários, nomeadamente a 'capacidade para elaborar as candidaturas', as 'condições de elegibilidade dos projectos' e as 'dificuldades na obtenção de crédito'.

Na Avaliação Intercalar sugeriu-se um conjunto de recomendações que se mantêm de uma forma geral actuais e que se complementam neste momento da Avaliação Contínua com outras consideradas igualmente adequadas, resultantes das entrevistas efectuadas e do 2º Inquérito on-line as Coordenadas dos GAL. A operacionalização das Recomendações envolve tanto a Autoridade de Gestão como os GAL, segundo a natureza e âmbito de cada uma delas.

*Constituição e Funcionamento dos GAL:*

- ◆ Afirmar as ETL como instrumento de dinamização dos territórios.
- ◆ Efectuar junto dos promotores e dos seus prestadores de serviços um trabalho de maior sensibilização para o modelo de desenvolvimento subjacente às ELD.
- ◆ Sensibilizar os departamentos sectoriais da Administração para a importância de contratualizar com os GAL serviços à escala local para os quais disponham de competências, sobretudo no âmbito da animação local, do apoio directo às populações e da operacionalização de estratégias de desenvolvimento.
- ◆ Sensibilizar as entidades parceiras para a necessidade de investirem financeiramente nos GAL, de forma a assegurar um modelo de financiamento mais autónomo.
- ◆ Valorizar as evidências do trabalho efectuado, de forma a incrementar a demonstratividade e transferibilidade de boas práticas.

*Concepção das ELD:*

- ◆ Aprofundar as ELD ao longo do processo de implementação, no sentido de actualizar os diagnósticos e adequá-las à realidade dos territórios de intervenção e do enquadramento do ProDeR.
- ◆ Reforçar a Abordagem LEADER no ProDeR permitindo aos GAL melhores níveis de adequação aos problemas existentes em cada território e cumprindo da melhor forma o previsto nas ELD.
- ◆ Rever as ELD no sentido de as adequar incorporando respostas dinâmicas a novas dimensões-problema e necessidades de intervenção, p.e., o combate ao desemprego, em especial de mulheres pouco qualificadas, bem como a promoção da inovação e introdução de novas tecnologias, etc.

*Implementação e Execução da ELD:*

- ◆ Acolher da mesma forma os promotores que são exteriores à área de intervenção, desde que a valia dos projectos seja um efectivo contributo para o desenvolvimento local-rural e a concretização da ELD.
- ◆ Facilitar o desenvolvimento de uma abordagem LEADER de acordo com o conceito de bottom-up, procurando flexibilizar a regulamentação, no sentido de maior adequação aos territórios.
- ◆ Introduzir procedimentos/novas formas de funcionamento que possibilitem uma interacção mais positiva entre o ProDeR e as ELD.

- ◆ Garantir maior celeridade nas contratualizações dos projectos aprovados, através da melhoria da eficácia na articulação GAL-AG ProDeR-IFAP, de forma a evitar os elevados tempos de decisão para a formalização dos contratos.
- ◆ Proceder à revisão das Metas para as diferentes Acções, ajustando-as às perspectivas de evolução.
- ◆ Rever o modelo de abertura de concursos, cujo baixo ritmo anual é responsável por perdas de oportunidade podendo, em alternativa, enveredar-se pela modalidade de “balcão aberto”.

#### *Eficácia e Eficiência do Subprograma:*

- ◆ Adoptar medidas de simplificação administrativa mais adequadas às características dos projectos, dos promotores e dos territórios.
- ◆ Clarificar o cumprimento do CCP por parte das entidades privadas.
- ◆ Criar checklist para verificação das condições de elegibilidade/aceitação dos documentos de despesa apresentados.
- ◆ Criar mecanismos que facilitem os processos de cooperação.
- ◆ Criar mecanismos que permitam ultrapassar os constrangimentos que têm dificultado o carregamento de informação por parte dos GAL no Sistema de Informação.
- ◆ Criar condições para que o carregamento do Sistema de Informação não seja encarado como um trabalho acessório, mantendo-o devidamente actualizado.
- ◆ Diminuir a burocracia associada à instrução (documentação necessária) das candidaturas e controlo documental.
- ◆ Criar instrumentos de síntese facilitadores da compreensão da complexidade da legislação.
- ◆ Simplificar a submissão dos Pedidos de Pagamento.
- ◆ Assegurar maior celeridade nos pagamentos por parte do IFAP.
- ◆ Dinamizar a iniciativa de projectos com forte componente imaterial, nomeadamente quer de cariz social e cultural.

## SUBPROGRAMA 4

### *Medida 4.1*

A análise efectuada em sede de Avaliação Contínua, permite fundamentar como principais elementos de balanço da Medida 4.1, os seguintes:

- ◆ consolidação dos processos de trabalho em matéria de análise de candidaturas e de contratação de projectos ao longo de 2010, ainda que seguindo um ciclo relativamente longo, fruto da necessidade de aprendizagem entre as partes envolvidas (Administração e promotores) de um novo modelo de ajudas (estruturação de parcerias assentes em lógicas predominantemente empresariais), valorizadoras das aplicações de conhecimento e inovação (de processos, tecnologias e produtos);
- ◆ dinâmicas positivas em termos de trajectória de *concretização de objectivos* (p.e., na interligação entre conhecimento científico e tecnológico e as actividades produtivas, na incorporação de inovação nos processos produtivos e nas práticas de cooperação duradouras entre agentes das fileiras) e de *concretização gradual de resultados esperados* dos projectos aprovados (designadamente no terreno da qualidade e do valor acrescentado dos produtos);
- ◆ as Entidades Gestoras de base empresarial que lideram projectos em fileiras estratégicas (sobretudo, lacticínios e frutos) evidenciam trajectórias de concretização de resultados orientadas para a aplicação dos novos processos e/ou das novas tecnologias que contribuem para subir na cadeia de valor dos seus produtos e potenciar a sua penetração de mercado;
- ◆ baixos índices de execução dos montantes financeiros aprovados reflectindo, pontualmente, estrangimentos orçamentais e dificuldades económicas em conjuntura recessiva prolongada mas também os atrasos no processamento de despesas por parte das Entidades beneficiárias;
- ◆ dinâmicas animadoras patentes no novo ciclo de candidaturas no âmbito do 2º Concurso (reforço da procura revelada pelas empresas, forte interacção com entidades do SCTN e presença de Associações de Produtores), a par de uma procura global de financiamento superior à dotação orçamental a Concurso;
- ◆ persistência de debilidades técnicas na instrução/fundamentação dos Planos de Acção que suportam os Pedidos de Apoio, não obstante o esforço de capacitação induzido pelo Secretariado Técnico, com formação dirigida a centena e meia de potenciais entidades beneficiárias na fase de preparação das candidaturas.

Na fase actual, as principais Recomendações para a Medida 4.1 remetem para a necessidade de:

- ◆ monitorizar a execução das operações, implicando as Entidades Gestoras num trabalho técnico de conhecimento das actividades realizadas que salvguarde os objectivos e resultados que fundamentaram a celebração dos Contratos;

- ◆ melhorar as condições de afectação de recursos do ST/AG, designadamente nos períodos em que coincidem a análise de novos Pedidos de Apoio com a análise de Pedidos de Pagamento que, na óptica das diversas entidades, se têm revelado demorados;
- ◆ reforçar o envolvimento das Associações de Produtores nos projectos, com funções de dinamização da procura empresarial de inovação por parte dos seus associados e outros agentes dos sectores agrícola, pecuário e florestal, mas também intervindo na dinamização de novos interfaces Produtores/Centros Tecnológicos/Universidades.

#### Medida 4.2

Os principais elementos de balanço da Avaliação Contínua das Acções da Medida 4.2 da Formação Especializada são as seguintes:

- ◆ desfasamento entre a regulamentação das ajudas à 1ª instalação (Acção 1.1.3) e a implementação da formação de jovens agricultores, com reflexos na dinâmica de realização das acções-chave da 4.2.1;
- ◆ execução financeira residual das acções de formação de jovens agricultores constantes dos Pedidos de Apoio aprovados na sequência do 1º Concurso e contratualizadas em meados de 2010; este patamar reduzido de execução têm implicações sobre os níveis de conhecimento existentes no que concerne à concretização de objectivos e resultados, entretanto, alcançados pelas acções apoiadas;
- ◆ expectativa quanto aos resultados práticos em matéria de melhoria dos ritmos de execução, decorrentes do cumprimento da OTG referente à aceleração da apresentação de despesa realizada pelas entidades beneficiárias no âmbito das acções apoiadas;
- ◆ relevância estratégica e operacional da operacionalização da formação de activos dos sectores da Produção, Transformação ou Comercialização e Silvicultura, através da abertura do respectivo Concurso no final de Outubro, dando sequência formal, em sede instrumento de financiamento, ao trabalho de preparação efectuado em articulação com a DGADR e a AFN;
- ◆ estruturação das redes temáticas, dinamizadas, sobretudo pelas Associações e Instituições do Ensino Superior, com trabalho em curso de produção de informação especializada dirigida a importantes actividades agrícolas, agro-alimentares e florestais, com destaque para as fileiras estratégicas das frutas, flores, olival e florestas.

As principais Recomendações para a Medida 4.2 situam-se no binómio acelerar os ritmos de execução financeira/dispor de elementos de conhecimento das realizações dos Pedidos de Apoio:

- ◆ flexibilizar as condições de operacionalização das componentes de formação/Módulo Formação específica para a orientação específica dos projectos de investimento, de modo a facilitar a estruturação de grupos de formandos;
- ◆ equacionar o desfasamento da Componente Prática em contexto empresarial, enquadrando-a igualmente numa perspectiva de aperfeiçoamento e reciclagem associada à prática em contexto de trabalho e beneficiando da tutoria;
- ◆ agilizar os procedimentos associados à organização e submissão de Pedidos de Pagamento;
- ◆ sensibilizar as entidades beneficiárias através de Orientações Técnicas para a necessidade de acompanhar os Formulários de Pedido de Pagamento com Anexos técnicos que organizem informação relativa às acções de formação (e às actividades das Redes temáticas), susceptíveis de evidenciar as trajectórias de concretização de objectivos e resultados;
- ◆ avaliar a viabilidade de soluções técnicas ajustadas ao acompanhamento de uma amostra representativa das intervenções de formação, no sentido da monitorização efectiva dos respectivos resultados e efeitos sobre os beneficiários directos, a organização do trabalho e a actividade económica das explorações, e sobre as Organizações de Agricultores.

#### Medida 4.3

Os principais resultados da Avaliação Contínua da Medida 4.3 vão no sentido de destacar:

- ◆ elevados níveis de aprovação das candidaturas submetidas (entre 72% na Acção 4.3.2 e 98%, na Acção 4.3.1 – Sub-acção 4.3.1.1);
- ◆ dinâmica de abertura de novos concursos e em contínuo (Sub-acção 4.3.1.2), seguindo uma trajectória de aumento da dotação disponibilizada para novos Pedidos de Apoio;
- ◆ elevados níveis de criação de serviços de aconselhamento propostos, superiores às metas programadas;
- ◆ bons índices de cobertura territorial dos serviços a prestar, de acordo com as áreas de influência das entidades titulares de Pedidos de Apoio;

- ◆ dificuldades de adesão dos beneficiários finais relacionadas com o contexto económico desfavorável para as actividades agro-pecuárias e com os encargos associados ao acesso ao serviço que são frequentemente superiores ao montante da ajuda e se afiguram inoportáveis para muitas explorações;
- ◆ modalidade de pagamento (por reembolso) penalizadora dos adquirentes do serviço, compelidos a suportar o esforço de financiamento dos serviços ao longo da execução do Plano de Acção;
- ◆ níveis de execução residuais, num contexto de ausência de informação relativa às trajectórias de realização dos Pedidos de Apoio e efectiva criação/identificação de serviços de aconselhamento.

Em face dos elementos de balanço da Avaliação Contínua da Medida 4.3, recomenda-se que:

- ◆ monitorizar as actividades de prestação de serviços das entidades beneficiárias das Acções da Medida, com vista a ter uma visão compreensiva dos elementos de execução, face ao reduzido montante da despesa submetida;
- ◆ contemplar a possibilidade de um reembolso intercalar associado à aprovação do Plano de Acção, que enquadra os serviços a prestar e os indicadores a preencher pelas explorações;
- ◆ accionar as disposições tendentes a acelerar o processamento de despesa executada pelos projectos;
- ◆ (na análise dos Pedidos de Pagamento) concentrar os pedidos de esclarecimentos às entidades no 1º terço do prazo de 4-5 dias úteis para análise;
- ◆ dinamizar a oferta de serviços de aconselhamento junto dos beneficiários directos, nos domínios de Gestão e Substituição das explorações agrícolas e pecuárias de modo a gerar resultados e efeitos em matéria de modernização e inovação de gestão das explorações.

## REFERÊNCIAS

---

- Agro.Ges, Sociedade de Estudos e Projectos (2009). Estudo de Avaliação Final (ex-post) do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (2000-2006): RURIS. MADRP, Lisboa
- Beaufoy, G. (2010). The Environmental Impact of Olive Oil Production in the European Union. Practical options for Improving the Environmental Impact. European Forum on Nature Conservation and Pastoralism and Asociación para el Analisis y Reforma de la Política Agrorural. UK, Madrid
- CE (2010). Common Monitoring and Evaluation Framework, [http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/eval/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/eval/index_en.htm) (Acedido: 12 de Novembro 2010).
- Domingos, T., Oliveira das Neves, A., Marta-Pedroso, C. (Coord.), Martins, H., da Silva Vieira, R., Alves, M., Porta, M., Ferreira, G. (2011). Relatório da Avaliação Intercalar do ProDeR – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013, estudo encomendado pela Autoridade de Gestão do ProDeR. Instituto Superior Técnico, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Instituto Politécnico de Bragança, Lisboa e Bragança
- EDIA, 2010. Relatório de Contas e Actividades 2009. EDIA, Beja
- Ferreira, M.T., Brito, A.G. de (2009). Águas Interiores Superficiais. In Pereira, H.M., Domingos, T., Vicente, L. e Proença, V. (Eds.). Ecosistemas e Bem-estar Humano. Escolar Editora, Lisboa
- GTAA (2008). O abandono da actividade agrícola. MADRP, Lisboa
- IEEP (2000). The Environmental Impacts of Irrigation in the European Union: A Report to the Environment Directorate of the European Commission. Institute for European Environmental Policy, London
- INAG (2002). Plano Nacional da Água. Instituto da Água, I.P., Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, [http://www.inag.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9:Plano%20nacional%20da%20%C3%A1gua&catid=4:pna&Itemid=21](http://www.inag.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9:Plano%20nacional%20da%20%C3%A1gua&catid=4:pna&Itemid=21) (consultado a Junho 2011)
- INAG (2005). Relatório Síntese sobre a Caracterização das Bacias Hidrográficas Prevista na Directiva-Quadro Água. Instituto da água, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa
- INE (2011). Recenseamento Agrícola 2009 – Análise dos principais resultados. Estatísticas Oficiais. Lisboa.
- INE (2008). Estatísticas Agrícolas 2007. INE, Lisboa
- Interbio (2011). Política Nacional para a Agricultura Biológica. Versão de trabalho 20110106

- IPCC (1996). Revised IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories: Workbook – Agriculture. IPCC
- IPCC (2007). Climate Change 2007: Fourth Assessment Report, IPCC
- MADRP (2011). Relatório de Execução 2010: ProDeR, programa de desenvolvimento rural. Versão Preliminar. MADRP, Lisboa
- OCDE (2008). Environmental Performance of Agriculture in OECD Countries since 1990: Main Report. OECD, Paris
- Pereira, T.C., Seabra, T., Maciel, H., Torres, P. (2010). Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases, 1990-2008: Submitted Under the United Nations Framework Convention on Climate Change and the Kyoto Protocol. Portuguese Environmental Agency, Amadora
- Rosas, C., Teixeira, R., Mendes, A.C., Valada, T., Sequeira, E., Teixeira, C., Domingos, T. (2009). Agricultura. In Pereira, H.M., Domingos, T., Vicente, L. e Proença, V. (Eds.). *Ecosistemas e Bem-estar Humano*. Escolar Editora, Lisboa
- Silva, G. (2010). Relatório de Acompanhamento Nov 2010. Medida 2.4 – Intervenções Territoriais Integradas. Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 – ProDeR. Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Lisboa
- Teixeira, M., Dias Costa, J.P., Lopes, M.J., Barata, T., Coelho, I.S., Nobre, V., Lopes da Fonseca, L., Figueira, J.L., Carrilho, J. (2005). Plano de Intervenção para a Zona de Alqueva. Identificação das Potencialidades da Regadio de Alqueva. GPAa – Grupo do Projecto Alqueva Agrícola. Tomos 1 a 5. IDRHa, Lisboa
- Teixeira, R., Domingos, T., Canaveira, P., Avelar, T., Basch, G., Belo, C.C., Calouro, F., Crespo, D., Ferreira, V.G., Martins, C. (2008). Carbon Sequestration in Biodiverse Sown Grasslands. *Options méditerranéennes – Sustainable Mediterranean Grasslands and Their Multi-Functions*, A-79: 123-126.
- Teixeira, R.F.M., Domingos, T., Costa, A.P.S.V., Oliveira, R., Farropas, L., Calouro, F., Barradas, A.M., Carneiro, J.P.B.G. (2011). Soil Organic Matter Dynamics in Portuguese Natural and Sown Grasslands. *Ecological Modelling*, 222: 993-1001.
- Verde, J., Zêzere, J.L. (2010). Assessment and validation of wildfire susceptibility and hazard in Portugal. *Natural Hazards and Earth System Sciences* **10**: 485-497.
- WWF MedPO: do Ó, A., Antonelli, F., Silva, L.N., Morgado, A. (2010). Water Footprint in Portugal: Securing Water for People and Nature, WWF MedPO, Roma

## ANEXOS

---

## ANEXO I. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO EIXO 1

Cod_COM	Cod_PDR	Orçamento do Quadro		Pagamentos 2007		Pagamentos 2008		Pagamentos 2009		Pagamentos 2010		SALDO		
		Contribuição FEADER	Despesa Pública	Despesa Pública										
111		24.895.000	33.042.359					5.145	6.860	179.223	275.667	24.710.632	32.759.832	0,86%
	1.1.1	4.295.000	5.700.620					5.145	6.860	93.354	124.471	4.196.501	5.569.289	2,30%
	1.3.3	600.000	796.361							506	675	599.494	795.686	0,08%
	4.2.1	10.000.000	13.272.689									10.000.000	13.272.689	0,00%
	4.2.2	10.000.000	13.272.689							85.363	150.520	9.914.637	13.122.169	1,13%
112		117.500.000	155.954.094					2.136.000	2.848.000	32.358.000	43.368.000	83.006.000	109.738.094	29,63%
	1.1.3	117.500.000	155.954.094					2.136.000	2.848.000	32.358.000	43.368.000	83.006.000	109.738.094	29,63%
113		32.670.659	43.362.749	4.569.590	4.569.590	3.913.621	4.201.428	2.570.914	3.438.074	2.406.817	3.216.060	19.209.716	27.937.596	35,57%
		32.670.659	43.362.749	4.569.590	4.569.590	3.913.621	4.201.428	2.570.914	3.438.074	2.406.817	3.216.060	19.209.716	27.937.596	35,57%
		11.638.309	15.447.165	4.569.590	4.569.590	3.913.621	4.201.428	2.570.914	3.438.074	2.406.817	3.216.060	-1.822.634	22.012	99,86%
		21.032.350	27.915.584									21.032.350	27.915.584	0,00%
114		9.000.000	11.945.420									9.000.000	11.945.420	0,00%
	4.3.1	9.000.000	11.945.420									9.000.000	11.945.420	0,00%
115		31.000.000	41.145.335							330.493	440.657	30.669.507	40.704.678	1,07%
	4.3.1	9.000.000	11.945.420							313.949	418.599	8.686.051	11.526.821	3,50%
	4.3.2	22.000.000	29.199.915							16.543	22.058	21.983.457	29.177.857	0,08%
121		259.874.318	344.923.096					5.266.766	7.681.706	47.113.540	63.079.426	207.494.013	274.161.964	20,52%
	1.1.1	213.980.000	284.008.996					5.266.766	7.681.706	46.506.332	62.269.817	162.206.902	214.057.474	24,63%
	1.1.2	45.000.000	59.727.100							552.022	736.029	44.447.978	58.991.071	1,23%
	1.5.1													
		894.318	1.187.000							55.186	73.581	839.132	1.113.419	6,20%
122		87.000.000	115.472.393							1.868.431	2.491.241	85.131.569	112.981.152	2,16%
	1.3.1	67.000.000	88.927.015							1.841.646	2.455.528	65.158.354	86.471.487	2,76%
	1.3.2	20.000.000	26.545.378							26.785	35.713	19.973.215	26.509.665	0,13%

Cod_COM	Cod_PDR	Orçamento do Quadro		Pagamentos 2007		Pagamentos 2008		Pagamentos 2009		Pagamentos 2010		SALDO		Despesa Pública
		Contribuição FEADER	Despesa Pública											
	1.5.1													
123		345.625.000	458.737.309					2.339.862	3.119.816	48.116.987	64.948.731	295.168.151	390.668.762	14,84%
	1.1.1	261.225.000	346.715.815					2.339.862	3.119.816	44.076.817	59.561.838	214.808.321	284.034.161	18,08%
	1.2	25.000.000	33.181.722							1.636.706	2.182.274	23.363.294	30.999.448	6,58%
	1.3.3	59.400.000	78.839.772							2.403.464	3.204.619	56.996.536	75.635.153	4,06%
	1.5.1													
124		28.000.000	37.163.529							8.464	11.285	27.991.536	37.152.244	0,03%
	4.1	28.000.000	37.163.529							8.464	11.285	27.991.536	37.152.244	0,03%
125		551.650.000	732.187.881			16.932.625	22.265.035	10.989.917	14.965.021	78.305.854	104.407.805	445.421.604	590.550.020	19,34%
	1.6.1	95.650.000	126.953.269					10.759.209	14.345.611	17.173.373	22.897.831	67.717.418	89.709.827	29,34%
	1.6.2	329.150.000	436.870.554			16.932.625	22.265.035	230.708	619.409	60.917.604	81.223.472	251.069.063	332.762.638	23,83%
	1.6.3	60.000.000	79.636.133							214.877	286.503	59.785.123	79.349.630	0,36%
	1.6.4	20.000.000	26.545.378									20.000.000	26.545.378	0,00%
	1.6.5	46.850.000	62.182.547									46.850.000	62.182.547	0,00%
126		25.000.000	33.181.722							4.726.653	6.368.823	20.273.347	26.812.899	19,19%
	1.5.2	25.000.000	33.181.722							4.726.653	6.368.823	20.273.347	26.812.899	19,19%
131		2.850.000	3.782.716									2.850.000	3.782.716	0,00%
	1.7	2.850.000	3.782.716									2.850.000	3.782.716	0,00%
132		11.900.000	15.794.500							3.584.360	4.849.341	8.315.640	10.945.159	30,70%
	1.4.1	11.900.000	15.794.500							3.584.360	4.849.341	8.315.640	10.945.159	30,70%
133		8.400.000	11.149.059							172.238	229.650	8.227.763	10.919.409	2,06%
	1.4.2	8.400.000	11.149.059							172.238	229.650	8.227.763	10.919.409	2,06%
141														
142														
Total Eixo 1 - Competitividade		1.535.364.977	2.037.842.162	4.569.590	4.569.590	20.846.246	26.466.463	23.308.604	32.059.476	219.171.058	293.686.687	1.267.469.479	1.681.059.945	17,51%

## ANEXO II. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO EIXO 2

Cod_COM	Cod_PDR	Orçamento do Quadro		Pagamentos 2007		Pagamentos 2008		Pagamentos 2009		Pagamentos 2010		SALDO		
		Contribuição FEADER	Despesa Pública	Contribuição FEADER	Despesa Pública	Contribuição FEADER	Despesa Pública	Contribuição FEADER		Contribuição FEADER	Despesa Pública	Contribuição FEADER	Despesa Pública	
211		545.841.944	670.451.950	4.097.214	4.097.214	141.116.187	153.626.200	47.745.487	59.747.928	103.759.080	129.767.239	249.123.977	323.213.369	51,79%
	2.1.1	401.002.373	492.547.020			120.223.549	130.802.359	38.539.613	48.233.023	89.640.901	112.106.596	152.598.309	201.405.042	59,11%
	2.1.2	138.847.627	170.545.088			20.887.149	22.818.353	8.083.474	10.111.706	13.956.570	17.458.416	95.920.433	120.156.613	29,55%
		5.991.944	7.359.842	4.097.214	4.097.214	5.489	5.489	1.122.399	1.403.199	161.608	202.227	605.235	1.651.714	77,56%
212		70.150.000	86.164.511	1.723.171	1.723.171	23.198.662	25.330.394	8.170.017	10.252.663	16.030.080	20.090.149	21.028.070	28.768.135	66,61%
	2.1.1	51.784.240	63.606.040			17.764.748	19.384.079	5.912.418	7.422.636	12.455.718	15.613.527	15.651.356	21.185.798	66,69%
	2.1.2	18.365.760	22.558.471			5.433.710	5.946.110	1.833.020	2.297.664	3.523.774	4.413.261	7.575.257	9.901.436	56,11%
				1.723.171	1.723.171	205	205	424.580	532.364	50.587	63.360	-2.198.543	-2.319.099	
213								42.488.921						
214		439.388.760	539.696.618	62.780.151	62.780.151	76.565.415	76.565.415	37.105.378	47.058.119	52.485.094	66.402.303	210.452.723	286.890.630	46,84%
	2.2.1	155.698.000	191.242.225			18.977.400	18.977.400	18.656.281	23.511.521	32.672.732	41.296.548	85.391.587	107.456.756	43,81%
	2.2.2	24.000.000	29.478.949			3.519.597	3.519.597	2.437.088	3.050.824	3.889.297	4.873.994	14.154.019	18.034.534	38,82%
	2.2.3	42.400.000	52.079.476			8.975.927	8.975.927	5.008.830	6.557.395	4.514.241	5.872.269	23.901.001	30.673.885	41,10%
	2.2.4	5.200.000	6.387.106							376.928	474.532	4.823.072	5.912.574	7,43%
	2.4	129.732.850	159.349.503			4.590.847	4.590.847	4.060.174	5.082.214	5.882.814	7.355.920	115.199.016	142.320.522	10,69%
		82.357.910	101.159.359	62.780.151	62.780.151	40.501.645	40.501.645	6.943.005	8.856.164	5.149.082	6.529.040	-33.015.973	-17.507.641	117,31%
215														
216		13.450.000	16.520.494									13.450.000	16.520.494	0,00%
	2.4	13.450.000	16.520.494									13.450.000	16.520.494	0,00%
221		258.473.003	317.479.685	34.078.795	34.078.795	33.565.024	35.432.205	34.962.195	43.769.656	31.791.011	39.834.414	124.075.978	164.364.615	48,23%
	2.3.2	20.049.834	24.627.001									20.049.834	24.627.001	0,00%
		238.423.169	292.852.684	34.078.795	34.078.795	33.565.024	35.432.205	34.962.195	43.769.656	31.791.011	39.834.414	104.026.144	139.737.614	52,28%
		4.822.253	5.916.839									4.822.253	5.916.839	0,00%
		161.141.016	197.717.845									161.141.016	197.717.845	0,00%

Cod_COM	Cod_PDR	Orçamento do Quadro		Pagamentos 2007		Pagamentos 2008		Pagamentos 2009		Pagamentos 2010		SALDO		
		Contribuição FEADER	Despesa Pública	Contribuição FEADER	Despesa Pública	Contribuição FEADER	Despesa Pública	Contribuição FEADER			Contribuição FEADER	Despesa Pública	Contribuição FEADER	
		72.459.900	89.218.000									72.459.900	89.218.000	0,00%
222	2.3.2	5.647.841	6.937.184									5.647.841	6.937.184	0,00%
		5.647.841	6.937.184									5.647.841	6.937.184	0,00%
223	2.3.2	28.295.680	34.755.288							494.666	618.332	27.801.014	34.136.956	1,78%
		11.295.680	13.874.366									11.295.680	13.874.366	0,00%
		17.000.000	20.880.922							494.666	618.332	16.505.334	20.262.590	2,96%
		14.617.734	17.954.810									14.617.734	17.954.810	0,00%
		2.382.266	2.926.112									2.382.266	2.926.112	0,00%
224														
225	2.4	15.500.000	19.038.488			116.377	116.377	274.623	343.279	200.315	250.393	14.908.685	18.328.439	3,73%
		15.500.000	19.038.488			116.377	116.377	274.623	343.279	200.315	250.393	14.908.685	18.328.439	3,73%
226	2.3.1	113.006.645	138.804.880							40.000	50.000	112.966.645	138.754.880	0,04%
	2.3.2	70.000.000	85.980.268							40.000	50.000	69.960.000	85.930.268	0,06%
	2.3.2	43.006.645	52.824.612									43.006.645	52.824.612	0,00%
227	2.3.3	58.050.000	71.302.208									58.050.000	71.302.208	0,00%
	2.4	50.000.000	61.414.477									50.000.000	61.414.477	0,00%
	2.4	8.050.000	9.887.731									8.050.000	9.887.731	0,00%
Total Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem		1.547.803.873	1.901.151.306	102.679.330	102.679.330	274.561.665	291.070.591	128.257.700	161.171.645	204.800.244	257.012.830	837.504.934	1.089.216.910	42,71%

## ANEXO III. DINÂMICA DE IMPLEMENTAÇÃO E DE EXECUÇÃO DO SUB-PROGRAMA 3

Execução Anual por Acção ProDeR – Pagamentos 2007/2013

Eixo	Cod_CO M	Cod_PDR	MEDIDAS	EXECUÇÃO/ PAGAMENTOS 2007		EXECUÇÃO/ PAGAMENTOS 2008		EXECUÇÃO/ PAGAMENTOS 2009		EXECUÇÃO/ PAGAMENTOS 2010		TOTAL	
				Cont.	Despesa	Cont.	Despesa	Cont.	Despesa	Cont.	Despesa	Cont.	Despesa
				FEADER	Pública	FEADER	Pública	FEADER	a Pública	FEADER	Pública	FEADER	Pública
3	311		Diversificação para actividades não agrícolas										
	312		Desenvolvimento de micro-empresas										
	313		Encorajamento de actividades turismo										
	321	3.6	Serviços básicos para a economia e população rural										
			Implantação Redes Banda Larga de nova geração									,00	,00
	322		Renovação aldeias e desenvolvimento										
	323		Conservação património rural					54.299	72.399	160.775	214.366	215.074	286.765
			Intervenções Territoriais Integradas					54.299	72.399	160.775	214.366	215.074	286.765
	331		Formação e informação										
341		Aquisição de competências e animação											
<b>Total Eixo 3 - Diversificação e qualidade de vida</b>								<b>54.299</b>	<b>72.399</b>	<b>160.775</b>	<b>214.366</b>	<b>215.074</b>	<b>286.765</b>
4	411		Competitividade										
	412		Ambiente/gestão do espaço rural										
	413	3.1.1 3.1.2 3.1.3 3.2.1 3.2.2	Qualidade de vida/diversificação							5.954.861	7.549.511	5.954.861	7.549.511
			Diversificação de actividades na exploração agrícola							386.747	483.433	386.747	483.433
			Criação e desenvolvimento de microempresas							3.098.453	3.967.475	3.098.453	3.967.475
			Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer							1.063.323	1.333.299	1.063.323	1.333.299
			Conservação e valorização do património rural							242.941	303.676	242.941	303.676
			Serviços básicos para a população rural							1.163.398	1.461.628	1.163.398	1.461.628
	421	3.4.1 3.4.2	Cooperação							85.098	121.389	85.098	121.389
			Cooperação Interterritorial							85.098	121.389	85.098	121.389
			Cooperação Transnacional							0	0	0	0
431	3.5	Custos funcionamento, aquisição competências, animação							1.052.107	1.052.107	12.170.278	16.391.440	
		Funcionamento dos GAL, Aquis. Competências e Animação							1.052.107	1.052.107	12.170.278	16.391.440	
<b>Total Eixo 4 - Leader</b>										<b>14.791.517</b>	<b>18.697.809</b>	<b>18.210.236</b>	<b>24.062.339</b>
5	511		Assistência Técnica	<b>660.000</b>	<b>880.000</b>	<b>1.669.314</b>	<b>2.225.752</b>			<b>1.990.712</b>	<b>2.654.283</b>	<b>6.928.911</b>	<b>9.238.549</b>
<b>TOTAL</b>				<b>660.000</b>	<b>880.000</b>	<b>1.669.314</b>	<b>3.277.859</b>			<b>16.943.003</b>	<b>21.566.458</b>	<b>25.354.222</b>	<b>33.587.652</b>

Nota: Montantes já incluem os compromissos já transitados.

Fonte: Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão. Maio de 2011

Distribuição Regional das Candidaturas Entradas – 2010

NUT II	M. 3.1. Diversificação da Economia e Criação de Emprego								M. 3.2. Melhoria da Qualidade de Vida						M. 3.4. Cooperação LEADER para o Desenvolvimento						M. 3.5.- Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação		Total Regional	
	Acção 3.1.1.		Acção 3.1.2.		Acção 3.1.3.		Total da Medida		Acção 3.2.1.		Acção 3.2.2.		Total da Medida		Acção 3.4.1.		Acção 3.4.2.		Total da Medida		Nº PA	INV	Nº PA	INV
	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV						
Norte	58	12.039	260	39.845	191	40.190	509	92.074	132	12.975	120	20.910	252	33.885	28	1.833	14	997	42	2.830	30	21.295	833	150.084
Centro	18	3.254	245	30.198	103	19.802	366	53.255	74	7.464	135	18.585	209	26.050	18	1.754	16	1.028	34	2.782	35	22.334	644	104.420
Lisboa	23	3.133	111	17.089	49	10.339	183	30.562	41	3.863	43	6.423	84	10.286	15	1.927	6	567	21	2.494	12	8.497	300	51.839
Alentejo	22	4.417	76	9.766	49	9.446	147	23.629	56	6.235	64	8.287	120	14.521	5	518	14	1.260	19	1.778	16	12.332	302	52.261
Algarve	6	960	17	1.407	23	4.603	46	6.970	22	2.291	13	745	35	3.036	3	341	5	531	8	873	6	3.511	95	14.389
<b>Total</b>	127	23.083	709	98.306	415	84.380	1.251	206.490	325	32.828	375	54.951	700	87.778	69	6.373	55	4.383	124	10.757	99	67.969	2.174	372.994

INV: Investimento

Fonte: Relatório de Execução ProDeR 2010 – Versão Preliminar de Maio de 2011

Distribuição Regional dos PA Contratados – 2010

NUT II	M. 3.1. Diversificação da Economia e Criação de Emprego								M. 3.2. Melhoria da Qualidade de Vida						M. 3.4. Cooperação LEADER para o Desenvolvimento						M. 3.5.- Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação		Total Regional	
	Acção 3.1.1.		Acção 3.1.2.		Acção 3.1.3.		Total da Medida		Acção 3.2.1.		Acção 3.2.2.		Total da Medida		Acção 3.4.1.		Acção 3.4.2.		Total da Medida		Nº PA	INV	Nº PA	INV
	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV	Nº PA	INV				
Norte	37	6.867	122	18.803	97	19.019	256	44.689	70	5.890	81	13.711	151	19.601	26	1.660	2	103	28	1.764	30	21.029	465	87.083
Centro	9	1.299	159	20.497	47	9.509	215	31.305	37	3.511	87	9.714	124	13.225	15	1.399			15	1.399	27	17.747	381	63.676
Lisboa	15	2.291	80	12.769	31	7.240	126	22.300	34	3.105	34	4.246	68	7.352	19	1.582			19	1.582	12	8.497	225	39.730
Alentejo	12	1.908	46	6.631	31	5.914	89	14.453	29	2.880	39	4.312	68	7.192	5	511	3	284	8	794	16	11.990	181	34.429
Algarve	4	460	15	1.323	17	3.032	36	4.815	18	1.868	10	446	28	2.314	1	66		387	1	66	6	3.335	71	10.531
<b>Total</b>	77	12.825	422	60.023	223	44.714	722	117.562	188	17.255	251	32.429	439	49.684	66	5.218	5		71	5.605	91	62.597	1.323	235.449

INV: Investimento

Fonte: Relatório de Execução ProDeR 2010 – Versão Preliminar de Maio de 2011



## Distribuição dos PA Contratados por Tipologia de Promotor – Medida 3.1

Tipo de Promotor	Acção	Nº PA	Acção	Nº PA	Total	%
Agricultor	3.1.2	1			1	0,14
Associações e fundações privadas	3.1.2	3	3.1.3	6	9	1,25
Cooperativas	3.1.2	6	3.1.3	1	7	0,97
Empresas	3.1.2	194	3.1.3	51	245	33,93
Empresários em nome individual	3.1.2	101	3.1.3	88	189	26,18
Empresários em nome individual – Agricultor	3.1.1	39	3.1.2	2	41	5,68
Membro do agregado familiar do agricultor	3.1.1	3			3	0,42
Outro	3.1.2	1	3.1.3	17	18	2,49
Outras entidades	3.1.1	3			3	0,42
Outras entidades empresariais privadas	3.1.2	109	3.1.3	50	159	22,02
Outras entidades empresariais privadas – Agrícola	3.1.1	31	3.1.3	3	34	4,71
Outras entidades empresariais privadas – Membro do agregado familiar agricultor	3.1.1	1			1	0,14
Pessoas singulares	3.1.2	4			4	0,55
Privados	3.1.2	1	3.1.3	7	8	1,11
<b>Total</b>		497		225	722	100,00

Fonte: Relatório de Execução ProDeR 2010

## Distribuição dos PA Contratados por Tipologia de Promotor – Medida 3.2.

Tipo de Promotor	Acção	Nº PA	Acção	Nº PA	Total	%
Administração Local	3.2.2	11			11	2,89
Agricultor	3.2.1	3			3	0,79
Associações e fundações privadas	3.2.1	61	3.2.2	30	91	23,95
Cooperativas	3.2.1	1	3.2.2	3	4	1,05
Empresários em nome individual	3.2.1	1			1	0,26
Empresários em nome individual – Agricultor	3.2.1	1			1	0,26
Empresas	3.2.1	2			2	0,53
IPSS	3.2.1	5	3.2.2	193	198	52,11
Outras entidades	3.2.1	17	3.2.2	11	28	7,37
Outro	3.2.1	10			10	2,63
Privados	3.2.1	14			14	3,68
Sector Público	3.2.2	3			3	0,79
Sector Público (não administração local)	3.2.1	14			14	3,68
<b>Total</b>		143		237	380	100,0

Fonte: Relatório de Execução ProDeR 2010

## **ANEXO IV. CLIPPING DE IMPRENSA**

### **“Adega Cooperativa de Mesão Frio comemora 60º Aniversário”**

**07-07-2010 - 14:52**

#### **A Verdade, O Jornal de Marco de Canaveses, versão on-line**

José Pedro Pires [Presidente da Direcção da Cooperativa de Mesão Frio], que vai no seu terceiro mandato como Presidente da Cooperativa de Mesão Frio, reafirmou a importância da instituição que preside, sendo hoje, passados sessenta anos da sua fundação, uma “referência do Douro” e do cooperativismo. Para o José Pedro Pires, a “sabemos o que queremos e para onde queremos ir. Adega Cooperativa de Mesão Frio não necessita de ajudas extraordinárias. Apenas que nos respeitem e defendam dos interesses obscuros que andam por aí espalhados”.

Em clara alusão à proposta de união das cooperativas, José Pedro Pires dirigiu-se a Luís Vieira [Secretário de Estado das Pescas e Agricultura], solicitando medidas, que tardam, do Governo relativas à fusão do cooperativismo. (...) Seguiu-se o discurso do Secretário de Estado das Pescas e Agricultura que salvou os “princípios humanistas do cooperativismo”, defendendo que “as novas exigências do mundo cada vez mais global, obrigam a uma gestão mais profissional”, numa clara alusão à fusão das cooperativas, para que estas “se tornem mais competitivas.

### **“Adegas Cooperativas em Agonia”**

**14 Set 2009 < Início < Notícias**

**<http://www.ivv.min-agricultura.pt/np4/1133.html>**

Diversas adegas cooperativas estão a atravessar uma grave crise. Passivos elevados, dívidas a associados, não conseguem vencer. Por isso, começam a unir-se para fazer fente, no mercado, às estruturas mais fortes.

Enquanto oito dos 20 funcionários da Adega Cooperativa de Alijó cumprem os últimos dias de lay-off, a direcção da instituição vê-se a braços com uma quebra de encomendas na casa dos 40%. É a mesma crise que já encerrou as portas da adega de Sanfins do Douro, que faliu há dois anos. Com algumas dificuldades, também, as de Favaios e de Pegarinhos estudam fundir-se com a de Alijó de forma a ultrapassar um eventual encerramento.

A mesma solução estudam as adegas cooperativas de Vila Verde, Amares, Terras de Bouro e Póvoa de Lanhoso, cujos dirigentes querem fundir-se na Cooperativa Agrícola do Alto Cávado (Cavagri), sediada em Braga. A fusão levará os cerca de 300 cooperantes da adega de Vila Verde a uma união de esforços com a cooperativa bracarense, detentora de um espaço de produção e armazenamento de vinhos, na Confeiteira. A Adega Cooperativa de Braga terá o mesmo destino que a de Vila Verde, sendo eliminada e o seu edifício vendido. Os cooperantes formarão uma nova adega, mais moderna, no actual entreposto de frutas da Ponte do Bico.

**“Se o projecto for aprovado pelas associadas nova UDACA pode surgir em meados de 2009”**

**[http://www.gazetarural.com/images/edicoes/gazeta\\_rural\\_edicao\\_100.pdf](http://www.gazetarural.com/images/edicoes/gazeta_rural_edicao_100.pdf)**

O ano de 2009 pode ser marcante para o sector cooperativo do Dão. Em discussão está um projecto, que pode estar concluído em meados do próximo ano, e que prevê a possível fusão de todas as adegas, que passariam neste caso a ser apenas unidades produtivas, ficando a UDACA como a entidade gestora e de comercialização das diferentes marcas e vinhos produzidos pelo sector. Em entrevista à Gazeta Rural, Fernando Figueiredo revela alguns pormenores do projecto, assim como os timings do mesmo.

Gazeta Rural (GR): Vamos ter uma nova UDACA?

Fernando Figueiredo (FF): Tudo aponta nesse sentido. Foram promulgados os regulamentos do PRODER no que se refere a fusões, e, com base nisso, está a preparar-se uma candidatura, cuja elaboração e apresentação no âmbito do PRODER a direcção da UDACA deliberou atribuir à LeaderShip, empresa que tem vindo a colaborar nos estudos prévios e na estratégia para o futuro do sector cooperativo do Dão. Nessa candidatura estarão incluídos todos os investimentos que foram detectados nos estudos prévios, serem necessários fazer em cada uma das unidades produtivas futuras, ou seja das adegas cooperativas.

GR: Na reunião que teve com as direcções das cooperativas houve objecções ao projecto?

FF: Foi apresentado um modelo de fusão, em que foi explicado aquilo que temos como ideia que seja a futura fusão e os caminhos a seguir. Nas intervenções que ocorreram, com todas as direcções presentes, não houve nenhuma em sentido contrário. Pensamos por isso que as pessoas concordaram em termos gerais com o modelo. As dificuldades surgirão no decorrer do processo de avaliação e negociação das marcas a incluir no projecto. (...).

**“Fusão de Adegas Cooperativas sem avanços”**

**Quinta, 10 Junho 2010 12:40**

**[http://www.castedo.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=609:fusao-de-adegas-cooperativas-sem-avancos&catid=40:regiao&Itemid=18](http://www.castedo.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=609:fusao-de-adegas-cooperativas-sem-avancos&catid=40:regiao&Itemid=18)**

O Município de Alijó gastou cerca de 115 mil euros em dois estudos de viabilidade económica para as três adegas do concelho. O desejo de aglutinar todos os interesses e agrupar as cooperativas chegou até ao Primeiro-Ministro e sentou várias vezes os representantes das três adegas, porém sem qualquer êxito. Na última reunião, os intervenientes não concordaram com o modelo proposto.

O presidente da Câmara Municipal de Alijó, Artur Cascarejo, exprimiu algum desencanto com este desfecho. “O Município em conjunto com o Ministério da Agricultura trabalhou com as Adegas no sentido da sua fusão. Fizeram-se reuniões com o anterior e com o actual Ministro e com a empresa que fez o modelo financeiro. O modelo foi apresentado à Direcção de cada adega. O Governador Civil também nos acompanhou, bem como os técnicos do Ministério da Agricultura. Cada adega apresentou as suas razões e decidiram fazer sozinhas o seu próprio trajecto. Inclusivamente, pagámos estudos com o objectivo de fazer essa fusão, mas na fase final, estudaram-se vários cenários e modelos, mas as adegas acabaram por não concluir o processo para a fusão. Da nossa parte, tudo fizemos para que a iniciativa tivesse sucesso”.

No final da reunião, foram as próprias adegas que acharam que o modelo ainda não estava suficientemente desenvolvido, que o momento não era oportuno, tendo em conta a crise que existe. “Agora, a decisão está na mão das adegas. Para já, cada um segue o seu caminho”. Recorde-se que, o primeiro sinal da crise que se instalou no cooperativismo do concelho foi dado pela Adega Cooperativa de Sanfins do Douro, que acabou por ser adquirida por um privado devido às dificuldades financeiras. A Adega de Alijó foi obrigada a recorrer ao “lay-off” junto dos seus trabalhadores, devido a uma quebra na venda de vinhos.

O presidente da Adega Cooperativa de Santa Marta de Penaguião, José Lopes, lembra que a sua instituição foi “a primeira na região a criar uma fusão de adegas” (Santa Marta, Medrões e Cumieira) e gostava que o exemplo fosse seguido, porém lamenta que isso não esteja a acontecer.

O dirigente entende que “da parte do Governo deverá haver uma maior clarificação das regras, quais os critérios e que apoios concretos existem”. “Não queremos teorias, mas sim orientações bem definidas”, sublinhou. José Lopes critica também aquilo que considera ser “bairrismos sem nexos de alguns dirigentes”, acusando-os “de falta de visão estratégica para o sector”. “Hoje, em termos de concorrência de mercados, deverão existir estruturas de dimensão significativa e que agreguem muitos viticultores”, realçou. Mas é do presidente da Unidouro, José Manuel Santos, que tece as maiores críticas perante a actual situação. “Em primeiro lugar, a falta de sensibilização dos agentes cooperativos para este modelo. Esta é uma das grandes dificuldades. Em segundo, a falta de políticas, que nos indiquem efectivamente os problemas financeiros das cooperativas para que possam ser resolvidos. O Estado argumenta que existe um instrumento no PRODER, mas é tudo letra. Por fim, é preciso uma linha de desendividamento, já que a maior parte das cooperativas estão muito endividadas. Também os processos não avançam porque as adegas, com boa sanidade financeira, não querem juntar problemas com outras que estão em dificuldades”. “Primeiro, cada uma das cooperativas deve encontrar uma solução para resolver o seu problema financeiro. Nunca pode haver a ideia de que a fusão servirá para resolver problemas financeiros de adegas com passivos transportados nos últimos anos. Agora, aqui é que deve intervir o Ministério da Agricultura e proporcionar uma linha de desendividamento e só depois será possível avançar. Já sabemos que o caminho do futuro é a fusão, no sentido de se encontrar massa crítica, resolver problemas de comercialização e gestão de marketing, já que uma cooperativa sozinha não consegue ultrapassar as suas contrariedades. Daí que a fusão ou concentração não seja um modelo ideal”. (...)

O responsável pela Unidouro lamentou ainda a não conclusão do processo de concentração das adegas Favaios, Alijó e Pegarinhos. “É um facto que me entristece, até porque acreditava muito no processo”. Por fim, o dirigente duriense voltou a defender que o Governo deve ter uma participação mais objectiva nesta matéria. “As coisas iniciaram de uma forma tímida, porque quando as pessoas perguntavam como se resolve o problema financeiro, não havia uma resposta clara do Ministério e as pessoas não aderiram. Assim, estamos a caminhar para um ponto sem retorno”. A concluir defendeu algumas medidas que as adegas devem perfilhar. “Os modelos das cooperativas são do passado, esse modelo já acabou. É preciso mudar hábitos, os tipos de gestão, mentalidades, adoptar um modelo empresarial e mudar a forma de comunicar o negócio”. Refira-se ainda que, cerca de 70 por cento dos agricultores associados às adegas cooperativas que existem na região do Douro têm mais de 60 anos, sendo que 12 mil são vitivinicultores nessa situação, num total de 20 mil inscritos nas 17 adegas cooperativas activas.

**“Sete adegas cooperativas criam entidade superior”**

**14-Mai-2008**

**<http://www.lusowine.com/displayarticle4099.html>**

Sete adegas cooperativas da região demarcada dos Vinhos Verdes, entre elas a Frutivinhos de Famalicão, criaram a Viniverde – Promoção e Comércio de Vinhos Verdes, SA, com o objectivo de melhor gerir, promover e comercializar a produção. (...) A Viniverde é uma empresa com capital 100% subscrito pelas adegas e com o mesmo princípio cooperativo, tendo por objectivo aproveitar as mais-valias que cada adega possui. «Criamos dimensão, diminuimos o peso de cada uma das estruturas das adegas, baixando os custos; externamente temos a possibilidade de ter uma gama de produtos para um melhor acesso ao mercado», sublinha Germano Abreu, presidente da direcção da Frutivinhos.

A nível interno há uma redução de custos, desde logo porque há uma diminuição com os recursos humanos (são necessários menos vendedores, menos enólogos, menos contabilistas, etc). Ao nível externo, as marcas da Frutivinhos não desaparecem do mercado, porque não há fusão mas a criação de uma entidade superior que vai gerir as marcas existentes.

**“Vercoope”**

**2009**

**<http://revistanectar.wordpress.com/2009/07/27/vercoope/>**

A criação de economias de escala na região dos vinhos verdes, através da agregação das adegas cooperativas, tem sido um dos papéis mais relevantes que a Vercoope vem desempenhando, na senda da sua missão original.

O presidente daquela entidade [Vercoope], Basto Gonçalves, destacou este papel aglutinador, que foi recentemente posto à prova com o processo de fusão da Adega Cooperativa de Vila Verde, Amares, Póvoa de Lanhoso e Terras de Bouro com a Cavagri, numa estrutura que integra a Vercoope. Como importante mais-valia está o facto de “a Cavagri ter apostado na construção de uma adega de raiz, que está já concluída, de forma a permitir que a última vindima fosse realizada nas novas instalações”. Esse aspecto revela-se de grande importância na qualidade dos vinhos recepcionados. O presidente da Vercoope assinala a inevitabilidade deste movimento, que poderá “alargar-se a outras adegas, mas que ainda não se concretizou”.

**“Adega de Castelo de Paiva em dificuldade”**

**21-Mar-2010**

**Jornal Aberto**

**[http://www.jornalaberto.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1081&Itemid=11](http://www.jornalaberto.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1081&Itemid=11)**

Afogada em dívidas, instalações hipotecadas à banca, a Adega Cooperativa de Castelo de Paiva, medalhada na produção de vinho verde, aliou-se à congénere de Felgueiras. A aliança permitiu pagar aos fornecedores de uvas. O cenário de insolvência ou de fusão entre cooperativas está à vista.

Entre promessas falhadas do Governo e a ideia de haver uma entidade que juntasse várias adegas, a Adega de Castelo de Paiva entrou numa fase muito complicada.

António Azevedo, presidente da direcção, encontrou a tábua de salvação numa aliança com a Cooperativa de Felgueiras (paga as uvas aos fornecedores, sendo dona do vinho) e disponibiliza para venda a quantidade necessária para a Adega paivense comercializar as três marcas de vinho verde.

**“Única - Adega Cooperativa do Algarve”**

**20 Agosto 2009**

**<http://www.ivv.min-agricultura.pt/np4/937.html>**

Futuras instalações da Adega do Algarve representam investimento de 6 milhões de euros.

Com a presença do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Jaime Silva, será assinado na próxima sexta-feira, 21 de Agosto, pelas 17H30, um acordo de cedência de instalações localizadas em Canada, concelho de Lagoa, entre a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP Algarve) e a Única - Adega Cooperativa do Algarve, resultado da fusão das Cooperativas de Lagoa e Lagos. (...)

**“Câmara de Lamego avança com projecto de salvação de cooperativas”**

**30.07.2010**

**[http://issuu.com/jornal-do-centro/docs/jornal\\_do\\_centro\\_-\\_ed437](http://issuu.com/jornal-do-centro/docs/jornal_do_centro_-_ed437)**

Tudo indica que a nova sociedade seja criada dentro de dias (...). A autarquia de Lamego decidiu avançar com um projecto de salvação das duas cooperativas do concelho (Lamego e Penajoias) em resposta à grave crise financeira que atravessam estas estruturas. (...) A nova sociedade anónima, em que a Câmara entra como parceiro visa a fusão das duas adegas e a criação de um projecto que potencie o interesse das cooperativas.

**“Adega Cooperativa da Mealhada está renascida”**

**22.05.2011**

**Diário as Beiras**

**<http://www.asbeiras.pt/2010/09/adega-cooperativa-da-mealhada-esta-renascida/>**

(...)

Defendendo várias mudanças, nomeadamente “a fusão das adegas cooperativas”, o presidente da assembleia geral fala de outras que entretanto já se verificam na Mealhada. “Será lançada uma casta SYRAH Bairrada, alguns rótulos foram alvo de reformulação”, adianta. Por tudo isto Carlos Pinheiro acredita “num sucesso extraordinário da Adega Cooperativa da Mealhada nos próximos anos”.

## ANEXO V. PROJECTO Nº 0000 MEDIDA 1.2

Item	Descrição Sumária
Entidades	<p>A Adega de X, em Julho de 2004, em conjunto com as Adegas Cooperativas do A (Adega Coop. do B, C, D, E, F, G) constituíram a Y com o objecto social de promover, exportar e internacionalizar os vinhos do Alentejo, potencializando o aumento do seu volume de vendas, pela abertura de novos mercados, posicionando-os enquanto vinhos de qualidade como competitivos face à oferta dos vinhos do " Novo Mundo" assente numa relação qualidade/ preço e assim se obter a pretendida valorização económica. Enfim, uma tarefa que qualquer das Adegas, de per si, dificilmente se poderia aventurar a fazer isoladamente face à exigência dos meios financeiros e técnicos a alocar, bem como à escala de produção necessária para enfrentar este tipo de mercados.</p> <p>Em 2005, através de um aumento de capital, entraram como accionistas da sociedade dois Fundos de Capital de risco permitindo à Y dotar-se com os capitais necessários para desenvolver a sua actividade no sentido da internacionalização dos vinhos do Alentejo</p>
Objectivos da Operação	<p>Baseando-se a comercialização da Y em lotes de vinho das Adegas suas associadas decorre que as características organolépticas dos mesmos derivam e são consentâneas, com as dos "vinhos base" que lhes deram origem. Ora deste período inicial de prospecção, promoção e comercialização nos mercados internacionais a Y concluiu que, embora tendo os vinhos do Alentejo reconhecidas potencialidades, há um efectivo desajustamento destes ao perfil enológico de alguns dos mercados internacionais mais interessantes. Há assim que adaptar os vinhos produzidos para a Y aos padrões qualitativos dos mercados externos isto é, há que apostar num objectivo direccionamento aos grandes mercados importadores, através de lotes mais aconselháveis para cada caso, permitindo uma efectiva aproximação ao gosto dos consumidores dos mercados alvo. Neste sentido a Y aprovou um Plano Estratégico para o desenvolvimento da sua actividade comercial nos mercados externos o qual passa pela elevação do volume das vendas através da melhoria da qualidade do vinho fornecido e do seu ajustamento aos perfis enológicos dos mercados internacionais. Este objectivo vai obrigar a um esforço de melhoria dos processos de laboração dos vinhos produzidos pelas Adegas que pretendam fornecer vinhos à Y. (...) Assumindo-se a Y como "Negociante sem Estabelecimento" e "Exportador", estatutos que registou perante o IVV, a realização das diferentes operações enológicas que necessita para a produção dos seus vinhos será efectuada nas instalações das Adegas accionistas, de acordo com as orientações do Enólogo da Y.</p>

Item	Descrição Sumária
<p>Investimentos para a concretização da Operação</p>	<p>Estes objectivos vão obrigar a um esforço de investimento que visam a:</p> <p>a) Elevação da Qualidade de Vinificação de Tintos.</p> <p>(...)Embora estando já programado a aquisição de um conjunto de cubas de fermentação (correspondente a 1.160 tons de uvas) tal continua a ser claramente insuficiente para fazer o "upgrading do vinho" (actualmente produzido em condições deficientes) que permita atingir os objectivos determinados no Plano Estratégico da Enoforum de um acréscimo de fornecimento que se estima em 2.815.000 Lt de Tinto para além de 100.000 Lt de rosé (...)</p> <p>Pretende-se assim com este projecto melhorar a qualidade de vinificação de tintos através da aquisição de um conjunto de equipamentos com epicentro em 28 cubas de fermentação de 53.000 Lt correspondente a 1187 tons (80% de 53.000 Lt=42.400 Kg x 28 cubas= 1187 tons). Outros equipamentos inerentes e complementares ao processo de vinificação serão de aquisição obrigatória (robot-pisador, chiller, bombas, tubagens...). A montante e a jusante do processo de fermentação, será adquirido um conjunto de equipamentos que estão também devidamente discriminados no item do presente formulário "Acções a implementar - Fundamentação e impacto da operação na actividade da empresa", respeitantes às zonas de recepção e de prensagem (tegão, desengaçador-esmagador, triturador, prensas e silo para bagaço ).</p> <p>b) Majoração dos períodos de Estágio, Estabilização e Envelhecimento dos Vinhos Tintos / Rosé</p> <p>(...) vai necessitar de compatibilizar correspondentes capacidades para fazer face a mais longos períodos de estagio e estabilização e possibilitar a necessária autonomia para loteamentos visando a qualidade e homogeneidade dos produtos finais. Vai-se assim adquirir um conjunto de reservatórios de 50.000 a 150.000 Lt com uma capacidade global de 3.050.000 Lt (vide discriminação detalhada no item seguinte). A comercialização de um maior volume de vinhos Premium e DOC, com estágios mais longos em madeira vai obrigar, por sua vez, a elevar a capacidade de envelhecimento em barricas e tonéis em 46.300 lt.</p> <p>c) Melhoria do Sistema de Gestão e Controlo de qualidade.</p> <p>(...) Visando adequados padrões de fiabilidade vai-se adquirir um conjunto de equipamentos para aferição qualitativa das uvas, mostos e vinhos, para o controlo enológico do processo de fermentação e para evitar oxidações em cubas ou nas linhas de enchimento (nas garrafas ): - Colhedor de amostras, - Analisador multiparametrico, - Sistema de Gestão e Controlo Enológico por Computador, - Sistema de Geração de Azoto</p> <p>d) Construção de um novo núcleo de Vinificação, Armazenagem e Envelhecimento.</p> <p>A inexistência de área útil nas actuais instalações da Adega vai obrigar à construção de um novo núcleo de Vinificação e Armazenagem em terreno entretanto já adquirido. O local onde se implantará este núcleo corresponde à área de expansão da Zona Industrial de X, estando separada da mancha urbana pelo canal ferroviário desactivado. Esta construção será composta por uma área de vinificação com 2.816 m<sup>2</sup>, uma zona contigua com depósitos de armazenagem com 3.375 m<sup>2</sup> e uma terceira área destinada ao estágio em barricas com 1.544 m<sup>2</sup>. (...)</p>

## ANEXO VI. PROJECTO Nº 0001 ACÇÃO 1.1.1C2

Item	Descrição Sumária
Entidade	<p>Actualmente, a X, como uma estrutura cooperativa de 1º Grau é integrada pelas Adegas Cooperativas de A, B, C, D, E, F e G, no seu conjunto formam uma estrutura coesa dinâmica e com um enorme potencial de crescimento, trunfo este que lhe tem permitido nos últimos anos obter êxitos consideráveis, apesar da grave crise que se instalou sobre o sector dos vinhos.</p> <p>A X, adquire vinhos tintos e brancos às suas Adegas Cooperativas Associadas. A sua actividade deve ser entendida como o prolongamento da actividade das suas Adegas, salvo motivo de falta de mercadoria, a Vercoope apenas engarrafa e comercializa vinhos provenientes das suas Adegas Associadas.</p>
Operação	<p>(...) pelo que é intenção da vercoope, integrar esses investimentos num novo quadro comunitário, no PRODER e paralelamente incluir novos investimentos relacionados com equipamento na área produtiva, que permitirá facilitar uma nova dinâmica que se pretende imprimir ao sector comercial, de forma a incrementar as vendas na globalidade, e nomeadamente, um tipo de vinho com características mais inovadoras e que encaixem no gosto do consumidor moderno.</p> <p>Assim, continua a ser prioridade da X, privilegiar a venda de vinhos verdes engarrafados em embalagem do tipo 0,75L, pretendendo agora criar um novo produto com características especiais, gama PREMIUM, que lhe permitirá ganhar quota no mercado externo, e em determinados segmentos do mercado nacional, em detrimento dos vinhos designados correntes, 5L e 1L, muito direccionados para o mercado nacional.</p>

Item	Descrição Sumária
Investimento para a operação	<p>1- 4 Cubas de Gaseificação de 50.000 L de Capacidade:</p> <p>As cubas de gaseificação diferem das cubas normais pela capacidade de suportar e manter uma determinada pressão, esta proposta vem no seguimento da aquisição da nova linha de enchimento de garrafas nº 1, com a capacidade produtiva de 10.000 Garrafas/Hora, que num dia de laboração de 8 horas necessitará de 60.000 L de vinho disponível, logo para melhorar a operacionalidade, será necessário existir cubas de apoio ao enchimento de maior capacidade, mantendo assim uma maior eficiência produtiva.</p> <p>2 - 32 Elevadores sem Lubrificação</p> <p>Os elevadores têm a finalidade de elevar a garrafa na enchedora até aos bicos de enchimento, o objectivo da X com esta aquisição é a de substituir os actuais da linha 2 de enchimento de garrafas, que estão com elevado nível de desgaste que necessitam de elevada lubrificação. Promove-se assim a utilização de materiais ambientalmente mais amigos, com menor gastos em manutenção e menor produção de resíduo lubrificante.</p> <p>3 - 1 Dessulfurador de 10 Toneladas:</p> <p>O dessulfurador é um equipamento que permite remover uma determinada quantidade de dióxido de enxofre sem qualquer tipo de alteração em outros componentes do vinho, sendo um dos parâmetros que é necessário um maior controlo. O equipamento terá a finalidade de remover o dióxido de enxofre em excesso nos mostos que serão produzidos pelas Adegas Associadas, vai permitir uma melhoria na produção e na qualidade de vinhos brancos.</p> <p>4 - Analisador Automático FTIR/UV-VIS Modelo Bacchus II</p> <p>O analisador automático é um complemento essencial à qualidade final do produto alimentar, serve para executar novas análises laboratoriais mais complexas, de um modo automático, com maior fiabilidade e menor erro associado (menor intervenção humana). Vai auxiliar a avaliação da qualidade mais rapidamente em todos os passos da produção desde a recepção até ao engarrafamento, conseguindo assim monitorizar on-line todos os parâmetros analíticos essenciais permitindo uma rápida intervenção em caso de necessidade.</p> <p>É um equipamento que é de extrema importância devido ao actual estado de desactualização do equipamento laboratorial, levando a uma maior morosidade e complexidade de execução do controlo analítico.</p> <p>(...) [para uma listagem exaustiva consultar o PA]</p>

## ANEXO VII. OBJECTIVOS/ACTIVIDADES PROMOTORAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

MEDIDA 3.1 – Diversificação da Economia e Criação de Emprego		
Promover a diversificação da economia para actividades não agrícolas e aumentar o emprego nas zonas rurais, de acordo com uma estratégia definida para territórios locais alvo de abordagem LEADER		
3.1.1	Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola	<p><b>OBJ:</b> Estimular o desenvolvimento de actividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo directamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.</p> <p><b>ACT:</b> Turismo de Habitação, Turismo no Espaço Rural (TER), nas modalidades de agroturismo e casas de campo, Parques de campismo e caravanismo e Turismo de Natureza, nas modalidades anteriormente referidas; serviços de recreação e lazer; actividades pedagógicas; actividades associadas à caça e pesca em águas interiores; produção de bens resultantes de actividades de transformação (quer sejam produtos constantes do Anexo I do Tratado ou não); pontos de venda directa dos bens produzidos na exploração (quer sejam produtos constantes do Anexo I do Tratado ou não); e outros serviços prestados a terceiros.</p>
3.1.2	Criação e desenvolvimento de microempresas	<p><b>OBJ:</b> Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.</p> <p><b>ACT:</b> Apoiar a criação e desenvolvimento de microempresas (classificada segundo o n.º 3 do artigo 2.º do Anexo da Recomendação da Comissão 2003/361/CE relativa à definição de micro e PME) cujo ramo de actividade poderá ser alvo de delimitação no âmbito das Estratégias Locais de Desenvolvimento, em coerência com as necessidades dos territórios locais e com a estratégia definida.</p>
3.1.3	Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer	<p><b>OBJ:</b> Desenvolvimento do turismo e de outras actividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.</p> <p><b>ACT:</b> criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a actividades de caça e pesca, turismo equestre, religioso, de saúde, cultural; alojamento turístico nas seguintes modalidades de hospedagem: Turismo de Habitação; Turismo em Espaço Rural (TER), nas modalidades de casas de campo, Parques de campismo e caravanismo e turismo de natureza, nas modalidades anteriormente referidas; infra-estruturas de pequena escala, tais como, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística.</p>

Fonte: PRODER, Revisão 7, Março 2010.

<b>MEDIDA 3.2 – Melhoria da Qualidade de Vida</b> <b>Promover a recuperação e conservação do património rural no âmbito de uma estratégia de valorização e atractividade dos territórios rurais.</b> <b>Aumentar a acessibilidade da população dos territórios rurais a serviços essenciais à comunidade em função das necessidades identificadas no diagnóstico da Estratégia Local de Desenvolvimento.</b>		
3.2.1	Conservação e valorização do património rural	<p><b>OBJ:</b> Valorizar o património rural na óptica do interesse colectivo, enquanto factor de identidade e de atractividade do território, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local.</p> <p><b>ACT:</b> Preservação do património rural construído (excepto o património histórico e monumental classificado), por exemplo, moinhos ou espigueiros. Refuncionalização de edifícios de traça tradicional para actividades associadas à preservação e valorização da cultura local. Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico). Preservação, recuperação e valorização dos recursos naturais e ambientais.</p>
3.2.2	Serviços básicos para a população rural	<p><b>OBJ:</b> Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações.</p> <p><b>ACT:</b> Serviços de apoio à infância; acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes e serviços itinerantes de apoio social; serviços de animação cultural e recreativa de base local; serviços de apoio a novos residentes. Estes serviços serão priorizados quando integrados em centros multiserviços nos locais em que esses centros sejam promovidos.</p>
<b>MEDIDA 3.3 – Implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local</b> <b>Dinamização Económica dos Territórios Rurais, nomeadamente através da Diversificação da Economia e Criação de Emprego e da Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais. Reforçar a Governança Local.</b>		
---	---	<b>ACT:</b> Medidas 3.1 e 3.2.

Fonte: PRODER, Revisão 7, Março 2010.

<p align="center"><b>MEDIDA 3.4 – Cooperação LEADER para o Desenvolvimento</b></p> <p align="center"><b>Valorizar os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, através da cooperação, enquanto instrumento potenciador das complementaridades, diversidades e heterogeneidades dos territórios em cooperação.</b></p> <p align="center"><b>Conjugar, através da cooperação, os saber-fazer e os recursos humanos e financeiros oriundos de diferentes territórios rurais, permitindo atingir massa crítica necessária à viabilização dos projectos de cooperação, otimizar e racionalizar os recursos e identificar complementaridades que permitem abrir novas oportunidades de mercado e de desenvolvimento dos territórios rurais.</b></p>		
3.4.1	Cooperação Interterritorial	Promover o desenvolvimento de projectos de cooperação entre territórios rurais, situados no espaço nacional com criação de mais-valia para os territórios cooperantes. Entre GAL nacionais ou entre estes e outras entidades situadas em território nacional, através do estabelecimento de protocolos para projectos de cooperação que deverão incidir sobre actividades previstas no âmbito das medidas 3.1 e 3.2 do Subprograma 3.
3.4.2	Cooperação Transnacional	Promover o desenvolvimento de projectos de cooperação entre territórios rurais nacionais e de países terceiros, podendo estes não estar situados no espaço da UE. Para assegurar a implementação conjunta e coordenada do projecto de cooperação, haverá um GAL chefe de fila que pode encontrar-se em território nacional ou não, sendo necessário neste último caso a designação de um GAL nacional como interlocutor para a parte nacional do projecto. Os projectos de cooperação deverão incidir sobre a tipologia de actividades previstas no âmbito das medidas 3.1 e 3.2 do Subprograma 3.

Fonte: PRODER, Revisão 7, Março 2010.

## ANEXO VIII. CARACTERIZAÇÃO E PROSPECTIVA DO EMPREENDIMENTO DA COVA DA BEIRA

### Caracterização Genérica do Empreendimento

Cobrimdo parte significativa do território dos Concelhos do Sabugal, Penamacor, Belmonte, Covilhã e Fundão, o Aproveitamento Hidro-Agrícola da Cova da Beira (Figura 14) beneficiará, quando concluído, uma área total de 14.440 hectares, sendo constituído pelos Blocos da Meimoa com 3460 hectares e os Blocos do Fundão (7170 ha), Belmonte-Caria (3600 ha) e Sabugal (130 ha), devendo salientar-se que se prevê que todas as obras estejam concluídas no último trimestre de 2011.

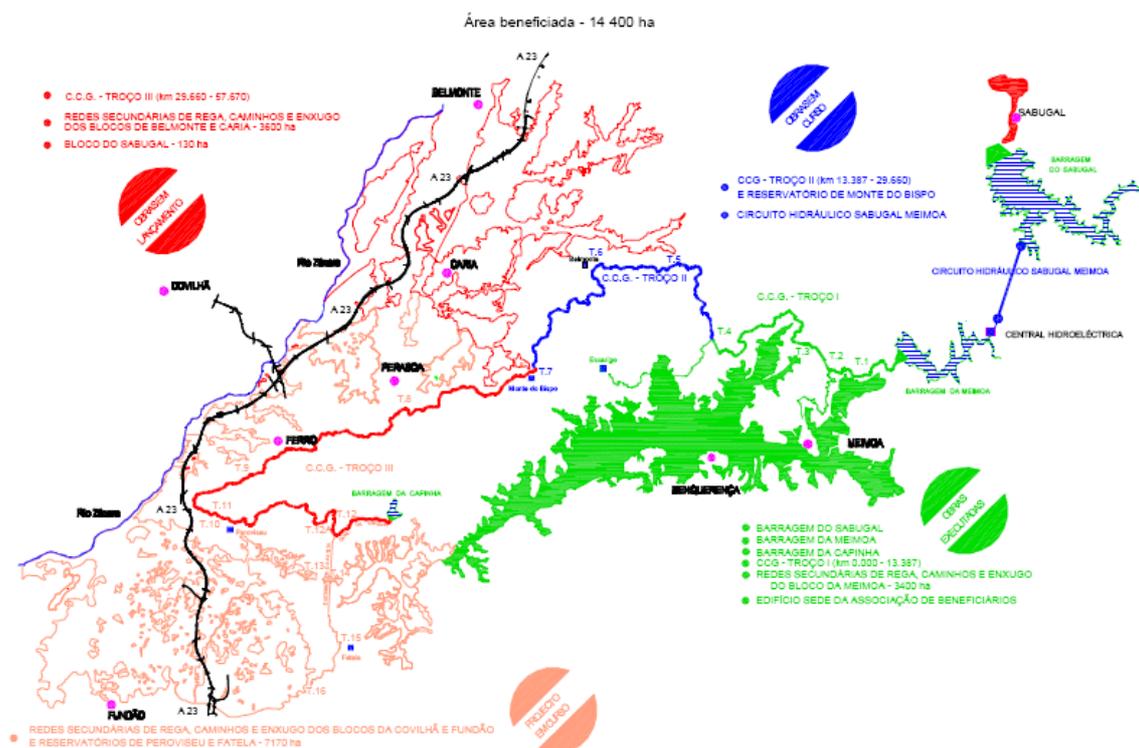


Figura 14 – Aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira

Fonte: DGADR.

As obras de concretização do Aproveitamento tiveram início em 1977, num Projecto que tem o seu início na década de cinquenta do século passado.

O Aproveitamento Hidroagrícola é, no essencial, constituído fisicamente por:

- ◆ Um sistema de armazenagem de água constituído por:
  - Barragem da Meimoa, concluída em 1984 e destinada a abastecer a totalidade do Aproveitamento, a excepção do Bloco do Sabugal.
  - A necessidade de garantir que esta Barragem garantisse a totalidade das necessidades hídricas dos terrenos beneficiados, levou à construção de uma nova barragem a montante, a
  - Barragem multiusos do Sabugal com capacidade para fornecer à barragem da Meimoa um volume médio de 82 milhões de m<sup>3</sup> e abastecer de água os concelhos de Sabugal, Pinhel e Almeida (média anual de 5 milhões de m<sup>3</sup>). Esta barragem foi construída entre os anos de 1997 e 2000, com um custo total de 4,4 milhões de euros, tendo já alcançado a sua quota máxima.
- ◆ Um sistema de adução, entre as barragens do Sabugal e da Meimoa, permitindo a transferência de água, praticamente sempre por gravidade entre a bacia hidrográfica do Douro (rio Côa) e a bacia do Tejo (ribeira da Meimoa, afluente do rio Zêzere), e garantindo a disponibilização permanente dos quantitativos de água necessários.
  - O desnível existente de 220 metros entre as duas albufeiras, permitiu a construção antes da entrada da água na Barragem da Meimoa de uma central hídrica de produção de energia eléctrica com uma capacidade média anual de produção de energia eléctrica de 33,7 GWh.
  - Um sistema de distribuição principal, constituído pelo Canal Conductor Geral, num total de 57,6 km e os Canais e Reservatórios de Compensação.
- ◆ Sistemas de distribuição secundária, permitindo a disponibilização da água às explorações agrícolas dos Blocos do Sabugal, Meimoa, Caria-Belmonte e Fundão.

Segundo dados fornecidos pela Associação dos Beneficiários da Cova da Beira (ABCB), o Aproveitamento Hidroagrícola beneficiava nos finais de 2010, uma área de 12.360 ha, assim distribuídos (Quadro 81).

Quadro 81 – Área Beneficiada a 31 de dezembro de 2010

Blocos	Área (ha)
Sabugal	121,5
Meimoa	3.400,0
Belmonte e Caria	3.177,0
Covilhã	1.643,0
Fundão	2.021,0
Fatela	1.133,5
Capinha	864,0
<b>Total</b>	<b>12.360,0</b>

Fonte: Associação dos Beneficiários da Cova da Beira.

A área a beneficiar desenvolve-se em 29 freguesias: Bendada, Casteleiro e Sortelha (Concelho do Sabugal); Meimoa, Benquerença e Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor), Belmonte, Caria, Inguias e Maçainhas (Belmonte); Ferro, Orjais, Peraboa, Teixoso e Tortosendo (Covilhã); Alcaide, Alcaria, Aldeia Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Capinha, Donas, Enxames, Escarigo, Fatela, Fundão, Pêro Viseu, Telhado, Valverde e Salgueiro (Fundão).

A adesão dos proprietários a utilização da água disponibilizada tem sido significativa, atingindo em 2010 os 1174 regantes, com um consumo de água para rega superior a 18 milhões de m<sup>3</sup>. As culturas mais significativas praticadas nas Zonas beneficiadas são: cereais (milho e sorgo), frutícolas (cereja, maçã, pêra, pêsego, etc), hortícolas e prados permanentes.

O facto de o Bloco Caria-Belmonte ter entrado em exploração plena em data mais recente leva a níveis de adesão distintos, que atingem cerca de 80% no Bloco da Meimoa e apenas 40% no outro Bloco.

No que diz respeito ao Bloco do Fundão, o mesmo encontra-se ainda em fase de testes, pelo que não é possível aferir da adesão dos produtores agrícolas ao mesmo.

As expectativas da ABCB apontam para níveis de adesão nos Blocos mais recentes próximos dos 60% em 2013.

O custo da água é relativamente baixo, em média 81,70€ por m<sup>3</sup> (IVA incluído), o que, segundo as palavras do Presidente da ANCB é cerca de metade dos valores pagos em outros aproveitamentos hídricos nacionais.

Sendo um valor claramente baixo, o mesmo justifica-se por menores custos de exploração do Sistema, dado que, em praticamente toda a sua extensão, a água é distribuída por gravidade, não necessitando de incorporar valores elevados de factura de energia eléctrica para sistemas de bombagem de água.

O projecto apoiado pela Acção 1.6.1 (46% da área total do Empreendimento) representa apenas 5,7% da área com aptidão para regadio na Beira Interior, de acordo com os dados do Plano Nacional da Água (INAG, 2002). A Beira Interior insere-se na Região Hidrográfica do Tejo, região que actualmente tem equipado apenas 35% dos terrenos com aptidão ao regadio (INAG, 2002). O projecto da Cova da Beira irá contribuir para o aumento de área equipada com base em previsões de uso de solo. Contudo:

- ◆ tem existido uma tendência ao abandono dos regadios, em parte pela degradação e falta de manutenção dos equipamentos associados a estes,
- ◆ na Beira Interior, embora a área com aptidão para rega (216 250 ha) seja bastante superior à área equipada para tal (122 360 ha), segundo o Plano Nacional da Água (INAG, 2002), apenas 63% da área equipada se encontrava efectivamente regada em 1989, e o INAG recomenda a actualização do valor para 75% em 2005 (INAG, 2005),
- ◆ os níveis de adesão ao Empreendimento andam à volta das 60%, sendo o mais baixo de 40% no Bloco Caria-Belmonte e o mais alto de 80% no Bloco da Meimoa.

Se a actual tendência se mantiver, existe o risco de que este aumento de área equipada não proporcione um aumento equiparável do cultivo (área efectivamente regada).

### **A Gestão do Empreendimento**

A exploração do Empreendimento, após a conclusão das respectivas obras, é da responsabilidade da Associação dos Beneficiários da Cova da Beira, constituída a 26 de Junho de 1989, e reconhecida em 29 de Novembro de 1989 como pessoa colectiva de direito público.

Esta Associação é responsável pela total exploração do sistema de distribuição de água, competindo-lhe garantir igualmente a sua conservação.

Sendo a água consumida propriedade da Administração da Região Hidrográfica do Centro, a Associação obriga-se ao pagamento (taxa de recursos hídricos) da água fornecida pelas barragens do Sabugal e da Meimoa.

Nesse sentido, e no cálculo do custo da água fornecida aos beneficiários finais, a Associação faz incidir uma percentagem dos custos relacionados com a conservação do sistema (20 €/ha), bem como uma percentagem referente à taxa de recursos hídricos (7,5 €/ha).

A ABCB, com 181 associados, tem a sua sede no Fundão, com uma Delegação na Quinta do Anascer na Freguesia de Benquerença, destinada a dar apoio à exploração do bloco da Meimoa.

#### *Uma Avaliação Prospectiva do Empreendimento*

A caracterização acima efectuada, associada à informação entretanto coligida e trabalhada, sobre o processo de construção e exploração das infra-estruturas que constituem o Aproveitamento Hidro-Agrícola da Cova da Beira, deve ser percebida num cenário regional e nacional que condicionou e continuará a condicionar o papel que este Aproveitamento pode desempenhar nas dinâmicas do desenvolvimento territorial, social e económico dos Concelhos abrangidos, os quais assistem, por um lado (i) à crescente desertificação da Região, onde os cinco Concelhos abrangidos que tinham visto a sua população ter um decréscimo entre 1991 e 2001 de -2,6%, assistem a um agravamento substancial desta tendência negativa perdendo 5,6% da sua população entre 2001 e 2009, a que se associa (ii) o agravamento do índice de envelhecimento da população residente (65 anos ou mais), cujo peso relativo passa de 21,3% em 1991 para 24,6% em 2001 e 25,1% em 2009.

Ao mesmo tempo, as diferentes estratégias definidas a nível da Política Agrícola Comum (PAC), bem como as opções de desenvolvimento do sector agrícola nacional (cereais ou vinha?; vinha ou olival?, etc.), por vezes contraditórias, da Administração Central, conduziram a um dispersar das opções tomadas pelos produtores agrícolas locais, de que é exemplo a Central de Secagem de Cereais da ABCB na Quinta do Anascer, ou as opções tomadas em tempo visando aumentar a produção de leite na Região, hoje crescentemente abandonadas.

Este processo conduziu, por exemplo a que das cerca de 14.000 cabeças de gado existentes no fim do século passado, sejam hoje referenciadas pela ABCB somente 5000.

Merece ainda referência especial a prevalência de uma estrutura predial muito dividida, onde predomina a pequena propriedade e que conduziu ao desenvolvimento de Projectos de Emparcelamento Rural Integrado para a área beneficiada pelo regadio do Bloco da Meimoa, nas freguesias da Meimoa, Benquerença e Salgueiro. No entanto, passados vinte anos, a concretização destes Projectos continua praticamente nula, registando-se alguma

concentração da propriedade pela iniciativa de particulares que vão comprando e/ou arrendando propriedades de menor dimensão visando obter uma dimensão crítica mínima para a rentabilidade da sua exploração agrícola.

A análise da informação recolhida permite, por último, definir numa Matriz SWOT (o quadro de potencialidades e fragilidades e oportunidades e ameaças ao sucesso sustentado do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira - Quadro 82 e Quadro 83) dotando deste modo os diferentes intervenientes dos elementos necessários à definição das opções a tomar num horizonte de curto e médio prazo.

### **Aspectos Ambientais do Empreendimento**

A segunda fase do Empreendimento (o projecto apoiado sob a Acção 1.6.1) representará um consumo absoluto de água de 20.072 hm<sup>3</sup>, o que, dada a área a beneficiar, corresponderá a 3545 m<sup>3</sup>/ha (SiProDeR, consultado a Junho de 2011). O Empreendimento prevê a intensificação cultural através da produção de mais que uma cultura por ano em cada terreno, e o aproveitamento cultural e em pastorícia do sob-coberto de culturas permanentes (SiProDeR, consultado a Junho de 2011). Dada a menor disponibilidade de água durante os meses de Verão (Rosas *et al.*, 2009 e Ferreira e Brito, 2009), a intensificação cultural através da produção de mais que uma cultura por ano em cada terreno pode ser problemática no sentido em que exigirá a produção de culturas durante os meses secos, que potencialmente farão uso de rega. A região hidrográfica do Tejo é já ela caracterizada por uma pressão muito importante no que respeita à captação de água (INAG, 2005). O aumento da área de regadio nesta região, já sensível, tem um impacte bastante negativo.

Contudo, o projecto inclui o transvase de água da região hidrográfica do Douro (Rio Côa) para a região hidrográfica do Tejo (Ribeira da Meimoa)<sup>17</sup>. A região hidrográfica do Douro tem uma pressão menos importante sobre os recursos hídricos superficiais (INAG, 2005). Desta forma, dependendo dos volumes de água transferidos, o impacte do aumento do regadio pelo projecto da Cova da Beira poderá ser minimizado.

---

<sup>17</sup> [http://www.dqadr.pt/ar/a\\_hidroagricolas/projecto/cova\\_beira/descricao\\_geral.htm](http://www.dqadr.pt/ar/a_hidroagricolas/projecto/cova_beira/descricao_geral.htm) (consultado a Junho de 2011)

Quadro 82 - Quadro de Potencialidades e Fragilidades

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições naturais – solos, clima, disponibilidade de água -, propícias ao desenvolvimento de um sector agrícola moderno e competitivo</li> <li>• Um sector de IDT de qualidade, assente na Universidade da Beira Interior e Institutos Politécnicos da Guarda e de Castelo Branco</li> <li>• Um sector agro-industrial forte, alavancado pela criação do Pólo de Competitividade "Cluster Agro-Industrial do Centro e pelo Programa Estratégico INOVIDA liderado pela UBI</li> <li>• Existência de um banco de terrenos agrícolas públicos de grande dimensão, inseridos na área beneficiada – Meimoa (mais de 200ha), Idanha (600ha) e Lamaçais, etc</li> <li>• Forte intervenção dos agricultores na gestão do sistema, através da ABCB</li> <li>• Um movimento associativo forte – Associação dos Beneficiários da Cova da Beira, Associação dos Produtores de Cereja da Cova da Beira, Associação dos Agricultores do Distrito de Castelo Branco, Associação dos Produtores de Azeite da Beira Interior, Associação de Produtores de Queijo do Distrito de Castelo Branco, Cooperativa de Produtores de Queijo Serra da Estrela, Cooperativa Agrícola de Fruticultores da Cova da Beira, etc.</li> <li>• Um conjunto de produtos DOP regionais de reconhecida qualidade nacional e internacional – azeite da Beira Interior, borrego da Beira, borrego da Serra da Estrela, cabrito da Beira, cereja da Cova da Beira, maçã da Cova da Beira, pêssego da Cova da Beira, queijo e requeijão da Serra da Estrela, queijos e requeijão da Beira Baixa e Travia da Beira Baixa</li> <li>• Existência de novos investidores de grande dimensão nacionais e internacionais interessados em investir no sector agrícola na Cova da Beira</li> <li>• Localização peninsular central, com boas ligações rodoviárias a Lisboa e a Madrid e servida pela Linha ferroviária da Beira Baixa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescente desertificação do território, associado a níveis crescentes de envelhecimento da população, nomeadamente, da afecta ao sector agrícola.</li> <li>• Insuficiente qualificação dos recursos humanos locais para novas práticas agrícolas de maior conteúdo de inovação.</li> <li>• Uma estrutura predial muito dividida, onde predomina a pequena propriedade</li> <li>• Vulnerabilidade acentuada face a investidores externos com elevada capacidade financeira, condicionando estratégias de desenvolvimento agrícola sustentados e sustentáveis do ponto de vista ambiental</li> <li>• Prevalência de estratégias individuais de exploração e comercialização de produtos agrícolas, em detrimento de atitudes concertadas face ao mercado nacional e internacional</li> <li>• Inadequação dos sistemas projectados há dezenas de anos face a dinâmicas recentes de ocupação do território para produção agrícola</li> <li>• Vulnerabilidade e menos agilidade de resposta face a mudanças de estratégias da PAC, agravada pela menor dimensão da propriedade e menor capacidade financeira dos produtores</li> <li>• Inadequação dos canais de distribuição/comercialização dos produtos agrícolas face a um mercado crescentemente globalizado</li> <li>• Inexistência de ligações ferroviárias aos grandes centros de distribuição/comercialização de produtos agrícolas, nomeadamente Mercados Abastecedores Regionais e Portos marítimos</li> <li>• Indefinição relativa no relacionamento entre os diferentes actores no que diz respeito à repartição de encargos associados à exploração/conservação das infra-estruturas construídas</li> </ul>

Quadro 83 - Quadro de oportunidades e ameaças

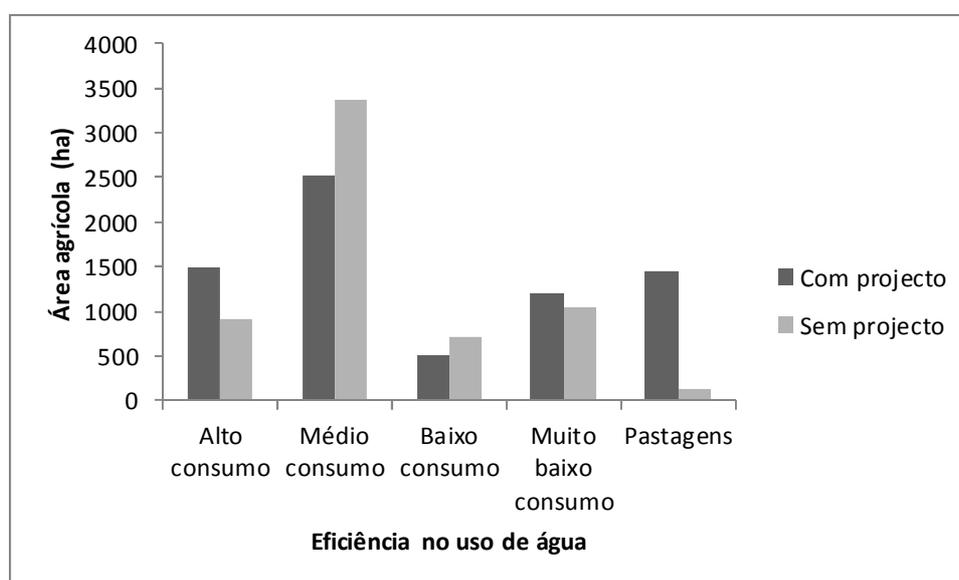
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior desenvolvimento e modernização dos sectores da horticultura e do sector agro-pecuário, bem como da floricultura, para exportação</li> <li>• Captação de novos investidores com maior capacidade financeira e melhor "know-how" tecnológico</li> <li>• Aprofundamento da relação com o sector de IDT e com a Universidade</li> <li>• Integração plena dos produtores agrícolas beneficiários no "cluster agro-industrial do centro" e com o Programa Estratégico INOVIDA</li> <li>• Melhoria das ligações ferroviárias aos Mercados Abastecedores regionais e aos portos marítimos permitindo o melhor escoamento dos produtos agrícolas</li> <li>• Capacidade de integrar processos de requalificação do património construído em solo rural, enquanto factor de atracção de novos residentes/produtores agrícolas</li> <li>• Expansão das áreas irrigadas a novas zonas do território, acompanhando novas dinâmicas de exploração agrícola</li> <li>• Colocação das propriedades do Estado ao serviço do desenvolvimento do território beneficiado</li> <li>• Desenvolvimento de um turismo sustentável de nichos focado na natureza, no ambiente, na produção agrícola e na valorização das Albufeiras das Barragens do Sabugal e da Meimoa</li> <li>• Aposta na melhoria contínua dos produtos DOP e na certificação de novos produtos de origem agrícola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agravamento dos fenómenos de desertificação e envelhecimento da população com o abandono da terra e da actividade agrícola</li> <li>• Aparecimento de investidores de maior dimensão com estratégias de exploração da terra insustentáveis do ponto de vista ambiental e potenciadores de concentrações inadequadas da propriedade</li> <li>• Diminuição da qualidade de serviço de abastecimento de água aos beneficiários por incapacidade financeira de conservação das infra-estruturas construídas</li> <li>• Incapacidade de responder à concorrência de outras regiões nacionais e internacionais, diminuindo a atractividade da actividade agrícola da região</li> <li>• Insuficiente qualificação dos recursos humanos locais para as novas actividades com maior conteúdo de inovação</li> <li>• Incapacidade de integração de novas áreas no Aproveitamento impedindo a expansão do fornecimento de água para rega a novas zonas da Cova da Beira ou de Concelhos parcialmente beneficiados</li> <li>• Contaminação das águas das albufeiras pela prática de formas de exploração agrícola intensivas, colocando em causa o fornecimento de água potável às populações actualmente servidas.</li> </ul>

O Empreendimento fornece água sob pressão (pressão natural) às explorações agrícolas que representa uma eficiência mais elevada no uso de água (geralmente, entre 50 a 70%, dependendo da dimensão das explorações) do que a eficiência da rega por gravidade (geralmente com eficiências entre 40 a 55%).

No que respeita às culturas a serem usadas, na situação com e sem projecto, verifica-se que se prevêem um acréscimo de culturas de alto consumo de água (bovinos), muito baixo

consumo (vinha e beterraba forrageira) e pastagens, ver Figura 15. Prevê-se também um decréscimo nas culturas de médio (ex.: hortícolas, macieiras, pereiras e pessegueiros) e baixo consumo (ex.: olival, milho, centeio, aveia, azevém e sorgo). Não há uma clara aposta em culturas que necessariamente são mais eficientes no uso da água, mas também não acontece o contrário, tal como já tinha sido identificado pela Avaliação Ambiental Estratégica em 2007 (Domingos *et al.*, 2007).

Figura 15 – Efeito no consumo de água da alteração do tipo de culturas pelo projecto da Cova da Beira



Valores de consumos determinados com base em Teixeira *et al.* (2005) e nas culturas previstas pelo projecto (SiProDeR, consultado a Junho de 2011).

É ainda de salientar que o empreedimento contribuirá para uma intensificação agrícola na região abrangida pelo projecto. Tal, inevitavelmente, trará um maior uso de adubos químicos e produtos fitofarmacêuticos para a região. Estes traduzir-se-ão no aumento da carga poluente. A região hidrográfica do Tejo é já bastante afectada por este tipo de poluição de fontes difusas (INAG, 2005), pelo que o projecto da Cova da Beira irá ajudar a agravar a situação.

A intensificação agrícola na região irá também provocar um aumento das operações de mobilização do solo, o que tem impactes quer a nível dos solos (erosão) quer a nível de alterações climáticas (mineralização dos solos e consegvente libertação do carbono acumulado nos solos para a atmosfera).

Em conclusão, e de uma forma geral, o Empreendimento Hidroagrícola da Cova da Beira tem vários pontos positivos e negativos. Entre os aspectos positivos contam-se:

- ◆ o aumento da área equipada, conseguintemente, melhor aproveitamento da área com aptidão para regadio,
- ◆ o transvase de água do Rio Côa para a Ribeira da Meimoa, transferindo água de uma região com pressão menos importante na captação de água para uma com pressão muito importante,
- ◆ o potencial acréscimo de VAB agrícola,
- ◆ o maior eficiência no uso de água (rega sob pressão), e
- ◆ o uso de culturas de muito baixo consumo de água,

Como aspectos negativos, contam-se:

- ◆ a intensificação cultural através da produção de mais que uma cultura por ano em cada terreno pode ser problemática no sentido em que exigirá a produção de culturas durante os meses secos, que potencialmente farão uso de rega,
- ◆ o aumento da carga poluente (adubos químicos e pesticidas) na região hidrográfica do Tejo, região já classificada com um nível de poluição importante,
- ◆ a produção de bovinos com elevados consumos de água, e
- ◆ dada a diferença entre o efectivamente regado e o equipado, existe risco de redução do VAB e produção agrícola estimados.

No entanto, alguns dos aspectos negativos podem ser minimizados se houver a promoção do MPB e MPRODI na região hidrográfica do Tejo como medida de redução da pressão poluente na região, ou outras restrições ao uso de adubos químicos e pesticidas. Também é relevante na minimização dos aspectos negativos a promoção da actividade agrícola através da sua valorização e dos seus serviços ambientais, como o turismo rural, biodiversidade, serviços da água, paisagem e carbono por forma a tentar tornar a agricultura mais rentável e ajudar ao aproveitamento dos terrenos equipados.

## **Referências**

- Domingos, T. (Coord.), Rosas, C., Teixeira, R. (2007). Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de Portugal – Continente. Versão Final. Documento 2 – Avaliação. Trabalho realizado a pedido do MADRP. Instituto Superior Técnico, Lisboa
- Ferreira, M.T., Brito, A.G. de (2009). Águas Interiores Superficiais. In Pereira, H.M., Domingos, T., Vicente, L. e Proença, V. (Eds.). Ecosistemas e Bem-estar Humano. Escolar Editora, Lisboa

- INAG (2002). Plano Nacional da Água. Instituto da Água, I.P., Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, [http://www.inag.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9:Plano%20nacional%20da%20C3%A1gua&catid=4:pna&Itemid=21](http://www.inag.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9:Plano%20nacional%20da%20C3%A1gua&catid=4:pna&Itemid=21) (consultado a Junho 2011)
- INAG, 2005. Relatório Síntese sobre a Caracterização das Bacias Hidrográficas Prevista na Directiva-Quadro Água. Instituto da água, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa
- Rosas, C., Teixeira, R., Mendes, A.C., Valada, T., Sequeira, E., Teixeira, C., Domingos, T. (2009). Agricultura. In Pereira, H.M., Domingos, T., Vicente, L. e Proença, V. (Eds.). Ecosistemas e Bem-estar Humano. Escolar Editora, Lisboa
- Teixeira, M., Dias Costa, J.P., Lopes, M.J., Barata, T., Coelho, I.S., Nobre, V., Lopes da Fonseca, L., Figueira, J.L., Carrilho, J. (2005). Plano de Intervenção para a Zona de Alqueva. Identificação das Potencialidades da Regadio de Alqueva. GPAa – Grupo do Projecto Alqueva Agrícola. Tomos 1 a 5. IDRHa, Lisboa